**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Violências e mortes: um olhar etnográfico das
práticas e estratégias cotidianas das equipes
periciais do Instituto de Criminalística do
município de São Paulo**

Greice Petronilho Prata Carvalho

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Doutor em
Ciências.**

Área de concentração: Saúde Pública

**Orientadora: Profa. Dra. Frida Marina
Fischer**

**Coorientadora: Profa. Dra. Maria da
Penha Costa Vasconcellos**

O presente trabalho foi realizado com apoio
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (CNPq), bolsa demanda social (Nº
processo 140279/2015-6)

**São Paulo
2019**

Violências e mortes: um olhar etnográfico das práticas e estratégias cotidianas das equipes periciais do Instituto de Criminalística do município de São Paulo

Greice Petronilho Prata Carvalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Saúde Pública

**Orientadora: Profa. Dra. Frida Marina Fischer
Coorientadora: Profa. Dra. Maria da Penha
Costa Vasconcellos**

**Versão revisada
São Paulo
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Carvalho, Greice Petronilho Prata

Violências e mortes: um olhar etnográfico das práticas e estratégias cotidianas das equipes periciais do Instituto de Criminalística do município de São Paulo / Greice Petronilho Prata Carvalho; orientadora Frida Marina Fischer; coorientadora Maria da Penha Vasconcellos. -- São Paulo, 2019.

268 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2019.

1. saúde do trabalhador. 2. peritos criminais. 3. morte violenta. 4. violência. 5. etnografia. I. Fischer, Frida Marina, orient. II. Vasconcellos, Maria da Penha, coorient. III. Título.

ATA DE DEFESA

Aluno: 6143 - 9358392 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Greice Petronilho Prata Carvalho no Programa: Saúde Pública, do(a) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Aos 25 dias do mês de junho de 2019, no(a) Sala Diógenes Augusto Certain realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Greice Petronilho Prata Carvalho, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"Violências e mortes: um olhar etnográfico das práticas e estratégias cotidianas das equipes periciais do Instituto de Criminalística do município de São Paulo"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Frida Marina Fischer	Presidente	FSP - USP	Não Votante
Alice Aparecida da Matta Chasin	Titular	FOC - Externo	<u>Aprovada</u>
Maria Fernanda Tourinho Peres	Titular	FM - USP	<u>Aprovada</u>
Alexandre Raphael Deitos	Titular	Externo	<u>APROVADA</u>

Resultado Final: Aprovada

Parecer da Comissão Julgadora *

Eu, Carolina Cardoso Bertoni Massucato _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 25 dias do mês de junho de 2019.

Alice Aparecida da Matta Chasin

Maria Fernanda Tourinho Peres

Alexandre Raphael Deitos

Frida Marina Fischer
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

DEDICATÓRIA

À minha família.

*Pelo incentivo dos meus pais em acreditarem que o estudo é a ponte para o
sucesso.*

Aos meus amores, Marcelo e Benício, inspiração diária.

E a Deus, sem fé não há esperança.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres e aos homens servidores periciais do Núcleo de Perícias em Crimes contra a Pessoa da capital paulista que aceitaram participar do estudo e permitiram que eu vivenciasse o seu cotidiano de trabalho. Obrigada por compartilharem as singularidades envolvidas em uma atividade que é velada pela sociedade, mas que ressignifica o sentido da vida ao experimentá-la em sua plenitude.

Aos familiares e às vítimas que mesmo não sabendo da realização da pesquisa, permitiram a minha presença em um momento trágico, de extrema sensibilização. Meus sinceros sentimentos e respeito.

Ao Superintendente da Polícia Técnico-Científica e a todos que colaboraram para que a pesquisa pudesse ser realizada no âmbito desta instituição, em especial às peritas criminais Dra. Márcia Iracema Casagrande e Dra. Maria Paula Valadares que foram fundamentais em viabilizar minha inserção ao núcleo e atingir aos objetivos propostos da pesquisa.

À Profa. Dra. Frida Marina Fischer por ter concedido a oportunidade em realizar a pesquisa, pela sua dedicação ao campo da Saúde do Trabalho e por compartilhar sua sabedoria ao longo dos anos em que estivemos juntas. Gratidão em compreender as tentativas em equilibrar a maternidade com a pesquisa.

À Profa. Dra. Maria da Penha Vasconcellos em ter aceitado coorientar esta pesquisa, sempre atenta em apontar melhorias na execução da coleta de dados e na escrita final da tese, seus ensinamentos foram essenciais na construção das relações em campo de pesquisa.

Muito obrigada ao Prof. Dr. Gabriel Feltran (UFSCar) e ao Prof. Dr. Esdras Vasconcellos (IP/USP) pelos preciosos comentários na banca de qualificação e pelos rumos que seguimos após as discussões estabelecidas.

Aos professores que participaram da banca examinadora aos quais tanto admiro e que passei a admirar ainda mais por aceitaram analisar este trabalho mesmo diante das inúmeras atividades que realizam: Dr. Alexandre Raphael Deitos, Profa. Dra. Maria Fernanda Tourinho Peres, Profa. Dra. Alice A. da Matta Chasin, Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno, Dra. Amanda Aparecida Silva Macaia, Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga e Dra. Mara Alice Batista Conti Takahashi.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq número do processo 140279/2015-6), por ter concedido bolsa de estudo para maior dedicação ao trabalho.

À Faculdade de Saúde Pública pelo suporte concedido através dos colaboradores administrativos que compõe o Programa de Pós-graduação em auxiliar nas questões burocráticas, em especial à Vânia dos Santos Silva.

Aos diversos professores da USP que ministraram disciplinas de grande relevância para reflexão e construção da pesquisa ao longo das discussões em sala de aula.

Aos muitos colegas que ao longo dos anos me incentivaram a seguir com a proposta de estudo, ao trocarem ideias e curiosidades sobre o tema da pesquisa, por valorizarem e compreenderem o desempenho dado ao longo desses anos. A Dra. Andréa A. Luz pelo importante apoio na utilização do software MAXQDA. A mestre Carolina Abílio pela disponibilidade em ajudar nas questões de informática.

Pela compreensão da minha família em me incentivar a realizar a pesquisa mesmo com as dificuldades vividas para o aceite do projeto. Ao importante apoio ao lidarem com o fato de estar experienciando a rotina de profissionais que lidam com a violência urbana. Muito obrigada aos meus pais Mauro Prata e Sandra Petronilho, irmãos Bruno e Marina, e em especial ao meu parceiro de vida Marcelo Carvalho e ao meu filho Benício por se doarem e respeitarem os momentos em que me ausentei do convívio familiar. E à minha sogra Maria Verônica pela disponibilidade em ajudar na logística dos cuidados com meu filho.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e que talvez não tenham se sentido suficientemente contemplados por estas palavras. A você que torceu, apoiou e contribuiu de alguma forma, o nosso muito obrigado!

Resumo

Carvalho GPP. Violências e mortes: um olhar etnográfico das práticas e estratégias cotidianas das equipes periciais do Instituto de Criminalística do município de São Paulo [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2019.

Introdução - A morte violenta permeia o cotidiano do cidadão brasileiro, assim como o cotidiano laboral das equipes da perícia criminal do município de São Paulo. Os servidores forenses têm como atribuição representar o Estado na execução pericial dos locais de crimes envolvendo vítimas humanas. **Objetivo** - Compreender as práticas cotidianas do trabalho pericial, identificando a percepção dos fatores de risco e as estratégias de trabalho imbuídos no atendimento pericial da morte violenta.

Métodos - Pesquisa qualitativa com perspectiva etnográfica. Os registros empíricos são oriundos das anotações etnográficas em diário de campo de 61 locais de crimes periciados pela equipe de peritos criminais e fotógrafos técnico-periciais do Núcleo de Perícias em Crimes contra a Pessoa do Instituto de Criminalística do município de São Paulo. Entrevistas individuais semiestruturadas foram realizadas com 28 servidores periciais. De modo complementar, aplicou-se um formulário para caracterização sociodemográfica dos participantes. Reportagens veiculadas nas mídias digitais e impressas foram utilizadas como dados secundários. Os dados foram analisados por meio de codificação temática. Para tal, utilizou-se o *software* MAXQDA, versão 18.

Resultados - As naturezas criminais predominantes nas requisições periciais foram: morte suspeita, suicídio e homicídio de autor conhecido. A idade dos participantes variou entre 28 e 65 anos, e o tempo de experiência na perícia variou entre 1 e 31 anos. O perfil do público foi predominantemente do sexo masculino, casado com filhos e possuidor de alguma crença religiosa. O treinamento profissional fornecido pelo Instituto de Criminalística variou de 3 a 12 meses. Com relação à pesquisa empírica, a codificação do material nos conduziu a quatro categorias temáticas: 1) A atividade do trabalho pericial; 2) Crimes periciados; 3) Violência naturalizada; 4) Amplificação da violência pela mídia. Os relatos e as observações em campo revelaram práticas cotidianas de um trabalho perigoso e insalubre nos sentidos biológico e psíquico. Ao lidarem com o corpo da vítima de violência letal, as equipes são expostas à vitimização direta e indireta. Atuam em escalas de trabalho extensas, com déficit de servidores, tempo de recuperação curto e relatos de presenteísmo. A falta de transparência no planejamento da carreira forense somada aos significados de ser policial forense foram mobilizadores de sentimentos e ressignificados ao longo da trajetória profissional. Fatores de risco foram revelados, como: riscos associados à categoria policial; antevisão do processo de morrer ao se sentirem suscetíveis à naturalização da violência urbana; amplificação da violência pela mídia, que reverbera discursos estereotipados sobre a ação policial e sobre os “bandidos”, incitando o ódio; manifestação de sentimento de não reconhecimento institucional. Os participantes revelaram que criam estratégias visando conciliar tais dimensões com a manutenção de sua saúde, sendo elas: sublimação, desconstrução do herói, uso do humor cítrico, distanciamento e não pertencimento à realidade da periferia e valorização da vida em sua simplicidade. **Conclusão** - Atuar na perícia criminal exige que o trabalhador desenvolva estratégias coletivas e individuais constantemente, pois a violência e os crimes não são estáticos. O Instituto de Criminalística vivencia uma reestruturação em seu organograma que impacta diretamente a operação pericial. Faz-se necessário oferecer ações psicológicas preventivas e treinamento contínuo aos servidores periciais no sentido de manter a saúde desses trabalhadores.

Descritores: Saúde do Trabalhador; Violência; Ciências Forenses.

Palavras-chave: morte violenta, peritos criminais, saúde do trabalhador

Abstract

Carvalho GPP. Violence and death: an ethnographic view of the daily practices and strategies of the expert teams of the Forensic Institute of the city of São Paulo [thesis]. São Paulo: Faculty of Public Health of USP; 2019.

Introduction - Violent death permeates the daily life of the Brazilian citizens as well as the daily routine of the criminal investigation teams of the municipality of São Paulo. The forensic servers have to represent the State, as attribution, in the expert execution in the sites of crimes involving human victims. **Objective** - to understand the daily practices of the expert work, identifying risk factors and work strategies imbued in the expert assistance of violent death. **Methods** - Qualitative research with an ethnographic perspective. The empirical records are derived from the ethnographic field work diary notes of 61 crime sites, experienced together with the on-call staff. These crime sites were investigated by the team of criminal experts and technical-expert photographers who belong to the Center for Expertise in Crimes against the Person (NPCCPessoa) of the Institute of Criminalistics (IC) of the city of São Paulo. Individual semi-structured interviews were conducted with 28 expert servers. In a complementary way, a form of sociodemographic characterization of the participants was applied. Reports on digital and printed media were used as secondary data. Data were analysed using thematic coding. For that, the software MAXQDA, version 18 was used. **Results** - The predominant criminal natures in the investigative requisitions were: suspicious death, suicide and homicide of a known perpetrator. The age of the participants ranged from 28 to 65 years and the time of experience in the profession is between 1 to 31 years. The participants are predominantly composed by males, married, with children and most of them have a religious belief. The professional training provided by the Institute of Criminalistics varied from 03 to 12 months. With regard to empirical research, the codification of the material generated four thematic categories: 1) The activity of the expert work; 2) Crimes that underwent expert work; 3) Naturalized violence; 4) Amplification of violence by the media. The reports and field observations revealed daily practices of a dangerous and unhealthy work in the biological and psychological senses. The teams dealing with the body of a victim of lethal violence are exposed to a direct and indirect victimization. They work with extensive work scales, server shortages, short recovery times and present-day reports. The lack of transparency in the planning of the forensic career added to the meaning of being a forensic police worker were mobilizers of feelings such as non-recognition and institutional belonging, which were re-signified throughout their professional trajectory. Risk factors were revealed, such as: risks in belonging to the police category itself; the anticipation of the process of dying when they feel susceptible to the naturalized urban violence; the amplification of media violence by reverberating stereotyped discourses about police action and “bad guys”, inciting hatred. The participants revealed that they created strategies to reconcile these dimensions with the maintenance of their health, such as: sublimation, deconstruction of the hero, use of dark humor, creating distance, not belonging to the reality of the periphery, valorisation of life in its simplicity. **Conclusion** - Acting in the criminal expertise requires that the worker constantly develop strategies, collectively and individually, as violence and crimes are renewed. The IC experiences a restructuring in its organization chart that directly impacts on the expert operations. It is necessary to offer preventive psychological actions and continuous training to the expert servants in the sense of maintaining the health of these workers. To the managers, it is suggested

mobilization to plead legislations that, in fact, untie the IC from the Civil Police, as well as a modernization of the work processes.

Key-words: Worker's Health; Violence; Forensic Sciences.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 PERGUNTAS NORTEADORAS	32
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	32
CAPÍTULO 1 – DELINEANDO O PROBLEMA DE PESQUISA	34
1.1 VIOLÊNCIA; CONCEITOS E DELINEAMENTO DO ESTUDO	34
1.1.1 Violência: Definição	34
1.1.2 Violência no Mundo	37
1.1.3 Violência no Brasil, Regiões e Unidades Federativas	41
1.1.4 Violência em São Paulo	47
1.2 SEGURANÇA PÚBLICA	52
1.2.1 Segurança Pública no Brasil	52
1.2.2 Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) de São Paulo, Instituto de Criminalística (IC) de São Paulo e Núcleo de Perícia em Crimes contra a Pessoa (NPCCPessoa) do Município de São Paulo	58
CAPÍTULO 2 PERCURSO METODOLÓGICO	69
2.1 CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA APROXIMAÇÃO ETNOGRÁFICA	69
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	72
2.3 QUESTÕES ÉTICAS PARA A EXECUÇÃO DO ESTUDO	74
2.4 CENÁRIO DO ESTUDO	75
2.5 PARTICIPANTES DO ESTUDO	77
2.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES	87
2.7 COLETA DE INFORMAÇÕES	89

2.8 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	94
2.9 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	96
CAPÍTULO 3 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO	100
3.1 A ATIVIDADE PERICIAL	100
3.1.1 Recorrência de Crimes Periciados: Natureza, Área Geográfica e Perfil das Vítimas	100
3.1.2 O Significado de Ser Policial Forense	121
3.1.3 Da Base para a Rua: Quem Vai e Quem Fica?	132
3.2 CRIMES PERICIADOS.....	141
3.2.1 De Apartamentos de Luxo ao Chão de Terra: o Que Muda na Execução Pericial?	141
3.2.2 História das Vítimas e Sua Repercussão para a Equipe Forense.....	152
3.2.3 A Viatura como um Divã: Momento de Escuta e Fala	163
3.3 VIOLÊNCIA “NATURALIZADA”	169
3.3.1 A Construção da Invisibilidade do Corpo: Sublimação e Estratégias Defensivas	169
3.3.2 “Virar uma Guia Rosa”: o Imaginário de se Tornar a Próxima Vítima da Violência.....	181
3.3.3 Desconstrução do Herói: Personificação ou Autoproteção	192
3.4 A AMPLIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PELA MÍDIA.....	207
3.4.1 “Datena” em Ação: a Morte como Espetáculo na Periferia <i>versus</i> a Morte Velada nos Bairros Nobres	207
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	225

4.1 RECOMENDAÇÕES	230
4.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	233
5 REFERÊNCIAS.....	234
ANEXOS	244
ANEXO 1 – Autorização Visitas Técnicas ao NPCCPessoa IC/SP	245
ANEXO 2 – Parecer de autorização do Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.....	253
ANEXO 3 – Parecer de autorização da Comissão Científica de Ética em Trabalhos Periciais da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) 	256
APÊNDICES	259
APÊNDICE A - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido	260
APÊNDICE B - Dados sociodemográficos	263
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada	264
CURRÍCULO LATTES	266

LISTA DE FIGURAS, QUADRO E INFOGRÁFICO

Figura 1 - Homicídios por arma de fogo e por outros meios ocorridos no Brasil entre 1980 e 2016	23
Figura 2 - Evolução da taxa de homicídios mundial (por 100 mil habitantes) entre 2000 e 2013	38
Figura 3 – Evolução das taxas de homicídios mundial e das Américas por 100 mil habitantes, segundo OMS geral, entre 1996 e 2009	39
Figura 4 – Evolução das taxas de homicídios mundial e da América do Sul por 100 mil habitantes, segundo dados da OMS de alta qualidade, entre 2000 e 2013	40
Figura 5 – Evolução das taxas de homicídios mundial e da América do Sul por 100 mil habitantes, segundo dados da ONU, entre 2000 e 2013	40
Figura 6 – Número e taxa de homicídio no Brasil entre 2006 e 2016	42
Figura 7 – Proporção de óbitos causados por homicídios no Brasil em 2016	42
Figura 8 – Taxa de homicídios no Brasil e regiões entre 2006 e 2016	43
Figura 9 – Policiais civis e militares vítimas de homicídio em serviço e fora de serviço, Brasil, 2009 a 2016	46
Figura 10 - Proporção de mortes decorrentes de intervenções policiais em relação às mortes violentas intencionais no Brasil e unidades da federação em 2015 e 2016	46
Figura 11 – Ocorrências policiais mensais, segundo a natureza, registradas de 2016 a 2018, SPTC, São Paulo	49
Figura 12 – Número de mortes ocorridas em alguns distritos de São Paulo	50
Figura 13 - Diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública	54
Figura 14 – Criação do Sistema Único de Segurança Pública	55
Figura 15: Organograma da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Brasil.	59
Figura 16: Macroprocesso simplificado do evento até a sentença final.	61
Figura 17 - Organograma da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) do estado de São Paulo, Brasil.	63

Quadro 1: Descrição das cenas de crime	93
Infográfico 1 – Caracterização dos peritos criminais e fotógrafos técnico-perícias do NPCCPessoa participantes do estudo, IC, São Paulo, 2017	94
Figura 18 – Portal G1 Notícias São Paulo, fevereiro de 2016	117
Figura 19 – Viatura pertencente à Polícia Técnico-Científica de São Paulo.	164
Figura 20 – Notícia do homicídio do organizador de “rolezinhos” Leonardo Alvarenga – G1 Notícias.	204
Figura 21: Notícia veiculada pelo Portal Vermelho, em 24 de junho de 2015, São Paulo, SP.	213
Figura 22: Nota do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo – SINPCRESP, 16 de janeiro de 2019, São Paulo, SP.	215
Figura 23 – Manchete da revista digital Fórum sobre o “Crime da Rua Cuba”, fevereiro de 2018	219
Figura 24 – Manchete da “Folha de S. Paulo” sobre a morte de Andrea Carta.	220
Figura 25 - Reportagem veiculada no canal de televisão GloboNews mostrando dados do estudo “Fluxo da Impunidade”, realizado pelo Instituto Sou da Paz, abordando o arquivamento de inquéritos de homicídios em São Paulo, SP.	221

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplo de escala de plantões de uma perita criminal (Margarida) do NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.	81
Tabela 2 - Exemplo de escala de plantões de uma perita criminal (Roseira), NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.	82
Tabela 3 - Exemplo de escala de plantões de um perito criminal (Antúrio), do NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.	83
Tabela 4 - Exemplo de escala de plantões de um perito criminal (Lírio), do NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.	84

SIGLAS UTILIZADAS

ACADEPOL – Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”

AF – Arma de Fogo

APVP - Anos Potenciais de Vida Perdidos

CAP - Coordenadoria de Análise e Planejamento

CEPOL - Centro de Comunicações de Operações da *Polícia Civil*

CF - Constituição Federal

CID 11 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CP - Centro de Perícias

CPP - Código de Processo Penal

CSI - Crime Scene Investigation (Investigação Criminal)

CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais

DEIC - Departamento Estadual de Investigações Criminais

DEPC - Departamento Estadual de Polícia Científica

Detran - Departamento Estadual de Trânsito

DHPP - Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa

DP - Delegacia Policial/ Distrito Policial

ED - Estatuto do Desarmamento

Enasp - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

FUNDEP - Desenvolvimento e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

GEACRim - Grupos Especiais de Atendimento a Local de Crime

GGIs - Gabinetes de Gestão Integrada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC - Instituto de Criminalística

IML - Instituto Médico Legal

IPEA - Pesquisa Econômica Aplicada

MDPI - Morte decorrente de intervenções policiais

MJ - Ministério da Justiça

MS - Ministério da Saúde

MSP - município de São Paulo

MV - Morte Violenta

MVCI - Mortes violentas com causa indeterminada

MVI - Morte Violenta Intencional

NPCCPessoa - Núcleo de Perícia em Crimes contra a Pessoa

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PC - Polícia Civil

PCC - Primeiro Comando da Capital

PM - Polícia Militar

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PTC - Polícia Técnico-Científica

RDD - Regime Disciplinar Diferenciado

RETP - Regime Especial de Trabalho Policial

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

SINARM - Sistema Nacional de Armas

Sinpcresp - Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo

SP - São Paulo

SPTC - Superintendência da Polícia Técnico-Científica

SSP - Secretaria de Segurança Pública Brasil

SUSP - Sistema Único de Segurança Pública

SVO - Serviço de Verificação de Óbito

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TMH - taxas de mortalidade por homicídio

UF - Unidade Federativa

ZL - Zona Leste

ZN - Zona Norte

ZO - Zona Oeste

ZS - Zona Sul

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central desse estudo foi compreender as práticas cotidianas do trabalho pericial, identificando pela percepção dos servidores os fatores de risco e as estratégias de trabalho imbuídas no atendimento pericial da morte violenta.

O interesse por esse tema surgiu no decorrer de minha formação e experiência profissional. Desde a graduação em Enfermagem venho realizando estudos na área da saúde do trabalhador e observando o impacto do cenário e das ações laborais na saúde. No meu exercício profissional anterior, acompanhei clientes renais em fase terminal, presenciei o processo de morte e o morrer dos pacientes inscritos na fila única para transplante renal, bem como realizei entrevistas com familiares sobre a doação e coleta dos órgãos do ente querido que faleceu tragicamente por morte cerebral. Por vezes, a morte é vista como tabu, pouco discutida e refletida, mesmo entre profissionais da saúde que, no exercício de sua função, buscam promover a vida. Nos casos em que há a morte do paciente, essa pode conotar um sentimento de fracasso.

Diante do exposto, interessei-me por compreender como os profissionais que executam perícias em locais de crime — e, portanto, vivenciam o óbito diariamente — aprenderam a lidar com a morte desencadeada por uma ação violenta.

Os conflitos acarretados pela morte nos seres humanos, seja, em relação à sua própria morte, a de seus familiares, ou mesmo no exercício profissional, deixam em relevo sentimentos diferentes exemplificados pela raiva, pela tristeza, pela barganha e pela negação, os quais carecem de discussão e de análise, de modo a propiciar um enfrentamento mais apropriado do processo de morte e morrer (SILVA JÚNIOR et al., 2011, p. 1123).

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde divulgou o *Relatório Mundial sobre violência e saúde*, no qual define a violência como:

(...) uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002 apud MINAYO, 2007, p. 22).

Uma transição epidemiológica ocorreu no Brasil nos últimos 20 anos. As doenças infecciosas deixaram de ser a principal causa de morbidade e mortalidade, transferindo o posto para as doenças crônico degenerativas e para os agravos causados pela violência ou desastres (MINAYO, 2007).

Em 1980, ocorreu uma estagnação econômica no país que repercutiu em uma transição demográfica rural para urbana. Nesse contexto, as tensões sociais aumentaram, e o sentimento de desamparo e insegurança promoveu a aquisição de armas para proteção individual. Com o Estatuto do Desarmamento, em 2003, essa corrida armamentista foi cessada. Um estudo publicado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que o estatuto pode ter poupado a vida de 121 mil pessoas entre 2004 e 2012, porém isso não ocorreu de forma homogênea em todo o território brasileiro.

Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil (FBSP, 2018).

Segundo o Atlas da Violência (2018), produzido pelo Ipea em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o estado de São Paulo continua numa trajetória consistente de diminuição das taxas de homicídios, iniciada em 2000, cujas razões ainda não são inteiramente compreendidas pelos estudiosos na temática. Nesse debate, somam-se inúmeros fatores explicativos, alguns evidenciados empiricamente, outros não, como:

(...) i) políticas sobre o controle responsável das armas de fogo; ii) melhorias no sistema de informações criminais e na organização policial; iii) fator demográfico, com a diminuição acentuada na proporção de jovens na população; iv) melhorias no mercado de trabalho; v) hipótese da paz monopolista do Primeiro Comando da Capital (PCC), quando o tribunal da facção criminosa passou a controlar o uso da violência letal, o que teria gerado efeitos locais sobre a diminuição de homicídios em algumas comunidades (IPEA, 2018, p. 41)

Em meados de janeiro de 2019, o presidente da República Jair Bolsonaro assinou o Decreto Nº 9.685 que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de

2003. Essa dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM) e define crimes. A mudança na regulamentação da posse de armas tem gerado discussões sobre os potenciais efeitos nas taxas de vítimas de arma de fogo e seus desdobramentos para questões de Segurança Pública no Brasil. A Figura 1 mostra que o índice de homicídio por armas de fogo em 2016 (71,1%) foi o mesmo que em 2003, equiparando-se a países como El Salvador (76,9%) e Honduras (83,4%) e bem distante dos índices de países europeus (19,3%) (IPEA, 2018).

Figura 1 - Homicídios por arma de fogo e por outros meios ocorridos no Brasil entre 1980 e 2016

Fonte: Atlas da Violência (2018)¹

Percebe-se que, mesmo com o Estatuto do Desarmamento, as taxas permanecem elevadas. O decreto mencionado acima poderá abrir brechas para que o portador se enquadre nas possibilidades que viabilizem o porte de arma. Alguns questionamentos são possíveis neste novo cenário. Como a fiscalização será

¹ Disponível em:

http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 30.03.19

realizada pelo Estado? A população realmente deseja estar armada? Quais as implicações para a Segurança Pública?

Dados da Polícia Federal, requeridos pelo Instituto Sou da Paz via Lei de Acesso à Informação, **mostram que a quantidade de armas vendidas no comércio legal entre 2004 e 2017 já supera o número de unidades entregues voluntariamente por meio da campanha do desarmamento, criada em 2004.** Entre 2004 e 2017, foram vendidas 805.949 armas de fogo no Brasil de forma legal, segundo a PF. No mesmo período, a população entregou voluntariamente 704.319 unidades (FRANCO, 2019, grifo nosso).²

O impacto dessas mortes (Figura 1) pode ser analisado por meio do indicador relativo a Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP). Entre 1981 e 1991, o indicador de APVP brasileiro aumentou 30% em relação aos acidentes e violências, enquanto que, para as causas naturais, esse índice está em queda (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 1). Atualmente, os homicídios continuam a incidir com elevada frequência entre adolescentes e adultos jovens. Da mesma forma, o processo de vitimização também tem apresentado oscilações, com um pico significativo no ano de 2009. A vitimização é compreendida como a exposição à violência de forma direta e indireta (Brasil, Mapa da Violência, 2015).

A violência letal contra jovens cresceu no último ano, atingindo uma taxa de 142,7 homicídios por 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 19 anos (56,5%) — ou uma taxa de 280,6, se considerarmos apenas a subpopulação de homens jovens. A juventude perdida tem sido significativa principalmente nos estados do Norte (IPEA, 2018).

A desigualdade social do país também está presente nas mortes violentas por raça/cor e tem tido grande representatividade nos últimos dez anos. A taxa de vitimização da população não negra diminuiu 6,8%, ao passo que a da população negra aumentou 23,1%. Em 2016, a taxa de homicídio para a população negra foi de 40,2%, enquanto que tal indicador para o resto da população foi de 16,0%, o que implica dizer que 71,5% das pessoas assassinadas anualmente no país são pretas ou pardas (IPEA, 2018).

Outra questão alarmante no país é o feminicídio, principalmente os casos de estupros. No sistema de saúde, 68% dos registros correspondem a estupro de

2 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46832821> Acesso em: 30.03.2010

menores, e quase um terço dos agressores das crianças (até 13 anos) são pessoas inseridas no convívio familiar e social da família. Na maioria dos casos (78,5%), o ato criminoso ocorre na própria residência da vítima. Além disso, muitas vezes são ações que já foram relatadas pela vítima. A violência contra a mulher também tem predominância entre a raça negra (IPEA, 2018).

(...) considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8% (IPEA, 2018, p. 51).

Em países desenvolvidos, apenas 2% das mortes violentas não são esclarecidas. Já no Brasil, nota-se uma morosidade na execução de medidas que viabilizem que a investigação criminal chegue aos tribunais. A melhoria desse quesito promoveria não só uma maior prevenção de mortes futuras — ao munir as políticas de segurança pública com dados fidedignos, mas também a aplicação da justiça e eliminação da sensação de impunidade.

Em 2014, um estudo feito pelo Ministério da Justiça em cooperação com a Reforma do Judiciário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) mensurou o tempo dos processos por homicídio doloso em cinco capitais, sendo elas: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS) e Recife (PE). Os resultados indicam que é preciso acelerar o fluxo do processo desde o atendimento pela Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica até o encaminhamento ao Judiciário, visto que há um decurso de mais de 20 anos entre a data do crime e o momento da audiência e, em alguns casos, a extinção da punibilidade em decorrência da morte do réu. O estudo indicou que dos 786 inquéritos criminais analisados referentes a 2013 que efetivamente alcançaram um julgamento válido com sentença do júri (condenação ou absolvição), apenas 470 passaram por todas as fases do processo criminal, e 38% dos indiciados morreram antes de serem julgados.

Com vistas a demonstrar os principais gargalos, o dia em que cada procedimento ocorreu foi reconstituído a partir da análise do dia mediano em que o mesmo se deu. Com isso, percebe-se que o tempo global de processamento, entendido como o que transcorre entre a data do óbito e a baixa definitiva do processo é de 1.809 dias, ou seja,

aproximadamente, cinco anos. O período entre o encerramento da primeira fase (quando ocorre a sentença de pronúncia) e o julgamento pelo júri é o mais extenso, indicando a necessidade de políticas capazes de suprimir esse gargalo (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 199).

Em 2001, o Ministério da Saúde aprovou e publicou a Portaria MS/GM nº 737 de 6/05/01 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001) classificando “os acidentes e as violências no Brasil um problema de saúde pública de grande magnitude e transcendência, que tem provocado forte impacto na morbidade e na mortalidade da população” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 2).

O Atlas da Violência (2018) aponta que a taxa de mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) por 100 mil habitantes começou a cair em 2009, porém essa queda foi interrompida em 2014 e aumentou 3,6% em 2015 e 2016. A taxa de MVCI por 100 mil habitantes atingiu níveis preocupantes em nove estados em 2016; o caso mais grave é a Bahia (9,7), seguida por Pernambuco (9,1), Rio de Janeiro (7,9), Minas Gerais (7,4), Ceará (6,7), Espírito Santo (6,0), Roraima (5,8), Rio Grande do Norte (5,6) e São Paulo (5,1).

O número total de mortes violentas é um dos principais indicadores de qualidade dos sistemas de informação sobre mortalidade coletados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). É importante ter cautela para não subestimarmos alguns dados em detrimento de outros, como ocorre nos casos de homicídios. Há uma discrepância de 2% entre os dados de homicídio emitidos pelo SIM e os dados dos registros dos policiais. Os estados que apresentam essa proporção em pior situação são: Minas Gerais (11,0%), Bahia (10,8%) e São Paulo (10,2%), seguidos de perto por Pernambuco (9,4%) e Rio de Janeiro (9,0%). Há ainda diferenças substanciais no número de registros que envolvem violência letal, segundo a classificação do SIM e da polícia, nos estados de Roraima (+100,0%), Tocantins (+39,9%) e Amazonas (+23,4%), o que conspira contra a qualidade dos dados oriundos dos registros policiais.

A verificação da intencionalidade do evento às vezes é imprecisa, levando à banalização do acidente em que o agressor se denomina vítima da causalidade. Porém, é possível afirmar que tais eventos são previsíveis e preveníveis. Violências de todos os tipos são recorrentemente vivenciadas e divulgadas nas mídias. As divulgações contêm relatos e imagens ricas em significados que chocam a sociedade, levando-a a questionar e a exigir a verdade sobre os fatos, com a esperança de obter

informações que abrandem a injustiça cometida e extingam o sentimento de impunidade que assombra a sociedade. Quando a justiça não ocorre, novas construções entre certo e errado são disseminadas na sociedade, como forma de proteção e anulação dos direitos humanos (BALANDIER, 1997).

A banalização da vida e da morte noticiada e vivenciada diariamente nas mídias e nas ruas reflete a falta de escrúpulos em semear o ódio e o terror. Pais matando filhos e vice-versa; crianças sendo abusadas e esquartejadas; idosos sendo violentados e torturados; perseguições à diversidade sexual; latrocínio por bens pífios comparados à vida; casos de violência contra a mulher sendo tratados com subnotificações, entre tantas outras mazelas que seria impossível enumerá-las. O estado de insegurança gera medo coletivo, no qual o temor é fortalecido pelas incertezas.

Nesse contexto, a violência é entendida como um saldo negativo e anacrônico de uma ordem bárbara que precisa ser controlada a qualquer preço ou como resposta a uma sociedade geradora de rejeições, de exclusões, expressão de xenofobia e de recusa do outro (BALANDIER, 1997).

Acidentes e violência, conforme discutido, são eventos que podem causar ou não o óbito e são reconhecidos na Classificação Internacional das Doenças (CID-11) como causas externas, assim como a morte violenta. A prevalência desses agravos encontra-se presente em diversos municípios do país. Convivemos diariamente com tragédias:

Hoje, no país, existe uma concentração da mortalidade por violências nas cidades com mais de 100 mil habitantes: em cerca de 27 municípios que correspondem a 1% da totalidade, mas que possuem 25% da população do país, ocorreram 50% das mortes violentas no ano 2000 (data tomada como exemplo, pois, como vimos, as taxas são mais ou menos permanentes e altas). Os 224 municípios com mais de 100 mil habitantes concentram hoje 62,1% de toda a mortalidade por causas externas do país. (MINAYO, 2007, p. 31)

Violência não é apenas a que causa o óbito, mas sim a que se faz presente no segmento de vida de diferentes faixas etárias, repercutindo sobre a saúde dos indivíduos, aumentando a taxa de morbidade e transtornos futuros.

Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou

afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 03).

Acidente é entendido como o “evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas e ou emocionais no âmbito doméstico ou nos outros ambientes sociais, como o do trabalho, do trânsito, da escola, de esportes e o de lazer” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 3).

Ações violentas são cruéis, devastadoras; segundo alguns autores, podem ser comparadas a desastres ambientais sem comunicação prévia. “Os males humanos são, portanto, inesperados” (BAUMAN, 2008 apud CAVEDONI, 2011, p. 86). E quando ocorrem, trazem consigo novas sensações para aqueles que as vivenciam, sentimentos esses que podem gerar sofrimento e dano psicológico. Isso não seria diferente para quem lida diariamente com um cenário impregnado de significados, tendo a cena de um crime como espaço para executar seu exercício profissional, que é realizar a perícia criminal.

A violência urbana, doméstica, sexual, de gênero, racial, psicológica e institucional, entre tantas outras, por mais “naturalizada” expressão de comportamento que seja para alguns nichos, tem sido posta de forma estarrecedora para a sociedade. Podemos inferir que a violência pode gerar repercussão para o indivíduo. Segundo MINAYO et al. (2011), entre os efeitos descuido do trabalhador com as situações de estresse e de sofrimento psíquico, destacam-se as “formações reativas”, sobretudo nos casos em que os policiais cometem violências ou assistem às cenas de violência que redundam em mortes. Uma delas é a banalização das intercorrências; outra é o tratamento jocoso dos colegas em relação aos episódios de confronto, em que a naturalização dos fatos também permeia sua relação cotidiana com a violência e a morte.

Portanto, inferimos que a morte violenta permeia o cotidiano do cidadão brasileiro, assim como o cotidiano laboral da equipe da perícia criminal do município de São Paulo, afinal, sua atribuição junto ao Estado é atuar nesses contextos.

Faz parte do senso comum que o trabalho na segurança pública é desgastante física e psicossocialmente e, nesse contexto, encontram-se os peritos criminais, Experts, responsáveis por encontrar ou proporcionar a prova pericial, por meio da análise científica de vestígios produzidos e deixados na prática de delitos. Trata-se de profissionais que exercem atividades eminentemente técnico-

científicas, de natureza especializada, complexas e de grande responsabilidade (DIAS et al., 2013, p. 42).

O corpo desfalecido está no âmago das atividades laborais dos servidores periciais do Núcleo de Perícias em Crimes Contra a Pessoa (NPCCPessoa) do Instituto de Criminalística de São Paulo. A perícia é feita por meio da observação acurada do local de crime, do corpo da vítima e das peças periciais, na busca por indícios e evidências que materializem a prova, permitindo garantir o desfecho do crime ao inserir no inquérito criminal que poderão culpabilizar ou inocentar os envolvidos.

Os crimes a serem periciados envolvem tentativa de suicídio ou suicídio consumado, homicídio, latrocínio, infanticídio, aborto, estupro, pedofilia, maus-tratos contra humanos e animais, acidentes de trânsito doloso, violência doméstica, tentativa de roubo com lesão corporal, morte suspeita, envenenamento, extermínio, locais de resistência envolvendo policiais, entre tantos outros.

A equipe pericial atua em um cenário de trabalho extra-administrativo, acessando as residências das vítimas ou vias públicas, locais contendo corpos dilacerados, com órgãos exteriorizados (sem às vezes conseguir distinguir idade e sexo em consequência do grau de deterioração do corpo), locais com corpos em posições sombrias (como em casos de suicídio) ou em estado de putrefação, exalando odores e com a presença de roedores e parasitas. Usualmente, os locais são cheios de signos e significados e, por vezes, com uma plateia curiosa ao redor, formada por transeuntes, familiares e/ou mídia.

Esmiuçar o ocorrido e o corpo da vítima é crucial para os peritos criminais. Para produzirem um laudo forense sobre a dinâmica do crime, a preservação do local é fundamental para que possam executar seu trabalho de forma eficiente e legítima. Os peritos frequentemente sofrem pressão da mídia para que agilizem e divulguem um parecer prévio, até mesmo para conforto dos familiares. Necessitam “digerir” rapidamente o que os olhos processam ao se depararem com tragédias pontuais nos locais de crime, focando em uma atuação objetiva, livre de erros e “sublimando suas emoções” para dar objetividade ao seu trabalho.

A jornada de trabalho dos peritos criminais não permite uma recuperação emocional satisfatória, e a carga de trabalho oscila, pois é o número de ocorrências

que rege a demanda laboral, sendo, portanto, diretamente proporcional ao nível de segurança pública do município de São Paulo.

A violência moderna está aí, com sua visibilidade aumentada. Mais visível, aparece em expansão, portanto, mais contagiosa, parece criar-se de si própria, multiplicar-se por metamorfose. Ela se adivinha, se vê, se experimenta na rua, nos lugares públicos, nas estradas, e até no âmago da vida privada onde sua irrupção é temida (BALANDIER, 1997, p. 211).

Nos tempos atuais, as pessoas buscam pela imortalidade, censuram a finitude da vida e buscam incansavelmente métodos de prevenção ou tratamento de possíveis comorbidades. No passado, já era comum assistir a enforcamentos em praças públicas ou esquartejamentos em arenas romanas. Hoje, as arenas são televisionadas ou vivenciadas, a morte como espetáculo ainda continua a florescer sentimentos vultosos por parte de alguns indivíduos. Ao se depararem com acidentes ou homicídios nas ruas, as pessoas se aglomeram ao redor da vítima, e muitas vezes dificultam o trabalho da polícia em isolar a área para a perícia recolher as peças envolvidas na morte. Há também a curiosidade de visualizar como os policiais militares, os policiais civis e os peritos criminais manejam e analisam o cenário do crime ou da morte, principalmente quando o corpo da vítima está exposto em via pública ou quando há divulgação de casos de extermínio e “*serial killers*”.

A morte é vivenciada de diferentes formas e com rituais distintos em cada sociedade. Por vezes, falar sobre a morte soa como um pensar cético, visto que há um temor da morte na consciência dos vivos, mesmo que para alguns ela seja apenas um recomeço. Para BAUMAN (2008), o medo da morte é o protótipo de todos os medos. Há uma banalização da morte, sendo essa protagonizada rotineiramente nas relações humanas, presente na polidez dos vínculos relacionais que são quebrados com prontidão e sem danos ao período dispendido de convivência. As relações líquidas quando desfeitas não geram a sensação de perda, elas simplesmente recomeçam. Para BAUMAN, trata-se da modernidade líquida, “tememos, na verdade, o administrável e o indefensável. Medo é, pois, outro nome que damos a nossa ‘falta de defesa’” (BAUMAN, 2008, p. 127).

E essa dificuldade em se lidar com a Morte tem ocasionado uma gama de problemas que atinge diretamente o sistema de saúde público e privado do país, especialmente em virtude do adoecimento de seus

profissionais. Adoecimento este, decorrente do desgaste emocional, que favorece o desenvolvimento da síndrome de *Burnout*, descrita como a reação final do indivíduo face às experiências estressantes acumuladas ao longo do tempo de determinada atividade laboral (...) (SANTOS e BUENO, 2011, p. 273)

Inferimos que programas televisivos, como o popular “*CSI - Crime Scene Investigation*” (Investigação Criminal), são séries fictícias que não atraem a todos os perfis de telespectadores por causa do grau de violência e sangue enquadrados nas cenas. É possível que tal realidade laboral também não desperte o desejo de engajamento nessa profissão de forma extensiva aos diversos perfis de trabalhadores, principalmente pelo local de trabalho se tratar de uma instituição verticalizada e militarizada. Parte-se do princípio que é necessário haver uma motivação que atraia e que faça o perito criminal e o fotógrafo técnico-pericial permanecerem em uma atividade que lida diariamente com a morte, a violência e as mazelas que acometem a população.

Um estudo realizado por DIAS et al. (2013) apontou os principais estressores na rotina laboral de peritos criminais por meio de um questionário fechado não validado aplicado de forma anônima por meio eletrônico. Os autores encontraram que:

Os estressores predominantes reúnem fatores de risco que teriam relação principalmente com o controle que os peritos criminais podem exercer sobre os mesmos, podendo manifestar-se na incapacidade de controlar a sobrecarga, a pressão, a cobrança, as expectativas, a insegurança, as relações interpessoais. (...) A relação presumida com burnout, levantada nesta pesquisa, demonstra a necessidade de se estudar mais profundamente as ameaças que envolvem as atividades laborais da perícia criminal, buscando encontrar formas eficazes de identificação e de prevenção (DIAS et al., 2013, p. 48).

O enfrentamento pode ser compreendido como a habilidade de se adaptar a eventos angustiantes mantendo-se sadio e positivo. Pressupõe-se que o indivíduo precise desenvolver uma resistência para suportar o sofrimento, e estratégias defensivas são fundamentais para que ele se mantenha na atividade profissional. O enfrentamento não é uma característica inerente à personalidade do indivíduo. Entende-se que esse é um processo dinâmico, multidimensional ou ecossistêmico que pode ocorrer de forma coletiva ou individual. Entretanto, isso não significa que o indivíduo saia completamente ileso de determinada situação adversa, mas é possível

adaptar-se e limitar o dano. Em outras palavras, o indivíduo não é invencível, mas sim habilidoso para se adaptar às situações adversas.

A partir dessa realidade, o objetivo geral deste estudo é identificar pela percepção dos servidores os fatores de risco aos quais estão expostos e compreender o processo de construção de estratégias de enfrentamento pelos servidores periciais do Núcleo de Perícias em Crimes Contra a Pessoa do Instituto de Criminalística no município de São Paulo que vivenciam a morte violenta em seu cotidiano de trabalho. Identificar a percepção dos servidores sobre os fatores de risco e compreender as formas de superação e enfrentamento da morte violenta utilizadas por esses profissionais poderão revelar uma rica estratégia a ser incorporada na assistência a esse e a outros nichos de trabalho, principalmente na promoção de sua saúde e na melhoria de sua qualidade de vida. Os dados coletados serão incluídos nos acervos de pesquisas nessa área, os quais ainda são escassos se comparados ao número de profissionais envolvidos no processo da morte.

1.1 PERGUNTAS NORTEADORAS

- 1) Como é a prática cotidiana no trabalho dos peritos criminais e fotógrafos técnicos-periciais do Instituto de Criminalística que vivenciam a morte violenta?
- 2) Qual a percepção dos servidores sobre os fatores de risco e de proteção presentes no cotidiano dos peritos criminais e fotógrafos técnicos-periciais do Instituto de Criminalística que vivenciam a morte violenta?
- 3) Como os peritos criminais e fotógrafos técnicos-periciais constroem as estratégias de enfrentamento em seu cotidiano de trabalho?

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Caracterizar as práticas cotidianas no trabalho dos servidores peritos criminais e fotógrafos técnicos periciais do Instituto de Criminalística diante da morte violenta;
- 2) Descrever os significados atribuídos pelos peritos criminais às experiências relacionadas a seu cotidiano laboral ao prestarem atendimento pericial no local de crime;
- 3) Identificar a percepção sobre os fatores de risco e de proteção presentes no cotidiano dos servidores peritos do Instituto de Criminalística que vivenciam a morte violenta;
- 4) Analisar as estratégias de enfrentamento entre servidores peritos criminais e fotógrafos técnicos-periciais do Instituto de Criminalística que vivenciam a morte violenta.

CAPÍTULO 1 – DELINEANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 VIOLÊNCIA; CONCEITOS E DELINEAMENTO DO ESTUDO

“... a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo!”

(ARENDT, 1985, p. 31)

1.1.1 Violência: Definição

As formas de violência são tão numerosas que seria limitador enumerá-las, principalmente pela ocorrência frequente de mudanças socioantropológicas. Ressurgem na sociedade com novos modos e repercussões, rompendo, em algumas circunstâncias, com as dimensões moral e ética.

Violência não é apenas aquela que causa óbito, mas também aquela presente no segmento de vida de diferentes faixas etárias, afetando a saúde dos indivíduos e aumentando a taxa de morbidade e transtornos futuros.

Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 3).

A palavra violência deriva do latim, *violentia*, e expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Remete a algo fora do estado natural, ligado à força, ao ímpeto e ao comportamento deliberado que produz danos físicos (como ferimentos, tortura e

morte) ou danos psíquicos (como humilhações, ameaças e ofensas) (MODENA, 2016).

A violência é descrita, estudada e analisada por diversas ciências, entre elas, sociologia, antropologia, biologia, psicologia, psicanálise, teologia, filosofia e direito. Neste estudo, com foco na Saúde Pública, especificamente na saúde do trabalhador, abordaremos a violência tendo como contexto a criminologia, pois esse é o cenário de atuação dos participantes desta pesquisa.

A criminologia é o conjunto de conhecimentos que se ocupa do crime, da criminalidade e suas causas, da vítima e do controle social do ato criminoso. Etimologicamente, o termo deriva do latim *crimino* (crime) e do grego *logos* (tratado ou estudo), sendo, portanto, definido como o "estudo do crime". É uma ciência empírica porque se baseia na experiência da observação, nos fatos e na prática, mais do que em opiniões e argumentos. Ao mesmo tempo, ela é interdisciplinar e formada pelo diálogo entre uma série de ciências e disciplinas, como a biologia, psicopatologia, sociologia, política, antropologia, direito e filosofia (FERNANDES N e FERNANDES V, 2012).

A Tanatologia é a parte da medicina legal que lida com a morte e com os problemas médico-legais relacionados. O termo origina-se do grego *Thánatos* — o deus da morte e *Logia* — ciência (VANRELL, 2016).

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a SPTC, em conjunto com a Lei Nº 10.095/1968, indicam que a necropsia pelo IML deve ser realizada nos seguintes casos: morte violenta (por acidente de trânsito ou de trabalho, homicídio, suicídio, etc.), morte suspeita ou morte natural de pessoa não identificada. Quando há casos de morte por falta de assistência médica ou causas naturais desconhecidas, os corpos são encaminhados para o SVO subordinado à administração municipal (SSP/SP, 2019). Segundo a Medicina Legal, as mortes por ação isógena classificam-se como:

Morte natural é a que resulta da alteração orgânica ou perturbação funcional provocada por agentes naturais, inclusive os patogênicos sem a interveniência de fatores mecânicos em sua produção; **morte súbita** é a morte imprevista, que sobrevém instantaneamente e sem causa manifesta, atingindo pessoas em aparente estado de boa saúde; **morte violenta** é aquela que tem como causa determinante a ação abrupta e intensa, ou continuada e persistente de um agente biológico, físico ou químico sobre o organismo (por exemplo, homicídio, suicídio ou acidente; **morte fetal** é a morte de um produto

da concepção antes da expulsão ou da extração completa do corpo da mãe, independente da duração da gravidez; **morte materna** é a morte de uma mulher durante uma gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou localização da gravidez; **morte catastrófica** é toda morte violenta de origem natural ou de ação dolosa do homem em que, por um mesmo motivo, ocorre um grande número de vítimas fatais; **morte presumida** é a morte que se verifica pela ausência ou desaparecimento de uma pessoa, depois de transcorrido um prazo determinado pela Lei (CROCE e CROCE JÚNIOR, 2009, p. 45).

Acidentes e violência são reconhecidos na Classificação Internacional das Doenças (CID-11) como causas externas, dentre as quais a morte violenta também é contemplada. Os acidentes que resultam em óbito, bem como as diversas violências contra a pessoa que resultam em lesão corporal e morte, são considerados crimes contra a pessoa e, portanto, de interesse e intervenção da perícia criminal.

Uma investigação criminal é realizada quando há crime lesivo ou letal, em que é necessário verificar sua intencionalidade ou descartar a hipótese de crime. Sabe-se que a trajetória desses crimes compete à vara criminal e, portanto, necessitam de investigação para realização da justiça exercida pelo Estado.

Alguns estudiosos, como OLIVEIRA RP (2008) e SANTOS JUNIOR e DIAS (2004), apontam que trabalhadores que lidam com a violência direta e/ou indireta podem sofrer impactos físicos, psicológicos ou morais, resultando em alterações comportamentais.

A “violência **do** trabalho” seria aquela originada na organização do processo de trabalho e, assim, o modo como o trabalho pode ser organizado e gerenciado constituiria uma forma de violência. A “violência **no** trabalho” relaciona-se às formas de violência que representariam riscos ao trabalhador no ambiente de trabalho e que podem ser consideradas crimes, tais como agressões físicas, assaltos, assassinatos (TURTE-CAVADINHA, 2016, p. 48).

Este capítulo foi dividido em subcapítulos que objetivaram contextualizar a violência mundial, na América Latina, no Brasil e, por fim, no município de São Paulo, local onde se deu a coleta de dados. Optou-se em realizar uma explanação ampla sobre a violência por tratar-se de dados que irão fomentar a discussão dos resultados obtidos, em que as produções científicas são escassas sobre a organização do trabalho pericial, em que este atua no âmbito da violência urbana.

1.1.2 Violência no Mundo

As sociedades têm experimentado diversos tipos de violência em sua existência, desde crimes hediondos até extermínios em massa, como terrorismo e massacres. Os noticiários transmitem manchetes “repletas de sangue” como parte da realidade de muitos cidadãos, quer vivam em países centrais ou periféricos. Alguns países, no entanto, têm apresentado uma diminuição nas taxas de violência após a implementação de novas configurações na segurança pública e de ferramentas humanas e instrumentais para apoiar o controle dos riscos à segurança da população.

Os dados amplamente divulgados por relatórios e anuários como o Mapa da Violência, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da Violência utilizam o número anual de homicídios registrados por país para apontar semelhanças e diferenças entre países e continentes. Ressalta-se que os dados divulgados são refinados de acordo com a confiabilidade do emissor e são designados como dados de alta qualidade.³

CERQUEIRA et al., coordenadores do Atlas da Violência 2018, analisaram inúmeros indicadores para compreender melhor o processo da acentuada violência no Brasil. O Atlas da Violência (2018) foi produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Para tal, os autores analisaram a violência mundial utilizando dados das bases das Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os dados da OMS são diferenciados por padrões de confiabilidade, sendo designados

³ A Organização Mundial de Saúde (OMS) refina os dados a partir do número de óbitos classificados de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), como eventos que envolvem agressões e óbitos provocados por intervenção legal (códigos X85-Y09 e Y35-Y36). Tais dados são publicados em todo o mundo, desde 1893, pela OMS, após padronização e codificação das doenças e das mortalidades por causas externas. A OMS tem o alcance de dados para uma listagem contendo informações de 121 países. Porém, há um refinamento realizado pela própria OMS que seleciona os países que apresentam dados estatísticos confiáveis, reduzindo as informações de 121 para 59 países, sendo esses denominados como dados da OMS de alta qualidade. A Organização das Nações Unidas (ONU) também disponibiliza o número anual de homicídios por país, para os mesmos 121 países considerados na base da OMS.

como OMS geral ou OMS de alta qualidade. Também avaliaram as unidades da federação, comparando os resultados atuais com os de anos anteriores e as respectivas políticas de segurança implantadas.

Observa-se que, no período 2000 a 2013, as três fontes indicam uma taxa de cerca de seis a nove homicídios por 100 mil habitantes (Figura 2). Além disso, nota-se que, em 2007, foram registradas similaridades nas taxas de homicídios considerando dados da ONU (121 países) e dados da OMS de alta qualidade (59 países).

O número de homicídios no Brasil só começou a ser contabilizado pela ONU a partir de 2007, ressaltando a representatividade do Brasil nos incidentes de homicídios no mundo. A base de dados da ONU disponibiliza dados sobre homicídios até 2012, não contemplando o ano de 2013, embora o registro continue após essa data.

Figura 2 - Evolução da taxa de homicídios mundial (por 100 mil habitantes) entre 2000 e 2013

Fonte: IPEA, 2018.

A Figura 3 mostra a evolução das taxas de homicídios nas Américas e no mundo entre 2000 e 2013. Nota-se que a taxa da América do Norte acompanha a taxa

mundial. Já a taxa da América Central ocorreu uma elevação significativa a partir de 2003 e convergiram apenas a partir de 2007. Em relação à América do Sul, mesmo com uma trajetória com taxa elevada de homicídio ocorreu o aumento a partir de 2007, período no qual os dados brasileiros de homicídios começaram a ser contabilizados. As taxas de homicídios do Caribe são discrepantes, essa divergência se deve à diferença entre os sete países com dados de alta qualidade e os 23 países da OMS (geral), evidenciada pela comparação com a taxa da ONU.

Figura 3 – Evolução das taxas de homicídios mundial e das Américas por 100 mil habitantes, segundo OMS geral, entre 1996 e 2009

Fonte: IPEA, 2018

Comparando-se as duas figuras geradas a partir das bases de dados da OMS de alta qualidade e da ONU para a América do Sul entre 2000 e 2013, observa-se que a taxa de homicídio foi similar e variou aproximadamente na mesma margem em ambos os gráficos. Nas duas figuras (Figuras 4 e 5), o Brasil e a Colômbia são os países sul-americanos com as maiores taxas de homicídios. Observa-se também que, desde 2006, o Uruguai, o Chile e a Argentina apresentam taxas de homicídios abaixo da média mundial, conforme dados da ONU.

Figura 4 – Evolução das taxas de homicídios mundial e da América do Sul por 100 mil habitantes, segundo dados da OMS de alta qualidade, entre 2000 e 2013

Fonte: IPEA, 2018

Figura 5 – Evolução das taxas de homicídios mundial e da América do Sul por 100 mil habitantes, segundo dados da ONU, entre 2000 e 2013

Fonte: IPEA, 2018

Os autores do estudo concluem que “os indicadores mostraram a concentração do problema dos homicídios nos países latino-americanos, sendo que o Brasil, lamentavelmente, entra sempre na lista das nações mais violentas do planeta” (IPEA, 2018, p. 15).

A seguir, apresentaremos os dados referentes ao Brasil e suas unidades federativas, trazendo as taxas relacionadas à violência amplamente divulgadas pelos órgãos responsáveis pela Segurança Pública.

1.1.3 Violência no Brasil, Regiões e Unidades Federativas

A violência no Brasil é um problema permanente no cotidiano da população, principalmente entre os grupos socialmente vulneráveis, como mulheres, crianças, jovens, idosos, grupos étnicos, trabalhadores rurais e homossexuais. Obviamente, a consequência mais visível dessa violência é o crescimento acentuado no número de homicídios.

O Ministério da Saúde utiliza o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS) para analisar a taxa de homicídios no país. Segundo o Atlas da Violência (2018), no ano de 2016 ocorreram 62.517 homicídios no Brasil, ou seja, o país ultrapassou 30 mortes por 100 mil habitantes (taxa igual a 30,3). Atualmente, esse indicador está na faixa de 60 a 65 mil casos por ano. Esse índice crescente revela a naturalização do fenômeno e a necessidade de políticas públicas em níveis federal, estadual e municipal.

Para efeito de comparação, o número de assassinatos ocorridos no Brasil em 2016 é similar ao número estimado de mortes causadas pela bomba atômica arremessada em Nagasaki, no Japão, em 1945. Um outro cálculo leva à situação de sete assassinatos por hora em 2016, um aumento de 4% em relação a 2015. As maiores taxas de homicídio por 100 mil habitantes são observadas em Sergipe (64), no Rio Grande do Norte (56,9) e em Alagoas (55,9) (IPEA, 2018). O gráfico 6, retirado do Atlas da Violência (2018), ilustra o aumento considerável nos indicadores de violência letal no Brasil entre 2006 e 2016.

Figura 6 – Número e taxa de homicídio no Brasil entre 2006 e 2016

Fonte: IPEA, 2018.

Infelizmente, a crescente taxa de homicídios tem repercussão severa no desenvolvimento social e econômico do país, uma vez que a população mais acometida é a de jovens do sexo masculino (15 a 29 anos), com uma representatividade de 56,5% na faixa etária de 15 a 19 anos (Figura 7).

Figura 7 – Proporção de óbitos causados por homicídios no Brasil em 2016

Faixa etária =>	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	Total
Masculino	17,4%	56,5%	52,4%	42,8%	33,0%	22,7%	13,9%	7,6%	4,3%	2,4%	1,5%	0,8%	13,9%
Feminino	6,4%	14,1%	14,3%	10,5%	7,9%	4,7%	2,6%	1,7%	0,8%	0,5%	0,3%	0,1%	2,0%
Total	13,2%	49,1%	46,0%	36,1%	26,4%	17,1%	10,1%	5,5%	3,0%	1,7%	1,0%	0,5%	9,7%

Fonte: IPEA, 2018.

Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios nas regiões Sudeste e Centro-Oeste permaneceu relativamente estável. Entretanto, nas demais regiões observa-se um crescimento acentuado, principalmente na Região Norte (Figura 8).

Figura 8 – Taxa de homicídios no Brasil e regiões entre 2006 e 2016

Fonte: IPEA, 2018.

Algumas ressalvas precisam ser feitas diante do atual cenário brasileiro. Onze estados apresentaram crescimento gradativo da violência letal entre 2006 e 2016, todos eles localizados nas regiões Norte e Nordeste, exceto o Rio Grande do Sul. O estado do Rio de Janeiro vinha apresentando queda nas taxas de homicídio desde 2003, mas a partir de 2012, houve uma oscilação nos indicadores de letalidade violenta, culminando em um forte crescimento nos índices de 2016, tendo como marco o final das Olimpíadas. Já em Pernambuco, o programa Pacto pela Vida⁴ vinha obtendo bons resultados, porém, após 2013, o número de homicídios cresceu 39,3%.

A Paraíba e o Espírito Santo ocupavam o 3^a e 2^a posições, respectivamente, entre as unidades federativas (UFs) mais violentas do país. Após a implantação dos programas “Paraíba pela Paz”⁵ e “Estado Presente”⁶, ambos os estados apresentaram

⁴ O Pacto Pela Vida (PPV) é um programa do governo do estado de Pernambuco que tem como finalidade reduzir a criminalidade e controlar a violência. A implementação do PPV, que desde 2007 colocou em marcha uma série de estratégias de repressão e prevenção ao crime com foco na redução dos homicídios, foi responsável pela diminuição de quase 40% dos homicídios no estado entre janeiro de 2007 e junho de 2013 (RATTON et al., 2014, p. 11).

⁵ O Programa Paraíba pela Paz foi criado em 2011, pelo Governo do Estado da Paraíba, e nasceu após a realização de fórum de mesmo nome, cujo objetivo foi discutir segurança, cidadania e gestão compartilhada, além de políticas de Segurança Pública para enfrentar os índices de assassinatos registrados em território paraibano.

⁶ O Programa Estado Presente tem como escopo a redução dos índices de homicídio em áreas com maior vulnerabilidade social e, para tanto, tem o desafio da consolidação de uma governança democrática e participativa, orientada para resultados (FAJARDO et al., 2014, p. 2).

diminuição gradativa da taxa de homicídios. Em 2016, a Paraíba e o Espírito Santo passaram a ocupar, respectivamente, a 18ª e 19ª posições entre as UFs mais violentas. Já o Distrito Federal, vem apresentando uma diminuição gradual nas taxas de homicídio desde 2013. Por fim, o estado de São Paulo continua mostrando uma queda gradativa nas taxas de homicídio desde 2000. Daremos ênfase ao município de São Paulo no próximo subcapítulo.

Além do homicídio doloso, como o latrocínio e lesão corporal seguida de morte, há outros crimes que resultam em morte, os quais são agrupados como Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Essa nomenclatura foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), e reúne os crimes de maior relevância social. A nomenclatura não se restringe apenas aos casos de homicídios dolosos, ela contempla também as mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora de serviço.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017) foi desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e contém as taxas dos CVLI comparando os anos de 2015 e 2016. Para obter dados reais e confiáveis, implantou-se um instrumento de qualificação dos dados de homicídio por UF, utilizando como referência o Protocolo de Bogotá (FBSP, 2017). Esse protocolo foi elaborado em setembro de 2015, em uma conferência com a participação de mais de 90 profissionais de 12 países, e emprega requisitos técnicos para estabelecer a validade, confiabilidade e transparência dos dados de homicídio. O protocolo é fomentado pelas instituições de produção e divulgação de dados oficiais de homicídios.

Os critérios propostos para a criação do protocolo foram agrupados em cinco áreas temáticas: conceito de homicídio, informações mínimas que devem ser registradas, dados perdidos e casos indeterminados, convergência entre as fontes e transparência. Após essa triagem, foram criados quatro grupos segundo a qualidade dos dados, a saber: “Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: qualidade intermediária das informações; Grupo 3: menor qualidade das informações; Grupo 4: não há como atestar a qualidade dos dados, pois a UF optou por não responder o questionário de avaliação” (FBSP, 2017, p. 106).

O FBSB (2017) apontou em números absolutos de mortes violentas intencionais no Brasil e suas UFs o ano de 2016. Sergipe apresentou a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes (64,0), seguido por Rio Grande do Norte (56,9) e Alagoas (55,9). A figura mostra também as mortes decorrentes de intervenção policial

(em serviço e fora de serviço), com os maiores números absolutos registrados no Rio de Janeiro (925) e em São Paulo (856). Observa-se que o estado de São Paulo pertence ao Grupo 2, que possui qualidade intermediária de informações.

De acordo com um relatório produzido pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), a impunidade é uma questão real nos inquéritos criminais. Em 2011, estimou-se que o índice de esclarecimento de homicídios no Brasil variava entre 5 e 8% (FBSP, 2014). Um estudo realizado em Belo Horizonte mostra que os casos de homicídios esclarecidos levaram, em média, 3.404 dias (cerca de nove anos) entre o ato criminoso e o julgamento pelo tribunal do júri, ilustrando a morosidade dos processos criminais (RIBEIRO et al., 2014).

Sob todos os parâmetros, o crime contra a vida tem gerado enormes disjunções no funcionamento do sistema de justiça criminal e de segurança pública e, por vezes, é relegado mais a um plano simbólico de sua gravidade do que em práticas efetivas para o seu enfrentamento e prevenção (LIMA et al., 2015, p. 130).

A vitimização policial também é um dado estatístico valioso para compreendermos as questões relacionadas ao contexto do trabalho desses profissionais. O ano de 2016 foi marcado pelo aumento no número de homicídios de policiais, principalmente no estado do Rio de Janeiro. Nesse ano, atingimos um total de 453 policiais (civis e militares) mortos no Brasil, os quais foram mortos em confronto ou por lesão não natural fora do serviço. Esse número representou um crescimento de 23,1% em relação a 2015 (Figura 9). O estado de São Paulo tem maior vitimização de policiais civis e o estado do Rio de Janeiro de policiais militares. O perfil dos policiais vitimados foi predominantemente do sexo masculino, cor negra e faixa etária de 40 a 49 anos (SSP, 2017).

Figura 9 – Policiais civis e militares vítimas de homicídio em serviço e fora de serviço, Brasil, 2009 a 2016

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2017

A Morte Violenta Intencional (MVI), no Brasil em 2016, quase chegou a 62 mil casos, e a Morte decorrente de intervenções policiais (MDPI) em serviço e fora de serviço um total de 4.222. A proporção entre elas teve maior percentual em São Paulo (17,4%), Rio de Janeiro (14,8%) e Paraná (9,2%). O perfil da população vitimada por policiais foi de homens (99,3%) jovens entre 18 e 29 anos (81,8%), negros (76,2%). Entre 2009 e 2016, um total de 21.892 pessoas morreram em decorrência de intervenções policiais. (ABSP, 2017) (Figura 10)

Figura 10 - Proporção de mortes decorrentes de intervenções policiais em relação às mortes violentas intencionais no Brasil e unidades da federação em 2015 e 2016

Brasil e Unidades da Federação	Mortes violentas Intencionais (MVI)		Morte decorrente de intervenções policiais (MDPI) em serviço e fora de serviço		Proporção de MDPI em relação as MVI	
	Números absolutos		Números absolutos		Em percentual (%)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Brasil	58.459	61.283	3.330	4.222	5,7	6,9
Rio de Janeiro	5.010	6.262	645	925	12,9	14,8
São Paulo	5.196	4.925	832	856	16,00	17,4
Paraná	2.840	2.914	246	267	8,7	9,2

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2017

Os indicadores por UFs nos levam a questionar os números do estado de São Paulo, em especial da grande São Paulo, por estarem na contramão da realidade de outras UFs, as quais mantêm crescimento das taxas de homicídio. Essa questão é emblemática e discutida por estudiosos da área.

1.1.4 Violência em São Paulo

Entre as décadas de 1980 e 2000, o município de São Paulo (MSP) possuía elevadas taxas de mortalidade por homicídio (TMH) e, diante disso, era considerado o mais violento do Brasil. Essas taxas atingiram seu ápice na década de 1990, com mais de 60 casos por 100 mil habitantes. Contudo, entre 2001 e 2008, a TMH caiu mais de 70%, chegando a 14,9 homicídios por 100 mil habitantes (PERES et al., 2017). A queda da TMH ocorreu de forma generalizada em todas as áreas geográficas do município e englobou todas as faixas etárias, cor e sexo. Porém, a queda foi mais acentuada entre a população masculina jovem (de 15 a 24 anos) e moradores de área de exclusão social extrema. ADORNO (2002) e CARDIA et al. (2003) destacam a persistência de valores expressivos da mortalidade por homicídio em áreas com piores condições socioeconômicas, pois, nesses locais, os índices permanecem acima da média do MSP. Mesmo com a queda significativa da TMH, a população jovem da periferia continua sendo vitimada (PERES et al., 2011a).

Há diversas explicações para a mudança do panorama da violência resultante em morte. Distintos desenhos de pesquisas obtiveram diferentes explicações, o que ressalta a complexidade no entendimento do fenômeno e suas causalidades. Dentre as explicações, podemos citar: o investimento na segurança pública com foco na capacitação de policiais e aumento de seu contingente, a discussão de políticas de desarmamento, mudanças nos modelos de encarceramento e na dinâmica do mercado ilegal de drogas e a mudança no perfil populacional, caracterizado por uma população com idade mais avançada (PERES et al., 2011a).

O estado de São Paulo foi o primeiro a implementar, ainda nos anos 90, um programa de encarceramento massivo e a criar um Regime Disciplinar Diferenciado

(RDD). Isso se deu em resposta à expansão de uma única facção criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que atua desde então no comando dentro e fora dos presídios de São Paulo. No entanto, o que mais chama a atenção quando analisamos os dados de segurança pública é a expressiva redução de mais de 70% da taxa de homicídios (PERES et al., 2011a). Esse é um indicador de grande impacto e presente no discurso das autoridades para enaltecer o modelo paulista, apesar de outros crimes, como latrocínio, roubo, assaltos, morte de policiais, intervenções policiais ainda se manterem em franco crescimento.

Estudos etnográficos também indicam mudanças na dinâmica criminal e destacam a existência de um poder paralelo na periferia, o qual mantém um sistema de leis e punições próprias e que, consequentemente, reduz alguns indicadores de violência (DIAS, 2013; FELTRAN, 2010, 2012; TELLES e HIRATA, 2010).

O repertório de regimes normativos que pluralizam a noção de justiça nas periferias de São Paulo, e dos modos como pôde se estabelecer, ao longo desses anos, uma justiça do *crime* que coexiste, nesses territórios, com as justiças estatal e divina, com ela hibridizadas nas práticas dos policiais da base da corporação (FELTRAN, 2010, p. 67).

Entre 2001 e 2007, tendo como plano de fundo a sanção da Lei do Estatuto do Desarmamento (ED), em dezembro de 2003, a TMH caiu 60,1% em todo o estado de São Paulo, colocando-o como um dos casos internacionais mais emblemáticos, junto a Nova Iorque e Bogotá. A prática do desarmamento foi um dos fatores relevantes que levaram à diminuição dos crimes violentos, particularmente dos homicídios. Porém, o desarmamento não afetou outros crimes com motivação econômica, como latrocínio, roubo de veículos e tráfico de drogas ilícitas, o que sugere a irrelevância do efeito da vítima potencialmente armada na eventual dissuasão do crime.

Os dados sobre as várias dinâmicas criminais indicaram, entretanto, que não houve uma queda generalizada da criminalidade no estado de São Paulo. Ao contrário, os crimes contra a pessoa e contra o patrimônio aumentaram cerca de 20% (CERQUEIRA e MELLO, 2012, p. 51).

Segundo CERQUEIRA e MELLO (2012), mesmo com a implantação da política do ED, as agressões corporais em meio aos conflitos interpessoais continuaram a ocorrer de forma dolosa, porém utilizando instrumentos menos letais, que vão desde o uso do próprio corpo até o uso de armas brancas. Tais lesões corporais aumentaram

após a restrição ao porte de arma, ocorrendo, portanto, apenas uma substituição na forma de agir perante os conflitos violentos. Os criminosos não se abstiveram de cometer os crimes, independentemente de a população portar ou não uma arma para autodefesa. Sabe-se que o acesso às armas de fogo aumenta consideravelmente as lesões letais contra a pessoa e que os criminosos continuam a ter acesso contínuo para adquiri-las.

A figura 11 mostra dados extraídos de um levantamento realizado na plataforma *online* da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Os dados mostram o número absoluto de ocorrências policiais por natureza no município de São Paulo, 2016 a 2018.

Figura 11 – Ocorrências policiais mensais, segundo a natureza, registradas de 2016 a 2018, SPTC, São Paulo.

Natureza	Anos		
	2016	2017	2018
HOMICÍDIO DOLOSO	844	713	672
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO	887	777	723
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	932	807	749
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	3	3	14
LESÃO CORPORAL DOLOSA	29.729	30.219	28.548
LESÃO CORPORAL CULPOSA	876	1.039	1.042
LATROCÍNIO	116	117	80
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	116	118	82
TOTAL DE ESTUPRO	2.316	2.546	2.590
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	552	1.620	1.792

Fonte: Departamento de Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico-Científica

Nota-se que os números de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio não sofreram grande queda ao longo dos anos, mesmo com a redução da taxa de violência no município de São Paulo. As naturezas criminais que apresentaram crescimento entre 2016 e 2018 foram: lesão corporal seguida de morte, lesão corporal culposa e estupro, incluindo o de vulneráveis. Tais crimes permanecem gerando uma sensação de insegurança na população. A Figura 12 apresenta um levantamento feito pelo jornal

“Folha de S. Paulo”, denominado Mapa da Morte, que revela a geografia das mortes no município de São Paulo.

O Jardim São Luís teve uma taxa de 16 mortes por 100 mil habitantes no período, o dobro da média da cidade. Para efeitos de comparação, o índice é superior ao de países como República Democrática do Congo, na África, e Porto Rico, na América Central, ainda que sejam inferiores à média brasileira de 27 assassinatos por 100 mil, uma das maiores do mundo (RODRIGUES A et al., 2017).

Figura 12 – Número de mortes ocorridas em alguns distritos de São Paulo

OS 10 PIORES DISTRITOS

Número de mortes

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de SP, UNODC e Anuário de Segurança Pública de 2016. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/introducao/mapa-da-morte-em-sp-vai-da-suecia-ate-o-mexico-locais-dos-crimes-se-repetem.shtml>. Acesso: 29.03.2019

Marcelo Nery, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, destaca que há repetição de crimes nos mesmos lugares e considera que essa dinâmica enfatiza a violência predominante nas áreas da cidade com maior desigualdade. Até mesmo nos bairros considerados violentos, há áreas que

concentram maiores taxas de violência e que são de conhecimento das autoridades militares (RODRIGUES et al., 2017).⁷

Diante do panorama apresentado, o contexto de trabalho da equipe pericial do município de São Paulo ocorre nos cenários de crimes das naturezas relatadas acima, nos quais a população acometida e as áreas geográficas permanecem sem muitas alterações na configuração, ou seja, são distritos de baixo poder aquisitivo. Isso nos leva a inferir que a naturalização da violência é fruto da recorrência dos episódios de crimes similares em que o trabalhador que vivencia tal realidade poderá naturalizar a violência de forma “fisiológica”, munido de estratégias individuais ou coletivas, ou a exposição prolongada poderá gerar um dano psíquico por vivenciar continuamente um contexto repleto de significados.

⁷ Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/introducao/mapa-da-morte-em-sp-vai-da-suecia-ate-o-mexico-locais-dos-crimes-se-repetem.shtml>. Acesso em: 29.03.2019

1.2 SEGURANÇA PÚBLICA

1.2.1 Segurança Pública no Brasil

O sentir-se seguro para ir e vir sofreu alterações em sua compreensão pelos cidadãos ao longo das décadas. Sentir-se seguro é uma mediação entre a avaliação dos riscos e a sensação de medo. O medo contemporâneo que exemplifica essa relação de risco e segurança é o terrorismo, sendo esse um novo desafio para as políticas de segurança pública.

Mesmo com o aumento da expectativa de vida, devido ao advento de tecnologias na área da saúde, o receio da morte ainda prevalece. Na realidade, “o mundo não é hoje mais perigoso, somos nós que o percebemos como tal” (LIMA, 2013, p. 596). Não é apenas a análise de dados criminalísticos, com a apuração da redução das taxas, que fará o cidadão sentir-se seguro, mas sim a sensação de segurança e a minimização de riscos. A manutenção e minimização da sensação de insegurança necessitam da ação de atores sociais e governamentais por meio de políticas públicas.

De acordo com SÁ e SILVA (2012, p. 413):

Política pública é expressão que, em princípio, pode qualificar qualquer conjunto de iniciativas sistemáticas conduzidas a partir de órgãos de governo, com vistas a alterar uma realidade considerada problemática ou imperfeita (GOODIN et al., 2006 apud SÁ e SILVA, 2012, p. 413).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, afirma que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos, fazendo-nos pensar que todo e qualquer cidadão tem sua parcela de responsabilidade. Diante disso, busca-se equilibrar a descentralização (para que os gestores locais tenham capacidade de agir de forma mais específica à demanda do município) e a centralização (para que a ação ocorra de forma hegemônica frente as desigualdades, por exemplo).

Até o início dos anos 2000, o panorama brasileiro na segurança pública era marcado por duas características que estabeleciam franca tensão com estas variáveis. A primeira era a divisão rígida de competências no plano federativo, a qual conferia aos Estados grande autonomia na concepção e na execução de suas próprias medidas e iniciativas no setor. A ação do governo federal resumia-se, basicamente, à mobilização da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), não raro de maneira desarticulada da ação das forças estaduais. A segunda correspondia à centralidade da ação ostensiva de organizações policiais na agenda dos governos estaduais, traduzida por bordões como “Rota na rua” e endossada, ainda que por omissão, pelo governo federal (SÁ e SILVA, 2012, p. 414).

Para compreender melhor a Segurança Pública no âmbito policial, é necessário apresentar sua sistematização. A polícia é dividida entre administrativa (que corresponde à Polícia Militar) e judiciária (que corresponde à Polícia Civil). A ordem pública deve ser alcançada por meio de policiamento ostensivo preventivo e repressivo sob responsabilidade da Polícia Militar, que exerce contato direto com o cidadão e com a sociedade. Já a polícia judiciária, denominada Polícia Civil, tem a missão de apurar as infrações penais e auxiliar o Poder Judiciário realizando a repressão imediata. Portanto, ela visa atender à vontade coletiva e à supremacia do interesse público sobre o particular.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), estabelecendo assim, a unidade de coordenação de proposições reformistas (até então dispersas na agenda federal), a construção, em 2000, do I Plano Nacional de Segurança Pública (O Brasil Diz Não à Violência) e a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o Instituto Cidadania elaborou políticas que visavam o planejamento e gestão, traçando diagnósticos da violência e criminalidade. O Senasp, por sua vez, enunciou linhas mais estratégicas e estruturantes para sua atuação e mobilização dos recursos do FNSP, indo, portanto, além do foco dado às viaturas e armamento.

Dessa forma, ao invés de reagir a demandas por aparelhamento das organizações estaduais, o governo federal passava a induzir e articular políticas reformistas e mais complexas, que envolviam componentes como coleta sistemática de dados em matéria criminal, pactuação das diretrizes nacionais de formação de policiais e fomento

a projetos de prevenção à violência e à promoção dos direitos humanos (SÁ e SILVA, 2012, p. 415).

A Figura 13, retirada do relatório de Gestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública de 2003, ilustra as Diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública traçadas no primeiro governo do presidente Lula.

Figura 13 - Diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública

Fonte: SENASP/MJ, 2003a.

Um dos pontos impactantes desse plano foi a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) Estaduais e Municipais que são “foros deliberativos e executivos, compostos por representantes das agências de segurança pública e justiça criminal, que operam por consenso, sem hierarquia, respeitando a autonomia das instituições que o compõem” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2003). Os GGIs eram supervisionados por comitês gestores nos Estados e na União e formavam a base da estrutura de governança modelada como sistema de políticas públicas, que foi chamada de Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (Figura 14).

O SUSP não implicaria a unificação das polícias, mas a geração de meios que lhes propiciassem trabalhar cooperativamente, segundo

matriz integrada de gestão, sempre com transparência, controle externo, avaliações e monitoramento corretivo. Nos termos desse modelo, o trabalho policial seria orientado prioritariamente para a prevenção e buscaria articular-se com políticas sociais de natureza especificamente preventiva (SOARES, 2007, p. 90).

Figura 14 – Criação do Sistema Único de Segurança Pública

Fonte: SENASP/MJ, 2003b.

Visando conciliar a ação conjunta do Estado e da sociedade, conforme a Constituição Federal de 1988, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), desenvolvido pelo Ministério da Justiça em 2007, durante o segundo governo Lula (2007-2010). A principal ideia desse programa é vincular políticas de segurança pública com ações sociais de prevenção, controle e repressão da violência. O programa age por meio de 94 ações envolvendo a União, estados e municípios mediante mobilizações policiais e comunitárias.

O principal foco do PRONASCI está nas comunidades em que são realizadas ações educativas, de conscientização e de fortalecimento dos laços de cidadania. Por outro lado, a sociedade deve estar preparada para cobrar seus direitos e participar de forma colaborativa por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança. Esses conselhos são compostos por grupos de moradores que se reúnem com autoridades públicas para discutir, analisar, planejar, acompanhar e avaliar a solução de problemas de proteção social, contribuindo para a segurança de seus bairros e desenvolvendo campanhas educativas e sociais. Tais medidas visavam criar uma nova roupagem para a estrutura policial no Brasil, que sempre foi alvo de muitas críticas, incluindo até mesmo a sugestão de que a Polícia Militar deveria ser extinta.

Alguns autores argumentam que a criação de uma política de segurança pública que visasse um “ciclo completo de polícia” teria mais efeito sobre o controle da criminalidade, como já acontece em outros países. Tal ciclo é “compreendido como a atribuição de atividades de patrulhamento ostensivo e de investigação criminal a uma mesma organização policial” (SAPORI, 2016, p. 51).

Os Estados Unidos possuem ciclo completo em âmbito municipal, a Alemanha e a Inglaterra em âmbito regional e o Japão e a França em âmbito federal. Porém, mesmo com a implantação do ciclo completo, há também alterações no modelo organizacional. Por exemplo, nos Estados Unidos, o policiamento é municipalizado, enquanto na França existem duas polícias e no Japão apenas uma. Percebe-se que existem diferentes arranjos institucionais de acordo com as especificidades de cada país, não existindo, portanto, um modelo ideal mesmo com a implantação do ciclo completo. Entretanto, para a implantação do ciclo completo, seria necessário alterar o artigo 144 da Constituição Federal, pois ele delimita as ações de segurança pública que competem a cada órgão.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Segurança Pública é definida como:

(...) dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das

atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil (CF, 1988).

Para SAPORI (2016), a implantação do ciclo completo deveria ocorrer no âmbito estadual, evitando a municipalização ou a federalização. Assim, o número de polícias estaduais seria reduzido de 57 para 27. Cada polícia estadual seria responsável, dentro de seu limite territorial, por realizar as funções ostensivas, pela preservação da ordem pública e pelo judiciário. O autor acredita que é necessário estabelecer um debate público, incluindo a sociedade e os órgãos policiais, para planejar melhor uma nova configuração, já que serão necessárias outras alterações na gestão pública, fora da esfera da Segurança Pública.

Atualmente, há uma grande discussão sobre a segurança pública do país. Durante as campanhas eleitorais de 2018, diversas propostas foram apresentadas, e algumas atraíram votações expressivas. Além disso, durante a campanha houve grandes discussões entre a população, incluindo posições contrárias ou favoráveis ao armamento e novas propostas do ciclo de policiamento. Após as eleições, algumas mudanças já ocorreram. No dia 15 de janeiro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto nº 9.685 que regulamenta a posse de arma de fogo no Brasil. Podem requerer a posse:

(...) integrantes da administração penitenciária e do sistema socioeducativo, envolvidos em atividades de polícia administrativa, residentes de áreas rurais, residentes de áreas urbanas com elevado índice de homicídios, titulares ou responsáveis legais de estabelecimentos comerciais e industriais, colecionadores, atiradores e caçadores registrados no comando do Exército. Militares, ativos e inativos, e integrantes de carreira da Agência Brasileira de Inteligência também podem ter direito à posse (Planalto, 2019).⁸

⁸ Site: Presidência da República/Planalto. Disponível: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/decreto-regulamenta-posse-de-armas-de-fogo-no-brasil-entenda-o-que-mudou>
Acessado: 23 de janeiro de 2019

1.2.2 Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) de São Paulo, Instituto de Criminalística (IC) de São Paulo e Núcleo de Perícia em Crimes contra a Pessoa (NPCCPessoa) do Município de São Paulo

A Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) foi criada em 1998, durante o mandato de Mário Covas, com objetivo principal de administrar as perícias criminalísticas e médico-legais. A SPTC está diretamente subordinada à Secretaria de Segurança Pública e trabalha em estreita cooperação com as Polícias Civil e Militar, além do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). A função da SPTC é auxiliar a Polícia Civil e o Sistema Judiciário em todo o estado de São Paulo. O organograma da SPTC é apresentado na Figura 15.

A SPTC tem por finalidade coordenar e supervisionar os trabalhos de pesquisas nos campos da criminalística e da medicina legal; proceder a estudos técnicos no âmbito de suas atividades específicas; prestar orientação técnica às unidades subordinadas; manter intercâmbio com entidades ligadas às áreas científicas correspondentes; exercer as atividades inerentes aos sistemas de administração geral, e zelar pela regularidade das atividades exercidas nas unidades subordinadas (SSP/SP, 2019).⁹

⁹ Disponível em: <http://www.policiacientifica.sp.gov.br/sptc-superintendencia/> Acessado em: 20/02/19.

Figura 15 - Organograma da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Brasil.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/Institucional/Organograma/Organograma.aspx> Acessado em: 23. Janeiro de 2019.

A SPTC foi regulamentada pela Lei Estadual 756, de 1994, e teve sua estrutura organizacional disposta no Decreto nº 42.847, de 9 de fevereiro de 1998. Ela é responsável pela coordenação dos trabalhos do **Instituto de Criminalística (IC)** e do **Instituto Médico Legal (IML)**, editando normas, ações conjuntas e implementando políticas de atendimento à população. Antes da criação da SPTC, a Polícia Civil era a responsável pelo IC, fundado em 1924 com o nome de Delegacia de Técnica Policial e pelo Instituto Médico Legal, criado em 1886 como Serviço Médico Policial da Capital. Ambos eram gerenciados pelo extinto Departamento Estadual de Polícia Científica (DEPC).

O Superintendente da SPTC é o responsável em dirigir a Polícia Técnico-Científica. Somente peritos podem ocupar tal cargo, seja perito criminal ou médico-legista. Em janeiro de 2019, tomaram posse: o novo Superintendente da Polícia Técnico-Científica, Mauricio Rodrigues Costa; o novo diretor do Instituto de Criminalística (IC), Mauricio da Silva Lazzarin; e o novo diretor do Instituto Médico Legal (IML), Alexandre Marcos Inaco Cirino. A Superintendência representa todo o território do estado de São Paulo.

A SPTC é especializada e responsável por produzir a prova técnica (ou prova material), por meio da análise científica de vestígios produzidos e deixados durante a prática de delitos. Mesmo com a confissão do criminoso que cometeu o delito, a prova técnica é a principal fonte da Justiça no estabelecimento de sanções, penas e indenizações e, portanto, é indispensável nos crimes que deixam vestígios.

A Lei 11.690 de 10 de junho de 2008 alterou o Código de Processo Penal – CPP, basicamente, nos pontos relacionados à produção e à apreciação da prova, intenta colocar certa ordem nesse campo, conferindo realce ao princípio do contraditório e da ampla defesa, especialmente em relação às evidências probatórias recolhidas na fase policial da investigação.

O conjunto dos elementos materiais relacionados com a infração penal, minuciosamente estudados por profissionais especializados, permite provar a ocorrência de um crime, determinando de que forma este ocorreu. Quando possível e necessário, o laudo pericial identificará todas as partes envolvidas (vítima, criminoso e outras pessoas que de alguma forma tenham relação com o delito) (SPTC, 2015).

As atividades periciais são regulamentadas pelo Código de Processo Penal (CPP). Nele, os peritos são enquadrados como auxiliares da justiça (CCP, 2005, art. 275) por possuírem conhecimento específico em determinada área. Além disso, os peritos estão sujeitos à disciplina judiciária e aos mesmos impedimentos dos juízes (CCP, 2005, art. 280). NUCCI (2006) define perícia como sendo “o exame de algo ou alguém realizado por técnicos ou especialistas em determinados assuntos, podendo fazer afirmações ou extrair conclusões pertinentes ao processo penal” (NUCCI, 2006, p. 367).

A perícia está inserida no título das provas, que são dez: pericial; interrogatório do acusado; confissão; perguntas à vítima; testemunhal; reconhecimento de pessoas ou coisas; acareação; documental; indiciária; e busca e apreensão (CÓDIGO..., 2005, art. 158-250).

Além de identificar a autoria de crimes específicos e compor o inquérito criminal visando condenar os autores do crime, a perícia atua também no levantamento das características padrão de diversos crimes, como: tipos de armas utilizadas, consumo de álcool ou drogas pelo agressor, tipo de local, perfil das vítimas e agressores, *modus operandi*, territorialidade dos crimes, etc. Portanto, a perícia auxilia nos dados

estatísticos para diagnosticar causas, fatores criminógenos e desenvolvimento de políticas públicas que atendam a realidade da criminalidade.

A Figura 16 foi retirada do artigo “Perícia criminal: uma abordagem de serviços” escrito por RODRIGUES CV et al., (2010). Tais autores realizaram uma síntese do processo já elaborado por CAULLIRAUX et al., (2004), que mapearam e sequenciaram os macroprocessos do evento infracional até a sentença, enfatizando os serviços das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar.

Figura 16 - Macroprocesso simplificado do evento até a sentença final.

Fonte: RODRIGUES CV et al., 2010, p. 847

A Figura 16 resume os ciclos policial, judicial, e de ambos associados frente a um crime. Na ocorrência de um crime, a Polícia Militar ou Rodoviária é acionada pela população, desloca-se até o local do delito e o isola até a chegada da Polícia Civil. Essa, por sua vez, assume a investigação, realizando a preservação do local, a solicitação da perícia ao SPTC e iniciando a investigação. A solicitação de perícia ao IC é feita pelo delegado responsável pela Delegacia Policial (DP) da área onde o crime ocorreu. A solicitação chega pela plataforma de comunicação digital diretamente ao encarregado da sala de plantão. Nessa sala, a solicitação é direcionada ao núcleo responsável pela perícia, e a equipe pericial é então encaminhada ao local. A perícia

é então realizada, recolhendo-se dados e vestígios para compor o laudo pericial, o qual faz parte da investigação policial que irá compor o inquérito criminal. Os laudos devem ser emitidos no prazo de 10 dias, que pode ser prorrogado caso haja exames laboratoriais a serem incluídos. O local é liberado da preservação pelo perito ou pelo delegado, ou pode ser mantido por um período maior até a total apuração dos fatos (SPTC/SP, 2019).

A Polícia Civil segue com a investigação buscando suspeitos e testemunhas e registrando depoimentos que poderão compor o inquérito. Por fim, o delegado emite um relatório para o juiz de direito, que o repassa ao promotor de justiça, sendo esse o responsável por denunciar, arquivar ou complementar as informações. Quando a denúncia é aceita, inicia-se a instrução processual dirigida pelo juiz. As partes envolvidas (promotor e advogado) realizam as defesas e algumas provas são refeitas, exceto o laudo pericial do primeiro atendimento ao local. Caso o juiz julgue necessária uma nova perícia, ela poderá ser realizada pela equipe de Reconstituição, que simulará a ocorrência com a participação dos envolvidos no processo. Depois disso, o juiz emite a sentença, que poderá caber recurso. Se não couber recurso, cumpre-se a sentença e encerra-se o caso.

Percebe-se, portanto, que o perito auxilia tanto a Polícia Civil quanto o Poder Judiciário, quando o juiz solicita exames e/ou laudos para compor o processo e reconstituição com os suspeitos para elucidar a dinâmica do crime. O juiz poderá também requisitar a presença do perito em juízo para sanar dúvidas sobre o fato apurado. “O principal usuário final desta rede é a sociedade como um todo, para quem o valor de serviço é a imparcialidade da Justiça. A perícia criminal contribui para esse valor com um insumo – a prova material ou pericial” (RODRIGUES CV et al., 2010, p. 847).

As perícias são realizadas de acordo com sua especificidade e natureza. Em São Paulo, a triagem das requisições ocorre na sala de plantão, chamada de “Sala de Meio”. O encarregado da Sala de Meio é um perito criminal com mais experiência, que gerencia as requisições e coordena a equipe da rua, da linha.

O Instituto de Criminalística (IC) e o Instituto Médico Legal (IML) são subordinados à SPTC e responsáveis por realizar os exames periciais. O organograma da SPTC (e os núcleos distintos) é descrito na Figura 17.

Figura 17 - Organograma da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) do estado de São Paulo, Brasil.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Disponível em: http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/organograma/organograma_sptc.aspx. Acessado em: 23 de janeiro De 2019.

O Instituto Médico Legal (IML), na Grande São Paulo e interior, é estruturado por núcleos que realizam perícias especializadas (por exemplo, Clínica Médica, Tanatologia Forense, Radiologia, Odontologia Legal) e núcleos responsáveis por exames, análises e pesquisas (por exemplo, Anatomia Patológica, Toxicologia Forense e Antropologia). Todos estão sediados na sede do IML, na Capital, e os peritos são todos médicos forenses (SPTC, 2019).

A mais conhecida das funções do IML é a necropsia, vulgarmente chamada de autópsia, que é o exame do indivíduo após sua morte. Porém, este tipo de exame constitui apenas 30% do movimento do Instituto. A maior parte do atendimento (70%) é dada a indivíduos vivos, pessoas que foram vítimas de acidentes de trânsito, agressões, acidentes de trabalho, etc. (SPTC, 2019).

O Instituto de Criminalística (IC), também denominado como Polícia Técnica, foi criado em 1924 pela lei nº 2.034 com o nome de Delegacia de Técnica Policial. Após dois anos de sua criação, foi renomeado como Laboratório de Polícia Técnica. Em 1951, passou a ser chamado de Instituto de Polícia Técnica e sofreu incorporações de seções especializadas. Em 1975, recebeu outra denominação: Divisão de Criminalística. Nesse período, ficou subordinado ao Departamento Estadual de Polícia Científica (DEPC). Finalmente, em 1988, recebeu o nome atual "Instituto de Criminalística Dr. Octávio Eduardo de Brito Alvarenga", em homenagem ao perito que realizou grandes avanços na perícia do Brasil (SPTC, 2019). O IC é estruturado por núcleos de perícia na Grande São Paulo e interior.

Em 1961, as cidades de **Araçatuba, Araraquara, Assis, Barretos, Bauru, Botucatu, Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaú, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Taubaté passaram a ter os Postos de Polícia Técnica**. Um ano depois, os postos foram instalados em Guarulhos, Santo André, São Caetano e São Bernardo do Campo.

(SPTC, 2019)

O IC possui núcleos especializados (Acidentes de Trânsito, Crimes Contábeis, Crimes Contra o Patrimônio, **Crimes Contra a Pessoa**, Documentoscopia, Engenharia, Perícias Especiais, Identificação Criminal e Perícias de Informática e núcleos responsáveis por exames, análises e pesquisas (Análise Instrumental, Balística, Biologia e Bioquímica, Física, Química e Exames de Entorpecentes. Os

núcleos especializados estão localizados na sede do IC, no bairro do Butantã, zona oeste do município de São Paulo.

O descritivo funcional do IC engloba a realização de pesquisas no campo da Criminalística, com o intuito de aperfeiçoar técnicas e criação de novos métodos periciais, tendo como embasamento o desenvolvimento tecnológico e científico. Além disso, busca desenvolver, promover e divulgar estudos de trabalhos técnico-científicos relacionados à perícia. Nesse contexto, realiza perícias em (SPTC/IC/SP, 2019)¹⁰:

- “Locais de acidentes de trânsito, aéreos, ferroviários, marítimos e do trabalho;
- Sistemas de segurança de tráfego;
- Sistemas, peças ou componentes de veículos motorizados;
- Livros ou documentos contábeis;
- Ocorrências de uso indevido de marcas, patentes e similares;
- Documentos manuscritos, mecanografados ou impressos e em assinaturas e moedas;
- Instrumentos e apetrechos utilizados na falsificação em geral;
- Objetos, marcas ou apetrechos relacionados a crimes contra o patrimônio;
- Locais de crimes contra a pessoa, o patrimônio, a saúde pública, os serviços públicos, a economia popular e a dignidade humana;
- Locais de incêndio, explosões, desabamentos, desmoronamentos, poluição ambiental e do meio ambiente;
- Aparelhos mecânicos, elétricos e eletrônicos;
- Materiais gravados com som e imagem;
- Locais e aparelhos computadorizados, programas de software e hardware, relacionados à prática de delitos na área de informática e telemática.”

Os exames realizados são (SPCT/IC/SP, 2019)¹¹:

- “Nos materiais encontrados em locais de crimes;
- Em armas de fogo e peças de munição;
- Em materiais biológicos encontrados em locais de ocorrências e instrumentos de crimes, inclusive para identificação antropológica;
- Dosagem alcoólica e de identificação e comprovação de tóxicos;
- Pesquisas criminalísticas nas áreas de física, química, bioquímica e toxicologia.

¹⁰ Site da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC). Disponível em: <http://www.policiacientifica.sp.gov.br/ic-instituto-de-criminalistica/> Acessado em: 23. Janeiro. 2019.

¹¹ Site da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC). Disponível em: <http://www.policiacientifica.sp.gov.br/ic-instituto-de-criminalistica/> Acessado em: 23. Janeiro. 2019.

Após a apuração do ocorrido, os peritos emitem um laudo pericial de acordo com sua área de atuação, seguindo a legislação em vigor.

O Núcleo de Perícias em Crimes contra a Pessoa (NPCCPessoa) é subordinado ao Centro de Perícias (CP) do IC. Foi nesse núcleo que optamos por realizar o estudo, já que é o responsável por perícias envolvendo seres humanos. O NPCCPessoa está localizado na sede do IC, na zona oeste, Butantã e suas atribuições incluem (SPTC/IC/CP, 2019)¹²:

- “Elaboração de laudos periciais de locais e peças relacionados com delitos praticados contra a pessoa, exceto os homicídios originários de acidente de trânsito ou de acidente de trabalho, e contra os costumes;
- Elaboração de laudos periciais de locais e peças relacionados com delitos resultantes de roubo seguido de morte e exercício ilegal da medicina, da odontologia ou da atividade farmacêutica;
- Elaboração de laudos periciais relacionados ao encontro de material de origem supostamente humana, à exumação e ao disparo de arma de fogo (envolvendo tentativa de homicídio);
- Coletar amostras destinadas a exames de produtos residuais de disparo de arma de fogo, dentro de sua área de atuação;
- Propor normas para a realização de exames periciais e para a elaboração dos respectivos laudos em sua área de atuação;
- Executar outros exames que lhes sejam solicitados.”

Optamos por descrever somente o NPCCPessoa porque foi o local onde a pesquisa foi realizada. Os demais núcleos especializados não serão descritos para não estender a redação e prejudicar a fluidez da leitura. No entanto, todos os núcleos foram citados ao longo do texto.

Inferimos que a perícia criminal tem papel fundamental na segurança pública e na justiça criminal, sendo responsável por unir a ciência e a justiça. Destaca-se, nesse processo, a objetividade e imparcialidade da prova material. Percebe-se que os principais recursos utilizados são as competências profissionais e os aparatos tecnológicos para coleta, análise e produção de ciência. Mesmo diante do impacto

¹² Site da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC). Disponível em: <http://www.policiacientifica.sp.gov.br/ic-instituto-de-criminalistica/> Acessado em: 23. Janeiro. 2019

que o laudo pericial traz ao inquérito investigativo, as referências literárias sobre o tema são bem reduzidas, principalmente em relação ao NPCCPessoa.

O desempenho das perícias foi avaliado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que emitiu um relatório em 2013 apontando que a maior parte das unidades da Polícia Científica tem espaços físicos “insuficientes e inadequados” e que mais de 98% das unidades funcionavam sem alvará emitido pelas prefeituras e sem autos de vistoria do Corpo de Bombeiros. Há também um déficit de peritos criminais no IC, de forma que um terço das vagas para perito criminal no estado de São Paulo estão desocupadas. De um total de 1.735 postos de trabalho na categoria, 576 estão atualmente vagos. A defasagem é agravada pela perspectiva de aposentadorias em massa entre peritos criminais e fotógrafos nos próximos anos. Entre os funcionários da Polícia Científica, 54% têm entre 21 e 30 anos de tempo no serviço público, e outros 14% têm mais de 30 anos de experiência no funcionalismo estadual (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

Em entrevistas e notas oficiais, o presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (Sinpcresp), Eduardo Becker, utiliza o déficit de peritos para justificar os atrasos nos atendimentos das requisições e emissão de laudos: “*Isso aconteceu por causa da falta de profissionais*”, afirma. Ele também denuncia o volume de solicitações desnecessárias feitas pelas polícias Civil e Militar. “*Em uma série de locais há o acionamento desnecessário da Polícia Científica*”, diz o presidente do Sinpcresp. Ele estima que cerca de 40% das solicitações feitas à perícia envolvem casos em que o trabalho científico é dispensável. No entanto, resoluções da Secretaria de Segurança Pública obrigam o IC a atender à todas as chamadas. “*Quando você perde tempo para atender o desnecessário, aquilo que é importante tem de esperar*”, diz Becker.

Desmembrado da Polícia Civil paulista desde 1998, em uma década e meia o IC tornou-se uma das quatro perícias criminais menos produtivas do País. Os últimos dados disponíveis sobre o assunto no Brasil, reunidos em diagnóstico da Secretaria Nacional de Segurança Pública elaborado em 2012, mostram que 62% das ocorrências em São Paulo tiveram laudos expedidos no mesmo ano em que foram solicitadas. Apenas Alagoas, Amazonas e Roraima tiveram produtividade menor (KRUSE, 2015).

O artigo 2º da Lei n.º 12.030/2009 assegurou a autonomia funcional, técnica e científica tanto para a instituição quanto para o indivíduo, porém, autonomia funcional não significa ausência de responsabilidade, ainda há uma dependência administrativa. A autonomia funcional pressupõe desnecessidade de autorização de qualquer pessoa, física ou jurídica, para a realização da atividade, não se afastando, em hipótese alguma, o princípio da legalidade. Caso a atividade seja realizada em desacordo com alguma norma, plenamente viável a responsabilização administrativa, cível e criminal, dependendo do caso concreto. Em atendimento à autonomia funcional, caberá apenas à Diretoria Técnico-Científica gerir seu funcionamento, nas atividades de natureza pericial, não sendo possível ingerência nem mesmo de órgãos superiores hierárquicos a este órgão.

Os peritos oficiais de natureza criminal, uma vez que se assegurou apenas a autonomia funcional, têm a possibilidade de afastar qualquer ingerência que diga respeito a órgãos que se encontrem fora da instituição. Interessante a situação, pois, os órgãos periciais que se encontram desvinculados da polícia judiciária apresentam maior autonomia, uma vez que nestas não existem cargos dentro da própria estrutura que possam causar ingerências, situação diversa do caso dos órgãos periciais que estão inseridos na polícia judiciária. Contudo, para evitar que a autonomia funcional transforme-se apenas em uma garantia sem efetividade prática, não representando, de fato, autonomia alguma, deve-se interpretar a norma no sentido de que, a partir desta lei, os órgãos periciais que se encontram inseridos na polícia judiciária devem ser vistos como vinculados na estrutura organizacional aos órgãos centrais de perícia, notadamente nas atividades periciais.

CAPÍTULO 2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA APROXIMAÇÃO ETNOGRÁFICA

Julho de 2015 chegou e trouxe o e-mail mais aguardado: a permissão para conhecer o núcleo de perícia. Não apenas ir até lá, mas permanecer por alguns dias no serviço. Somente após esse passo que o processo seguiria para a segunda etapa, ou seja, a apreciação técnica do projeto para, enfim, aceitarem a realização da pesquisa.

(...)

Oportunidade essa que custou muita sola de sapato. Idas e vindas a endereços distintos e envio de e-mails sem a obtenção de um nome ou referência do setor responsável pela apreciação e autorização de pesquisas na instituição.

(...)

Conversas iniciadas no corredor, outras em salas administrativas, algumas agendadas e reagendadas. Diálogos estabelecidos com uma pitada de descrédito e panos frios na viabilidade de acesso ao campo. Nos diálogos estabelecidos com as diversas chefias, sempre havia uma plateia observando e me arguindo sobre o motivo pelo qual eu estava lá. O que de fato ela quer? Eu era essa incógnita.

“Enfermeira querendo ver se ficamos doidos, o que você acha? Com essa violência diária, a realidade aqui é diferente, mas sobrevivemos. Posso até escrever um livro.”

(Perito, Assessor Técnico do Superintendente da Polícia Técnico-Científica)

(...)

Enfim, o aceite foi obtido para conhecer, apenas conhecer, o Núcleo de Perícias em Crimes contra a Pessoa (NPCCPessoa), com o compromisso de enviar um relatório das visitas à diretoria do Instituto de Criminalística (IC) após o término do período permitido.

Sensação de conquista. E ao mesmo tempo uma adrenalina que acelera o coração. Como assim consegui? Todos diziam que era impossível, que não iria ser bem recebida, ou até mesmo que seria loucura vivenciar um trabalho considerado assombroso e ao mesmo tempo romanceado por seriados de televisão.

Ao levantar da cama, faço minha oração matinal e toda essa trajetória para acessar o campo passa pela minha cabeça. A vontade de fazer dar certo me instiga, e a curiosidade de saber como será a chegada ao campo também.

Sigo minha programação, contando os minutos para chegar as 7 horas para iniciar a organização e saída para o Instituto de Criminalística, na Rua Moncorvo Filho, ao lado da Cidade Universitária.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, julho de 2015)

A perícia criminal auxilia a justiça emitindo laudos periciais que compõem inquéritos criminais. Trata-se de um departamento ligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, onde o sigilo dos dados é essencial nos processos investigativos. Para delinear um método que atendesse às especificidades da pesquisa, foi necessário visitar previamente o local da coleta de dados. Nessa oportunidade, buscou-se compreender o cenário de estudo, identificar possíveis participantes e caracterizar as limitações que pudessem impedir a progressão da pesquisa. Para tanto, solicitei autorização da Superintendência da Polícia Científica para realizar **visitas técnicas ao NPCCPessoa** (veja Anexo 1 para deferimento da solicitação). As **visitas foram agendadas com a diretora do NPCCPessoa e ocorreram em julho de 2015.**

Durante o período das visitas, pude me aproximar de alguns dos peritos criminais de plantão, vivenciar, por um curto período, sua rotina de trabalho administrativo e escutar alguns de seus relatos sobre os locais de crime atendidos. A pré-estreia nesse cenário possibilitou perceber que haveria algumas limitações, como o levantamento de dados quantitativos, a caracterização da população atendida pelo núcleo e, a princípio, pouca chance de acompanhar os peritos nos locais de execução das atividades, ou seja, nos locais de crimes. Dessa forma, constatou-se que a necessidade de se desenvolver uma intimidade com os servidores periciais.

MINAYO (2000) destaca a importância de uma aproximação inicial para avaliar a situação do sujeito da pesquisa. A primeira entrada no campo e o contato com os nativos ou protagonistas sociais facilitam a adoção de estratégias de aceitação e percepção do meio, possibilitando “prever os detalhes do primeiro impacto da pesquisa, ou seja, como apresentá-la, como se apresentar, a quem se apresentar, através de quem, com quem estabelecer os primeiros contatos” (MINAYO, 2000, p. 103). De fato, o contato preliminar com os peritos criminais e fotógrafos técnico-pericial foi fundamental para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa ao permitir o conhecimento da organização do trabalho, da composição e distribuição das atividades periciais e suas ramificações, além da viabilidade do aceite dos

interlocutores envolvidos. Havia o receio de que uma pesquisadora estudando investigadores forenses profissionais fosse um impeditivo para se estabelecer um diálogo e obter uma receptividade na elaboração de métodos pertinentes e qualificados para alcançar os objetivos traçados.

As visitas técnicas também possibilitaram a averiguação das hipóteses preliminares traçadas no projeto de pesquisa inicial e a elaboração de novas hipóteses, as quais também sofreram modificações ao longo da pesquisa.

Na portaria, não tive grande dificuldade para entrar. As recepcionistas que estavam na bancada já me conheciam, por isso nem fui anunciada no núcleo. Ao chegar no andar, me dirijo à sala da direção, onde fica a pessoa responsável pela dinâmica do setor e que iria me receber. Antes de chegar à sala, ouço vozes vindo do refeitório. Ali estava Açucena (perita que eu esperava encontrar na sala da direção), sentada à mesa com um homem e uma mulher jovem. Ela me apresenta aos dois peritos, Cacto e Orquídea, e diz: *"Ela veio estudar. Nós, os doidinhos. Veio ao lugar certo (risos). Vai ficar conosco um bom tempo"* (Açucena, perita criminal). Nesse momento, aproveito e digo que de louco, todos temos um pouco e procuro mudar o foco da conversa, mas logo em seguida uma mulher jovem entra no refeitório. Margarida (perita criminal) saúda a todos ao entrar na sala, vem ao meu encontro para apresentar-se, questiona minha presença e os objetivos da pesquisa. Em seguida, ela inicia uma série de reclamações sobre a logística e estrutura de trabalho oferecidas pelo IC. Os demais presentes permanecem calados; somente Açucena tenta defender a instituição. Por fim, a conversa é encerrada, e ela se retira para a sala dos peritos.

(...)

Chego à sala dos peritos, pergunto se posso me juntar a ela (Margarida) e aponto para uma mesa à sua frente. Ela diz que sim. Sento-me em sua frente, abro meu computador e tiro meu caderno de anotações. Assim que abro a primeira pasta do arquivo, ela inicia a conversa, pergunta mais sobre a pesquisa e brinca:

"Eu aqui torcendo para você ser da Globo e jogar tudo no ventilador. Mas tudo bem, sua pesquisa também será bem valiosa para nos representar. Estou admirada de terem te colocado junto comigo, logo comigo".

Essa fala me intrigou.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, julho de 2015)

A vivência da realidade dessa população específica, de forma densa e cotidiana, alertou para a grandeza e subjetividade dessa atividade laboral. Essa subjetividade ocorre porque o enfretamento é individual, mesmo que haja ferramentas coletivas. Ao mesmo tempo, essa atividade é "engessada" por se tratar de uma instituição militarizada, com uma hierarquia extremamente verticalizada. Ainda assim,

o lado humano emerge, contribuindo para uma visão etnográfica a partir de um cenário novo para a pesquisa científica.

A aproximação com o cenário de estudo antes do início do trabalho de campo foi de suma importância. Além de possibilitar a elaboração de novas hipóteses, essa aproximação contribuiu para perceber a aceitabilidade dos participantes e o que eles esperavam da pesquisa e da presença da pesquisadora em sua rotina de trabalho. Além disso, foi possível vislumbrar até que ponto haveria abertura para gerar uma relação de confiança, principalmente pelo fato de estar lidando com profissionais que têm a investigação como atribuição. No início, sentia-me participando de um interrogatório, porém, no decorrer das visitas percebi que promover uma interação maior seria pertinente para estreitar a relação.

Margarida vira a tela do computador e me mostra a foto do local onde havia atuado nas últimas 12 horas, pois nesse dia, faria um plantão de 24 horas invertido.

Era o corpo de uma mulher em decomposição (vulgo podrão) jogado em um colchão velho em um cômodo com várias caixas empilhadas e muitos livros ao redor. Ela muda a foto para outra mais próxima à face da vítima. O rosto estava desfigurado. Ela me olha para ver minha reação, e digo que é uma imagem impactante. Com essa deixa, ela começa a relatar o caso em detalhes:

“Era uma catadora de lixo que morava próximo ao local de entrega. Na casa havia vários livros, o que sugere que ela era professora antes de virar catadora de lixo. Ela provavelmente teve um mal súbito, caiu e não foi socorrida. Como no local viviam mais de 20 cachorros, na fome, eles comeram partes do corpo dela, como a face, pernas e bumbum. Ao chegarmos, tivemos que acionar a vigilância sanitária, pois o local estava com um odor muito forte e os cachorros totalmente famintos. Nisso, demoramos muito tempo até a vigilância chegar. Demoramos a sair do local, pois havia o relato da existência de uma bolsa com R\$ 900,00. Tentei achar a bolsa em meio àquele cheiro forte e a todo aquele entulho, mas por fim, desisti.” (Margarida, perita criminal)

(Notas do diário de campo da pesquisadora, julho de 2015)

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O **método qualitativo** de pesquisa apresentou-se como estratégia ideal para atingir os objetivos desse estudo e consistiu em conhecer e compreender o processo

de construção de estratégias de enfrentamento de um cotidiano de trabalho que vivencia a morte violenta. A pesquisa qualitativa apresenta-se como o método capaz de alcançar o aspecto subjetivo do ser humano. Segundo MINAYO (1998, p. 78), “ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado (...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (...)”. De acordo com LUDKE e ANDRÉ (1986, p. 13), “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.

A presente proposta consistiu não apenas em descrever, mas também em desvendar as várias maneiras pelas quais os servidores forenses do NPCCPessoa vivenciam rotineiramente a morte violenta e como, a partir disso, eles constroem mecanismos de proteção psíquica. A proteção física já é exigida, visto que os servidores forenses possuem porte de arma e são treinados para agir de forma ostensiva, mesmo não sendo o foco da sua atribuição. Teve-se também como proposta, identificar os fatores institucionais, sociais, éticos e morais que tecem o fazer diário, laboral e social desses profissionais. Portanto, empregou-se um olhar multifatorial, que não buscou números, mas sim caracterizar um grupo pouco representado nas divulgações da segurança pública.

Para tal, utilizou-se a **perspectiva etnográfica**, pois ela permitiu conhecer as trajetórias, os contornos e limites que circunscrevem a construção da pluralidade frente a um cotidiano laboral. Nesse cotidiano, permeia uma constelação simbólica atribuída à morte como âmagô do trabalho, dando conta dos respectivos contextos sociais e individuais de descobertas, experimentação e formulação. Conhecer os significados escondidos detrás desses símbolos permitiu que os mecanismos de proteção e os efeitos do trabalho na saúde desses profissionais fossem revelados, ou seja, se eles/elas se mantêm saudáveis (usando o conceito de saudável além de um estado biológico) e o que fazem para tal (FERREIRA, 2008).

Entende-se por método etnográfico, as atividades realizadas em pesquisa de campo, com um convívio prolongado com o objeto de estudo e que possibilitam ao pesquisador uma sistematização das observações pontuais e elaboração de novas hipóteses a partir da imersão no cotidiano de trabalho de protagonistas sociais. O saber teórico vai sendo construído concomitante à coleta de dados. São pesquisas que permitem que o pesquisador se sensibilize frente aos achados e reflita sobre novas construções após sua inserção no cotidiano dos protagonistas sociais

(GEERTZ, 1989). Como ressalta CLIFFORD (2002, p. 21), “A etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Essa escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência na forma de texto”. Nesse estudo, conferiu-se grande importância na observação dos eventos e rituais, os quais permitiram revelar aspectos referentes às regras e à cultura do grupo estudado, sempre buscando atingir os objetivos propostos de forma científica.

2.3 QUESTÕES ÉTICAS PARA A EXECUÇÃO DO ESTUDO

Foram atendidos os preceitos éticos requeridos para a condução de pesquisas com seres humanos, descritos na Resolução nº 466/2012 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo em 23 de fevereiro de 2016, conforme parecer nº 1.420.482 (ANEXO 2).

Para poder iniciar a coleta de dados, o IC exigiu não só a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Saúde Pública da Universidade de São Paulo mas também a submissão do projeto para apreciação da Comissão Científica de Ética em Trabalhos Periciais da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC), atendendo ao disposto no artigo 3º, III, da Portaria SPTC nº 149, de 07 de novembro de 2014. O projeto foi analisado por um grupo de peritos do IC que, conforme informação concedida por um dos membros da comissão, avaliaram os ônus e bônus que decorrerão da divulgação dos resultados da pesquisa. O relator emitiu um parecer provisório autorizando a realização da pesquisa (ANEXO 3).

Todos os participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). O termo foi lido, esclarecido e assinado pelos indivíduos que consentiram em participar voluntariamente. Todos os participantes receberam uma via do TCLE contendo o contato da responsável pela pesquisa, caso quisessem declinar do aceite ou sanar dúvidas sobre o estudo.

2.4 CENÁRIO DO ESTUDO

No Brasil, a atividade policial é matéria da Constituição Federal, embora o combate ao crime comum seja da competência dos estados-membros (Brasil, STF, 2018). A Polícia Militar é encarregada do patrulhamento ostensivo, a Polícia Civil é incumbida da investigação criminal, e a Polícia Científica realiza a perícia forense. Os peritos criminais e fotógrafos técnico-periciais são subordinados ao IC, e esse à Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) que, por sua vez, está subordinada à Secretaria de Segurança Pública. As atividades são realizadas por equipes distintas pertencentes e distribuídas entre a Capital, a Grande São Paulo e o interior.

O estudo foi realizado com os peritos criminais e fotógrafos técnico-periciais pertencentes ao IC do município de São Paulo, especificamente da equipe do Núcleo de Perícias em Crimes contra a Pessoa (NPCCPessoa). O NPCCPessoa realiza perícias criminalísticas de ações lesivas ou letais contra a pessoa, o que envolve análise técnica no local do crime, análise de peças periciais e reconstituição (simulação do ato criminoso).

O local do crime é definido como a área onde tenha ocorrido um fato que assume a configuração de um delito e que, portanto, exige providências da polícia. O instrumento do crime é analisado tecnicamente, apreciando-se a natureza, o grau de culpa e a eficiência e potencialidade dolosa (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2018).

Como resultado da perícia, produz-se um laudo pericial que consiste na exposição minuciosa, circunstanciada, fundamentada e ordenada das apreciações e interpretações realizadas pelo perito, com pormenorizada enumeração e caracterização dos elementos materiais encontrados no local do fato, no instrumento do crime, na peça de exame e na pessoa física, viva ou morta. As requisições de perícias criminais e de pesquisas científicas relacionadas à Medicina Legal são feitas por autoridade policial (delegado), judiciária ou membro do Ministério Público.

O levantamento do local de crime com a descrição da dinâmica do crime são atividades executadas por peritos criminais que, por sua vez, elaboram laudos sobre ocorrências cuja infração penal tenha deixado algum vestígio que integre o inquérito

criminal. Os registros visuais são realizados pelo fotógrafo técnico-pericial que, por meio de imagens, capta todos os vestígios e dinâmica do crime para elucidar o laudo.

Nesse estudo, escolheu-se um núcleo que realiza perícias em locais com vítimas humanas (mortas ou vivas), por natureza distintas e resultantes de uma ação exógena e lesiva (suicídio, homicídio, acidente, entre outros). Segundo CROCE e CROCE JÚNIOR (2009), mortes violentas são aquelas listadas no código de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11). O cenário de estudo foi além da demarcação da área física do estabelecimento administrativo do IC, já que, na maior parte do tempo, a equipe pericial do NPCCPessoa realiza suas atividades na rua, atendendo aos locais de crime requisitados no plantão.

Os principais alvos de morte violenta no Estado de São Paulo são pessoas de cor negra, moradores da periferia urbana da Região Metropolitana de São Paulo, bem como adolescentes e adultos jovens do sexo masculino (ADORNO, 2002). Essas observações são confirmadas em dados mais recentes publicados no Anuário da Violência (2017). Segundo CARDIA (1999), esses crimes ocorrem em contextos variados e resultam de diferentes formas de violência, como violência doméstica/familiar, conflitos interpessoais, criminalidade comum, crime organizado, atuação de grupos de extermínio ou outras formas de violações de direitos humanos.

A temporalidade dos homicídios dolosos no município de São Paulo segue padrões bem definidos. A maior concentração de homicídios ocorre à noite (18:01h às 24:00h), a menor frequência ocorre na madrugada (00:01h às 6:00h) e de manhã (6:01h às 12:00h), e uma retomada na intensidade de crimes é observada à tarde (12:01h às 18:00h) (ADORNO, 2008). Diante disso, inferimos que a demanda pericial na periferia de São Paulo tem pico no horário vespertino/noturno. As equipes periciais enfrentam sérias restrições geográficas de deslocamento e acesso, como a circulação em áreas comandadas por facções criminosas. Em algumas dessas áreas, nem mesmo a polícia militar tem acesso, o que torna fundamental um planejamento prévio do número de policiais necessários para adentrar o local de crime ou, até mesmo, a mobilização de forças táticas para dar suporte à equipe (CONSTANTINO, P. et al., 2013).

A exposição à violência é percebida como experiências de vitimização direta e indireta. A vitimização indireta refere-se à violência na qual a pessoa testemunha o ocorrido ou aos casos que envolvem parentes ou amigos próximos, dos quais apenas

ouviram falar. Os crimes violentos mais testemunhados são também aqueles que mais vitimaram. Estar mais ou menos exposto à violência não é um evento neutro na vida das pessoas. Essa característica descreve ainda diferenças de padrão de qualidade de vida e de novos riscos de vitimização (CARDIA, 1999).

Os participantes dessa pesquisa atuavam não apenas no âmbito administrativo (aqui nomeada “**base**” ou “**sede**”, conforme designação utilizada por eles) mas também em deslocamento pela cidade usando viaturas identificadas como “Polícia Técnico-Científica” para atendimento das ocorrências periciais (nesse caso nomeado “**local do crime**”). A atuação técnica pericial ocorre em diversos espaços incluindo via pública, domicílios, presídios, delegacias e hospitais.

Nesse cenário impregnado de significados é que se dá o trabalho da equipe do NPCCPessoa. Acredita-se que o fazer diário desses profissionais os aproximam de uma realidade violenta, “nua e crua”, em que o fim já está posto. Para alguns autores, esse cenário pode levar o trabalhador a antever sua própria morte e/ou a questionar sua existência para um fim que pode ser igual ao das vítimas periciadas. Porém, se os profissionais permanecem na “ativa”, acredita-se que eles dispõem de mecanismos que lhes possibilitem conviver e manter-se sadios e positivos, mesmo diante da dramaticidade diária da violência.

2.5 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes do estudo foram servidores públicos (**peritos criminais e fotógrafos técnico-periciais**) que atuam no NPCCPessoa do município de São Paulo/SP, especificamente, nas perícias de locais de crime. A equipe forense que realiza o atendimento ao local de crime é composta por 01 perito(a) criminal e 01 fotógrafo(a) técnico(a)-pericial escalados por área geográfica coberta pelas delegacias que realizam a solicitação de perícia. O deslocamento se dá por viatura com identificação do núcleo guiada, na maioria das vezes, pelo fotógrafo(a). Esses profissionais devem, portanto, possuir habilitação de categoria B no ato da nomeação, justamente por serem os “responsáveis” pela condução da viatura durante o plantão.

No município de São Paulo há 103 (cento e três) Distritos Policiais (DPs), dentre eles alguns são especializados. As delegacias são distribuídas pela capital da seguinte forma: 08 (oito) localizadas no Centro, 09 (nove) na Zona Oeste, 33 (trinte e três) na Zona Leste, 16 (dezesesseis) na Zona Norte e 27 (vinte e sete) na Zona Sul.

O ingresso na Polícia Científica ocorre por meio de concurso público realizado em cinco etapas: prova de conhecimentos gerais e específicos, prova de aptidão psicológica, prova de aptidão física, prova de idoneidade e conduta social e, por fim, provas de títulos. Após aprovação em todas as etapas, os candidatos são direcionados ao curso preparatório de peritos da Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” (ACADEPOL), em São Paulo, capital. A duração média do curso é de 03 (três) meses a 01 (um) ano, e não há um cronograma permanente de treinamento. Após esse período, o candidato ainda não é de fato um perito criminal ou fotógrafo técnico-pericial, pois ainda dependerá de avaliação pela ACADEPOL.

Os peritos criminais aprovados são designados como 3ª (terceira) classe, e ao longo dos anos na atividade poderão realizar cursos internos de capacitação para obter promoção para a 2ª (segunda) classe, 1ª (primeira) classe e a Especial. Os critérios promocionais possuem regras internas estipuladas pelo Superintendente da Polícia Técnica-Científica.

Conforme o último edital de concurso para a área (Diário Oficial, 2013), o perito criminal de 3ª classe tem remuneração total a partir de R\$ 7.516,02 (sete mil quinhentos e dezesseis reais e dois centavos), o que corresponde à soma dos valores do salário-base e da Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial (RETP). Já o fotógrafo técnico-pericial de 3ª classe tem remuneração total a partir de R\$ 3.256,40 (três mil duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), correspondendo à soma dos valores do salário-base e da RETP (Diário Oficial, 2013).

O Regime Especial de Trabalho Policial - RETP caracteriza-se pela: prestação de serviços em jornada de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em condições precárias de segurança; pelo cumprimento do horário regular, sujeito a plantões em qualquer horário (Diário Oficial, 2013).

Nas condições de provimento do cargo descritas no último edital constam ainda que o candidato aprovado “não poderá acumular cargo e/ou emprego público estadual, municipal e/ou federal com carreiras policiais civis, exceto para difusão

cultural e professor, desde que seja compatível com o horário, local e distância”. (Diário Oficial, p. 04, 2013).

Os aprovados no concurso são avaliados pela ACADEPOL, sendo necessária a aprovação (com nota mínima de 6) em todas as disciplinas cursadas na academia. Além das disciplinas teóricas, vinculadas aos aspectos da perícia em si, há também aulas de treinamento policial, pois os peritos e fotógrafos são policiais civis que portam arma de fogo (concedida pelo Estado e fornecida pela Polícia Civil) e identificação policial (distintivo). Os cinco primeiros colocados do concurso recebem o privilégio de escolher a região de atuação, caso haja vaga. Os demais são designados (mediante sorteio) para os locais onde há demanda por servidores, ou seja, para repor a equipe deficitária. O laboratório (estágio) em cenas de crime é supervisionado por peritos que estão em escala de trabalho. Os novatos acompanham a escala do perito nos diversos núcleos de perícia sob supervisão do professor da ACADEPOL.

A **equipe da fotografia do plantão** é subordinada à chefia do NPCCPessoa desde 2017. Anteriormente, havia uma chefia específica para os fotógrafos da linha. Esses profissionais também atuam em escala de trabalho de 12 horas de plantão, cobrindo os 365 dias do ano. O processo seletivo também ocorre por meio de edital público de nível médio de escolaridade, com etapas de provas iguais às do perito criminal, com permanência na ACADEPOL para instrução e avaliação, e, posterior alocação para o núcleo referendado. São responsáveis por registrar a dinâmica do crime por meio de fotografias que compõem o laudo pericial.

O NPCCPessoa possui equipes de peritos e fotógrafos que executam atividades distintas no núcleo, sendo elas: **equipe do plantão/linha, equipe de peça, equipe da reconstituição, equipe administrativa e chefia**. Tais atividades serão detalhadas abaixo.

A **equipe do plantão/linha** do NPCCPessoa realiza perícia em local de crime. Possui organização de trabalho com jornadas de plantões de 12 horas, com cobertura integral nos 365 dias do ano. São alocados por zonas geográficas no município de São Paulo: zona leste (ZL), zona norte (ZN), zona oeste (ZO), zona sul (ZS) e centro. Cada plantão diurno e noturno é composto por 02 (dois) peritos e 02 (dois) fotógrafos, divididos em duplas (perito e fotógrafo) que se deslocam de viatura para atendimento dos locais de crime conforme a área geográfica que estiverem alocados na escala. Como cada jornada de 12 horas possui duas equipes, uma assume as ocorrências da zona leste, zona norte e uma parcela do centro, enquanto a outra cobre a zona oeste,

zona sul e o restante do centro. As zonas são divididas de acordo com a localização da Delegacia de Polícia que solicita a perícia. Todas as equipes possuem como base administrativa e de suporte o IC, localizado na Rua Moncorvo Filho, no bairro do Butantã.

O plantão começa às 07:00 horas e tem término previsto para as 19:00 horas, dependendo da demanda de trabalho. Isso porque, uma vez iniciada, a perícia não pode ser transferida para a próxima equipe, exceto nos casos em que há elevado número de vestígios a serem investigados. A jornada de trabalho semanal dos peritos e fotógrafos é de 40 horas, e os plantões são distribuídos de acordo com o número de dias do mês vigente, proporcionalmente à quantidade de peritos disponíveis na escala. Cada profissional realiza em média de 11 a 13 plantões de 12 horas por mês, que também podem ser realizados em plantões de 24 horas, se assim optarem. Há também horários de entrada invertidos (início noturno e saída diurna), conforme exemplificado nas Tabelas 1-4. Caso haja necessidade, é permitida a troca de plantões entre os pares. Os quatro exemplos abaixo ilustram a escala de trabalho da equipe de peritos criminais que atuam na linha e local de crime, referente a 2015.

Tabela 1- Exemplo de escala de plantões de uma perita criminal (Margarida) do NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.

Escala de plantões - Perita da Linha - Margarida							
Dia da semana/ Dia do mês	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
1	N12						
2							
3							
4				N24*			
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16		N24*					
17							
18							
19					N24*		
20							
21							N24*
22							
23							
24							
25				N24*			
26							
27						N12	
28							
29							
30							
31							

Legenda:

	Dias de folga
	Plantão de 12 horas
	Plantão de 24 horas
N	Plantão noturno
*	Plantão de 24 horas invertido

Tabela 2 - Exemplo de escala de plantões de uma perita criminal (Roseira), NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.

Escala de plantões - Perita da Linha - Roseira							
Dia da semana/ Dia do mês	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
1							
2		N24*					
3							
4							
5							
6						N24*	
7							
8							
9		N24*					
10							
11							
12					N24*		
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19					N24*		
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							N24*
29							
30							
31							

Legenda:

	Dias de folga
	Plantão de 24 horas
N	Plantão noturno
*	Plantão de 24 horas invertido

Tabela 3 - Exemplo de escala de plantões de um perito criminal (Antúrio), do NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.

Escala de plantões - Perito da Linha - Antúrio							
Dia da semana/ Dia do mês	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
1	D24						
2		N24*					
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23		N36**					
24							
25							
26					D24		
27							
28							
29	D24						
30		N12					
31							

Legenda:		Dias de folga
		Plantão de 12 horas
		Plantão de 24 horas*
		Plantão de 24 horas
		Plantão de 36 horas
	N	Plantão noturno
	D	Plantão diurno
	*	24 h invertido

Tabela 4 - Exemplo de escala de plantões de um perito criminal (Lírio), do NPCCPessoa, IC, São Paulo, 2015.

Escala de plantões - Perito da Linha - Lírio							
Dia da semana/ Dia do mês	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
1							
2							
3							
4				N24*			
5							
6						N24*	
7							
8							
9							
10			N12				
11							
12							
13						N24*	
14							
15							
16							
17							
18				N24*			
19							
20						N12	
21							
22							
23							
24							
25							
26					N12		
27							
28							
29							
30							
31							

Legenda:		Dias de folga
		Plantão de 12 horas
		Plantão de 24 horas
	N	Plantão noturno
	*	Plantão de 24 horas invertido

Percebe-se nas escalas de trabalho exemplificadas nas Tabelas 1-5 que há um grande intervalo de ausência de plantões dos profissionais do núcleo e um acúmulo de plantões em algumas semanas, de forma que o tempo de recuperação entre plantões frequentemente acaba sendo curto pela concentração de jornadas de trabalho por períodos. Diante desse quadro, infere-se que há uma preferência em se esgotar os plantões em um espaço curto de tempo, obtendo assim dias ociosos para conciliar atividades diversas, sejam elas acadêmicas, profissionais, lazer e familiares. Sabe-se que o acúmulo de atividades não é permitido pelo Estatuto do Funcionalismo Público, entretanto, compreende-se que estes são arranjos corriqueiros em ambientes públicos, justificados para aumento do rendimento financeiro.

A perícia em local de crime exige que o profissional esteja atento a todos os quesitos que envolvem a dinâmica do crime para que nenhum vestígio passe despercebido, realizando, assim, um laudo com procedência das peças criminais. O estado de alerta também se faz necessário, pois trata-se de uma categoria que representa o Estado na prestação de serviços de segurança pública e que, para tal, porta arma de fogo para ser utilizada caso haja necessidade. O tempo prolongado dos plantões acima de 12 horas pode alterar o estado de alerta dos peritos e fotógrafos, logo, inferiu-se que implicará na segurança do profissional na execução de suas atividades e na produção de resultados satisfatórios nos locais atendidos.

Vários estudos têm abordado as consequências do trabalho em turnos na saúde e no bem-estar dos indivíduos. O trabalho noturno altera o ciclo vigília-sono e prejudica a secreção de diversos hormônios e enzimas, provocando danos distintos à saúde do trabalhador. A adaptação da vida social ao trabalho em turnos também não é fácil. É necessário gerenciar o convívio com a família, a prática de atividade física regular, lazer, estudos e, inevitavelmente, adaptar-se a dormir durante o dia nas ocasiões em que há trabalho noturno (FISCHER et al., 2004).

Além da equipe de perícia do plantão/linha, o NPCCPessoa conta com peritos criminais que atuam internamente, na base administrativa, especificamente na seção de peças periciais para descrição e armazenamento. Tais peças periciais são recolhidas por delegados no local de crime, os quais posteriormente solicitam a realização de perícias pela equipe do NPCCPessoa. Esses **peritos de peça** trabalham em horário comercial, por produção e com metas a serem atingidas ao longo do mês. Nessa atribuição, é realizada a descrição do artefato por meio de laudo descritivo com fotos anexadas. Avaliam também a presença de vestígios que possam

servir de prova material para o crime analisado, se a peça pode ser utilizada para violentar outrem ou se poderá dar veracidade ao inquérito criminal caso seja incluída. Ressaltamos que os peritos de peças já foram integrantes da escala de local de crime (da linha, da rua), mas foram remanejados para essa função após solicitação à chefia por motivos diversos como gestação, problemas de saúde que impeçam a atuação na linha, assim como o tempo de atuação prolongado em locais de crime ou interesse pela escala de trabalho (pois nesse cargo trabalha-se somente durante os dias de semana em horário comercial).

No NPCCPessoa há também peritos criminais alocados no setor de **Reconstituição**. Esses peritos e fotógrafos realizam a reprodução simulada dos fatos em casos de complexa elucidação do crime, principalmente quando há dúvidas sobre o posicionamento do corpo da vítima, distância, existência de obstáculo, entre outras variáveis que podem impactar o inquérito criminal. Os servidores forenses da Reconstituição já possuem um tempo considerável de atuação na perícia e são citados pelos pares como os mais experientes na função. A equipe da Reconstituição é composta por um perito, um fotógrafo e um desenhista. A jornada de trabalho desses profissionais não segue horário comercial, pois as reconstituições envolvem a presença das testemunhas, do indiciado (que na maioria dos casos necessita de escolta policial por já estar preso), dos advogados e delegados da área responsável pelo inquérito. O horário de trabalho poderá ser noturno ou diurno, pois dependerá da natureza do crime a ser esclarecido e da técnica pericial a ser realizada. Por exemplo, o uso do luminol, uma substância química usada para identificar sangue em superfícies mesmo após serem lavadas, só pode ocorrer à noite.

Por fim, há a **equipe administrativa**, cujos profissionais atuam na chefia e como assistentes administrativos. Os profissionais dessa equipe também já atuaram na linha e são responsáveis por viabilizar as atividades administrativas e operacionais do núcleo, entre outras atribuições burocráticas.

Segundo recomendação da ONU, deve haver (01) um perito criminal para cada 05 mil habitantes. Contudo, o relatório de Diagnóstico da Perícia Criminal do Brasil de 2012, realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, apontava 1.065 peritos criminais no estado de São Paulo naquele ano. Segundo levantamento do IBGE, a população do estado de São Paulo em 2012 era de 41.901.219 habitantes (IBGE, 2012). Assim, para seguir a recomendação da ONU, o estado de São Paulo

deveria contar com um quantitativo de 8.380 peritos criminais, ou seja, há um déficit de quase 9 vezes o valor ideal (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

Ressaltamos que os peritos criminais estão distribuídos em diversos núcleos periciais, como: informática, química, genética, balística, caracterização física de materiais, local de crime, entre outros. Porém, a informação do número de peritos em local de crime não consta no relatório da Secretaria Nacional de Segurança Pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). Não há informações nem justificativas da não divulgação desses números.

Ao analisarmos o tempo de atuação dos peritos criminais descrito nesse relatório, percebeu-se que 64% dos peritos criminais atuam há mais de 20 anos na função e apenas 14% há menos de 01 ano. Fica evidente, portanto, que o quadro de servidores periciais está envelhecendo e não está sendo repostado (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). O último concurso público para Perito Criminal de 3ª classe no município de São Paulo ocorreu em 2013, e os aprovados foram convocados para iniciar o curso preparatório na ACADEPOL apenas em 2017, após diversas ações judiciais impetradas pelos aprovados, com o apoio do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP, 2017).

Acreditamos que, atualmente, o quadro de servidores periciais ainda se encontre defasado. Em 2015, o jornalista Will Soares, do portal de notícias G1 São Paulo, utilizando informações atualizadas do Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo, apontou que, na época, apenas 1019 das 1706 vagas para perito criminal estavam ocupadas, um déficit de 40%.

2.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa os peritos criminais e fotógrafos técnico-periciais pertencentes ao quadro de servidores do NPCCPessoa que atuam ou já atuaram em local de crime.

O **critério de inclusão** baseou-se na observação da dinâmica de todos os turnos de trabalho (diurno, vespertino e noturno). Todos os servidores (da linha, peça,

reconstituição e administrativo) foram convidados a participar. Foram incluídos participantes de diferentes faixas etárias e de ambos os sexos. As atividades foram agendadas com antecedência, respeitando a escala de trabalho e o interesse e disponibilidade do participante. Os locais de atendimento ocorreram em todas as regiões do município de São Paulo (ZL, ZO, ZN, ZS e Centro). Como **critério de exclusão**, foram desconsiderados funcionários que estavam de férias ou licença durante a coleta de dados, tinham menos de 01 ano de atuação no NPCCPessoa (exceto aqueles que já possuíam experiência em local de crime em outro município ou estado) e que, após diversos convites, não se dispuseram a conceder a entrevista ou que os acompanhasse no local de crime.

O fato de estar no serviço constantemente ao longo da semana, em dias e horários variados, possibilitou-me conhecer todos os integrantes do NPCCPessoa, e estabelecer diálogos com a maior parte deles. Alguns se mostraram mais acessíveis em permitir que seu dia de trabalho fosse acompanhado, outros tentaram se esquivar, não permitindo minha presença ou criando barreiras para tal.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa que se utilizou de premissas etnográficas, não julgamos necessário quantificar o número de protagonistas abordados em campo. Apontaremos somente a quantidade de participantes que concederam a entrevista semiestruturada e assinaram o TCLE. **Foram entrevistados 28 (vinte e oito) servidores do NPCCPessoa, sendo 16 peritos criminais e 12 fotógrafos técnico-periciais.** Não foi autorizado mencionar o quantitativo de servidores pertencentes ao NPCCPessoa. Apenas 02 (dois) servidores não autorizaram a gravação. Nesses casos, realizou-se anotações e transcrições das falas principais. Infelizmente, 02 (duas) entrevistas foram perdidas devido a uma pane no gravador. Porém, essas entrevistas não foram descartadas. Nesses casos, realizou-se anotações das principais informações recordadas. Tais entrevistas, que não foram gravadas pelos motivos expostos, fizeram parte da análise para compor as categorias sem a menção das narrativas no corpo do texto. Embora **alguns servidores não tenham participado da entrevista, foi possível acompanhá-los na linha.** Entretanto, os dados dessa parcela não foram utilizados na caracterização dos participantes, somente na escrita das categorias de análise, as quais também foram oriundas das notas do diário de campo.

É importante ressaltar que ao longo de um ano de permanência em campo (abril de 2016 a abril de 2017) a equipe sofreu mudanças em sua configuração. Alguns

peritos e fotógrafos mudaram de núcleo, outros foram promovidos à assessores da diretoria da Superintendência e novos servidores foram alocados no núcleo, seja por permuta ou por solicitação de transferência do interior para a Capital.

2.7 COLETA DE INFORMAÇÕES

As atividades de campo iniciaram **no dia 01 de abril de 2016**, após apresentação formal à Diretora do NPCCPessoa e verificação das possíveis limitações na coleta de dados, e **terminaram em abril 2017**. O período em campo foi prolongado por se tratar de um cenário rico com observações em locais distintos (administrativo/base, viatura e local da perícia). Da mesma forma, a interação com os participantes foi fundamental para que ocorresse uma maior integração da pesquisadora com os investigados. Além disso, por também serem investigadores profissionais, o intuito de se estabelecer uma relação de confiança foi colher observações que não sofressem lapidações em função da presença de uma terceira pessoa.

As necessidades metodológicas das pesquisas qualitativas contemplam uma variedade de técnicas, sendo fundamental que a técnica utilizada permita que o participante interaja com o objeto de representação e consiga imergir na subjetividade do sujeito. A representação ultrapassa os limites do mundo objetivado. Portanto, a interação do pesquisador com o participante da pesquisa é fundamental para estabelecer uma relação de confiança para iniciar a coleta de dados e conseguir acompanhar o cotidiano de trabalho sem que haja distorções da realidade e geração de desconforto ao participante.

Durante as visitas prévias realizadas em julho de 2015 com o intuito de conhecer o campo, foi possível identificar potenciais interlocutores que elogiaram a relevância da pesquisa e outros, no entanto, que demonstraram desconfiança ou indiferença. Ao ser habilitada para iniciar a pesquisa em abril de 2016, fui apresentada formalmente à equipe de plantão pela chefia. Para os plantonistas seguintes, a apresentação não foi mais necessária, pois todos no setor já estavam cientes da presença da pesquisadora. Inicialmente havia uma desconfiança em relação ao objetivo da pesquisa, se eu realmente se tratava era uma pesquisadora científica, uma

“X9” da diretoria, ou até mesmo uma repórter disfarçada. Ao longo da minha permanência no núcleo, uma relação de confiança e a construção de um diálogo com os sujeitos foram sendo estabelecidas, o que possibilitou não só a observação do trabalho do perito e fotógrafo de perto, mas também sua relação com o contexto da morte nos locais de crime.

Toda a etnografia foi composta pelas informações colhidas ao longo da pesquisa de campo em cenários variados do exercício profissional no município de São Paulo, respeitando a escala de trabalho do perito e seguindo a dinâmica do plantão. A coleta de dados envolveu a observação do participante no local de atuação da equipe pericial, registros e descrições em diário de campo e entrevistas em profundidade, possibilitando assim a imersão e apreensão da perspectiva do grupo ao vivenciar o cotidiano de trabalho e os significados para os peritos criminais.

Utilizou-se dados sociodemográficos (APÊNDICE B) na tentativa de se dialogar com os aspectos extralaborais que, por vezes, não se faz presente nas narrativas dos protagonistas. Buscou-se também uma aproximação por completo do cotidiano da equipe pericial, contemplando aspectos como constituição familiar, formação profissional, espiritualidade/religião, dependência orçamentária, atividades de lazer e qualidade do descanso/sono. Tais dados impactam ou apoiam uma rotina laboral impregnada de significados e valores, possibilitando a identificação de mecanismos de proteção criados ou sustentados fora do ambiente de trabalho. As informações foram coletadas de forma dialogada e direcionada, sem trazer prejuízos devido ao esquecimento da pesquisadora ou constrangimento do participante, que ao responder de maneira formal (assinalando) a assuntos subjetivos, prejudicaria o alcance da subjetividade do objeto, sendo esse o eixo da pesquisa.

Articulando com os relatos das observações em campo, as entrevistas aprofundadas foram essenciais, em momentos distintos, com a utilização ou não de gravadores, pois foram direcionadas por um roteiro pré-elaborado contendo questões norteadoras (veja esboço no APÊNDICE C). As questões pré-formuladas na entrevista foram acrescidas de novos questionamentos, seguindo a linha de raciocínio e a especificidade do teor da fala e exposição dos fatos. As entrevistas foram gravadas após autorização do participante. Registros manuais foram realizados nos casos em que gravações não foram autorizadas pelos participantes. A linguagem corporal do participante durante a condução da entrevista também foi observada.

As entrevistas aprofundadas foram conduzidas para atingir os objetivos traçados. Estabeleceu-se um diálogo com o participante do estudo de forma a não “engessar” os relatos ou torná-los biográficos, mas contextualizar as trajetórias individuais construídas em torno das experiências laborais e subjetivas mais amplas, as quais se inseriram em sua trajetória pericial. Seguindo as premissas propostas por ROSALDO (1993) de que o sujeito se reposiciona ao longo da pesquisa, houve mudanças nas questões inicialmente levantadas. Isso porque a experiência deve ser transformada em conhecimento e não em mera vivência pessoal, permitindo que o estranhamento permaneça por um longo período de imersão e que as impressões do pesquisador sejam também valorizadas, pois a inserção do pesquisador por si só já gera mudanças no comportamento dos “nativos”.

Tomando o exemplo dos estudos sobre a morte (rituais da morte), Rosaldo (1993) afirma que autores que tocam este tema eliminando as emoções intensas não somente distorcem as descrições, mas eliminam também importantes variáveis de análise. Crítica, então, os estudos da morte em que o pesquisador fica em uma posição de observador destacado; e enfatiza o pesquisador que se reposiciona continuamente, o “*positioned subject*” (CAPRARA e LANDIM, 2008, p. 367).

As entrevistas foram realizadas com agendamento prévio, conforme a disponibilidade do participante e ocorreram de manhã, à tarde ou à noite. Algumas entrevistas foram realizadas na sede administrativa, em uma sala cedida pela chefia, enquanto outras foram agendadas em restaurantes, padarias e no alojamento feminino. Em média, as entrevistas duraram no mínimo 45 minutos e no máximo de 2 horas. Totalizamos **28 entrevistas**, sendo que em apenas 02 o uso do gravador não foi autorizado pelos participantes. O motivo dessas negativas se deu por esses estarem em fase de aposentadoria e terem receio de que algo pudesse prejudicar esse processo. Contudo, ambos não se negaram a dialogar e as entrevistas foram transcritas.

Durante a permanência em campo, utilizou-se um diário com anotações das observações feitas no cenário da pesquisa, atentando-se a observar a relação dos protagonistas sociais (quem são, como se relacionam entre si e outros aspectos), os cenários (onde as pessoas se situam e quais as características desses locais) e o comportamento dos sujeitos (o que ocorreu em termos assistenciais e sociais, modos de falar e agir, gestos, ações, conversas e expressões relacionadas à pesquisa).

Considero que as únicas fontes etnográficas de valor científico indiscutível são aquelas nas quais podemos claramente estabelecer uma distinção entre, de um lado, os resultados das observações diretas e das declarações e interpretações dos sujeitos, e, de outro lado, as inferências do autor, baseadas no seu bom senso e percepção psicológica (MALINOWSKI, 1990, p. 40).

Estar na viatura com a equipe foi fundamental, pois a logística de trabalho possui configurações que vão além do deslocamento em si. Ela contempla momentos de decisão sobre qual caminho seguir ou qual local de crime terá prioridade de atendimento, reflexão pelos pares sobre o crime atendido ou que será atendido na próxima parada, o enfrentamento do trânsito caótico de uma cidade constantemente congestionada, pausas para as necessidades fisiológicas e alimentares, entre tantas outras premissas que só poderiam ter sido identificadas estando na viatura com a equipe. Os atendimentos foram realizados em todo o município de São Paulo conforme a escala de trabalho. Atendendo à solicitação da diretoria do IC, as áreas de atendimento não serão identificadas.

O colete à prova de balas foi emprestado contanto que não fosse retirado durante o serviço e que fosse devolvido ao alojamento feminino no final do plantão. A chave do alojamento feminino também foi fornecida, em caso de necessidade de descanso durante o plantão noturno, se não houvesse atendimento.

Durante um ano de permanência no campo realizando a escala de trabalho dos servidores de plantão, foi possível acompanhar **61 locais de crime** de diversas naturezas, em horários e dias da semana diferentes (Quadro 1). Os dias de plantão foram agendados de acordo com o aceite dos participantes em estar acompanhando o dia de trabalho da equipe, contemplando plantões em todos os dias da semana e fim de semana, dia ou noite, para que fosse possível contemplar as nuances dos dias e horários das jornadas de trabalho. Nos locais de crime, foi preciso manter uma distância segura do corpo da vítima e dos vestígios. No entanto, foi permitida a entrada nos locais de preservação (local do crime onde a polícia militar faz a guarda até a perícia chegar), desde que me limitasse a observar e não questionar terceiros em cena, principalmente quando houvesse a presença de familiares e da mídia. Contudo, foi possível conversar com o perito e o fotógrafo durante a execução de suas atividades para compreender o processo de trabalho. Alguns até se prontificaram em

verbalizar o passo a passo da perícia, de acordo com a natureza criminal a ser investigada.

Quadro 1 - Descrição das cenas de crime

Natureza	Quantidade e descrição
Suicídio	08 locais com corpo
Homicídio	08 locais com corpo
Disparo de arma de fogo	08 locais com manchas de sangue
Latrocínio	07 locais
Residuográfico	03 coletas: 02 na Delegacia de Polícia e 01 no Hospital
Morte suspeita	20 locais com corpo
Violência doméstica	02 locais (violência contra a mulher)
Violência contra animais	01 local
Vistoria veicular	03 locais
Reconstituição	01 local de homicídio

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora em campo, 2017.

As cenas de crime apresentadas no quadro 3 foram investigadas no período de 21 plantões realizados ao longo de 01 ano, sendo que em apenas 07 (sete) dias de plantões não houve requisições para atendimento de local. Nesses dias, permaneci na sede administrativa, para acompanhar a equipe na execução e liberação de laudos periciais. Dentre os 21 plantões com realização de perícia, 10 dias foram realizados com a equipe responsável pela ZO, ZS e parte do centro e 11 dias com a equipe responsável pela ZL, ZN e outra parcela do centro.

Como dados secundários, foram selecionadas e armazenadas reportagens, entrevistas, resenhas e outras fontes de informação referentes ao cenário e aos sujeitos da pesquisa divulgadas na imprensa digital e impressa. Esse material foi adicionado à contextualização dos achados científicos.

2.8 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

O Infográfico 1 apresenta a caracterização dos 28 participantes que assinaram o TCLE, concederam entrevista e permitiram a divulgação dos dados sem identificação. Esses dados foram gerados a partir das informações coletadas no formulário sociodemográfico.

Infográfico 1 – Caracterização dos peritos criminais e fotógrafos técnico-periciais do NPCCPessoa participantes do estudo, IC, São Paulo, 2017

Fonte: Dados coletados em campo pela pesquisadora, 2017.

Para a equipe entrevistada, verificou-se que 09 peritos(as) criminais possuem filhos, sendo que três deles possuem dois ou mais filhos. Metade dos peritos(as) criminais exercem a maternidade/paternidade, e a outra metade é composta de pessoas mais jovens que pretendem ter filhos, mas não nesta fase da vida, exceto

uma perita criminal que relatou não desejar ter filhos. Entre os fotógrafos(as), 10 possuem filhos, sendo que quatro deles possuem dois ou mais filhos. Portanto, a maioria dos fotógrafos (80%) já são pais. Tal percentual reflete a faixa etária dos participantes, composta por pessoas mais velhas, acima de 36 anos. Apenas uma fotógrafa manifestou não desejar ter filhos.

Quanto à crença religiosa, a maioria dos peritos(as) são católicos romanos (05 peritos), enquanto que a maioria dos fotógrafos são agnósticos (04 fotógrafos), sendo que 02 fotógrafos(as) declararam-se católicos romanos e 03 peritos(as) agnósticos. Quatro peritos(as) e três fotógrafos(as) disseram ser espíritas/kardecistas, 01 perito(a) e 02 fotógrafos(as) disseram ser umbandistas/candomblecistas e 01 perito(a) pratica o xintoísmo. Três fotógrafos(as) se declararam sem religião ou ateus. Dois fotógrafos(as) e quatro peritos(as) mudaram de religião ao longo da vida por motivos diversos, incluindo que a prática religiosa era uma herança familiar e depois de certa maturidade eles já não se identificavam mais; após a faculdade, eles repensaram o conceito religioso e escolheram ser agnósticos; outros tiveram influência em sua crença religiosa após iniciarem na atividade forense, mudaram de religião ou se tornaram ateu.

O período de treinamento na ACADEPOL não possuiu uma regularidade no cronograma de duração, embora a densidade teórica seja a mesma. Dentre os peritos criminais, o maior período de treinamento foi de 12 meses (03 peritos), seguido de 10 meses (02 peritos), 08 meses (03 peritos), e o menor período de treinamento foi de 03 meses, contendo a maior parcela dos peritos (08 peritos). Já entre os fotógrafos técnico-periciais, o maior período de treinamento em tempo integral foi de 06 meses (03 fotógrafos), seguido de 04 meses (02 fotógrafos), o menor período de treinamento foi de 03 meses, contendo a maior parcela dos fotógrafos(as) (07 fotógrafos).

Ao serem questionados sobre a atuação em outros núcleos dentro da Polícia Técnico-Científica ou em outro município, obtivemos as seguintes informações: 13 peritos criminais e 10 fotógrafos já atuaram em outros núcleos (informática, balística, documentoscopia, bioquímica, patrimônio, engenharia, assessoria técnica e Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP)) e também no interior de São Paulo.

Alguns participantes relataram que conseguem conciliar a jornada de trabalho pericial com outras atividades regulares. Essas atividades podem ser profissionais, acadêmicas ou esportivas. Cinco peritos(as) criminais e 09 fotógrafos(as) técnico-

periciais informaram tais atividades, porém não julgamos necessário descrevê-las aqui para garantir o anonimato dos participantes e também por se tratar de rearranjos não institucionalizados.

Ao serem questionados sobre a média de sono nos dias de folga, participantes das duas categorias mencionaram dormir em média 7 horas por dia. Em dias de plantão, conseguem ter breves cochilos de no máximo 3 horas. Três peritos criminais e 01 fotógrafo técnico-pericial usam ansiolíticos. Desses, dois profissionais permanecem em escala de plantão com atuação na linha, porém, nos dias de plantão não usam o medicamento para não alterar seu estado de alerta.

2.9 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Ao buscar elementos diversificados do mesmo fato e por cotidianos distintos de cada participante da pesquisa, reunimos elementos comuns e subjetivos sobre o objeto, trazendo as impressões de cada sujeito e o eco de suas falas sobre o objeto pesquisado e suas ramificações. Essas impressões só poderiam ter sido identificadas após a familiarização da pesquisadora com o objeto de estudo.

Participar do cotidiano desse grupo nos permitiu inferir que o intrapessoal é um diferencial na construção de comportamentos diante de situações de estresse (*distress*). No entanto, sabe-se que há a influência do meio em que o sujeito circula, principalmente por se tratar de um contexto submetido a uma hierarquia militar, em que existem regras a serem seguidas, pois, caso contrário, poderá gerar punições aos participantes. Portanto, não apresentaremos falas dos sujeitos que contenham características que possam identificá-los. Visando o anonimato, atribuímos nomes de **flores aos peritos**¹³ e de **cores aos fotógrafos**¹⁴, com terminologia masculina e

¹³ Identificação dos(as) peritos(as) criminais: Perito 1: Lisianto; Perito 2: Antúrio; Perito 3: Lírio; Perito 4: Saramago; Perito 5: Hibisco; Perito 6: Açafraão; Perito 7: Cacto; Perito 08: Jacinto; Perito 9: Gerânio; Perita 1: Orquídea; Perita 2: Margarida; Perita 3: Hortênsia; Perita 4: Roseira; Perita 5: Açucena; Perita 6: Acácia; Perita 7: Violeta.

¹⁴ Identificação dos (as) fotógrafos (as) técnico-periciais: Fotógrafo 1: Vermelho; Fotógrafo 2: Azul Marinho; Fotógrafo 3: Verde; Fotógrafo 4: Azul; Fotógrafo 5: Marrom; Fotógrafo 6: Branco; Fotógrafo 7: Amarelo; Fotógrafo 8: Roxo; Fotógrafa 1: Lilás; Fotógrafa 2: Rosa; Fotógrafa 3: Laranja; fotógrafa 4: Turquesa.

feminina. Da mesma forma, algumas situações ou falas não serão descritas a fim de manter o acordo de não expor a intimidade e a segurança dos participantes. Essa escolha não prejudicou a pesquisa, visto que o cenário e as observações realizadas por si só já são de extrema riqueza científica.

Buscou-se não apenas identificar, mas também compreender questões subjetivas de fortalecimento psicológico sobre as adversidades comuns a esse grupo específico de profissionais que exercem a função de peritos criminais e fotógrafos técnico-periciais. Por isso, julgou-se importante manter tais condutas de preservação; alcançar o objeto de estudo é diferente de expor os sujeitos de estudo. Assim, mais uma vez enfatizamos que, neste estudo, o conteúdo é mais relevante do que a quantificação do fenômeno.

Os dados coletados foram organizados por meio da construção de grandes temas e categorias a partir de uma análise constante e conflitante de todos os elementos identificados durante o levantamento de dados das diversas fontes de informação, sejam elas sublinhadas e recortadas das entrevistas aprofundadas gravadas e/ou transcritas. Os dados foram relacionados com o diário de campo e contextualizados com as notícias veiculadas pela mídia impressa e virtual, sempre utilizando o arcabouço teórico para dar densidade analítica ao material produzido. Os dados secundários também foram essenciais na discussão dos resultados, visto que novas hipóteses foram levantadas após as visitas técnicas.

Desse modo, cabe explicitar que a análise empreendida nesta pesquisa foi realizada por meio da codificação temática baseada nos dados, conforme GIBBS (2009) e FLICK (2009). Para tal, utilizou-se o *software* MAXQDA, versão 12, conforme citado por GIBBS (2009, p. 143-177). Para esse autor, “o uso da tecnologia transformou a análise de dados qualitativos de muitas formas” e o uso de *softwares* de análise de dados qualitativos como o MAXQDA, pode “ajudar consideravelmente no gerenciamento de conjuntos de dados grandes e complexos”. Ainda assim, o autor adverte: “contudo, as ideias analíticas propriamente ditas devem ser oferecidas pelo pesquisador” (SILVA, 2011, p. 192)

O *software* MAXQDA foi fundamental para transcrever as entrevistas gravadas de forma mais técnica, sem perder a riqueza das pausas, nuances de voz e verbalização. Da mesma forma, também foi crucial o cruzamento dos diários de campo com as notícias veiculadas nas mídias sobre os casos de locais de crime observados. A codificação utilizando esse *software* também possibilitou cruzar diversos dados

utilizando refinamentos distintos, com escopos que poderiam ser analisados e acrescidos de informações relevantes.

A elaboração da escrita sobre o objeto de estudo visou discorrer sobre o processo de construção de estratégias de enfrentamento em um cotidiano laboral repleto de significados diante da interrupção da vida por meio de um ato violento. A investigação forense em um corpo destituído de vida é uma das peças de observação na cena de um crime.

(...) ao tentar penetrar em formas de vida que lhe são estranhas, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência - só assegurada pela observação participante “estando lá” - passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina (OLIVEIRA RC, 2000, p. 34).

Não limitaremos a transcrição das entrevistas apenas à análise semântica, mas sim a uma análise aprofundada dos elementos que surgiram ao longo da imersão da pesquisadora no campo de atuação desses protagonistas sociais. “O fenômeno não pode ser compreendido fora do seu contexto, por isso o significado emerge da relação com outros signos e, na antropologia, o significado é sempre construído culturalmente: nada é o que parece ser” (BANYAI, 2002 apud CAPRARA e LANDIM, 2008, p. 366).

Para tanto, após o esgotamento das hipóteses, o afastamento do campo foi necessário para escrever o texto etnográfico, relatando as percepções da pesquisadora e dos protagonistas sobre os temas abordados a fim de torná-lo inteligível aos leitores (MALINOWSKI, 1996).

É a introdução deste relato detalhado das vicissitudes pelas quais passa o etnógrafo, junto com a descrição minuciosa e apaixonante do que chama de “imponderáveis da vida real” - aqueles fatos cotidianos sutis, mas ricos de significados, como os cuidados com o corpo, o modo de comer, o tom das conversas e da vida social, a amizade, simpatia ou aversão entre as pessoas e outros (...) (DURHAM, 1986, apud CAPRARA e LANDIM, 2008, p. 366).

A partir da descrição apresentada, é possível perceber que, para alcançar o nível de aprofundamento exigido pela análise de dados qualitativos, diversos procedimentos sistemáticos e complementares foram necessários e empregados nesse trabalho. Somente após essa reflexão a partir da análise de todos os prismas e

materiais interpretados, foram construídas as categorias e subcategorias que serão apresentadas nas próximas seções.

CAPÍTULO 3 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os capítulos a seguir descrevem os resultados empíricos da pesquisa de campo. Após as análises, foram definidas as categorias que emergiram do discurso dos participantes e das observações realizadas em diário de campo da pesquisadora. Para isso, nos apropriamos das narrativas autobiográficas de alguns interlocutores com o objetivo de elucidar as singularidades e idiossincrasias de seu cotidiano laboral e os reflexos em sua vida pessoal e em sua atuação profissional. Não se trata de colocar em primeiro plano suas “histórias de vida” como sequências totalizantes e lineares. O foco da análise não está em suas biografias, mas na dimensão liminar de suas vivências e nas implicações de suas atividades periciais sobre o traçado de suas trajetórias profissionais. Nesse processo, privilegiou-se apresentar períodos e acontecimentos da atividade de trabalho tidos como significativos nas vidas dos participantes, bem como os caminhos e descaminhos que suscitam reflexões e fazem aflorar emoções e significados frente à morte violenta.

3.1 A ATIVIDADE PERICIAL

3.1.1 Recorrência de Crimes Periciados: Natureza, Área Geográfica e Perfil das Vítimas

Os telejornais anunciam os dados estatísticos divulgados pela Secretaria de Segurança Pública como indicadores da criminalidade no município de São Paulo. A Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) é responsável por analisar os dados de interesse policial e tem como objetivo monitorar a evolução das tendências criminais visando planejar ações para reprimir a criminalidade.

O estado de São Paulo é pioneiro na divulgação de dados estatísticos mensais sobre criminalidade por área, município e unidade policial. Essa divulgação está prevista na Resolução SSP 161, de 8 de maio de 2001, que dispõe sobre os procedimentos de divulgação, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, visando a publicação trimestral obrigatória das informações, conforme especifica a Lei 9.155/95. Essa lei trata das estatísticas de ocorrências criminais e de dados relativos às ocorrências envolvendo policiais na qualidade de agentes ou vítimas.

Outras fontes de informação sobre a criminalidade no estado são amplamente divulgadas em anuários, coletivos de núcleos de estudos, Fóruns de Segurança, Mapeamento da Violência, entre outros. O fornecimento de dados produzidos trimestralmente sobre a criminalidade não significa que a análise dos dados resultará em políticas públicas eficientes, uma vez que dados quantitativos podem ser interpretados de formas distintas, especialmente quando a análise é realizada por um usuário não-especialista. “(...) *a transparência se dilui na permanência de múltiplas agendas políticas em torno do contar crimes e criminosos e na falta de coordenação na produção de estatísticas criminais*” (LIMA, 2008, p.69). As discordâncias sobre os dados estatísticos da Capital promovem uma discussão sobre as possíveis ações de gerenciamento da transparência dos números e trazem visibilidade para a questão da violência e sua vitimização.

O uso da etnografia nesta pesquisa possibilitou adentrar o local da ocorrência criminal e observar a fase inicial de triagem das requisições que podem ou não se desdobrar para um inquérito criminal. Alguns laudos periciais técnicos integrarão os inquéritos criminais, outros serão arquivados após análise da autoridade judicial. A perícia pode auxiliá-lo nessa etapa, munindo o inquérito de provas materiais.

A realização da etnografia da prática pericial no local de crime foi extremamente rica por retratar a morte violenta por meio da fala e das ações dos participantes da pesquisa. A etnografia vai além de gerar números sobre os índices da criminalidade. Ela permeia a subjetividade das pessoas que de fato vivenciam as cores, os sabores, os odores e as texturas da violência executada contra o ser humano, a impunidade, a institucionalização de processos ineficientes, entre outras questões que permeia esse contexto de um local de crime. As falas e ações dos participantes trazem um olhar diferenciado diante das mortes desencadeadas pela violência paulista (SILVA, 2011).

A equipe pericial realiza atendimentos recorrentes que apresentam similaridades em relação à região geográfica, ao perfil das vítimas/criminosos e à natureza do crime. Foi possível identificar que há uma reflexão pelos pares sobre os modos de comportamento da criminalidade e sobre a sensação de insegurança. Além disso, ocorrem discussões sobre políticas públicas que de fato considerem as necessidades do processo de trabalho dos órgãos competentes, mas que também envolvam ações sociais para a população.

A equipe do NPCCPessoa realiza perícias em locais de crimes de autoria conhecida. As perícias em locais de crimes de autoria desconhecida são realizadas pelo GEACRim¹⁵. Os crimes violentos são designados pela Secretaria de Segurança Pública a partir da somatória dos locais de homicídios dolosos, latrocínios, roubos, estupros e extorsão mediante sequestro. Todos esses locais são passíveis de perícias a serem executadas pelo NPCCPessoa, exceto o crime de sequestro. Há outros locais de crimes que o NPCCPessoa realiza perícia, como os locais de suicídio, morte suspeita, aborto, infanticídio, violência contra a mulher e maus-tratos a animais.

Nas requisições periciais, designada pelos peritos como “Guia Rosa”¹⁶, sempre consta o número do DP solicitante. Alguns dos DPs já são conhecidos pela equipe, por conta da distância a ser percorrida da base até o local de perícia, devido à região ser considerada de difícil acesso geográfico ou área de risco, ou ainda pela recorrência de atendimentos naquela área.

Durante a pesquisa de campo, percebeu-se que os atendimentos periciais ocorriam principalmente em áreas da periferia da Capital, observação feita durante os plantões realizados. Não será possível mencionar os bairros dos locais onde acompanhei os atendimentos, pois a divulgação dessa informação não foi autorizada. No entanto, tal “impressão” também surgiu na narrativa dos participantes. Para tanto, observou-se que havia uma recorrência de alguns crimes e de solicitação de perícia

¹⁵ Grupos Especiais de Atendimento a Local de Crime (GEACRim): são os grupos que realizam o assessoramento aos locais de crime (homicídios, mortes decorrentes de intervenção policial e, eventualmente, mortes suspeitas), juntamente com cinco equipes de perícias/DHPP, que permanecem baseados na sede do DHPP; Disponível em: https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/institucional/departamentosOrgaos/departamentosOrgaosDetalhes?titulo=DHPP&collectionId=358412565221001180&_afLoop=2893943231291373&_afWindowMode=0&_afWindowId=null#!%40%40%3F_afWindowId%3Dnull%26collectionId%3D358412565221001180%26_afLoop%3D2893943231291373%26titulo%3DDHPP%26_afWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D1a4d2zr0kx_4

Acesso em: 30/01/2019

¹⁶ Guia rosa é uma denominação interna para as requisições periciais, as quais são impressas em uma folha de cor rosa.

de vítimas que possuíam um perfil relacionado à fragilidade social e com ampla faixa etária — jovens, adultos, idosos e, esporadicamente crianças. Quanto ao sexo, predominaram vítimas do sexo masculino.

“(...) maior parte das pessoas que atendemos são da classe mais pobre, então os suicídios são daquelas pessoas que moram numa comunidade. Tá enforcadinho, ou é um bêbado, um usuário de droga, mas acho que tem uns 30 ou 40% aí que morrem por conta de uma depressão.”

(Antúrio, perito criminal)

“(...) os crimes acabam vindo de uma mesma população (a periferia), composta por pessoas mais humildes, vítimas de um sistema falho, sem acesso à saúde, educação e condições básicas de sobrevivência.”

(Lisianto, perito criminal)

Até iniciar o campo, eu não acreditava que na Capital houvesse um número alto de suicídios. Os casos de suicídios não eram amplamente divulgados pela mídia para não encorajar pessoas com pré-disposição para tal. O estigma que envolve o tema é um impeditivo para que as pessoas procurem ajuda, o que aumenta os riscos de tentativas contra a vida e até mesmo a consumação do ato. Diante disso, criou-se a campanha “Setembro Amarelo”, mês de conscientização sobre a importância da prevenção do suicídio. Trata-se de uma oportunidade para se discutir o tema e apresentar propostas de enfrentamento, visando conscientizar e estimular a prevenção do suicídio. Em 2017, o Ministério da Saúde iniciou a divulgação do Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil, publicando dados de 2011 a 2016.

Um dos alertas é a alta taxa de suicídio entre idosos com mais de 70 anos. Nessa faixa etária, foram registradas média de 8,9 mortes por 100 mil nos últimos seis anos. A média nacional é 5,5 por 100 mil. Também chama atenção o alto índice entre jovens, principalmente homens e indígenas. O diagnóstico inédito vai orientar a expansão e qualificação da assistência em saúde mental no país (Ministério da Saúde, 2017).

Ao longo do trabalho de campo, acompanhei oito locais de suicídio, e apenas um deles foi em área nobre da Capital paulista. Os métodos de suicídio utilizados foram: dois suicídios por precipitação (corpo lançado de um local de grande altura), um com arma de fogo e cinco por enforcamento.

Ao chegarmos no local, era um prédio localizado em uma região de classe média. Havia uma viatura da Polícia Militar aguardando a chegada da equipe pericial, realizando a preservação do local. Assim que descemos da viatura, o policial relatou que uma mulher recém-separada voltou a morar com a mãe e com os três filhos (um casal de gêmeos de 5 anos e um menino de 8 anos). Fazia uso de remédio controlado, e, naquele dia, disse à faxineira que se ela morresse, era para ajudar a mãe dela a cuidar dos filhos. Não havia confirmação de suicídio, estavam avaliando morte suspeita, já que a faxineira disse que ela estava arrumando a tela de proteção da sacada. Porém, no momento da ocorrência, a vítima estava sozinha no apartamento.

[..]

Entramos no prédio, e os peritos optaram por realizar a perícia primeiramente no apartamento para depois ir ao local do corpo.

(...)

Lírio dirigiu-se ao quarto da vítima; era uma suíte com uma pequena sacada, e logo viu vários remédios de tarja preta no criado mudo, com uma caneca de leite com café deixado pela metade. Na sacada havia uma escada de poucos degraus ao lado da janela, local provável da queda. Realizaram fotos e buscaram por alguma carta ou recado, que de praxe é achada em locais de suicídio. O policial militar perguntou se queria ajuda em vasculhar a casa; o perito disse que não. Ao ver a foto dos filhos, ele (Lírio) expressou uma sensação de lástima pelas crianças. Descemos ao térreo para realizar a perícia do corpo.

O corpo estava coberto com um lençol, havia sangue e líquido gorduroso escorrendo pelo chão. Assim que Lírio removeu o lençol um cheiro forte toma conta do ambiente; já havia a presença de moscas. Moradores dos andares superiores acompanhavam cada passo do perito, e eu também. O corpo estava posicionado de bruços. Na região lombar da coluna era possível visualizar as vértebras expostas. Como a mulher tinha sobrepeso, ao virá-la de frente, a barriga estava toda eviscerada por ter recebido todo impacto. O braço estava quebrado e havia escoriações ao longo dos membros inferiores e superiores, pois durante a queda, a mulher se chocou com várias janelas dos apartamentos inferiores.

O perito acabou de cortar a roupa na busca por outras lesões e procurou por algum bilhete de despedida no bolso da vítima. Observou as unhas para verificar se havia algum resquício de confronto. Em uma das mãos estava um frasco de cola (segundo a faxineira estava colando a rede de proteção).

Para o perito e para o fotógrafo, não se tratava de uma morte suspeita, mas sim de um suicídio, em que a vítima não queria que soubessem que ela suicidou e, portanto, acabou armando um acidente. E pelo histórico, havia indícios de ser sim um suicídio passional, com o intuito de atingir o ex-marido.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

“Morte suspeita” é como a polícia registra óbitos em que há dúvidas sobre o que aconteceu – suicídio, acidente, queda ou mal súbito. Até a chegada da equipe pericial, o local do crime deveria ser preservado por policiais militares para que

quaisquer vestígios sejam resguardados. Infelizmente, na prática não é isso que ocorre. Os locais acabam sendo preservados por familiares ou vizinhos até a chegada da equipe pericial. O objetivo da perícia em locais de morte suspeita é a exclusão de outras causas, como homicídio, suicídio, latrocínio, entre outras.

Dos 61 locais de crimes que acompanhei em campo, 20 foram descritos como morte suspeita. Após a perícia, algumas mortes foram confirmadas como sendo de outra natureza, como suicídio e lesão corporal seguida de morte.

“(...) tem morte suspeita que você vê que é homicídio. Entra muito suicídio que tudo leva a crer que não seja suicídio, e quando chega lá é suicídio de fato, e outros locais de suicídio que são homicídio.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

Durante os deslocamentos na viatura, identificou-se a insatisfação presente na narrativa de alguns peritos e fotógrafos por terem que realizar perícia de morte suspeita. Argumentavam que havia casos em que o próprio policial militar, ao iniciar a investigação, poderia recolher informações do estado de saúde da vítima, pois algumas delas já estavam em estado avançado da doença e outras em tratamento crônico em fase terminal. Esses fatos justificariam a morte natural (a “*morte morrida*”) e não a morte suspeita (a “*morte matada*”), utilizando os termos dos participantes.

“O estado de São Paulo ainda é um dos poucos estados que fazem morte suspeita. Quando digo morte suspeita, é a morte natural. Claro que temos que fazer quando há suspeita de homicídio. Mas quando há um histórico de doença, porque teríamos que fazer? Um tempo atrás fiz uma morte suspeita, de uma senhora de 101 anos que havia amputado a perna na semana anterior. Não havia preservação no local; a família que estava lá. Aqui no meu controle você pode ver que atendi sete mortes suspeitas seguidas. Então é assim, falta uma triagem do delegado em solicitar. Então é um trabalho que é útil, mas acaba que gastamos muita vela para pouco defunto. Não deveria gastar energia para isso. Tem essas perícias inúteis, podemos dizer assim.”

(Lírio, perito criminal)

Mesmo a família informando o histórico de doença, há delegados que solicitam a perícia sem verificar uma possível natureza distinta, repassando para a perícia essa atribuição. E mesmo nos casos sabido que se trata de “morte morrida”, a família precisa da liberação do corpo pela perícia requisitada, enquanto isso já começam o

processo de sepultamento. Ainda que o corpo precise ser retirado do domicílio para os familiares darem prosseguimento ao sepultamento do ente querido, eles precisam aguardar a chegada da perícia, caso essa seja solicitada pelo delegado. A morte suspeita não é prioridade para atendimento comparada aos casos com locais de corpo em via pública, suicídio, por exemplo. Se a perícia não for solicitada, o Serviço de Verificação de Óbito (SVO) é quem removerá e liberará o corpo. Nesse caso, o solicitante também pode ser o delegado.

Em uma comunidade carente na zona sul de São Paulo, foi requerida uma perícia de morte suspeita. Tratava-se de um homem negro, jovem, que vivia em um carro abandonado. Como os vizinhos não o tinham visto ao longo de dois dias, abriram o carro para procurá-lo e se depararam com o corpo caído no banco de trás. Acionaram a Polícia Militar e os familiares, que também viviam naquela região.

Esse foi o relato do policial militar que realizava a preservação do local, sendo que a viatura e os policiais estavam parados a duas vias abaixo do local da perícia. Quem de fato estava ao lado do carro era o pai da vítima. Ao chegarmos, o pai disse que já estava ali desde a madrugada aguardando a liberação do corpo, sendo que chegamos apenas no horário da tarde para realização da perícia.

(...)

O perito Antúrio se desculpou, explicou ao pai que infelizmente havia duas equipes para atender à todas as solicitações e que alguns casos tinham prioridade sobre outros. Iniciou a perícia.

(...)

As fotos foram realizadas com o corpo dentro do carro. Como se tratava de um carro abandonado, não havia sinais de arrombamento ou danos ao veículo. Então, a perícia focalizou no corpo em busca de vestígios que configurassem sinais de violência.

Removeram o corpo do veículo para iniciar a busca. No momento do arraste do corpo, o odor do processo de putrefação se espalhou; alguns curiosos ali estavam aguardando para vê-lo. Possivelmente, o óbito já teria ocorrido no mínimo há 48 horas, segundo o perito. Não havia sinais de agressão recente, somente algumas escoriações prévias.

O pai disse que o filho era dependente químico e que não se relacionavam bem. Disse ainda que o filho vivia de bicos e consumia todo o dinheiro usando drogas, mas que nunca esperava achá-lo naquele estado de descaso. Sabia que vivia no carro, mas não como se fosse um rato.

(...)

O corpo foi liberado pelo perito para ser removido pelo SVO. O perito solicitou urgência, pois se sentiu comovido com a angústia do pai.

(...)

Ao seguirmos pela Marginal Pinheiros, o carro do SVO já estava seguindo para o local solicitado. O perito disse: *“Ufa, espero que amenize o sofrimento daquele homem, que ele se sinta menos desvalorizado pelo Estado”*.

(Notas do diário de campo da pesquisadora)

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a SPTC, em conjunto com a Lei Nº 10.095/1968, indicam que a necropsia pelo IML deve ser realizada nos seguintes casos: morte violenta (por acidente de trânsito ou de trabalho, homicídio, suicídio, etc.), morte suspeita ou morte natural de pessoa não identificada. Quando há casos de morte por falta de assistência médica ou causas naturais desconhecidas, os corpos são encaminhados para o SVO subordinado à administração municipal (SSP/SP, 2019).

“Quando o ‘Sr. Delegado’ solicita perícia de um local de morte natural, sem nem ter ido ao local averiguar se teria necessidade de uma perícia, ele faz o Estado gastar dinheiro à toa.

(...)

Cada laudo produzido pelo IC custa em média 500 reais. Já um laudo de peça deve custar menos que isso, só que o delegado teria que ir ao local recolher a peça e enviá-la ao IC.

Imagina, o nosso laudo, temos que sair, nos deslocar uns 50 km de viatura para atender este local.

Então, um delegado gasta uma média de 500 a 800 reais do Estado para solicitar um laudo de um senhorzinho que já era doente, e que a família sabe e relata isso aos policiais. E quando há preservação, e que fique claro que são poucos os casos em que há, deixam uma viatura da Polícia Militar parada, sendo que poderia estar executando outras tarefas. Gasta mais 500 reais da Polícia Militar.

O corpo vai para a necropsia do IML, coloca aí mais mil reais. Além disso, produz-se papel para emissão dos laudos. Por baixo, vai gastar quase 3 mil reais em todo o processo para confirmar que morreu de morte morrida.

E a família ainda é penalizada, tendo que aguardar o corpo para, enfim, sepultá-lo.”

(Antúrio, perito criminal)

“Infelizmente, o pessoal da chefia do plantão, da sala do meio, deveria retornar (a ligação) na delegacia solicitante e dizer que, pelo histórico, não há necessidade de perícia. Igual a um caso de tuberculoso, de um aidético em fase terminal. Não deveria vir para nós, e sim para o Serviço de Verificação de Óbito. Mas mesmo assim, o delegado quer a realização da perícia. Aí você não pode fazer nada. Eu sempre briguei por isso, mas a nossa Instituição não briga por isso.”

(Acácia, perita criminal)

Entretanto, há quem defenda que quem deve fazer essa triagem é o perito — pois possui competência para isso — e não o policial, mas para isso, seria fundamental que a Polícia Militar preservasse o local até que a perícia criminal recolhesse os vestígios criminais sem prejuízos ao laudo. Para os casos de morte

suspeita com fortes indícios de morte natural, alguns defendem que o delegado deveria solicitar diretamente o SVO e não sobrecarregar a equipe pericial, conforme a lei citada acima.

“Eu discordo um pouco dos colegas. Esse Serviço de Verificação de Óbito (SVO) sempre foi chato e é uma das coisas que, de fato, é muito realizada pelo núcleo, mas é um trabalho de perícia, né? Porque você tem que dizer o que aconteceu ali. Na maioria das vezes, morreu de morte morrida, não de morte matada, mas você tem que ir lá dizer. Então é um trabalho de perícia, então você tem que ir lá dizer. Eu sempre encarei dessa forma.”

(Hibisco, perito criminal)

“Aqui tem muita morte suspeita. São casos em que o velhinho saiu do hospital para morrer em casa; um laudo simples. Não precisava chamar perícia não, mas o delegado, para não sobrar para ele, acaba solicitando. Você está aqui para servir, então não pode negar. Se a autoridade solicitou, você tem que executar. Lá na delegacia que teriam que acionar o SVO, e não a perícia, mas se acionam aqui, não podemos negar.”

(Cacto, perito criminal)

Em 2015, o jornal “O Estado de São Paulo” (Estadão) publicou um levantamento dos boletins de ocorrência da Polícia Civil dos casos designados como “morte suspeita” ocorridos no primeiro semestre de 2015 na capital paulista. Identificaram 21 casos que ficaram de fora das estatísticas criminais, alguns deles reclassificados como “lesão corporal seguida de morte”. Isso ocorreu mesmo com os casos que possuíam histórico de homicídio, mas que não se sabia se a intenção do autor do crime era ferir ou matar a vítima. Apresentaram também uma caracterização das vítimas desses 21 casos. *“Em geral, o morto é um homem negro ou pardo, de baixa renda, na faixa entre 30 e 40 anos, muitos deles moradores de rua”* (RESK et al., 2015).¹⁷

O Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil (DAP) informou, também por meio da Lei de Acesso à Informação, que o número oficial de “mortes suspeitas” cresceu na cidade de São Paulo em 2015, em comparação com 2014. O aumento foi de 7,85% no período, passando de 4.035 casos para 4.352. No Estado, o salto foi maior: de 10.961 para 12.347 – aumento de 12,6%. Em paralelo, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) divulgou reduções de homicídios em proporções parecidas: de 5,3% na capital e de 11,5% no Estado.

¹⁷ Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/cidades/morte-suspeita-assassinatos-que-a-policia-nao-conta/a-epidemia-continua> Acesso em: 30.janeiro.2019

(...)

A relação de ocorrências traz casos de pessoas mortas a tiros, facadas e pauladas. As vítimas eram, na maioria, trabalhadores braçais, moradores de rua, dependentes químicos e estrangeiros. Há uma distribuição aleatória dos 21 casos, mas a maioria aconteceu na periferia.

(...)

Os delegados Marcos Carneiro Lima e Nelson Silveira Guimarães, que foram da cúpula da Polícia Civil nas gestões de Mario Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, criticaram a forma como “casos de homicídios” se transformaram em Boletins de Ocorrências de “morte suspeita” e de “lesão corporal seguida de morte”. E apontaram falhas no trabalho policial. “Morte suspeita é uma ignorância. É quase manipulado”, afirmou Guimarães. Para ele, falta fiscalização por parte dos superiores do trabalho dos delegados plantonistas — responsáveis por fazer os boletins (RESK et al., 2015).¹⁸

RIOS (2001, p. 73) comenta sobre a presença da autoridade policial no local do crime:

A presença da autoridade policial no local da ocorrência é de suma importância, mesmo quando se trate de delito cujo autor já esteja identificado, encontrando-se foragido ou mesmo preso, eis que o presidente do inquérito manterá na memória tudo o que viu e assim caberá fazer perguntas pertinentes às testemunhas e, no momento oportuno, ao indiciado, podendo ainda esclarecer dúvidas e omissões deliberadas por partes interessadas. Ademais, a presença da autoridade no local, faz com que todas as providências sejam tomadas de imediato, pois ela se faz acompanhar de escrivão, e dos agentes de que dispõe para a investigação de rotina e, se for o caso de morte, requisitará a presença de médico-legista, e em qualquer caso que julgar conveniente, requisitará a polícia técnica, para elaboração de laudos com fotografias e outras perícias para a elucidação dos fatos.

Para alguns peritos e fotógrafos que participaram do estudo, a solicitação de perícia em locais sem a necessidade pericial está relacionada ao prestígio que o delegado possui no sistema policial. Para eles, seria necessário que as legislações definissem de fato os locais que deveriam dispensar a perícia, para que a decisão não ficasse na subjetividade de cada delegado de plantão. Os participantes da pesquisa alegaram também que delegados recém-allocados na função têm receio de haver uma diligência e o local do fato já ter sido desfeito.

Durante o campo, alguns peritos e fotógrafos relataram também que a “desvinculação” da SPTC (especificamente do IC) da Polícia Civil criou uma relação

¹⁸ Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/cidades/morte-suspeita-assassinatos-que-a-policia-nao-conta/a-epidemia-continua> Acessado em: 30.janeiro.2019

conflituosa na definição de atividades operacionais compatíveis com a finalidade de cada corporação, visto que a Lei Orgânica da Polícia de São Paulo não respalda essa desvinculação, apesar da Lei 12030/2009 em vigor assegurar autonomia técnica, científica e funcional. O fato é que o delegado possui autoridade superior à da carreira de perito, caracterizando, portanto, uma relação verticalizada em que o requerente (nesse caso o delegado) poderá utilizar essa hierarquia para transferir atribuições da investigação para a equipe pericial. Além disso, pode também penalizar a operação da perícia, aumentando a demanda de trabalho. A fotógrafa Roxo relata a experiência de quem vivenciou as duas estruturas, com e sem a PC.

“Hoje prezam pela quantidade de laudos. Nunca me importei em fazer local de morte suspeita; se era solicitado era porque tinha motivo. Hoje pedem perícia para tudo. O delegado não quer sair da sala dele e também não quer comer bola, e aí pede perícia para tudo, sobrecarregando o sistema. Perícias são realizadas em locais sem preservação, sem sinais de violência ou arrombamento. Não há critério. Principalmente agora, que a Polícia Científica cismou de se separar da Civil. Não temos onde recorrer. A (Polícia) Científica não tem ‘peito’ para enfrentar a Civil e ser independente. Veja bem, quem solicita perícia é o delegado, quem anda com o inquérito é o delegado, quem chama para corregedoria é o delegado. Onde entra a Científica nisso? Não temos para onde correr, e agora fazemos locais mais sem sentido ainda, por punição, e será essa briga até que haja um diálogo claro entre os superintendentes. Pois aqui é política do café com leite, a cada troca de Superintendente, entra uma vez um do IML e outra vez um perito do IC, ou seja, um acordo. E nem sempre é quem deveria atuar de fato e fazer mudanças no serviço.”

(Roxo, fotógrafa técnica-pericial)

“Então é uma coisa assim, se eles quiserem a nossa independência, deveriam pensar numa academia e em uma corregedoria própria. Porque faz muita diferença! Nós nem temos uma central de comunicação própria; usamos a do Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil (CEPOL), que é da Polícia Civil. Veja só, a ACADEPOL é da Polícia Civil, a Corregedoria é da Polícia Civil. Então os delegados possuem prestígio e fazem o que bem entendem. E o Superintendente acata as determinações e nos obriga a ter obrigações sem sentido.”

(Acácia, perita criminal)

Locais que envolvem corpo em estágio avançado de putrefação também são comuns para a equipe do NPCCPessoa. A equipe designa esses corpos como “podrão”. As perícias desses corpos apresentam alta periculosidade e insalubridade, pois frequentemente há ratos e moscas devido ao acúmulo de lixo e comida estragada

no domicílio. Na maioria dos casos, esses corpos são de vítimas de mal súbito e, conseqüentemente, são encontrados em locais de difícil remoção. O procedimento técnico pericial sofrerá limitações para ser realizado, pois nem sempre é possível inspecionar esse corpo. Isso se deve ao alto risco de contaminação, já que os equipamentos de proteção individual (EPIs) não são adequados para a realidade desse trabalho. O IML poderá contribuir de forma mais efetiva na emissão de um laudo que reúna informações sobre a natureza do crime. O perito, por ação própria e não institucional, recorre aos médicos legistas para apurar o que de fato ocorreu para que não haja contradições no laudo a ser expedido.

“Eu nunca mexi em “podrão” (corpo em estágio avançado de putrefação). Pode ser a parte falha do meu trabalho, mas depois ia ao IML pegar o laudo, me inteirar. É um risco, né? Mas acho que a gente nem tem material de segurança para isso. Imagina 30 anos atrás.”

(Acácia, perita criminal)

“Mas só que eu gosto de saber, principalmente quando é uma morte suspeita. Eu quero saber do que o cara morreu, se o cara tinha doença, se eu posso estar me contaminando com o que o cara morreu.”

(Azul, fotógrafo técnico-pericial)

“Tem maluco aqui que já virou podrão! (mudá-lo de posição para avaliar o corpo em sua plenitude)

Uma vez, um fotógrafo, virou o cadáver e rompeu uma bolha no corpo do cadáver que veio direto no olho dele. Quase ficou cego; perdeu um pouco da acuidade visual pela quantidade de bactéria que havia naquela bolha. E não teve suporte da instituição para se tratar. Depois disso, só faço as fotos e registro até onde o “zoom” chega, e se o perito quiser virar, não me prontifico a ajudá-lo não. Tô fora!”

(Azul-Marinho, fotógrafo técnico-pericial)

Notas do diário de campo da pesquisadora:

Acompanhei um local de podrão com um dos poucos peritos criminais que realiza a manipulação e até mesmo *“vira o podrão”* (expressão dos participantes).

Ao chegarmos na casa, nem foi preciso conferir o número na requisição, pois já havia uma recepção de *“curiosos”* (designação dos participantes) aguardando a chegada da perícia.

Ao descermos e atravessarmos a rua em direção à casa, uma mulher negra de quase 40 anos veio ao nosso encontro identificando-se como cunhada da vítima. Ela quem estava realizando a preservação do local.

(...)

Era um homem negro, 55 anos, que atuava vendendo sucatas e recicláveis. Segundo a cunhada, havia sido visto pelos vizinhos três dias atrás e sentiram um cheiro forte que vinha da casa dele. Quando foram pular o portão, o viram caído no chão. Estava bem na entrada da casa, na área onde depositava os produtos que iria vender.

(...)

Após Azul-Marinho abrir o portão, um cheiro insuportável sai de dentro da casa direto para nossas narinas. Havia umas 10 pessoas em torno do portão e todos expressaram o incomodo, uns com gestos, falas e outros com piadas, porém permaneceram para assistir o momento mais esperado: a remoção do lençol do corpo.

(...)

Azul-Marinho comenta comigo: *“Lá vai ele... você não vai ver ninguém mais fazendo isso. Lá vai ele virar o podrão!”*

E assim o fez. Assim que removeu o lençol, as moscas vieram com tudo pra cima de nós. Não havia outra rota de saída. Naquele momento, achei que seria impossível permanecer ali. Estava com um receio enorme de uma mosca daquela pousar em mim, e mais o odor que só piorava ao movimentá-lo. Quase me juntei aos demais que saíram. Permaneci, afinal, como dito, seria uma oportunidade única.

O perito começou a manipular o cadáver, e o Azul-Marinho perguntou quais fotos queria que fossem tiradas, pois ele queria sair logo. Naquele momento ficou claro que realmente é uma loucura manipular um corpo naquele estado de decomposição.

O perito estava usando calça jeans, blusa de algodão de manga curta, três pares de luvas azuis, óculos de grau e uma bota de cano médio, e, dessa forma *“virou o podrão”*, tranquilamente, sem expressar nenhum incomodo.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Ao longo do campo, foi possível acompanhar quatro locais com corpos em estágio avançado de putrefação. Dois deles estavam registrados como morte suspeita e, ao chegarmos no local, estavam caídos após sofrerem um mal súbito, segundo relatos. Não havia sinais de arrombamento ou violência. Os corpos haviam sido encontrados por vizinhos ou familiares somente após o cheiro gerar incômodo. Nos outros dois locais, o perito suspeitou que a morte suspeita (conforme identificada na requisição) era possivelmente vítima de uma execução, visto que o corpo havia sido encontrado com um tiro na face em uma mata afastada da área urbana. A outra requisição de morte suspeita, o perito analisava como possível local de latrocínio pelos devido aos vestígios levantados. Entretanto, a equipe pericial não recebe *feedback* sobre o destino dos inquéritos criminais e, portanto, não se sabe se a hipótese levantada após atender o local e emitir um laudo de fato foi apurada, se resultou na apuração do responsável, se o laudo ajudou no processo ou se simplesmente foi arquivado.

Após uma manhã considerada tranquila, com a realização de apenas uma perícia próxima à base, a perita Hortênsia liga para o fotógrafo Azul informando que havia uma guia rosa solicitando a perícia de um corpo encontrado em estágio avançado de putrefação em uma mata em Jaçanã. Logo saímos para o local, pois a distância era preocupante, principalmente para retornar para a base em horário do “*rush*”.

(...)

Ao chegarmos, o Corpo de Bombeiros já estava aguardando para iniciar o resgate do corpo, visto que a perita já havia acionado a delegacia questionando quem iria auxiliá-la na retirada do corpo da mata.

(...)

Ao descermos da viatura, não era possível avistar o corpo, pois estava localizado próximo à estrada, porém caído na ribanceira. Contudo, era possível sentir o cheiro que impregnava as narinas. A perita Hortênsia disse ao fotógrafo Azul: *“A situação deve estar feia. Se nem começaram a mexer e já está fedendo assim, quando subirem com o corpo, nenhuma máscara irá aliviar”*.

(...)

Desceram três bombeiros, todos paramentados, e um quarto bombeiro ficou para manipular a corda de aço que iria dar apoio para carregar o corpo até a estrada. Foi um processo bem dispendioso, pois o corpo era pesado, estava preso a uma árvore pelo tronco e estava endurecido no formato da letra “C”, dificultando o arraste até a maca. Após uma hora, o corpo foi resgatado dando início à perícia. O cheiro era muito forte, quase impossível permanecer próximo. O rosto e o corpo já estavam pretos e não era possível visualizar nenhuma identificação facial. A perita começou a cortar a blusa e várias larvas começaram a sair do abdômen. Ela cessou e disse: *“Impossível. Não vou mexer mais, se estoura uma bolha dessa na minha cara, fico cega”*.

(...)

O fotógrafo Azul registra e aproxima o *zoom* na face da vítima, localiza uma perfuração próxima ao olho e diz ter sido uma execução com arma de fogo, sendo o IML responsável em averiguar. O tempo total da perícia não demorou nem quinze minutos. Para a equipe, estava claro que era uma execução, e eles não teriam mais o que fazer, pois não tinham como manipular aquele corpo em busca de vestígios.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Os índices criminais sofrem variações sazonais e cíclicas. Alguns crimes são mais frequentes em certas épocas do ano, pois as mudanças climáticas alteram as atividades sociais, econômicas e, obviamente, a sensação térmica das pessoas. HSIANG et al. (2013) investigaram a influência do clima na violência humana a partir da meta-análise de dados de 60 pesquisas de diferentes disciplinas (Arqueologia, Climatologia, Ciência Política e Economia), em diversos países, incluindo o Brasil. Os resultados mostram que a violência de ordem criminal — agressões, mortes, estupros

ou violência doméstica — é maior quando a temperatura é mais alta. *“Descobrimos que uma mudança de desvio padrão para condições mais quentes causava a probabilidade de aumento da violência doméstica em 4%, e o conflito entre grupos crescia para 14%”*, disse o coautor Marshall Burke. Os autores não definem a causa desses aumentos, mas sugerem que o calor excessivo tem efeitos psicológicos, desencadeando ações violentas (HISANG et al., 2013, p. 54).

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), o verão, por ter dias mais longos e mais quentes, provoca mudanças na rotina das pessoas. Nessa estação, as pessoas circulam pelas ruas até horários tardios, deixam os vidros dos carros abaixados pelo calor excessivo, e consomem mais bebidas alcoólicas, propiciando conflitos. A SSP/SP aponta também que há um aumento no número de suicídios em datas festivas de fim de ano. Nessa época, pessoas deprimidas ficam mais propícias a tentarem o suicídio, e os ânimos ficam exacerbados, de forma que brigas banais desencadeiam lesões seguidas de morte e homicídios. Na época de férias escolares, há um aumento no roubo de casas (que estão fechadas por motivo de viagem familiar) e um aumento nos acidentes de trânsito em estradas. Durante o inverno, há uma queda nos índices criminais, pois a circulação de pessoas diminui, e os hábitos sociais costumam ocorrer em ambientes mais reservados (SSP/SP, 2019).

“Eu sempre opto por tirar férias no fim de ano. Deus me livre trabalhar janeiro ou dezembro! Você trabalha dobrado. O pessoal sai de casa para brigar, bebe demais e arruma confusão; pessoal que fica andando de carro com vidro baixo. Enfim, é um caos. O ruim é que é alta temporada e acabo gastando mais para viajar com a família, mas prefiro isso do que fazer o dobro de laudos.”

(Saramago, perito criminal)

“As perícias de casos de brigas, mortes por brigas passionais, latrocínio e suicídio começam em novembro e vão até o carnaval. Já sabemos que o dia vai ser cheio. Natal, então, só dá suicídio. O pessoal fica só, o ano já não foi lá essas coisas, ficam deprimidos e se suicidam. Todo fim de ano é isso. Já até sabemos. E aí fica como nosso espírito natalino? (risos)”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

A SSP/SP destaca práticas cotidianas que acentuam a possibilidade de vitimizações por comportamentos suscetíveis à criminalidade, como as estações do ano e as festividades mencionadas acima. Tais observações foram extraídas dos

dados de Boletins de Ocorrências e analisadas a partir de fatores criminógenos dos bancos de dados da SSP.

O comportamento dos policiais em sua rotina fora do trabalho remete a atividades familiares mais cerceadas desses riscos, pois há uma incorporação de comportamentos que lhes tragam mais segurança ao se posicionarem ou se deslocarem em ambientes públicos com algum risco para si e seus familiares. Porém, sabemos que policiais são executados em serviço e fora do serviço, mesmo com a inclusão dessas “ações de blindagem”. Tal fato permeou as observações em campo e foi possível identificá-la nas narrativas dos participantes. Quando há vitimização policial, a corporação se mobiliza em busca do responsável para que essa morte não tenha sido em vão. No entanto, nem sempre há a identificação do suspeito para que haja a justiça que desejam. Em alguns casos, a ação pode ter sido executada por um grupo de menores de idade, o que gera grande revolta dos policiais, eleva o estigma de “bandidinho” para essa faixa etária e causa a ideia de que os Direitos Humanos podem ser subversivos.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que há uma relação direta entre a morte de policiais e a letalidade policial — que é a morte de civis em decorrência de intervenção policial. A Região Sudeste é a que registra o maior número de ambos os casos. Os estados que mais registraram mortes de civis por ações policiais em 2017 foram: Rio de Janeiro (1100 casos), São Paulo (940 casos) e Bahia (668 casos). Os estados que registraram mais mortes de policiais em 2017 foram: Rio de Janeiro (104 casos), São Paulo (60 casos) e Pará (37 casos) (FGV/DAAP, Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Quanto maior a letalidade decorrente de intervenção policial, maior é a letalidade do policial também. As intervenções policiais são necessárias na maior parte das vezes, mas não se pode ficar única e exclusivamente na política repressiva. Nós precisamos de um maior investimento na política preventiva (MELARANHO, 2019, G1 Notícias).¹⁹

Dentre os 61 locais de crimes que acompanhei na atuação da perícia criminal não ocorreu atendimento à policiais alvejados. Apenas um local de resistência, a PM

19 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/10/numero-de-mortes-de-policiais-e-mortes-de-civis-em-intervencao-policial-tem-relacao-direta-diz-estudo-da-fgv.ghtml> Acesso em 23.março.2019

perseguiu dois jovens que roubaram um carro, mas sem vitimização. E participei de uma reconstituição envolvendo o homicídio de um comandante. A reconstituição foi realizada pelo NPCCPessoa. A vítima foi Marcos Henrique da Silva, comandante da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), que foi baleado com 10 tiros durante um assalto a sua residência na zona oeste de São Paulo (FIGURA 18).

Figura 18 – Portal G1 Notícias São Paulo, fevereiro de 2016²⁰

23/02/2016 15h26 - Atualizado em 23/02/2016 15h26

Presos dois suspeitos de balear capitão da Rota em assalto em SP

Suspeitos foram detidos nesta terça-feira (23), segundo a polícia. Capitão levou 10 tiros depois que 4 homens invadiram sua casa, no sábado.

Do G1 São Paulo

Dois homens foram presos, nesta terça-feira (23), suspeitos de participarem do ataque ao capitão da Rota (Rondas Ostensivas de Tobias e Aguiar) Marcos Henrique da Silva, no sábado (20), na Zona Oeste de **São Paulo**. Ele foi baleado com 10 tiros durante um assalto à sua residência. As informações são da Polícia Militar.

saiba mais

Comandante da Rota baleado em casa foi atingido por 10 tiros

O primeiro suspeito foi detido por volta das 6h25 da manhã, depois que uma denúncia anônima denunciou sua localização, na Rua Tomas Jobin, bairro de Santa Maria, em Osasco, na Grande São Paulo, informou a corporação. Segundo a PM, ele estava

dormindo na casa de sua mãe, quando os policiais militares chegaram.

Ainda de acordo com a polícia, ele foi conduzido ao 2º Distrito Policial, no bairro do Bom Retiro, na região central da capital, onde foi reconhecido por quatro familiares do capitão. A ocorrência será apresentada no 51º Distrito Policial, no Butantã, responsável pelas investigações do caso.

Já o segundo suspeito foi detido depois de apresentar-se ao distrito, no início desta tarde, segundo policiais do 51º. Ele também teria sido reconhecido por familiares da vítima.

Segundo a Polícia Militar, neste sábado (20), Marcos Henrique da Silva estava em uma "confraternização familiar" quando **quatro bandidos entraram em sua casa**. Um quinto criminoso ficou dentro do carro. Eles aproveitaram que o filho do policial chegava no local.

O policial tentou ir até o carro para pegar a arma, mas não deu tempo. Os criminosos dispararam após descobrirem que se tratava de um policial militar.

Silva foi levado para o pronto-socorro do Hospital Universitário e depois transferido para o Hospital Samaritano. Seu estado de saúde é estável. Os assaltantes fugiram e ainda não foram localizados.

Nesta segunda-feira (22), ele já havia passado por duas cirurgias, uma no intestino e outra na cabeça e está internado na UTI. O secretário da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, disse acreditar que os bandidos não sabiam que estavam entrando na casa de um policial.

"Foi uma invasão que se iniciou com roubo à residência. No momento em que descobriram que ele era policial, que era capitão, os criminosos passaram a efetuar uma série de disparos contra o capitão, mas a ocorrência foi um roubo à residência. Nós temos muita fé de que o capitão vai conseguir sobreviver", disse.

Fonte: G1 Notícias/SP

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/comandante-da-rota-baleado-em-casa-foi-atingido-por-10-tiros.html> Acesso em: 23.03.19

A Reconstituição teve início na delegacia, ouvindo o relato dos réus (um deles menor de idade) que estavam detidos. A segunda fase consistiu na simulação do crime na residência da vítima e contou com a presença de todas as testemunhas, incluindo a esposa e familiares. Além disso, os advogados, promotores, investigadores e alguns policiais da Rota também estavam presentes. As anotações do diário de campo traduzem as impressões sobre a relação dos indiciados com as autoridades policiais. Tratava-se de uma situação conflituosa em que a vítima tinha grande prestígio na Rota e os indiciados eram quatro jovens; dois réus confessos (um deles menor de idade) e dois suspeitos que alegavam inocência e que foram coagidos pelos investigadores na comunidade onde moravam. Um quinto suspeito ainda não havia sido encontrado, e os demais negavam-se em confirmar a existência do quinto.

Na Delegacia, fomos direcionados para a sala do Delegado. A equipe da Reconstituição era formada pela perita Orquídea e pela fotógrafa técnica-pericial Laranja (ambas do NPCCPessoa), além de um desenhista e uma perita da informática, que iria analisar as imagens da câmera de segurança.

A perita Orquídea, encarregada da Reconstituição, questionou se os indiciados já estavam lá. O investigador informou que estava faltando apenas o menor, que se encontrava na Fundação Casa. Orquídea disse que iria começar a acareação pelos que ali já estavam; preferia iniciar pelo réu confesso e, em seguida, abordaria o menor, assim que ele chegasse da Fundação Casa.

Assim foi feito. Entra o réu confesso. Era um jovem de aproximadamente 19 anos, usava bermuda larga, blusa larga, cabelo estilo moicano, possuía uma tatuagem do "Pato Donald" no braço, brinco na orelha, olhar firme, olhos castanhos e sobrelha raspada em um dos lados. Ele foi trazido algemado, com as mãos para trás, por um investigador de aproximadamente 50 anos, loiro, alto, vestindo boné e uma roupa que definia seus músculos exacerbados.

O investigador trás o réu segurando-o pelo músculo do trapézio, área que gera bastante desconforto, o qual estava visível no semblante do indiciado. O réu é colocado de costas para a parede e de frente para nós. A perita se apresenta e inicia os questionamentos. O rapaz responde sempre *"sim, senhora... não senhora... já lhe disse senhora..."*. Quando ela reproduz a imagem da câmera de segurança da casa e pergunta quem é ele na imagem, ele se desconcerta, pois não queria reconhecer os demais. Nesse momento, o investigador loiro, chega bem na cara dele, nariz com nariz e fala: *"Diga o que você disse quando te prendemos. Você já confessou e colocou todos na roda, pode dar um jeito de falar."*

Durante todo o processo, um segundo investigador filma todo o depoimento. Esse processo durou cerca de 15 minutos. A perita libera esse rapaz e pergunta se o menor já havia chegado. O investigador diz que sim, e ela pede que o traga.

Nesse ínterim, os policiais da Rota entram na sala; gostariam de acompanhar os depoimentos, pois eram amigos do Capitão. Orquídea

disse que naquele momento não seria possível, pois a presença deles poderia inibir os depoentes. Contudo, na reconstituição eles poderiam permanecer. Assim que eles saíram, ela disse: "*Veja só, se eles ficarem, eles não vão falar nada*".

Em seguida, o menor entra. É trazido da mesma forma, algemado, deslocado pelo músculo do trapézio e colocado de costas para a parede e de frente para nós. Era um rapaz branco, baixo, vestindo calças com o logotipo da Fundação Casa e chinelos, cabeça raspada, tatuagem do "Pato Donald" no antebraço. Orquídea inicia os questionamentos, mas as respostas são as mesmas: "*Sim senhora, não senhora, já lhe disse senhora, não sei senhora...*". No momento que questiona quem estava no carro, ele informa apenas dois nomes, depois se confunde dizendo que eram em quatro. Quando ela mostra o vídeo, ele confirma que eram quatro, mas nega-se a falar o nome do motorista, sujeito esse que está foragido. Mais uma vez, o investigador faz uma pressão psicológica, e ele diz o nome da quarta pessoa em voz baixa. O investigador diz: "*Fala alto, você já falou em depoimento*". Segue relatando como escolheu a casa, como saiu do carro e a ordem de entrada na casa. Nesse momento, a perita o questiona se havia crianças e se ele apontou a arma para elas. Ele diz que havia sim, mas não apontou. Ela pergunta também se ele efetuou algum disparo. Ele diz que sim, mas que não sabia quantos. Orquídea questiona o porquê de efetuar os disparos se ele disse que o Capitão já estava caído. Ele responde: "*a adrenalina me fez atirar mesmo que não apresentasse risco*". Orquídea o liberou, mas disse para não levá-lo para a cela com os demais presos, e sim para a viatura, pois não queria que os outros o vissem.

O investigador loiro disse: "*Vamos deixá-lo na viatura no sol, aí sim terá adrenalina o suficiente para fazer a reconstituição, já que é por causa da adrenalina que ele atira.*"

Em seguida, os outros dois indiciados são trazidos um a um. O primeiro foi reconhecido pela família da vítima, mas, segundo a perita, o reconhecimento se deu assim que ocorreu o fato. Os policiais da Rota trouxeram algumas fotos e, entre elas, havia o reconhecimento de um dos que ali estavam, porém ele continuava alegando que não fazia parte.

Ambos alegaram que não faziam parte do homicídio. Disseram que também estavam no churrasco que os demais indiciados estavam, mas que não faziam parte. Viram que alguns saíram para dar um rolê, mas que não entraram no carro. Um deles foi preso em casa e levado à delegacia onde ficou detido. O outro se apresentou à delegacia, pois a Rota já havia entrado em sua casa em sua procura e iria achá-lo de qualquer jeito. Ele preferiu ir até a Delegacia, pois não queria envolver a família.

Assim que terminou, fomos até o local da cela e todos eles foram medidos para que o núcleo de informática realizasse a perícia das imagens a fim de identificar a altura dos indiciados. Quando o menor chegou até a área de medição, foi um espanto para os que estavam lá, pois não sabiam que ele tinha sido pego. O menor foi transportado em viatura própria da Fundação Casa, e os demais em viatura da delegacia.

Saímos em comboio: duas viaturas da Rota, duas viaturas da delegacia, uma viatura da perícia, uma viatura do delegado e o carro da Fundação Casa. Sirene ligada, nos dirigimos para a zona oeste em direção a residência da vítima.

Ao chegarmos, o advogado da família vem ao nosso encontro e informa que a família já estava toda dentro da casa aguardando o início das atividades.

Aproveito o momento para conversar com um dos investigadores, e ele me diz que foi ele quem pegou os dois réus confessos. Ficou morando na comunidade por uma semana e, após 15 dias do ocorrido, conseguiu chegar aos dois indiciados. Um deles foi pego debaixo do chuveiro e o outro dormindo na casa da “*biscate*” dele. Diz que ainda irá pegar os outros dois que estão foragidos, que é questão de tempo, pois a Rota está marcando em cima.

Para cada réu, gastou-se uma média de uma hora na parte interna da casa para colher o relato de todos os fatos. Para simular a arma utilizada, foi entregue uma arma de plástico para eles.

A perita Orquídea pede que a família se posicione fisicamente de acordo com o momento em que foram abordados. Cada um vai para o local que estava na casa, e a fotógrafa Laranja pede que cada um relate os fatos independentemente do que o outro disser. À medida que os relatos vão surgindo, há a interferência de familiares dizendo que não foi daquela forma, que antes daquilo havia ocorrido um outro fato.

E começa reconstituição com o réu confesso. A família, ao vê-lo, apresenta sinais de revolta e o advogado intervém, pedindo para eles se manterem calmo para atrapalhar o processo, o qual seria de grande validade no tribunal.

(...)

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Optou-se em trazer a narrativa do diário de campo sobre esse episódio porque ela retrata alguns pontos que são relevantes no cenário da morte violenta, como a intervenção militar investigativa e pericial e suas nuances, o processo de emissão de pareceres periciais sobre as provas materiais e a condução do inquérito criminal até o tribunal. Para os demais locais acompanhados em campo, não foi possível quantificar quantos deles seguiram para o Tribunal. Além dessas questões, surge o peso dado às populações abastadas, principalmente quando essas possuem uma patente policial. Percebe-se que se trata de uma perícia que requer controle dos envolvidos para que não haja prejuízo na análise. Porém, alguns pontos ferem os Direitos Humanos e inferimos que isso já faz parte do processo de trabalho real da polícia pela forma natural que executam tais ações de coação. Tais observações serão melhor discutidas nas categorias “De apartamentos de luxo ao chão de terra: o que muda na investigação pericial?” e “Desconstrução do herói: personificação ou autoproteção”.

3.1.2 O Significado de Ser Policial Forense

“Tem esse folclore, né! Essa ideia geral de uma ciência forense, mas na realidade é uma propaganda. Eu tenho orgulho das experiências vividas, não de ser um perito criminal na atual condição de São Paulo.”

(Lisianto, perito criminal)

“Eu me considero uma policial sim. Até porque eu gosto dessa coisa de estar atuando, defendendo. Se precisar atuar (ostensivamente), eu atuo tranquilamente. Mas vejo mais como investigação, uma investigadora, mas já prendi muita gente na rua, ter que intervir.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

“Sendo da perícia do sangue (NPCCPessoa) aprendi a valorizar o que de fato é importante: a vida.”

(Rosa, fotógrafa técnica-pericial)

Logo nos primeiros dias em campo, observei que a equipe do NPCCPessoa tinha integrantes com visões distintas sobre a nomeação de sua categoria profissional. Alguns não se designavam policiais, pois não se reconheciam como tal pela ausência de aperfeiçoamento na função ostensiva dessa profissão. Para esses participantes, o foco de suas atribuições era majoritariamente ser um(a) investigador(a) forense. O porte de arma de fogo, identificação policial, colete à prova de balas e algemas tratava-se apenas de equipamentos de proteção individual obrigatórios.

Há, no entanto, aqueles(as) que se definiam como policiais por estarem enquadrados(as) na função definida no edital do concurso público, mas que evitavam ter vinculação direta com as atribuições de um policial ostensivo e se sentiam desconfortáveis com essa nomeação. Uma das fotógrafas me relatou que ao prestar o concurso não esperava que o distintivo se tornaria uma questão a ser refletida, pois não esperava sofrer tanta pressão ao portá-lo. “Queira ou não queira, você é um policial, né?” (Rosa, fotógrafa técnica-forense)

“Nós não somos polícia. É algo muito amplo, né? Não somos ostensivos. Na legislação diz que sim, mas na realidade não, pois não temos o preparo para isso. Não tive treinamento para isso, para reagir a um assalto, por exemplo. Eu não ando armado. Decidi há um tempo que não iria andar armado.”

(...)

Eu não me considero um cara do BOPE²¹, sabe; que saberia se virar diante as situações. Eu não tenho treinamento para isso. Se quiser tenho que pagar do meu bolso. A sociedade precisava de mais pessoas zelando por ela, sabe...”

(Antúrio, perito criminal)

Entretanto, também havia o oposto, ou seja, aqueles que tinham como motivação a possibilidade de intervir ostensivamente contra um criminoso durante o atendimento a um local de crime (caso o agressor ainda estivesse presente). Esses peritos(as) e fotógrafos(as) investem financeiramente em seu aperfeiçoamento policial para realizar atividades defensivas e ostensivas. A aquisição desse aperfeiçoamento os instiga a pleitear novas atribuições dentro da instituição para poderem executar ações além das aptidões forenses. Assim, percebeu-se que, para os participantes da pesquisa, ser policial vai além de uma nomeação concedida por concurso público e respaldada pela legislação. Ser policial diz respeito a se dispor, a engajar-se em ações esperadas pela sociedade, o que inclui intervir em um delito lesivo ou letal. Agir ostensivamente é o que a população espera quando se depara com uma viatura policial próxima a um acontecimento, mas estar preparado para tal é o que leva a se sentir policial ou não. Portanto, infere-se que há um conflito individual na leitura de “ser polícia”, visto que ser forense é uma ação distinta para eles, mesmo que o fim seja representar o Estado na realização da justiça.

“Quando você entra na viatura e adentra nas comunidades, ninguém quer saber sua atribuição. Se tiver gente passando mal, briga de marido e mulher, bêbado arrumando confusão, briga de vizinhos, as pessoas te acenam para parar e prestar socorro. Mas não é esse nosso foco, e nem saberíamos atuar em todos esses casos. Infelizmente, a população é carente de assistência na mediação de conflitos corriqueiros, e não será a perícia que irá suprir essa ausência do Estado. Porém, não podemos ignorar e negar socorro, afinal nosso carro não é pintado de rosa, né! Mas sempre evitava me envolver, solicitando a viatura da Polícia Militar da área para prestar atendimento.”

(Acácia, perita criminal)

Ao me deslocar na viatura durante a coleta de dados, me deparei com alguns acontecimentos marcantes, dentre eles, o olhar desconfiado ou julgador da população

²¹ O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) é um grupamento policial de operações táticas especiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/bope.htm> Acesso: 20 de janeiro. 2019

sobre nós.²² No início, era uma sensação desconfortável, pois, ao descer da viatura nos locais de crime ou adentrar nas casas das vítimas, todos já sabiam o objetivo daquela visita, o que nos tornava alvo de comentários de insatisfação da população quanto à assistência do Estado prestada a eles. Em minhas anotações no diário de campo menciono o seguinte:

Ao nos aproximarmos do endereço da requisição de perícia de local de suicídio, o perito Açafrão desliga o *giroflex* da viatura para não chamar atenção da população. Isso porque tratava-se de uma área da zona leste já conhecida por eles, com acontecimentos prévios de agressão verbal da população aos policiais com necessidade de escolta militar para realização de vistorias.

Para chegar até a casa da vítima para realizar a perícia, foi preciso deixar a viatura na rua principal e subir a pé pelo labirinto de vielas que davam acesso à casa. Me pediram para subir entre eles, para que não fosse a última. Assim o fiz; fila indiana: o Vermelho (fotógrafo), eu e, por último, o perito Açafrão. Caminhávamos sob o olhar de pessoas debruçadas nas janelas, éramos assunto nas rodas de conversa dos vizinhos, e as crianças iam correndo na frente, prontificando-se a nos levar até a casa da vítima.

Ao chegarmos na casa de alvenaria parcialmente terminada, sem reboco e uma porta de madeira improvisada, um senhor franzino, alto e com cabelos grisalhos nos recebeu. Identificou-se como pai da vítima e nos levou até o local onde estava o corpo do filho. Ao entrarmos na sala, já foi possível sentir o odor exalado pelo corpo, principalmente pelo fato de as janelas estarem todas fechadas. O cheiro permeava todos os cômodos. Da sala já podíamos avistar o corpo pendurado por uma corda no pescoço. (...)

O perito pede que o pai saia do quarto para realizar a perícia. O pai se nega e diz que já estava ali velando o corpo do filho naquela posição há mais de 12 horas e que, portanto, não iria arredar o pé. Achava uma crueldade ter que ter deixado seu filho suspenso por tantas horas, que ele irá se recordar da cena para o resto de sua vida. (...)

A perícia começou a ser realizada na presença do pai. Logo em seguida, a irmã chega e começa a gritar enlouquecidamente com o pai, pois não estava acreditando na morte do irmão. Nesse momento, o perito Açafrão cessa a perícia e solicita novamente a saída dos dois do quarto. O pai cede e sai para confortar a filha. Após o perito cortar a corda e colocar o corpo no chão, o ar armazenado no pulmão da vítima foi expelido em forma de arroto muito alto e com odor fétido. Nesse momento, o pai volta correndo, dizendo que é um milagre, que o filho estaria vivo e que precisariam prestar socorro. Nesse momento, o perito explica ao pai o motivo do barulho emitido pelo filho e que não havia mais vida (...) Mais uma vez o pai relata a insatisfação com o tempo para o atendimento, que se tivesse tirado o filho da corda, talvez

²² Por tratar-se de uma pesquisa em que o campo foi vivenciado amplamente pela pesquisadora, optamos por incluir algumas de suas percepções sobre a fala dos participantes. Para tal, em algumas observações serão incluídos os pronomes “eu” e “nós”, incorporando assim a pesquisadora à equipe de plantão.

pudesse tê-lo salvado, que nunca mais seguiria orientação de policial militar nenhum. (...)

Na viatura, o perito comenta que em locais como aquele, eles acabam realizando ações de assistente social, pois as pessoas são muito carentes de informação, e nem sempre todos os envolvidos no processo (policial militar, perícia e serviço de remoção) têm paciência para confortar a família.

(Notas de diário de campo da pesquisadora, 2016)

O descrédito da população com a classe policial no Brasil se mostra no discurso da equipe pericial como um fator recorrente vivenciado em seu trabalho. Esse fato ocorre principalmente entre os participantes que não se consideram policiais ou que não se sentem confortáveis em serem identificados como tais. De acordo com a perita Violeta, a viatura deveria ter uma identificação à parte, sem ter relação com as viaturas oficiais das polícias Militar e Civil, e os peritos e fotógrafos deveriam usar roupas distintas das de outros policiais.

“Os civis iriam compreender que a nossa função é outra. Só de chegarmos com outro carro, vestindo uma roupa sem ter colete à prova de balas e sem portar arma pendurada na cintura, tudo seria mais fácil.”

(Violeta, perita criminal)

Em rodas de conversas com pessoas novas em seu círculo social, evitam dizer que são policiais e, quando o fazem, deixam claro que são vinculados à Polícia Civil, especificamente à Polícia Científica.

“Falo que sou perito na parte da Polícia Científica. Não tenho receio. Mas sei que muitas pessoas têm e mantêm em sigilo.”

(Cacto, perito criminal)

Não que eles menosprezem a Polícia Militar. Pelo contrário, eles defendem que há ótimos profissionais nessa função, porém, há uma maior divulgação dos episódios pontuais de corrupção na categoria. O perito Lírio tem policiais militares na família e acha uma injustiça o descrédito dado à classe.

“Ser policial no Brasil é ser desafiado diariamente. Quem permanece, não é pelo dinheiro, prestígio ou estabilidade, mas sim pela identificação com a função. Hoje o policial é visto como ameaça; infelizmente, as pessoas acreditam que uma parcela insignificante de

profissionais corruptos que ilustram os jornais são os que representam a instituição. Quero ver quando todos cruzarem os braços, como a sociedade irá encarar esse desafio?”

(Lírio, perito criminal)

Para a perita Margarida, a ampla divulgação de sua vinculação com a polícia gera desconforto.

“Olha... é difícil, viu. Porque falar que é policial no Brasil é muito perigoso. Eu não tenho problemas em dizer que sou perita, mas eu evito. Eu evito falar demais (...)”

(Margarida, perita criminal)

A perita Acácia, afirma que o sigilo profissional sempre foi respeitado entre os pares, sem a necessidade de ampla divulgação de seu trabalho para outros. No entanto, acredita que a nova geração de profissionais se sente mais segura em se identificar como policiais. Ela não gosta de revelar sua profissão em novos círculos de amizade pelo fato de virar o foco da atenção e da curiosidade das pessoas sobre casos que foram à mídia.

“Naquela época, havia muitas pessoas que discriminavam muito por ser policial, e, quando dizia que era perita criminal, nem todo mundo entendia. Os que entendiam ficavam a festa toda querendo que eu contasse dos crimes periciados e isso é desagradável. As pessoas não têm ‘semacol’.”

Percebeu-se no discurso dos participantes da pesquisa que a ampla divulgação de seriados televisivos sobre investigação criminal (como o CSI²³) mesmo romanceando uma realidade americana que é tão distante da brasileira, gera uma expectativa da população sobre os casos atendidos e um respeito pela equipe nos locais de atendimento. Alguns casos que foram amplamente discutidos na mídia não só geraram uma aproximação da população na tentativa de se compreender as atribuições destes profissionais no cenário da Segurança Pública, mas também deram maior visibilidade à instituição. Segundo a perita Acácia:

²³ CSI: *Crime Scene Investigation* (C.S.I.: *Investigação Criminal* no Brasil) é uma popular e premiada série dramática americana exibida pelo canal CBS. A série é centrada nas investigações do grupo de cientistas forenses do departamento de criminalística da polícia de Las Vegas, Nevada. Estes cientistas desvendam crimes e mortes em circunstâncias misteriosas e pouco comuns. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/CSI:_Crime_Scene_Investigation Acessado em: 20.janeiro.2018

“O caso Nardoni foi um divisor de águas porque ali não tínhamos nenhuma testemunha, então isso foi muito bom para a instituição, só tínhamos provas técnicas.”²⁴

(Acácia, perita criminal)

Nesse caso, ocorreu um grande envolvimento da população, então *“foi um momento em que conseguimos de fato apresentar nossas atribuições e sua importância no processo criminalístico”*. (Acácia, perita criminal)

O reconhecimento da população, e não o reconhecimento institucional, frente ao trabalho executado, é o que de fato motiva esses profissionais.

“(...) aqui fazemos parte da engrenagem, somos peças passíveis de substituição, somos o núcleo que mais gera dados para a instituição, e, mesmo assim, a Superintendência vê a linha como local de punição.”

(Antúrio, perito criminal)

Essa temática *“de ser da linha e estar sendo punido pela instituição”* foi identificada nas conversas entre os pares da pesquisa e foi um tema abordado nas entrevistas individuais. Sabe-se que o NPCCPessoa atende predominantemente na periferia, em locais de miséria e de grande periculosidade e insalubridade para os profissionais, onde a violência é o principal motivador e causador de fatalidades.

Estar na rua, debaixo de sol ou chuva, deslocar-se pela cidade de São Paulo em áreas de difícil acesso, entrar na casa de pessoas miseráveis e encarar a realidade da periferia de frente são ações que não são vistas como próprias de um cargo de prestígio. A fotógrafa Rosa ressalta a relação dos superiores com os demais núcleos.

“Quando você entra numa roda de conversa e ninguém sabe quem é quem, as pessoas te tratam de igual pra igual, mas quando descobrem que sou fotógrafa já fico de escanteio. Quanto mais alta a hierarquia, mais rápido sobe pra cabeça. Tem gente que já trabalhou na linha e que reconhece nosso trabalho. Mas reconhecimento do Sangue

²⁴ O caso Nardoni refere-se à morte da menina brasileira Isabella de Oliveira Nardoni, de cinco anos de idade, jogada do sexto andar do *Edifício London*, em São Paulo. O caso gerou grande repercussão no Brasil e Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, respectivamente pai e madrastra da criança, foram condenados por homicídio doloso qualificado. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/caso-isabella-nardoni/n1596994872203.html>
Acesso em: 20.janeiro.2018

(NPCCPessoa) pela instituição, reconhecer a linha, não tem nenhum reconhecimento.”

(Rosa, fotógrafa técnico-pericial)

Durante o período de negociação da pesquisa de campo (2015), fui encaminhada ao quarto andar do Instituto de Criminalística (IC), onde ficam a equipe de assessores da Superintendência da Polícia Científica e o gabinete do Superintendente. Lá fui indagada sobre a real motivação para realizar a pesquisa precisamente naquele núcleo, pois a *“perícia no Brasil não era igual ao CSI, e ninguém sai normal dali”*. (Assessor do Superintendente da Polícia Científica, perito classe especial).

Ali estava eu, sentada em frente a um homem grisalho, vestido com paletó e gravata. Ele estava sentado atrás de uma mesa de madeira cheia de papéis empilhados organizados em blocos. Atrás de mim, havia dois homens trajando terno. Observavam o diálogo estabelecido entre o homem e eu. Eu não sabia quem eram porque a sala foi tomada rapidamente por eles.

Fui sabatinada para que tivessem certeza da intenção da pesquisa, a qual resumiram em entender como os peritos não ficam loucos trabalhando ali. Fizeram algumas piadas internas, as quais me remetiam a possíveis situações vivenciadas ou sabidas por eles. Situações essas que poderiam ter gerado alterações psíquicas em algumas pessoas consideradas mais sensíveis. (...)

Um dos assessores em pé disse que realizar perícia no Brasil é um desafio, pois os vestígios não são preservados na maioria dos locais atendidos. Disse ainda *“que não é igual na televisão, que com um fio de cabelo elucida o crime, que ali não era CSI, esse glamour não existe”*. Ainda mais naquele núcleo, em que há atendimento pericial para ocorrências de esfaqueamento com faca de pão (tendo o agressor já sido identificado), e até mesmo local de crime com a família da vítima realizando a preservação do corpo.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2015)

A ciência forense traz consigo a expertise em realizar feitos que para o coletivo remetem a descobertas dominadas por tecnologias de ponta e acesso restrito. De fato, as mídias podem romancear ou exacerbar essa ideia de personificar um profissional ao estilo de Sherlock Holmes²⁵. Alguns peritos prestaram o concurso e escolheram o

25 Sherlock Holmes é um personagem de ficção da literatura britânica criado pelo médico e escritor Sir Arthur Conan Doyle. Holmes é um investigador do final do século XIX e início do século XX. Foi e ainda é famoso por utilizar, na resolução dos seus mistérios, o método científico e a lógica dedutiva. Sua habilidade para desvendar crimes aparentemente insolúveis até mesmo para a Scotland Yard transformou seu nome em sinônimo de detetive. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/sherlock-holmes/> Acessado em: 20.janeiro.2

núcleo por acreditarem na possibilidade de produzir ciência forense, de que haveria recursos tecnológicos e humanos para empreenderem seus conhecimentos acadêmicos e descobrirem algo valioso para desvendar crimes.

“Eu explico que a situação não é igual a retratada na televisão, e ter que trabalhar com menos recursos que eles é o que me motiva. Você é meio que o professor Pardal, chega lá com um pedaço de barbante, tem que improvisar com o que tem (...) Sempre me recriando, e nunca é uma coisa tediosa, sempre vai ter um caso novo. Eu sempre pegava um caso divertido. Eu falo que deveria ter escrito um livro.”

(Orquídea, perita criminal)

O desejo de se aperfeiçoar em uma expertise admirada por muitos foi a motivação de alguns participantes da pesquisa para se vincularem à instituição, além da estabilidade financeira, embora o reajuste salarial não acompanhe a inflação.

“(...) desde que entrei, meu salário não acompanha a inflação. Antes era um ótimo salário. Agora, com tudo inflacionado, meu salário é defasado.”

(Saramago, perito criminal)

O perito Antúrio e a perita Roseira prestaram o concurso por acreditarem que poderiam atuar em núcleos específicos que contemplassem sua formação acadêmica.

“Queria atuar nas causas de maus-tratos a animais. Então pesquisei áreas de atuação e quando me dei conta estava prestando o concurso para perita criminal na expectativa de atuar diretamente neste núcleo. Depois que entrei que descobri que a atuação é geral, tendo oportunidade de vivenciar alguns casos com animais, mas não há um núcleo exclusivo para perícia de animais.”

(Roseira, perita criminal)

“Aqui é um instituto científico, em tese era para a gente fazer ciência aqui né? Ciência forense... e não fazemos. Existem países onde vão 4 a 5 peritos em local, tem muita coisa para trabalhar, mesmo nos locais “toscas”. A gente não faz ciência, a gente não tem curso, não tem aperfeiçoamento.”

(Antúrio, perito criminal)

Para o perito Lisianto, a instituição deveria aproveitar a formação acadêmica dos servidores — visto que a maioria é pós-graduado com experiência em pesquisas científicas. Ele alega que não há essa valorização, e as pessoas são alocadas em setores por indicação. Quando têm sorte, atuam na área que possuem afinidade; quando não têm, permanecem subutilizados.

“É muito complicado porque você vê material humano muito poderoso sendo jogado na lata de lixo. E são afogados em serviços inúteis, e simplesmente a instituição não valoriza este profissional para melhorá-lo e não usufrui do que ele pode oferecer.”

(Lisianto, perito criminal)

A questão social imersa na atividade de trabalho também foi um dos significados atribuídos para serem policiais forenses, pois compreendem que o Estado não está presente para todos e que há pessoas que sofrem o efeito dessa segregação social. Alguns entendem que, ao se aproximarem dessa realidade, que antes de ingressarem na polícia não sabiam o quão cruel era, têm a oportunidade de representar o Estado, dignificando o cidadão independentemente de classe social e região territorial.

“Tenho orgulho de ser perita, de atuar em uma área que posso apurar fatos em momentos tão difíceis para os familiares da vítima, representar o Estado e os impostos pagos de forma honrada. Gosto de estar no meio da sociedade, encarando nossa realidade de frente. Tenho orgulho do caminho que escolhi.”

(Roseira, perita criminal)

O policial forense tem total acesso aos espaços físicos a serem periciados. Podem abrir armários e gavetas, lacrar áreas, ou seja, buscar vestígios onde for necessário. Esse fato é um atrativo para alguns profissionais (como relatado pela perita Orquídea) por terem autonomia para atuar de forma ampla, sem necessidade de pedir autorização para condutas em locais de crime. Somado a isso, há também a sensação de aproximação com a sociedade, sem serem julgados por sua atribuição.

“(...) quando você entra na casa das pessoas — e a gente tem essa liberdade de entrar na casa de vários tipos de pessoas — você cresce muito, aprende muito. É muito interessante!”

(Orquídea, perita criminal)

A aproximação com uma realidade distante torna o servidor mais reflexivo sobre suas demandas pessoais. Alguns se sentem mais “humanos”, incorporam o respeito pela população quando veem que o que era distante é mais real que o esperado. Às vezes, alguns aspectos inseridos naquela realidade têm similaridades com sua história de vida, seja pelo contexto social, características da vítima ou narrativas de familiares.

“O mundo real é bem bruto, assustador. É quando você descobre como o mundo funciona. É meio desesperador. Como nós não estamos regredindo com tudo funcionando desse jeito? Eu não tinha noção disso enquanto estava na vida acadêmica.”

(Jacinto, perito criminal)

“Você vive tanto aquilo ali que... caramba, não dá pra viver desse jeito, não dá para deixar desse jeito. Então, por este aspecto, eu me vejo sim como um policial, por ter assumido essa visão policial dos fatos, tipo: quais caminhos você pode estar pensando para ajudar a pessoa? Como posso contribuir pra ajudar? Eu digo não na atribuição de chegar e trocar tiro, não isso, sabe? Mas no sentido investigativo, sabe? De ajudar a resolver ou livrar alguém. Para não ser injusto, simplesmente pelo fato da vítima ser um rico e o suspeito um pobre. Quero a justiça, indiferente da classe social.”

(Lisianto, perito criminal)

Para alguns participantes, essa experimentação diária de uma realidade sem filtro para as condições reais da violência ressignificou o olhar do policial forense para seu modo de viver e o tornou mais grato às suas conquistas pessoais, seja uma casa para morar, uma família para ampará-lo quando necessário ou um trabalho que pague suas contas. Colabora igualmente para esse ressignificado não só o contato com a miséria, mas também a visita a locais de alto poder aquisitivo, onde se deparam com tanta riqueza acumulada a ponto da vítima tornar-se alvo de um latrocínio, de um homicídio doloso ou até mesmo de praticar o suicídio. A fotógrafa Lilás, há mais de 20 anos atuando na área, diz que se sente privilegiada por ter uma casa para voltar depois de um dia de plantão.

“(...) acho que tudo isso me ajudou a ser uma pessoa mais humana, mais agradecida a Deus e mais feliz; eu entro em alguns lugares que as pessoas dormem que nem um cachorro aceita dormir. E eu tenho uma cama limpa para dormir, entendeu? Às vezes eu chego numas mansões e me pergunto porque juntou tanto dinheiro para uma tragédia dessa?”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

Ao longo do trabalho de campo, identificamos servidores que não conseguem se desvincular do núcleo porque estão tão envolvidos com a dinâmica que o trabalho oferece, que não se veem atuando, por exemplo, na área administrativa ou em outra especialidade pericial. Sua essência profissional é circular na linha de frente do serviço. Segundo os contextos que me foram relatados, constatei uma naturalização dos fatos vivenciados pelos(as) peritos(as) e fotógrafos(as). Alguns participantes desenvolveram estratégias de proteção, seja pelas ferramentas e procedimentos empregados ao longo de sua trajetória profissional ou por sua própria individualidade.

DEJOURS (1987) salienta que estratégias de defesa são empregadas pelo trabalhador com o intuito de evitar o sofrimento laboral e manter o equilíbrio psíquico. Para darem conta do prescrito, os trabalhadores precisam de estratégias de enfrentamento contra o sofrimento. Tais estratégias são variadas e incluem o conformismo, individualismo, negação do perigo, agressividade, ativismo, presenteísmo, entre outros. DEJOURS et al. (1994) apontam que tais estratégias de defesa podem ser individuais ou coletivas. A estratégia individual está relacionada a um *status* permanente, mesmo que o fator desencadeante não esteja próximo ao trabalhador. Já a coletiva, está atrelada às condições externas e se sustenta no consenso de um grupo específico de trabalhadores.

Foi possível perceber que o significado de estar no NPCCPessoa e ser um policial forense tem motivações distintas. Alguns permanecem no núcleo por escolha, outros por falta de opção ou oportunidade de sair, outros são visionários e almejam lançar novos voos dentro da instituição. Nesse cenário, alguns agrupamentos foram identificados, embora não necessariamente todos os participantes da pesquisa estejam inseridos neles. São eles: “**Faca na Caveira**”, por identificarmos em comum nesses participantes, o interesse em aperfeiçoar sua formação ostensiva e acreditarem na Justiça para a construção de uma sociedade mais segura; “**Sherlock Holmes**”, desvendar e estudar é o que os instigam, mesmo que para isso seja preciso improvisar; “**Tô de boa**”, estabilidade financeira e funcional unidas a uma convivência longa que os familiarizaram com a rotina, com as pessoas e com o meio de trabalho que, para alguns, funciona como um ambiente de extravasamento emocional; e “**O céu é o limite**”, almejam voos profissionais mais altos, querem alcançar conquistas sociais na segurança pública, objetivos idealizados na época do concurso e reelaborados na prática.

3.1.3 Da Base para a Rua: Quem Vai e Quem Fica?

O NPCCPessoa, também designado como IC Sangue, possui atividades administrativas e atividades externas. A equipe que permanece na sede (na base) realiza perícia de peças ou atua na área administrativa do núcleo. Todos os setores possuem foco na perícia, no entanto, a equipe de plantão (da linha) e a equipe de reconstituição são as que realizam atividades externas, em locais de crime. As atribuições de ambas são distintas. A **linha** é responsável por realizar o primeiro atendimento pericial e pela liberação do corpo para o IML²⁶ ou SVO²⁷. A **reconstituição** é usada para verificar e determinar a mecânica e o *modus operandi* do criminoso, bem como esclarecer aspectos do crime, identificar possíveis agravantes ou premeditação. A reconstituição é previamente agendada, e a equipe pericial tem acesso ao inquérito criminal antes de realizar as atividades externas. A linha, por sua vez, chega ao local apenas com uma descrição resumida realizada pelo escrivão da delegacia solicitante.

Como em qualquer ambiente de trabalho, há preferências por estar alocado no setor desejado. Entretanto, nem sempre é possível atender às aptidões de todos da equipe, fato que gera conflitos, pois alguns veem a permanência na escala de plantão (na linha) como uma punição. Outros, se forem alocados em setores administrativos, adoeceriam por terem que trabalhar em um ambiente restrito, no caso, as salas administrativas. A fotógrafa Lilás conta que atuou em diversos núcleos dentro do IC,

²⁶ O Instituto Médico Legal (IML) está subordinado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica e foi criado com o intuito de fornecer bases técnicas em Medicina Legal para o julgamento de causas criminais. A mais conhecida das funções do IML é a necropsia, vulgarmente chamada de autópsia — exame do indivíduo após a morte.

Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/fale/institucional/answers.aspx?t=3>

Acesso em: 20.janeiro.2019

²⁷ SVO (Serviço de Verificação de Óbitos) é um serviço de avaliação da causa da morte desconhecida ou duvidosa com o objetivo de fornecer elucidação diagnóstica e informações complementares para o serviço de epidemiologia e políticas de saúde pública em geral, o que para a sociedade é de suma importância, pois pode colocar em evidência os possíveis riscos à saúde que estão em emergência, tanto os já conhecidos, quanto os incomuns, ou ainda casos de uma doença nova em um determinado local.

Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/fale/institucional/answers.aspx?t=3>

Acesso em: 20.janeiro.2019

incluindo o núcleo de perícia da Engenharia, do Patrimônio, do Acidente de Trânsito. Dentre todos, o NPCCPessoa foi o núcleo com o qual ela mais se identificou.

“(...) se tivesse que sair para ficar interna seria um castigo. A autonomia de estar na rua é ótimo. Se o dia está tranquilo e quero resolver algo na rua, eu faço. Quero comer em tal lugar, eu como. Ou durmo. No setor administrativo não teria essa flexibilidade.”

(Lilás, fotografia técnica-pericial)

Atuar na linha envolve a ação direta com o corpo desfalecido por uma ação letal. No caso dos atendimentos desse núcleo, são mortes causadas por uma ação violenta de autoria conhecida, que trazem a história das vítimas associada, pois é comum o corpo já estar sendo velado pela família no local do crime. O corpo da vítima pode ter vestígios de tortura e maus-tratos, sendo necessária uma perícia que contemple a dinâmica do crime, a posição em que o corpo desfaleceu e como foi encontrado. Tais condutas são realizadas pelo perito da linha e registradas pelo fotógrafo. Os exames mais invasivos do corpo são realizados no IML pelo médico legista que realizará a necropsia (SSP/SP, 2019). Pode haver sangue e outras secreções no local de crime, assim como corpos em processo de putrefação (“podrão”), corpos queimados e corpos exalando odores fétidos.

Ao entrarmos na casa, havia um cheiro muito forte de queimado, um cheiro de carne podre assada que impregnava as narinas. A casa possuía poucos móveis, e um dos quartos não tinha colchão na cama. A sala estava toda revirada, com travesseiros misturados com restos de comida. Seguimos para a cozinha; ainda havia louça na pia e panela no fogão com sobras de comida. O fotógrafo Azul abriu todas as panelas e a geladeira para ver o que havia; disse que tem o hábito de fazer isso, pois já encontrou “muitas coisas bizarras em locais”.

Ao nos direcionarmos para o quarto, onde se encontrava a vítima, não havia luz. Por conta do fogo, a lâmpada havia estourado. Foi necessário iluminar com uma lanterna para visualizar o corpo. Foi o policial da Polícia Militar que nos indicou onde estava o corpo e a faca utilizada, pois mesmo com a lanterna, quase não conseguíamos visualizá-los.

A vítima era uma senhora. Ela estava deitada em uma cama improvisada com quatro cadeiras, o colchão estava parcialmente queimado, o corpo estava posicionado de bruços em uma das pontas da cama e a faca no pé da vítima. Nesse momento, o fotógrafo Azul já havia feito as fotos e saiu para a cozinha. Disse que não conseguia respirar direito e iria aguardar na área externa da casa. Ficamos apenas eu e o perito Lírio. Como era preciso manipular o corpo, ele pediu que eu segurasse a lanterna e fosse iluminando dos pés à cabeça. Como o corpo estava parcialmente queimado, foi possível

ainda visualizar alguma parte da epiderme íntegra. Lírio opta em não virá-la, pois ela estava em uma cama improvisada, posicionada na beirada, e o estrado estava parcialmente danificado pelo fogo. Ficou com receio do corpo cair e prejudicar a equipe do IML que iria recolhê-lo. Lírio pega a faca, que era uma peixeira enferrujada, pede que eu ilumine todos os cantos do quarto para verificar se havia mais vestígios e diz: “*Vamos sair logo desse quarto porque senão minha esposa vai achar que estava num churrasco e não no plantão.*” (risos).”

(...)

Assim que saímos da casa, a vizinha, que também era proprietária da casa e foi a pessoa que apagou o fogo, disse que o neto era usuário de *crack* e a idosa tinha problemas mentais. Sempre brigavam por conta de dinheiro, pois o neto se beneficiava de toda a aposentadoria dela.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

A equipe da linha recebe requisições de perícia ao longo do plantão contendo naturezas diversas. Um dia de plantão é imprevisível, precisam estar preparados para atuar em cenários distintos, com vítimas de todas as idades e gênero. Pelo fato de alguns crimes terem um padrão de execução, alguns locais se repetem e algumas cenas tornam-se comuns para a equipe da linha. Um exemplo é o suicídio, cujo método mais utilizado é o enforcamento, levando o perito a naturalizar essa imagem e ter condutas técnicas rotineiras diante desse local de crime. O corpo pendurado deixa de ser uma cena tão impactante. No entanto, a motivação do suicídio, quando contada pelos familiares ou pelo policial militar que realiza a preservação do local, gera mais impacto por se tratar de histórias de vidas de pessoas comuns. A prática diária de atendimento leva o profissional a supor o que irá encontrar no local simplesmente ao ler a requisição pericial (guia rosa). Pela descrição do fato e do local onde o corpo se encontra já é possível se remeter a atendimentos anteriores com as mesmas características descritas.

Estávamos saindo de um local de suicídio quando a chefe do plantão (sala do meio) liga para a perita Margarida passando os dados de outra requisição de perícia que dizia ser urgente. Era uma solicitação de morte suspeita em uma casa de massagem no bairro do Jabaquara. Estávamos próximos ao endereço, já passava da meia-noite, e ninguém ainda havia jantado, pois saímos da base rapidamente para liberar um corpo em via pública vítima de latrocínio.

A perita Margarida diz à fotógrafa Lilás que primeiro queria parar para comer algo, pois o local não teria urgência, já que se tratava de uma casa de prostituição em que a vítima tomou Viagra. Nesse momento, a questioneei se todas essas informações foram passadas durante a ligação da chefe.

Ela me diz: *“Não, essa região do Jabaquara tem muito puteiro e tem, como fachada, essas casas de massagem, mas na realidade são casas de prostituição. Estão solicitando urgência para o expediente (da casa de massagem) voltar ao normal. Os donos dessas casas agem na ilegalidade, mas tem proteção de gente forte por trás. Tenho certeza que iremos chegar lá e será um puteiro, um homem mais velho, caído no chão com as calças arreadas, com possível evacuação causada pelo infarto.”* As duas riem, e a fotógrafa confirma com a cabeça a suposição feita pela perita.

(...)

Ao entrar na casa de massagem, avisto um quadro com os valores das opções de relações sexuais e o tempo de cada uma.

(...)

Em um dos quartos havia um senhor deitado no chão, somente de cueca, fezes espalhadas pelo quarto e preservativo masculino caído no chão. Penso, suposição confirmada.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Apesar disso, sempre haverá o novo, o inusitado, como relatado diversas vezes nas rodas de conversa entre a equipe: *“a crueldade para fazer o mal se renova, é muita miséria na mente da pessoa”*. O perito Açafrão relatou que durante os mais de 30 anos atuando na linha, esteve em uma casa por duas vezes para fazer local de suicídio.

“Ao parar a viatura na frente da casa me recordei que já havia estado ali antes, mesmo com as mudanças na fachada. Ao ir ao encontro do corpo, me deparei com a mesma cena. Dessa vez a pessoa não se deu o trabalho de se pendurar na parte alta, escolheu um ponto mais baixo. (risos)”

(Açafrão, perito criminal)

Inferi que não se trata do profissional possuir perfil para encarar uma realidade dura, mas sim de ter criado estratégias de proteção e gerenciar as informações a ponto de não impactar sua saúde mental. Entretanto, há aqueles que, por razões distintas, não se identificam e solicitam a permuta para outro setor ou núcleo. A perita Violeta, é servidora há mais de 30 anos na Polícia Técnico-Científica. Ela relatou que, após o primeiro ano realizando local de crime, criou uma barreira para atender locais com muito sangue.

“(...) peguei um bode com o cheiro de sangue. Não era o corpo, mas o cheiro, que nem conseguia entrar no açougue para comprar carne.”

(Violeta, perita criminal)

Ela relatou também que não esperava ter que acessar tantos locais insalubres e perigosos.

“(...) você tem que entrar em favela, entrar debaixo de viaduto junto com aquele tanto de mendigo, tem que entrar naqueles cortiços imundos. Eu tinha medo, e havia locais que só entrávamos com reforço, mandava uma viatura para nos acompanhar. Teve uma vez que jogaram um botijão de gás na viatura. Então, logo no primeiro ano na linha pedi para mudar de núcleo. Só voltei porque hoje atuo na área administrativa.”

(Violeta, perita criminal)

Durante o período de campo, que durou um ano, alguns locais de crime me impactaram e repercutiram em meus pensamentos. Um deles foi tão marcante que só retornei ao campo após uma semana de afastamento, pois não me sentia preparada para enfrentar tal cena novamente. Tratava-se de um assassinato executado por um filho que esquartejou a mãe. Aquele fato repercutiu por um bom tempo em meus pensamentos, principalmente por ter sido veiculado na mídia — que resgatava detalhes e informações novas sobre o contexto familiar da relação mãe e filho. Por ter estado na lá no dia do crime era possível lembrar de detalhes da casa, dos quartos, a forma que estava organizada em meio a um dia que poderia ter sido normal, mas que virou uma tragédia, com indícios de que o filho havia apresentado alterações psiquiátricas, sem acompanhamento médico.

Entrei na casa junto com a equipe. Havia muitos policiais e o delegado também estava presente, fato que nunca tinha vivenciado em campo. Todos diziam que a situação estava feia, que estavam estarrecidos com o crime ocorrido. O perito Lisianto recebia os informes do delegado para iniciar a perícia. Enquanto eu escutava o relato, procurava ao redor para visualizar o corpo. Foi quando o delegado disse que o corpo estava dois andares abaixo. O caso se tratava de um filho que, em surto psiquiátrico, assassinou brutalmente a mãe com facas de cozinha e a mutilou por achar que estava possuída pelo demônio.

(...)

Após realizarem toda a perícia na casa, Lisianto e o fotógrafo Azul Marinho foram ao encontro do corpo. Para isso acessaram a escada de emergência do prédio. Assim que abriram a porta sentimos o cheiro de sangue. Havia marcas de mão com sangue em todo o corrimão da escada, e poças de sangue com pingos guiando o trajeto da vítima. No primeiro andar abaixo, havia dois dedos e um pedaço da orelha da vítima que foram decepados, marcas de sangue nas paredes e em frente à porta de um apartamento, onde a vítima parou para pedir socorro, porém sem sucesso. Continuamos descendo para o andar de

baixo, onde finalmente estava o que sobrou do corpo. O pé estava parcialmente serrado, uma das mãos estava extirpada por completo e um cutelo estava cravado no pescoço da vítima, confirmando o relato do policial militar que chegou no momento em que o filho começou a cortar o pescoço da vítima.

(...)

Já na viatura, o perito Lisianto e o fotógrafo Azul Marinho disseram que ali perto tinha um lugar bom para comer, que iríamos almoçar lá. Era uma churrascaria. Disse a eles que poderiam ficar à vontade, que não estava com fome, só iria acompanhá-los. Azul Marinho disse que estava faminto; só não teria apetite para comer galinha ao molho pardo. (risos)

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

A escolha de permanecer na linha também envolve a possibilidade de ter uma escala que se consiga conciliar com atividades extras, seja remunerada ou acadêmica. Os plantões podem ser definidos com antecedência. Alguns profissionais têm o privilégio de seus plantões serem fixos em dias da semana e, portanto, não atuarem nos fins de semana. Há aqueles que preferem atuar estritamente em horários noturnos ou diurnos. Trata-se de acordos e arranjos internos entre a equipe, conforme relata o fotógrafo Verde:

“Minha escala condensa ela em poucos plantões para trabalhar parcialmente e depois conseguir conciliar com outras atividades. Mas não tenho feito mais plantões de 36 horas, faço mais plantões de 12 ou 24 horas.”

(Verde, fotógrafo técnico-pericial)

“Eu sempre opto por trabalhar à noite. Faço faculdade, então, para conciliar, fico fixo nos plantões noturno, somente por este motivo. Assim que concluir quero alternar horários.”

(Branco, fotógrafo técnico-pericial)

Outra questão diz respeito às promoções dentro da instituição. Ao prestarem o concurso, os peritos e fotógrafos assumem o cargo como 3ª classe. A instituição oferece cursos para que recebam promoção funcional e salarial, e, dessa forma, os profissionais podem chegar até a classe Especial. Porém, eles precisam ser indicados pela chefia para realizarem o curso. Essas indicações geram queixas entre eles, pois não há uma seleção transparente dos peritos e fotógrafos que participarão do curso.

“As regras aqui não são claras, existem pessoas que nem fizeram o curso e já foram promovidas. É só indicação.”

(Margarida, perita criminal)

Somado a isso, queixam-se que quem trabalha na rua é esquecido e não é indicado.

“Aqui prego que se destaca leva martelada. Prefiro atuar na rua onde faço meu trabalho sem interferência. Mas ser da rua também causa esquecimento, nunca me convidam para atividades de aperfeiçoamento, estou na terceira classe desde que entrei. Já vi muita gente com menos tempo que eu ser promovida.”

(Saramago, perito criminal)

Existe a possibilidade de solicitar transferência para outro núcleo ou a saída da linha para setor de peça. Porém, isso só é possível em caso de permuta (troca com outro colega), e nem sempre há pessoas interessadas em ir para o NPCCPessoa. O servidor permanece no setor alocado até que a vaga apareça, mesmo que não tenha perfil para atuar naquela função. O perito Antúrio relata sua insatisfação com o processo de transferência. Ele atuava em um núcleo fora de São Paulo. Os núcleos de perícia do interior são identificados como Clínica Médica, pois realizam todas as perícias necessárias, seja de patrimônio, engenharia, acidente de trânsito, contra pessoa, entre outros. Ele precisava ser transferido para a Capital por causa de problemas familiares. Solicitou diversas vezes e conseguiu somente após o quarto ano tentando.

“Quem era peixe, quem tinha parente aqui, vinha. Então, se você não conhece ninguém aqui, fica esquecido. Infelizmente ainda é assim. Fiquei 4 anos solicitando, solicitando, solicitando. E não foi porque eles se lembraram de mim, não foi a instituição não. Ocorreu um desfalque aqui no IC Sangue, e eu vinha aqui sempre, a cada 3 a 4 meses, falar com o chefe. Um dia eu fui lá no IC Sangue e, naquele dia, três peritos tinham pedido baixa. Aí ele me pegou pela mão, bateu na porta do cara, que sempre me dizia não, e fui transferido no outro mês. Aí depois de três meses meu casamento acabou, daí já não adiantava, sabe?”

(Antúrio, perito criminal)

A perita Acácia também não compreende as promoções de alguns colegas de trabalho da operação para a assessoria. Ao ser questionada sobre o termo “Aspone”²⁸, logo respondeu que isso não a incomoda, pois tem ciência de sua atuação na linha por muitos anos e de como foi exaurida para hoje ocupar um cargo maior na linha sucessória.

“Eu não sou Aspone, então não me incomoda as pessoas falarem. Sei que cheguei até aqui trabalhando, eu vejo muita gente da minha própria turma querendo subir muito rápido, ocupando lugares que não são destinados a eles. Então tudo aqui é passageiro. Eu já vi muita gente que estava lá na diretoria, que pisou na nossa cabeça, e que depois fica sem ambiente porque, quando aquele diretor cai e ele tem que voltar, como ele volta para o lugar onde cagou na cabeça dos colegas? Então eu já sei o que é isso, já estou aqui há 30 anos. Vejo pessoas da classe especial ainda no núcleo, e alguns de 2ª e 3ª classes já trabalhando na Superintendência. Eu não gosto de nivelar por classe, mas a experiência que deveria estar lá, e não algumas pessoas que estão lá, mas que poderiam estar dando muito aqui, aprendendo muito. O operacional é um aprendizado constante.”

(Acácia, perita criminal)

Ser da base ou ser administrativo não são privilégios para alguns que ali estão. Eles compreendem que aqueles que não conhecem as atribuições subestimam o trabalho. Servidores que foram recentemente alocados no setor administrativo (e que permanecem na base) se veem excluídos por alguns colegas de trabalho, apenas porque agora pertencem ao quadro administrativo. Eles compartilham esse sentimento e já se viram utilizando a denominação “Aspone”, quando atuavam na linha, para se referirem aos colegas.

“Eu já usei esse termo. Eu pensava que não faziam porra nenhuma, mas enfim, hoje não me incomoda. Eu sei que hoje sou odiada por uns que me viam neutra, mas não me importo. Quando eu assumi essa função, eu sabia que iria ter muita inveja e descontentamento. Estava meio que preparada. Até porque ninguém aqui é meu amigo. Tenho amigos, mas não neste momento de decisões.”

(Violeta, perita criminal)

²⁸ Aspone é uma gíria brasileira composta das letras iniciais da frase Assessor de Porra Nenhuma. Refere-se àquele tipo de pessoa que faz parte do quadro de funcionários de uma empresa ou repartição pública, mas na verdade não tem função alguma, por ser completamente desnecessário ou não trabalhar - está ali por ter apadrinhamento político ou familiar - significando apenas um ônus a mais na folha de pagamentos. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/aspone/> Acessado em 20. Janeiro.2019

A linha é considerada a parte operacional e responsável por gerar dados estatísticos dos atendimentos para o NPCCPessoa e para o IC, dados esses que serão divulgados como indicadores da Segurança Pública de São Paulo. O que impressiona é o discurso de alguns gestores em designar a linha como mecanismo de punição àqueles que não são identificados como merecedores de estarem em outras atribuições. Discurso esse que deveria ser o contrário, visto que a equipe da linha representa o Estado quando circula em meio à sociedade prestando serviços exclusivos e específicos do IC e expedindo laudos periciais que compõem estatísticas.

Mesmo em meio ao não reconhecimento por alguns pares e chefias, que fique registrado que tal comportamento não é exibido por todos. Há os que permanecem e optam por estar na linha por questões de logística para comportar sua organização de vida extra laboral ou pela identificação com a função, mesmo que não estejam supridos dos aparatos instrumentais e laboratoriais necessários para executar a perícia. Eles vivem intensamente e não pretendem sair da linha para cargos administrativos ou para outros núcleos.

Portanto, a dinâmica de ser da linha ou da base está inserida em aspectos individuais que, pela identificação com a área pericial e suas nuances, os motivam a pleitear novas funções além da atuação em local de crime. Ao serem alcançadas, essas novas funções podem ser entendidas como prestígio para uns e oportunismo para outros. Acredita-se que se o fluxo de ascensão ou transferências de atribuições fossem mais transparentes, tais questões seriam melhor compreendidas pelos pares e não gerariam a sensação de penalização.

3.2 CRIMES PERICIADOS

3.2.1 De Apartamentos de Luxo ao Chão de Terra: o Que Muda na Execução Pericial?

“No final, o carro de cadáver é o mesmo para todos.”
(Rosa, Fotógrafa técnica-pericial)

O Brasil possui índices que marcam uma trajetória de desigualdade social (ONU/BR, 2018)²⁹. O desequilíbrio entre os diferentes tipos de padrão de vida com acesso restrito aos direitos civis permeia a realidade dos brasileiros. Os grandes centros atraem pessoas que buscam oportunidades de melhoria de vida. Nesse cenário, São Paulo é uma metrópole que acolhe pessoas do mundo inteiro. No entanto, nem todas as famílias terão sucesso nesse novo lar; muitas delas acabam vivendo em situações de pobreza, e outras são exploradas pelo capitalismo. A desigualdade social se manifesta de muitas formas, incluindo diferenças no acesso a direitos básicos como saúde, moradia, educação, oportunidades de trabalho, distribuição de renda e segurança.

Estudo que analisou 29 países — entre desenvolvidos e em desenvolvimento — mostrou que o Brasil está no grupo de cinco nações em que a parcela mais rica da população recebe mais de 15% da renda nacional. O 1% mais rico do Brasil concentra entre 22% e 23% do total da renda do país, nível bem acima da média internacional (SOUZA PHGF e MEDEIROS, 2017, p. 1).

Como apresentado ao longo do trabalho, os crimes periciados no município de São Paulo pelo NPCCPessoa ocorrem majoritariamente em regiões localizadas na periferia e em menor proporção em regiões consideradas como áreas nobres. A perita criminal Violeta confirma que a atuação da perícia do NPCCPessoa ocorre para a

²⁹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-mais-desiguais-diz-estudo-de-centro-da-onu/> Acessado em: 12. fevereiro. 2019

população com menor poder aquisitivo: “*Crime de alto padrão tem pouco, sempre teve classe mais baixa*”.

“Quando você vê a miséria de perto, dá aquele choque, né? Aquele choque de realidade. Por mais que a gente passe dificuldades, nem se compara à miséria de muitos, de alguns pontos de São Paulo. Nem estou falando de Paraisópolis ou Heliópolis, estou falando de Parelheiros, Itaim Paulista... Aquela coisa que parece que você está no sertão. No início me incomodava, depois parece que a gente se conforma, não sei. De tanto conviver com essa realidade, você se acostuma.”

(Margarida, perita criminal)

Ao longo de um plantão, a equipe da perícia pode realizar atendimentos na periferia e em áreas de alto padrão — duas realidades distintas. Tamanha discrepância não passa despercebida aos olhos de quem as vivencia. São realidades refletidas e discutidas pelos pares e aplicadas nas práticas de trabalho com uma ótica de autoproteção. Notou-se que há uma priorização de atendimento quando há duas solicitações simultâneas para atender bairros de regiões economicamente opostas. O rico não pode esperar, precisa ser atendido rapidamente, e, se a vítima ou familiar for “conhecido por alguém” na Polícia Militar, Polícia Civil ou Polícia Técnico-Científica, terá prioridade sobre as outras solicitações pendentes. Essa cultura de “*sabe com quem está falando?*” está presente também nas “requisições periciais”, principalmente por se tratar de uma instituição extremamente hierarquizada, com ações punitivas claramente pelos funcionários.

Claro está que o ‘sabe com quem está falando?’ denuncia em níveis cotidianos essa ojeriza à discórdia e à crise, traço que vejo como básico num sistema social extremamente preocupado com “cada qual no seu lugar”, isto é, com hierarquia e com a autoridade. Nessa perspectiva, descobre-se por que o “sabe com quem está falando?” causa embaraço. Realmente, num mundo que tem de se mover obedecendo às engrenagens de uma hierarquia que deve ser vista como algo natural, os conflitos tendem a ser tomados como irregularidades (DAMATTA, 2018, p. 4).

A perita Orquídea diz sempre ter zelado pela questão ética nos atendimentos, priorizando o corpo, seja na via pública, seja em local preservado. Porém, por vezes se via obrigada a alterar a logística dos atendimentos por intervenção da chefia.

“Eu tentava priorizar a questão ética, mas nem sempre eles (chefia/sala do meio) deixavam. Mas quando eu podia escolher eu sempre escolhia o corpo, ou o corpo em via pública, mesmo que tivesse que ir e voltar. Eu não me apegava muito com essa logística de trânsito. Mas houve momentos em que eu tive que priorizar o carro e deixar o corpo por ordem superior, e como não é ilegal, você cumpre.”

(Orquídea, perita criminal)

“Tem todo o entorno que te obriga a fazer uma perícia mal feita; tem uma chefia que fica te apressando para ir logo para o outro local, que de repente estão te apressando para fazer a perícia de um conhecido de alguém, e você pode deixar um caso que realmente precisaria de uma perícia bem feita. Então, todo o sistema corrobora para que você faça um mau trabalho. Então a gente tem que se policiar para fazer um bom trabalho porque depois quem vai se prejudicar é você, e as pessoas que estão te apressando na rua que irão te ferrar lá na frente, pra te cobrar.”

(Lírio, perito criminal)

O sentimento de pertencimento traz reflexões para o trabalhador pericial quando ele se sente representado por alguma característica (do local atendido ou da vítima) que se assemelhe à sua trajetória de vida. Traz também um sentimento de indignação ao ver que seu trabalho sofre pressões em sua execução visando garantir privilégios para alguns em detrimento de outros.

“Se fosse uma função matemática, você colocaria todas as variáveis, né? E todas têm peso. E a que eu mais odiava era o peso dado para pessoa rica. E o pobre que se foda! Eu nunca fui bem de grana, sabe! Então, porra, isso está indo contra mim também, né! Mas a gente sabia que o problema se dá, o bairro mais nobre com pessoas com certo status acabam tendo priorização. E você tem que acatar para evitar punições, podendo ser questionado depois. Tem gente que até foi para Corregedoria por conta disso.”

(Lisianto, perito criminal)

“(...) vim de uma família muito pobre. Da mesma forma que vou limpar os pés para entrar na casa de um rico, farei isso na casa de um pobre também. Não me incomodo em ir nas mansões, desde que o rico fique no lugar dele. Já fiz local em uma mansão no Morumbi. Assim que descemos da viatura o familiar disse: ‘Ah, vocês demoraram muito’. Eu logo respondi: ‘Eu não trabalho para a senhora, eu trabalho para o Estado, tem que esperar sua vez chegar’.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

“Você vê diariamente. É algo absurdo. Para entrar em Paraisópolis você atravessa um bairro nobre. Tem uma coisa errada nisso tudo, sabe?! Você que andou de viatura viu como eles olham para o carro? Para eles, nós somos inimigos. Tudo bem que alguma polícia já deve ter agido de forma truculenta, mas o Estado contribui para que essa imagem se fortaleça cada vez mais. O Estado falta, mas quem tem que fazer a ação somos nós, é a polícia. Igual reintegração de posse... É a polícia. A foto do Alckmin está linda nas capas de jornais, né?!”

(Branco, fotógrafo técnico-pericial)

Essa identificação pessoal do perito ou do fotógrafo com alguma característica que o remeta ao seu íntimo — seja pela região atendida ou pelo contexto que se deu o crime — acrescida da história de vida da vítima/família podem ser fontes de sensibilização para esse profissional. Uma sensibilização no sentido de gerar uma ação em seu desempenho laboral que o faça se sentir mais motivado para executar um trabalho mais criterioso, talvez até pelo sentimento de heroísmo por ajudar a fazer justiça, pois em algum momento também se sentiu injustiçado.

Seguíamos para o atendimento de um local cuja requisição constava um caso de maus-tratos a um homem idoso (83 anos) que veio a óbito na residência, mas que segundo o familiar havia sido uma morte natural.

Ao chegarmos no local, quem estava preservando o corpo era a sobrinha da vítima. Era uma casa pequena, quarto e sala juntos no mesmo cômodo, com uma cozinha que integrava a área de serviço e banheiro. A casa estava bem desorganizada e suja, havia comida misturada com medicamentos, roupas jogadas no chão e alguns pontos de umidade e mofo nas paredes e no teto. A sobrinha foi se desculpando pela casa, dizendo que na correria não conseguiu arrumá-la na noite anterior, pois o tio estava bem debilitado tudo era ela que tinha que resolver, e que ainda tinha três filhos para cuidar que residiam na casa dos fundos.

O perito Saramago pediu que ela se retirasse porque iria realizar a perícia e depois se direcionaria a ela para dar maiores informações.

(...)

O corpo estava sobre a cama. Havia sinais de fraturas e escoriações antigas em todo o corpo. O idoso era muito magro, estava quase nu e vestia apenas uma fralda. Como fez uma noite fria na madrugada anterior, Saramago disse que não havia tido atendimento médico no domicílio e comentou com o fotógrafo Marrom: “Depois de morto vão deixar o velho pelado pra quê?” Ao abrir a fralda, havia assaduras em toda região perineal.

Marrom começou a abrir a geladeira, armários da cozinha, guarda-roupa e não havia quase nada de insumos alimentícios e pouquíssimas vestimentas. Os remédios vencidos estavam juntos com os dentro da validade. Marrom disse: “Deram até remédio vencido”. Saramago esbravejou: “Como podem ser tão cruéis com uma pessoa

tão indefesa? Isso não é justo. Com uma família dessa é melhor ser sozinho no mundo.”

(...)

Pedi que a sobrinha entrasse e começou a sabatiná-la sobre o ocorrido. Ela começou a elevar o tom de voz e ele disse que iria solicitar uma investigação ao delegado, pois o laudo dele não iria ser favorável à uma morte suspeita. O corpo seria encaminhado ao IML averiguar o que causou o óbito.

Saimos de lá e seguimos direto para a delegacia solicitante. Permaneci na viatura enquanto o delegado conversava com o Saramago em sua sala. Enquanto isso, Marrom dizia que aquilo era um crime, que as famílias se apropriam da aposentadoria do idoso e os abandonam, que Saramago iria colocar tudo no papel (laudo). Era característica dele agir daquela forma indignada, pois tem uma relação muito forte com questões familiares. Já para ele (Marrom), não se “revoltou tanto” com aquela situação, pois acredita que não cabe a ele dar mais “dramaticidade a fatos tão aceitos em uma sociedade capitalista e individualista. Faço meu trabalho e volto para minha realidade, que não é essa aqui.

(Notas de diário do campo da pesquisadora, 2016)

A sensação de ser privilegiado em meio ao caos, de não ter conhecido anteriormente uma realidade que foi posta em função do trabalho pericial, pode ser uma experiência humana engrandecedora. Porém, esse não é um discurso presente na fala de todos os servidores do NPCCPessoa, seja por convicções políticas, morais ou pessoais. Durante os deslocamentos na viatura, ocorreram episódios com comentários estereotipados sobre algumas populações residentes na periferia; generalizações sobre a forma como vivem, se vestem e se relacionam nas ruelas da periferia.

“O fato de estar mais próxima de uma realidade político-social mais carente, de me colocar diferente, de ter consciência do meu lugar de privilégio, sabe: de ser branca, classe média, diferente de uma mulher negra. Mas eu sei que isso é meu, de me colocar nessa avaliação. Tem amigo meu, perito ou fotógrafo, que vive a mesma realidade e tem uma compreensão restrita, com comentários absurdos, segregadores.”

(Hortênsia, perita criminal)

“O pessoal gosta de falar do perigo de ir atender a periferia. Mas vamos dividir o que é perigoso do que é lugar onde existe pobre, de gente humilde. Noventa por cento dos nossos locais refletem o desamparo que a sociedade vive pela ausência do Estado. Nós somos os assistentes sociais deles lá naquele momento. Mas tem gente aqui que não gosta de pobre e faz o atendimento ou manda ‘passar por cima’.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

Os estereótipos reforçam tendências conservadoras e corporativas imbuídas de argumentos que não justificam alguns comportamentos quando se está prestando um trabalho que necessita ser realizado com imparcialidade. Um agravante para este nicho de trabalho é que os servidores são representantes de uma instituição que tem como dever garantir os direitos dos cidadãos, e quando há esse distanciamento, com ações excludentes, a população se sente negligenciada e sem poder de fala e representatividade nas instâncias criminais e jurídicas.

Estas teorias do policiamento (visto como uma forma de disciplina moral) tendem a encontrar no controle social informal dos policiais a razão explicativa para um certo afastamento cultural entre policiais e vítimas. Assim, estes profissionais do controle e da ordem — mais estimulados pelo perigo, pelas buscas, revistas e perseguição de delinquentes — manifestariam, de acordo com vários autores, tendência para um fraco reconhecimento dos direitos das vítimas (DURÃO, 2013, p. 881).

Durante os deslocamentos pela Capital, ao entrar em comunidades e bairros da periferia, percebeu-se uma movimentação de transeuntes diferente dos observados em bairros nobres. Há uma aglomeração de pessoas, e até mesmo de crianças, que ficam na primeira fileira após a faixa de preservação narrando o acontecido de forma naturalizada, sem grande espanto ou pudor. Esse comportamento contrasta do observado em bairros de alto poder aquisitivo, onde vizinhos não aparecem nem na janela, nem no portão.

Nas vielas, o fluxo é intenso. Há rodas de pessoas conversando nas calçadas, crianças brincando na rua, adolescentes e adultos indo e vindo. Para alguns dos participantes desta pesquisa, essa dinâmica e modo de vida soam como um comodismo; pessoas “dependentes de Bolsa Família”, que não conquistam algo melhor por não batalharem arduamente, ou que bebem cerveja de dia para trabalhar no asfalto à noite.

Nunca havia entrado em Paraisópolis, uma das maiores comunidades da Capital paulista. Seguíamos para um local de morte suspeita. A casa ficava bem no centro do bairro. O fotógrafo Azul já estava bem revoltado por ter que realizar aquele atendimento, pois julgava desnecessário ir à casa de um senhor de 79 anos para certificar que morreu de morte natural.

Porém, no mesmo dia realizamos a mesma natureza pericial em um bairro de classe média, e o fotógrafo não se queixou da solicitação. Enquanto dirigia a viatura, buzinando, irritado com o trânsito naquelas ruas estreitas, Azul narrava o que via:

— “Olha só os “Bolsas Família”. Tudo fazendo churrasco em plena terça-feira.”

— “E essas crianças não estudam não?”

— “Aquela garota está de pijama até agora, deve ter ido por baile funk, e esses meninos devem ser tudo filhos dela!”

— “Pobre não tem jeito, não quer trabalhar e ainda quer sair daqui. Como?”

O perito Lírio não dizia nada sobre os comentários, apenas pedia que ele (Azul) não acelerasse o carro nas vielas por conta do número de pessoas que estavam circulando, que ele não queria ser linchado ali por atropelar alguém. Às vezes retrucava, dizendo que a vida dava voltas, e que um dia poderia estar vivendo ali também.

Chegamos ao local. Não havia preservação policial, mas sim um velório iniciado com a família toda reunida, visto se passado 10 horas da morte da vítima.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Alguns servidores atribuem essa perspectiva do “colega” a uma naturalização da recorrência de alguns atendimentos prestados a uma população específica, na qual os agressores fazem parte dessa parcela de moradores da periferia. Ao longo dos anos exercendo as atribuições periciais, acabam criando uma associação entre a população, as vítimas e os agressores.

“Não dá para julgar uma pessoa que trabalha há 20 anos vendo a miséria todo plantão e ainda ter que simpatizar com os agressores vindo majoritariamente de um mesmo ambiente. Os crimes acabam sendo executados por uma mesma população. Os crimes que a gente pega vêm dessas camadas mais populares, né? Porque aqui não pegamos crime de contabilidade de patrimônio, nós não pegamos, na prática, os crimes de pessoas ricas. Não dá para julgar um cara que está há vinte anos vendo os executores dessas tragédias vindo desse perfil de pessoas, né? Nem olham cor de pele, olham mais pra classe social e bairro. Então essa associação é muito forte e essa falsa causalidade é criada. Acabam batendo nessa tecla, esses pobres, esse ‘bolsa família’ (...).”

(Lisianto, perito criminal)

“Tem trabalhador, mas tem muito ladrão. Uma característica do bandido é ser burro, né? É uma característica da pessoa que não consegue sair da pobreza, também. Eles têm problema de cognição,

mas assim, se 10% daquilo fosse ladrão, a gente não iria poder sair na rua.

Porque as favelas daqui são muito grandes; Paraisópolis, Heliópolis tem 1 milhão de pessoas. É um negócio absurdo, né? Eu lamento é que pouquíssimas crianças vão conseguir mudar essa realidade. Daqui a 20 anos elas vão estar à tarde, numa segunda-feira, fazendo churrasco, tomando cerveja, vivendo miseravelmente de bolsa, achando que aquilo está bom. É isso que é grave. Não é tanto a pobreza em si, é a pessoa se conformar com aquilo. E o reflexo da população reflete no governante, e o governante reflete na gente. É um ciclo que se retroalimenta.”

(Margarida, perita criminal)

A chefia do plantão, localizada na sede do Butantã, realiza a triagem das requisições emitidas pelas DPs. O encarregado/chefe pode acionar o DP solicitante para averiguar a real necessidade da solicitação pericial ou requisitar apoio para a realização da perícia, embora essas não sejam práticas corriqueiras. A equipe que está na rua se vê sem respaldo em situações em que a perícia pode ser prejudicada pela ausência de retaguarda. A falta de apoio muitas vezes dificulta o acesso ao local, a viabilização de condutas investigativas urgentes e a preservação do local, o que prejudica possíveis vestígios relevantes deixados na cena do crime.

Casos desse tipo foram observados durante a coleta em campo. Dos 61 locais acompanhados, apenas um contou com a presença do delegado. A preservação dos locais por policiais militares foi mais presente em bairros de classe média do que em bairros periféricos. Locais que envolveram resistência, com troca de tiros entre policiais e suspeitos, concentraram muitas viaturas para preservação, além da livre circulação de PMs. Locais em área nobre de São Paulo associados à presença de familiares mais instruídos recebiam um atendimento diferenciado. Nesses locais havia maior preservação policial, mais tempo gasto na execução pericial e uma busca por maiores informações com as pessoas que ali estavam.

“Olha, se a gente for fazer uma conta dos atendimentos, 90% dos nossos locais têm alguma coisa que deixa a desejar. Sim, de fato tem alguns locais que incomodam pelo o que você vê, pela gravidade da situação e por não haver uma autoridade presente.

Aconteceu há poucos dias. Um local foi jogado para nós. A equipe que deveria periciar seria o DHPP, por ser um homicídio de autoria desconhecida. Foi jogado para nós, e não é por causa disso que a gente vai deixar de fazer. A culpa não é da vítima. A gente não pode vitimizar a pessoa mais do que ela já está sofrendo. Eu não posso vitimizar a família mais do que ela já está sendo. Não posso. Não me interessa a dor que ela está sentindo, nem nada, mas só que ela não

pode ser vítima minha também, eu não posso ser mais um agressor. Se o Estado não deu oportunidade ou vendeu uma história que nós estamos lá para resguardá-la e não a resguardamos, não sou eu que vou fazer mais um mal a ela. Vamos dizer, então, se eu estou lá, eu tenho certeza que estou representando uma função do Estado, pena todos envolvidos não pensarem assim.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

“Meu primeiro local eu não tinha nem noção do que fotografar, qual lente usar, perdia detalhes das cenas de crime pela falta de treinamento e experiência. E só não tive retaliações pela corregedoria porque a maioria das vítimas eram pobres, e pobre, coitado, paga duas vezes, né?! Até hoje é assim.”

(Roxo, fotógrafo técnico-pericial)

“Uma vez, fiz um local onde o envolvido era um guarda civil municipal de Santo André, e quem estava preservando o local, que era em São Paulo, era a Guarda Civil Municipal de Santo André. Então não faz sentido, né?

Mas isso é o sistema. Porque a ocorrência é daquela corporação, então é ela que está responsável. O Estado é muito isso, então você joga a batata quente. Eles não pensam na parte técnica, que deveriam deixar uma equipe preservando que não tivesse nada a ver com aquela situação. É o sistema. Por isso tem essa discussão de separar as polícias. Eu nem tenho uma opinião formada sobre isso.”

(Lírio, perito criminal)

Outro fator que marca a logística de atendimento é o deslocamento na cidade de São Paulo. Como existem apenas duas equipes para atender toda a Capital, o trânsito é um fator determinante no atendimento em certas localidades.

“A prioridade é o corpo, mas às vezes o que acontece em São Paulo é que temos que pensar na logística de deslocamento. Mas o corpo na rua sempre é prioridade.”

(Cacto, perito criminal)

“Então... Isso me estressa (trânsito). Sim, me estressa. O volante me estressa, a equipe de trabalho reduzida que temos hoje para atender à zona sul, oeste e centro. É humanamente impossível pegar trânsito, calor e dar prioridade. Qualquer “plantãozinho” que atendemos hoje são 100 a 150 km que rodamos em 12 horas de plantão. Já peguei 250 km num plantão aqui. Foi o mais puxado.

Eu vou sair numa boa, sem estresse, e se o trânsito está parado, eu não vou abrir sirene como fazia antigamente. Saia igual louco, fazendo zigue-zague para chegar no local. Eu vou chegar numa boa porque a integridade física vale muito mais do que encurtar meu tempo para chegar. Então os problemas que temos em uma corporação não

podem interferir no local do crime. Lá você tem que ter paciência e todo o tempo necessário para fazer o trabalho.”

(Azul, fotógrafo técnico-pericial)

Após o atendimento no local, é preciso emitir um laudo pericial que ficará disponível no sistema de dados do serviço para consulta do delegado solicitante. O delegado definirá se a ocorrência resultará num inquérito policial e o juiz definirá a sequência para compor o inquérito criminal. Portanto, entende-se que nem todo local periciado seguirá para uma investigação criminal. Dessa forma, oferta-se ao perito a possibilidade de não ser cobrado pela emissão de algum laudo pendente, embora tal fato não exclua a obrigatoriedade de se emitir o laudo. Há locais que eles sabem que haverá cobrança e, portanto, priorizam a escrita e liberação rapidamente.

“Eu faço aquilo que eu acho mais importante, aquilo que eu sei que eles vão cobrar. Por exemplo, homicídio e resistência eu já faço para tirar da frente, dou uma caprichada e já mando embora porque eu já sei que vai vir cobrança, né? Então, os mais simples, sem tanta importância, como morte natural ou coisa assim, aí eu vou deixando para depois. Até porque é mais depressa e aí já consegue me liberar. Se tiver alguma cobrança aí, de juiz, de delegado, de família, eu já faço para liberar.”

(Margarida, perita criminal)

“(…) não deixo os laudos se acumularem. Sempre trabalho com uma margem de até 30 laudos para elaboração como pendência. Se passar disso vira uma bola de neve. Sempre fui muito focada e me cobro muito nos meus laudos. Não quero ser mais uma a executar o trabalho. Não importa se é periferia ou bairro nobre, é gente de qualquer forma, e estou ali para servir o contribuinte. Então, problema pessoal fica no armário, assim que eu tiro meu vestido e coloco minha vestimenta de perita.”

(Roseira, perita criminal)

Durante o período de campo, alguns colaboradores foram para outros setores ou núcleos. Ao assumirem outra atribuição, perceberam a importância de um laudo bem redigido para auxiliar nas etapas seguintes do processo criminal.

“Hoje, se eu fizesse laudo de linha, eu colocaria informações que deixei de colocar, apesar de ter visualizado. Deixei de colocar porque não sabia da importância. Faria totalmente diferente. Quando você vai para a reconstituição, você está muito segura de si, já leu tudo, leu os laudos emitidos por este núcleo (NPCCPessoa) e também os laudos de outros núcleos, já sabe a posição do advogado da defesa e do

promotor porque você já está com todo o processo na mão. Já sabe onde está a falha.

Eu tinha uma meta que poderia ficar atrasada apenas 30 laudos, que era uma meta baixa, né? Hoje em dia, o pessoal tem uma meta de 100 laudos, mas eu não conseguia, pois eu achava que iria perder a mão. E quando o caso está fresco na cabeça você lembra de mais detalhes. Mas as fotos ajudam também.”

(Orquídea, perita criminal)

Alguns peritos e peritas relataram que a dinâmica do plantão não favorece a escrita de um laudo no mesmo dia, exceto nos dias em que não há muitas requisições. Assim, é necessário utilizar os dias de folga para escrever o laudo em casa. Há também aqueles que possuem tantos laudos acumulados que solicitam férias para colocar a escrita em dia. As cobranças podem ocorrer a qualquer momento pelo delegado, pelo promotor ou por um familiar da vítima, e caso não atendam à solicitação, são convocados pela Corregedoria para maiores explicações.

“Sempre me organizei para não ter a carga de ter vários laudos pendentes. Já trabalhei com pessoas que deviam quase 7 mil laudos. Já estava em um estado psiquiátrico difícil de reverter. Dois ou três peritos foram exonerados por acumular laudos. Realmente prejudica se é uma coisa que você não consegue controlar. Eu sei que meu limite não é muito grande, mas tem gente que vive bem, que consegue acumular 200 laudos. Eu vou fazer, e começa a fazer e faz. Mas quando são muitos, e você é cobrado, fica preocupado, mesmo que inconscientemente.”

(Jacinto, perito criminal)

“Já aqui em São Paulo, o que aconteceu? Eu estou em dia aqui. Estou sempre devendo 40 laudos por mês. No intervalo faço esses 40 laudos, entrego e pego mais 40 laudos. É um ciclo de bosta porque você nunca conseguirá zerar.

Eu tento seguir na ordem do atendimento, mas eu sei que flagrante e caso que deu mídia tem que liberar logo. Aqui em São Paulo é muito assim, se deu mídia tem que liberar.”

(Antúrio, perito criminal)

“Minha média era três locais por plantão de 12 horas, e agora está passando para 5 locais em 12 horas, e em 24 horas de plantão seriam 10 laudos, né? Aí vai acumulando, e acabo fazendo em casa.”

(Lírio, perito criminal)

Ser rico ou ser pobre, residir na periferia ou em apartamentos luxuosos, infelizmente é um diferencial identificado na prestação de serviço da Segurança

Pública na Capital de São Paulo, e não seria diferente na operação pericial. Diante dos relatos aqui apresentados, em que há uma cobrança da chefia, da mídia e dos “Aspones”, percebeu-se um clima de apreensão nos participantes do estudo quando há priorizações extraoficiais. Mesmo indo contra valores éticos e morais, eles precisam se manter na instituição. Por almejarem novos voos na corporação, acabam fazendo parte dessa engrenagem. Alguns não se incomodam com essa submissão moral, outros cumprem o determinado, mas deixam claro que é contra a vontade deles. Para se respaldarem, utilizam o Centro de Comunicações de Operações da Polícia Civil (CEPOL) para deixar isso registrado, caso haja uma corregedoria futura.

3.2.2 História das Vítimas e Sua Repercussão para a Equipe Forense

“Aqui a razão tem que sobrepor sobre o sentimental, ou melhor, não pode estabelecer vínculo emocional. Não temos tempo de participar do sepultamento de cada vítima. O fato é que não nos impressionamos com tudo que vemos.”

(Lírio, perito criminal)

Os aspectos racionais no desempenho das atividades periciais predominam sobre os emocionais. Por ser uma atribuição que exige que o perito mantenha um distanciamento do sofrimento que cerca o ato criminoso, seu envolvimento com as partes deve ser nulo. Porém, sabe-se que alguns fatos podem se sobrepor a essa exigência. Isso não implica necessariamente que a possibilidade de o perito se envolver (no sentido de refletir sobre o caso atendido) esteja totalmente excluída. Contudo, tais situações podem aproximar o profissional de uma realidade que lhe traga referências pessoais e familiares.

O trabalho envolve o homem em todas as suas dimensões e isso não seria diferente na construção da subjetividade humana. É um elemento constitutivo da saúde mental e coletiva que dá ao ser humano uma identidade, ao estabelecer rede de contatos e relações inter e intrapessoais, com direitos e obrigações a cumprir com a sociedade (BRIDGES, 1995).

Dependendo das pressões em que o trabalho está inserido, o trabalhador utilizará os recursos psicológicos disponíveis para enfrentar as adversidades vivenciadas na rotina de trabalho. Procuramos compreender o policial civil como um trabalhador que faz parte de uma engrenagem gerida por políticas que nem sempre condizem com seus valores morais e éticos, mas que “precisa” estabelecer conexões para se manter saudável enquanto atua em um serviço que é público e extremamente verticalizado.

O funcionamento do Estado e sua administração não têm respondido de forma efetiva aos impasses vividos no setor público e seus impactos para a sociedade, tais como: a corrupção; a morosidade; o não atingimento efetivo da população com o desenvolvimento de políticas públicas que pouco minimizam as injustiças; a regulação das relações explicitando interesses particulares no lugar de preocupação com o coletivo; o uso do poder que fere o possível direito e, por fim, a apropriação com descaso, abandono ou mau uso dos recursos naturais, ambientais, sociais, culturais, humanos e econômicos (GOMES, 2010, p. 51).

Alguns autores buscaram compreender o policial como trabalhador (AMADOR et al., 2002; SOUZA ER e MINAYO, 2005; MINAYO et al., 2007). Em seus estudos, inferiram que esses profissionais vivenciam sofrimento no exercício de sua profissão. *“O adoecimento dos policiais, em função da atividade que exercem, é decorrente, tanto de seu contato com a violência, quanto das distintas vivências relacionadas ao trabalho.”* (ANCHIETA et al., 2011, p. 199)

Ao refletirmos sobre a perspectiva do processo saúde e doença utilizaremos a psicodinâmica do trabalho como referencial teórico. Essa teoria, desenvolvida na França, nos anos 80, por Christophe Dejours, dedicou-se a analisar as relações da organização de trabalho e dos processos de subjetivação. Tais relações se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento, nas estratégias de enfrentamento estabelecidas e desencadeadas pelo trabalho prescrito e pelo trabalho real, ao pensarmos na ergonomia do trabalho, que se dá de forma coletiva e não individual (DEJOURS, 2004).

À luz da psicodinâmica do trabalho, o sofrimento pode ser enfrentado através de estratégias de mediação, conceitos centrais da teoria, que têm como objetivo evitar a desestruturação e as desordens mentais dos trabalhadores. Quando há transformação das vivências de sofrimento em vivências de prazer é chamada de mobilização subjetiva ou coletiva. Quando essa transformação não acontece e a finalidade das estratégias passa a ser proteger o ego contra

dissonâncias cognitivas e afetos dolorosos, são chamadas de estratégias defensivas. A mobilização subjetiva é, segundo Dejours (2004), uma fonte de vivência de prazer no trabalho, um meio para lidar com o sofrimento (ANCHIETA et al., 2011, p. 200).

A equipe pericial do NPCCPessoa lida diariamente com casos provenientes de uma violência letal resultante de um ato violento contra o ser humano. O sofrimento estará presente nos cenários de crime e se manifestará pela presença dos familiares em processo de luto ou pela história trágica que contextualiza aquele corpo cadavérico. Envolver-se sentimentalmente com as questões postas em um cenário de crime pode gerar sofrimento para os profissionais da equipe pericial. Durante a coleta de dados, alguns participantes relataram a ocorrência de suicídios de servidores da Polícia Técnico-Científica dentro do alojamento do IC ou na própria residência da vítima. Esses interlocutores disseram que os suicidas não pertenciam ao núcleo, mas que se conheciam no ir e vir das atividades ou atuaram em outro núcleo juntos. Alguns atribuíram as motivações a uma relação familiar desequilibrada, término de uma relação amorosa e até mesmo a demandas psiquiátricas sem acompanhamento.

A perita Acácia e a fotógrafa Lilás relataram os episódios de suicídio durante a entrevista. Eu as questionei como foi que lidaram com a perda de colegas de trabalho tão próximos e como foi vê-los naquela situação, por mais “natural” que o suicídio seja para elas e por prestarem esse tipo de atendimento pericial rotineiramente.

“O que acontecia com o colega que saía comigo e veio a se suicidar. Ele começou a ficar muito doente, tomava remédio, entrava na viatura e começava a tremer, aquela coisa toda, né? E aí eu fui descobrir que, na época do Orkut, ele entrava na rede social para procurar saber quem era aquela pessoa, se envolvia demais no caso. Eu o achava doido de fazer aquilo, isso não pode fazer. Eu não quero nem saber sobre a vida do cara, os investigadores estão aí para isso.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

“Os suicidas que eu conhecia mais de perto já tinham uma vida problemática, mas depois se influenciaram pelos casos que atendiam. Foi difícil porque quando tem o envolvimento emocional e conhece a pessoa é uma situação difícil de lidar. Fiz terapia por demanda pessoal, não atribuo ao trabalho. Não faço uso de remédio regular.”

(Acácia, perita criminal)

Nas 28 entrevistas realizadas com a equipe do NPCCPessoa, perguntei sobre a solicitação de licença médica. Algumas mulheres se afastaram por licença-maternidade, e apenas uma solicitou afastamento médico para tratar uma doença aguda que necessitava de internação prolongada. Os demais relataram ter ido trabalhar com febre, com sono extremo, com processo inflamatório e infeccioso instalados, em tratamento quimioterápico e até mesmo utilizando psicotrópicos para controlar a ansiedade.

“Já tive momentos que precisei me afastar, mas não fiz porque você perde benefícios, como a licença-prêmio. E se tivesse que informar que estava passando por um quadro depressivo, poderiam até tirar a minha arma e me realocarem em um setor que não me identificava. Então permaneci, daquele jeito, mas ia para o plantão.”

(Roxo, fotógrafo técnico-pericial)

“Nunca tive coragem de pedir licença médica. Já fui trabalhar com febre, tipo 40 graus, uns três ou quatro plantões assim. Pedir afastamento gera um castigo para o outro colega que terá que cobrir, e não significa que você estará afastado, mas terá que repor o dia. Então trabalho doente. Vou ter que foder o outro ou me foder lá na frente para encaixar a escala na minha logística. Eu que gosto de escalas espaçadas teria que pagar lá na frente unindo os plantões. Me entupia de remédio (antitérmico e analgésico) e ia trabalhar tipo zumbi.”

(Lisianto, perito criminal)

Observou-se, a partir dos relatos dos participantes, que o presenteísmo é uma experiência comum entre eles e conhecido pelos chefes e encarregados do núcleo e do plantão. Optamos por não descrever alguns relatos que permeiam o quadro de saúde instável e o uso de medicamentos de tarja preta. Alguns relatos são graves e preocupantes, pois o trabalhador permanecia na escala de trabalho utilizando um medicamento que poderia retardar sua ação de defesa ou investigativa. O não uso do medicamento, por sua vez, poderia desencadear um surto na rua caso o servidor vivenciasse algum episódio desencadeante.

“Entrei em depressão, sentava na frente do computador, média de 6 horas, que era o período que minha esposa trabalhava. Não produzia nada e cheio de laudos para emitir. Sentava na frente da televisão, eu nem pegava o controle. A televisão estava desligada e eu sentado ali.”

(Antúrio, perito criminal)

“Sim, perdi minha família, né! Isso já é uma mudança drástica, e quando precisei do instituto, fui punido, perdendo meu porte de arma e saindo da linha. Sou considerado por muitos como louco ou dramático, fumo mais que fumava quando estava na linha. Minha vida social já não existe mais. Sempre fui mais reservado, e agora só piorou.

Aqui oferecem apoio psicológico, mas são funcionários que fizeram psicologia e foram desviados de função para atuarem no apoio psicológico, não acredito nesta proposta, não vou.”

(Roxo, fotógrafo técnico-pericial)

Segundo MENDES (2007), a ressignificação do sofrimento é possível desde que haja engajamento do trabalhador ao executar suas atividades de forma a promover sua subjetividade, utilizando-se de sua inteligência prática e coletiva para “transformar” as fontes causadoras de sofrimento. O distanciamento pode ser uma das estratégias de mediação a ser utilizada pela equipe pericial para desempenhar seu papel, trazendo um equilíbrio entre o prazer e o sofrimento do policial no exercício de sua profissão. Esse distanciamento, no que diz respeito ao envolvimento com a história do corpo ou da vítima, tornou-se uma observação presente em campo, materializada em ações reais e factíveis. Estava presente na maneira como se comportavam com os familiares que ali estavam velando o corpo, como se direcionavam para obter o relato dos envolvidos e, principalmente, como manipularam o corpo. Seus olhares eram despidos de pudor ou exacerbação de sentimentos; aparentemente, eram puramente técnicos e objetivos. Essa objetividade no trato diferia quando algum familiar estava presente, pois, na maioria dos locais, solicitava-se que o familiar da vítima se distanciasse para a execução da perícia.

Em um dos locais de suicídio que acompanhei com a perita Margarida, o pai não queria sair do lado do filho. Durante a entrevista, eu a questionei sobre esse episódio, sobre o porquê de ela ter aceito realizar a perícia ao lado do pai, e como foi tomar essa decisão.

“Lembro sim que o pai não queria sair do lado do filho. E uma pessoa dessa pode fazer qualquer coisa, está totalmente instável, você não sabe o que ela vai fazer. Então você tem que ir com bastante cuidado. E é horrível para família porque aquilo que a gente fez lá, ele vai lembrar para o resto da vida. Cada palavra que você disser, ele vai lembrar. A gente vira as costas e acabou, mas ele vai lembrar. Hoje não me lembro com detalhes do que eu disse ou o que eu fiz, mas ele lembra, você tem que tomar um cuidado a mais. Eu prefiro tirar, mas naquele caso não dava.”

(Margarida, perita criminal)

Diante dos contextos vivenciados na linha (local de crime), inferimos que o corpo cadavérico é o objeto de trabalho. De fato é, e precisa ser assim, pois a materialização de um crime ocorre pela apuração de vestígios que trarão subsídios para compor o inquérito criminal e, possivelmente, promover justiça por meio do que foi levantado no local.

“Sim, com certeza criamos e nem percebemos (estratégias de defesa), mas é fato que somos mais frios do que quando entramos, nos envolvemos menos nas tragédias familiares, encaramos como um local de trabalho. O corpo é nosso objeto de trabalho, ele deve ser revirado em busca de peças periciais e pronto. Não dá para ficar ouvindo o choro dos familiares e tentar apaziguar a dor, pois isso nunca conseguiremos. O que cabe a mim é achar o agressor e ofertar justiça aos familiares.”

(Roseira, perita criminal)

Apesar disso, há perícias pontuais que já sensibilizaram alguns profissionais porque os remeteram a situações próximas de sua realidade de vida. Um exemplo é a maternidade/paternidade. Após tornarem-se pais, esses profissionais adquirem um olhar diferente, sentem-se mais vulneráveis em atender locais de infanticídio e comungam de um sentimento de revolta e necessidade de promover justiça à criança desfalecida.

“Só teve um local mesmo que me abalou. As circunstâncias eram duas crianças e um vizinho que as esquartejou. Eles tinham a mesma idade do meu filho na época, e eu só queria sair rápido. Todos estavam estarrecidos, e eu só queria terminar e ir para casa para abraçar meu filho.

Já fiz muitos casos de repercussão, casos parecidos. Realmente só esse me abalou por estar vivendo a paternidade, e aqui vemos de tudo, mas criança ainda é algo que sensibiliza muito, pode ter o tempo que for.

Já havia feito bebê, a mãe chorando, mas era uma causa natural. Quando há violência é que realmente abala. Depois que estive com meu filho, o abracei, não disse nada em casa. Depois fui processando porque é meu trabalho.”

(Açafrão, perito criminal)

“O último local que me incomodou, eu estava com a Lilás (fotografia técnica-pericial), e ela também ficou bem incomodada. Foi um local de maus-tratos, uma casa bem abandonada, e uma das crianças morreu — criança de 7 anos. Dava para ver que a criança estava subnutrida. Pelo que os vizinhos falaram do comportamento da criança, me

parecia que tinha algum problema mental, um atraso alguma coisa assim. E a mãe ficava irritada e batia na criança. Dava para ver que ela tinha várias marcas, né?! Bem chocante. A criança não se defende, né?”

(Margarida, perita criminal)

Conhecer uma realidade urbana que está distante da realidade vivida pelos servidores, inicialmente lhes traz uma relação de espanto. Mesmo sabendo da existência dessa realidade, estar lá, entre essa população marginalizada, visualizando a forma como vivem, onde dormem, como sobrevivem a tantas restrições, faz os peritos e fotógrafos refletirem sobre o sentido e o limite do ser humano. Aquela ação violenta geradora do óbito, do corpo, torna-se um ato banal diante das subcondições em que essa população sobrevive. Tal realidade envolve questões sociais e políticas que são negligenciadas. A inequidade da realidade da periferia já é mórbida o bastante e vai além do corpo sem vida.

“O corpo era mais objeto de estudo. Na verdade, o que me fazia sentir mais era os parentes ou aquela situação que a pessoa vivia. Era mais o contexto do que o próprio corpo.”

(Acácia, perita criminal)

“Nossa, como a pessoa vivia nessa condição? Não tinha comida, morreu de inanição. E não era o velhinho, não era criança. Era um adulto que não conseguia trabalhar para se sustentar e dependia de ajuda dos vizinhos. Mas os vizinhos estavam também comprometidos em alimentar os seus. Como pode existir tanta desigualdade?”

(Hortênsia, perita criminal)

“Nos primeiros locais que eu atendi, um idoso morreu de inanição, e ele tinha uns 30 cachorros. Os cachorros estavam todos alimentados, e o idoso morreu de inanição. Porque aquilo, foi, assim, talvez meu primeiro ou segundo caso de corpo, e eu cheguei em casa e chorei, chorei, chorei. Pensei assim: “Gente, se eu for chorar assim eu não vou trabalhar, então eu tenho que me controlar, mas mesmo assim mexia comigo.”

(Orquídea, perita criminal)

Há aqueles que se sentem privilegiados por conhecer essa realidade crua e por poder circular em uma cidade que concentra riqueza e pobreza em uma mesma área

geográfica. Atribuem a possibilidade de vivenciar esses contrastes ao seu trabalho. Saem dessa “imersão” mais fortalecidos e gratos.

“Então... Eu gosto da rua, prefiro a linha. Gosto de conhecer São Paulo, conhecer como as pessoas vivem, mesmo a parte negativa de ver como elas vivem mal, de não ser alienada, de ter uma concepção de uma cidade mais próxima do real, que por causa da minha zona de conforto, do meu privilégio, não teria esse contato. Eu não frequentava esses ambientes.

Então eu me sinto bem em saber que a cidade onde moro é uma parcela bem pequena que existe, sabe? Eu me sinto mais rica tendo essa experiência.”

(Hortênsia, perita criminal)

“Um pensamento mais para o mundo real. Na faculdade você vive num mundo onde tudo funciona; é uma coisa linda! O mundo real é bem bruto, assustador, e quando você o descobre como o mundo funciona, isso é meio desesperador. Mas ao mesmo tempo engrandecedor, pois vejo como sou privilegiado e quero privilegiar os que não são, a partir do meu trabalho.”

(Jacinto, perito criminal)

É na periferia onde ocorre a maior parte dos crimes violentos, crimes de execução de uma camada populacional desprovida de acesso à segurança pública, conforme apresentado nos capítulos anteriores. Essa vitimização se deve em grande parte ao fracasso do Estado em criar políticas públicas que viabilizem o acesso pleno aos direitos civis. Sabe-se que existe uma relação estreita entre grupos populacionais vulneráveis e segurança pública. A população não se vê representada pelos policiais, ela não estabelece uma relação de segurança com os agentes do Estado.

CARDIA et al. (2003) investigaram a percepção dos policiais sobre o relacionamento entre a polícia e a população. O grupo focal foi formado por policiais militares do município de São Paulo. Os autores identificaram que a falta de credibilidade da população com a polícia é claramente percebida pelos policiais. Esses resultados foram avaliados a partir de duas posições. A primeira responsabiliza a população pela relação distanciada, por não colaborar com a polícia e por desconhecer as condições reais de trabalho dos policiais. A segunda posição envolve o reconhecimento por parte dos policiais sobre os obstáculos que são postos para que haja uma maior fluidez na interação entre a população da periferia e a polícia.

A equipe pericial que participou do nosso estudo acredita que possui uma relação distinta (daquela da polícia) com a população que atende. Há uma relação

mais direta entre a Polícia Científica e a sociedade. A sociedade não os associa à polícia Civil e Militar, mas sim à polícia técnica que irá atestar o óbito, liberar o corpo para sepultamento e oferecer justiça aos familiares por meio dos laudos. Então, há uma relação mais próxima e respeitosa por parte da população com os peritos. Essa credibilidade é honrada por alguns peritos/fotógrafos que se sentem responsáveis por proporcionar dignidade aos familiares.

“Às vezes, você chega no local e a família já foi maltratada pela Polícia Militar. Ficou horas na delegacia, já foi maltratada. Você é a única pessoa que vai dar o atendimento. Às vezes, tem um monte de gente querendo falar que não me interessa nada daquilo para o local que já está feito. Às vezes, a pessoa quer falar porque é o único momento que ela tem para ser ouvida em relação àquilo. Então eu acabo deixando falar para desabafar, mesmo não contribuindo para meu laudo.”

(Margarida, perita criminal)

“Eu não consigo chegar a um local ou em uma reconstituição e ver só aquilo que está ali. Você também precisa ter uma atitude para aquelas pessoas que estão ali — conversar, acalmar as pessoas, porque eles já estão passando por uma situação terrível que é perder um familiar de forma violenta e que, às vezes, não tem explicação. As pessoas ficam perdidas.”

(Acácia, perita criminal)

“Eu sempre tentei não negligenciar a família, então se eu via que eles estavam necessitando de uma palavra, primeiro eu conversava com eles. Eu acho que ser perito criminal é ser um pouco de assistente social também.”

(Orquídea, perita criminal)

Essa sensibilidade é uma característica individual; ela não foi percebida como ações coletivas da equipe ou adquirida por meio de treinamento concedido pela ACADEPOL a fim de desenvolver uma postura mais solidária do servidor. Há extremos no trato com a família. Alguns servidores periciais querem realizar o atendimento sem qualquer envolvimento, não valorizando o relato e nem a dor dos envolvidos.

“Então fui atender um corpo que o pai se matou e a criança se jogou em cima do corpo e chorava: ‘Meu pai, meu pai, meu pai...’ E eu virei e falei: ‘Alguém tira essa criança daqui que está atrapalhando o meu’

exame.’ E aí o fotógrafo, que não era a pessoa mais sensível do mundo, falou: ‘Orquídea, deu! Acho que você passou do limite!’ Daí eu comecei a perceber que eu estava fora da casinha. Chegou em um momento em que eu já estava muito endurecida, eu já estava passando do limite da humanidade, eu realmente cheguei num ponto que ficou desumano, e aí foi quando mudou a estrutura familiar e eu mudei também. (risos)”

(Orquídea, perita criminal)

Outros servidores agem de forma oposta; sentem-se responsáveis por representar o Estado naquela situação miserável de descaso. Essa postura empática foi adquirida pela vivência diária somada às características individuais que se solidificaram e foram inseridas no trabalho real, uma vez que no trabalho prescrito não há protocolos para isso.

“Porque assim... Quando você não sabe como agir com aquela pessoa naquele momento, você meio que tenta se colocar no lugar, né?! Se eu sou o filho da vítima, como eu faço para chegar naquela pessoa. Mas foi só isso. O dia a dia me ensinou.”

(Margarida, perita criminal)

Essa empatia está diretamente relacionada à identificação com alguma característica do local de atendimento que remete o servidor pericial a algum aspecto de sua vida pessoal. Após vivenciar a rotina de trabalho de forma a visualizar os relatos e a prática da equipe pericial na rua, a hipótese inicial que instigou a construção desse projeto foi sintetizada pelo ditado popular: “Nada teme, quem não teme a morte”. Ao longo do estudo, percebeu-se que há sim um temor por parte dos servidores periciais, mas não o medo da morte, e sim da forma como morreriam. A repercussão no pensamento dos profissionais ocorre quando a possibilidade de morte ou de perda familiar é percebida, quando eles se identificam com o cenário periciado, gerando uma representatividade em suas vidas e tornando necessária uma dissociação para não lhes causar sofrimento e angústia.

Após o plantão do esquiteamento de uma mãe pelo filho em surto psiquiátrico que acompanhei, demorei uma semana para criar coragem e retornar ao campo de coleta de dados, ao NPCCPessoa. Assim que retornei, as pessoas me questionaram o motivo da ausência, e isso me possibilitou externar o sentimento que havia experimentado e criar uma ponte para que o assunto fosse contemplado por eles também.

Alguns se mostraram indiferentes, dizendo que aquilo era muito pouco para me abalar, já que era enfermeira e atuava com sangue; outros já queriam saber mais sobre o que havia me impressionado; e alguns se mostraram sensibilizados, afirmando que, de fato, aquela cena foi muito forte.

(...)

Saímos para atender um local de suicídio de um adulto jovem na periferia. Entramos na viatura, Verde (fotógrafo), Hortênsia (perita) e eu. Ambos já atuam há algum tempo juntos, porém com tempo de casa bem distintos. Ele (Verde) quase se aposentando, e ela (Hortênsia) em fase inicial naquele núcleo.

(...)

Ao chegarmos na periferia da zona sul de São Paulo, entramos na rua principal que daria acesso à viela onde estaria o corpo em via pública. As pessoas já começaram a gritar e a apontar o local que estava próximo. Assim que fez a conversão na viela, já era possível ver o corpo pendurado em uma árvore, em frente a uma casa abandonada, e muitas pessoas ao redor observando, desde crianças a idosos.

(...)

Descemos da viatura, e a equipe pericial se dirigiu aos policiais militares que estavam realizando a preservação do local onde estava o corpo. A família do rapaz estava ao lado da escolta militar. A mãe chorava muito, estava inconformada e revoltada. Já o pai estava totalmente sem ação, parecia não acreditar no que estava vendo e dizia várias vezes: *“Meu filho sem vida pendurado por uma corda a duas quadras da minha casa.”*

(...)

Hortênsia perguntou aos pais se havia ocorrido algo recente que poderia ter induzido o suicídio ou se havia cartas. E o pai rapidamente disse que ele era o culpado, que poderiam prendê-lo, que nada no mundo iria aliviar o que ele estava sentindo. Disse que na noite anterior o filho comunicou sobre sua homossexualidade, e ele o expulsou de casa aos gritos dizendo que preferia um filho bandido ou morto do que um “viado”. Terminou dizendo que o filho foi mais homem do que ele para fazer aquilo, que ele sim era um frouxo. A esposa, o culpava o tempo todo.

(...)

Finalizando a perícia, entramos na viatura. Hortênsia solicitou o carro para remover o corpo. Verde disse que, por mais normal que aquela cena era para ele, nunca tinha sentido aquela vontade de abraçar o pai e dizer que ele não era culpado, que apenas não soube lidar com a situação e não teve tempo de refletir na ideia de ter um filho homossexual.

Hortênsia demonstrou espanto ao ouvir esse relato e perguntou a ele o porquê de estar dizendo aquelas coisas. Verde respirou profundamente, disse que havia passado por aquela situação na família e que para ele também foi difícil conceber a ideia da homossexualidade.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

3.2.3 A Viatura como um Divã: Momento de Escuta e Fala

O trânsito de São Paulo é conhecido pelo grande número de carros em circulação gerando deslocamentos dispendiosos, principalmente quando é necessário atravessar a cidade em horários de pico, permanecendo um tempo restrito dentro do carro. Além do estresse diário em enfrentar tal situação, o condutor precisa estar atento para evitar acidentes de trânsito.

As viaturas vinculadas aos órgãos de Segurança Pública (estabelecidos nos incisos do artigo 144 da Constituição Federal como Polícia Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Polícias Militares, em sentido amplo) são veículos operacionais destinados à proteção das cidades. Assim sendo, circulam com *giroflex* ligado e sirene aberta para transitar mais rápido em meio ao engarrafamento a fim de prestar atendimento. Algumas regras de trânsito são quebradas, principalmente quando o atendimento é urgente.

O NPCCPessoa possuiu viaturas (Figura 19) pertencentes à Polícia Técnico-Científica com a identificação do núcleo. Todos os dias, duas viaturas são utilizadas pela equipe de plantão. Uma equipe é responsável pelos atendimentos na ZL, ZN e parte do Centro e outra equipe pela ZO, ZS e o restante do Centro. A base de ambas as equipes está sediada no Butantã (ZO). Isso significa que o início e o final do plantão ocorrem na zona oeste. Não importa onde estejam, às 7h ou às 19h terão que retornar com a viatura para o Butantã, mesmo que o tempo de deslocamento ultrapasse a jornada de trabalho. A exceção acontece se já tiverem iniciado a perícia no local. Nesse caso, permanecerão no local até o fim da perícia. As demais requisições periciais serão assumidas pela próxima equipe, que só sairá da base quando a viatura retornar.

“Dava local na 25ª DP (Delegacia de Polícia) que é o extremo da cidade e quando voltava para cá (Butantã), dava de novo outro no 25ª DP. Eram quase 70 km de distância da base. Então, se você for a um local lá, já dará quase 150 km para atender apenas um local. E às vezes acontece de dar 3 vezes a 25ª DP no plantão, ter que ir e voltar. Com corpo em via pública, tem que liberar, não dá para esperar acumular requisições naquela área.”

(Azul, fotógrafo técnico-pericial)

Figura 19 – Viatura pertencente à Polícia Técnico-Científica de São Paulo.

Fonte: <http://fotosdeviaturas.blogspot.com/2016/08/guardas-br.html>

Como a equipe da linha atua nos atendimentos de locais de crime, a dupla (perito e fotógrafo) permanece a maior parte do tempo do plantão dentro da viatura. Até alguns anos atrás, havia um terceiro integrante — o Agente Policial — que era responsável por dirigir a viatura. Porém, esse cargo foi extinto e o funcionário alocado em outra função. Atualmente, quem dirige a viatura é o fotógrafo. Em alguns casos, o perito se prontifica a dirigir, seja por preferência ou apenas para dividir a direção em dias exaustivos para ambos. A fotógrafa Lilás, que trabalhou com e sem agente policial, diz confiar mais em sua dirigibilidade.

“Eu já peguei Agente Policial dormindo pelo espelho, e o perito dormindo do lado. Eu prefiro dirigir.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

A jornada de trabalho é de 12 horas, tanto no plantão diurno como no noturno. Alguns trabalham 24 horas, podendo chegar até 48 horas — conforme alguns servidores relataram. Os servidores que ultrapassam 24 horas de trabalho mencionam cansaço físico e mental, o que é esperado, visto que o trabalho pericial e o estado de alerta na direção de uma viatura exigem muito do profissional (principalmente ao se deslocar por áreas perigosas e com risco de crimes).

“A direção (do veículo) sempre pesa porque só você tem que levar (a viatura). Incubem-nos de uma coisa que nós não temos incumbência. Então, de forma geral, isso é um desgaste, acaba desgastando. Teve plantão que devo já ter circulado entre 200 e 250 km. Tem plantões que já deram 350 km rodados dentro de São Paulo. E há essa incumbência que você não tem obrigação, então às vezes pesa um pouco. E o outro fato, nós temos aí o uso do telefone (celular). Entrando em área perigosa e o teu colega está com a cara no telefone,

nem se importa em ajudar a achar o endereço ou observar a movimentação das pessoas. Questão de segurança para ambos, né?!”
(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

Ao final de um plantão prolongado, muitos servidores relatam cefaleia, dor na região cervical e lombar, ardência nos olhos e cansaço mental. A perita Açucena, que não atua mais na linha, relata que na época que executava plantões seguidos não conseguia praticar atividades físicas regulares, o que prejudicava ainda mais o desconforto que sentia na coluna.

“Sentia muita dor nas costas, principalmente quando ficava muito tempo na viatura. Uma vez eu até ‘travei’ a coluna. Hoje faço Pilates, e o estresse aqui é bem diferente.”

(Açucena, perita criminal)

As escalas são definidas previamente. Todos os integrantes da escala têm a opção de escolher o dia e horário do plantão, exceto quando há conflito de escolha. Nesse caso, tentam definir de forma democrática. No entanto, nem sempre todos se sentem justificados. Como a equipe possui integrantes antigos e servidores recém-incorporados, dá-se preferência para a escolha dos veteranos em detrimento da necessidade dos novatos. O fotógrafo Amarelo, atuando há quase 15 meses no local, conta que já vivenciou a imposição de dias de escala.

“(...) disseram que era minha única opção de escala, que iria ter que cobrir de qualquer forma os dias pendentes. Pra mim soou como um boicote, como se tivesse que ser obrigado a me sujeitar a essa imposição somente pelo fato de ser novo no serviço.”

(Amarelo, fotógrafo técnico-pericial)

“Não tenho problema com nenhum fotógrafo e acaba que isso me prejudica um pouco, pois acabo pegando os que ninguém quer trabalhar na escala. Acaba que sobra o Marrom e o Azul, mas os dois têm pontos positivos, e eu nem ligo. Tem muitos fotógrafos com quem queria trabalhar, mas acaba que é bem difícil porque já fecharam a escala.”

(Antúrio, perito criminal)

Percebe-se que alguns colaboradores preferem manter duplas no plantão, o que definimos como afinidade. A fotógrafa Rosa conta que todos adoram fazer plantão com ela, pois o dia passa mais rápido por ela ser considerada uma pessoa alegre,

com um astral bom. E há também o oposto, pessoas que se negam a fazer plantão com algum colega. O perito Açafrão explicitou que:

“todos aqui sabem que nunca irei pra rua com um fotógrafo específico. Não faço plantão com ele em hipótese nenhuma. Se não tiver jeito entro calado e saio calado da viatura, e o dia será péssimo para ambos.”

(Açafrão, perito criminal)

Contudo, percebeu-se que o tempo de convivência da dupla (fotógrafo e perito) é intenso e permanente ao longo de um plantão. Deslocam-se e executam as atividades de perícia juntos, compartilham das dificuldades de acesso geográfico e são expostos aos mesmos agentes perigosos e insalubres. Nesse cenário, a viatura acaba sendo um espaço de diálogo, mas nem sempre o assunto principal é o local de atendimento. Tentam conversar sobre fatos corriqueiros, política, assuntos pessoais e amorosos, insatisfação com as condições de trabalho, entre outros.

“Quando tem uma coisa interessante a gente até comenta, quando é fora do habitual. Tipo... enforcamento é comum, a gente sempre vê, mas tipo ele subiu tantos metros para se enforcar, acaba que comentamos alguma coisa.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

A dupla estabelece uma relação de confiabilidade cujo objetivo é suavizar o estresse natural do plantão. A afinidade é justificada pelo fato de a viatura ser também um espaço de extravasamento, seja para manter um diálogo com troca de confidências ou por não precisar medir palavras em externar o que de fato sente, não lapidando o jeito de exercer seu trabalho. A fotógrafa Rosa confirma essa suposição:

“Ah, a viatura é um divã, já está ali e se comenta, ou aqui dentro, de tudo. Em casa, meus filhos não gostavam de escutar, então sobra para o colega do trabalho. Damos boas risadas no carro.”

(Rosa, fotógrafa técnica-pericial)

Essa relação de confiança também vale para resolver desentendimentos e para tomada de decisões. Por isso a afinidade é um critério usado na escolha do par dos dias de plantão, ou seja, com quem irá dividir um plantão de 12 horas.

“Eu acredito que para a equipe que está na rua, o que acontece na rua é na viatura que se resolve. Então, se tem uma situação que não dá para fazer, eu falo para a pessoa, e se ela decidir que não, tem que fazer, eu respeito o direito dela, paciência.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

A viatura é um espaço onde o humano ultrapassa o limite profissional, onde a emoção e a adrenalina das situações vividas são compartilhadas, seja através da risada ou do desabafo.

Nunca havia entrado numa viatura antes. Muita adrenalina em estar ali, utilizando um colete à prova de balas, deslocando-me pela cidade de São Paulo em áreas onde nunca havia estado. Não por ser periferia, mas por não ter conhecido essa versão de São Paulo. Ver de perto moradias em locais insalubres, crianças brincando em vielas com esgoto a céu aberto, uma realidade vista em telejornais, mas nunca de tão perto assim. E à noite, a sensação de insegurança era maior ainda.

(...)

Nos primeiros plantões percebia que a equipe queria testar meus limites, aceleravam a viatura, faziam manobras rápidas de conversão para me intimidar e perguntavam se estava tudo bem. Quando se deram conta de que eu não iria desistir, começaram a relaxar com minha presença e não se sentiam mais invadidos. Alguns faziam questão de ouvir minha opinião sobre algumas questões sociais, como bolsa família, diminuição da maioridade penal, entre outras. Nisso, a relação com alguns servidores começou a se estreitar.

(...)

Testemunhei conversas íntimas de alguns peritos com fotógrafos. Eram momentos de desabafo, seja por não terem um espaço de diálogo em casa ou por julgarem que quem vive a mesma situação poderia compreender melhor a situação experimentada. Era notório que a afinidade entre a dupla era fundamental para levar o dia mais leve.

Alguns gostavam de falar sobre os casos atendidos dentro da viatura, para emitir um parecer sobre o que viu e ouvir a percepção do outro; mas na maioria das vezes, era para contar uma situação inusitada, seja com o corpo da vítima, com o familiar ou com o policial. E, realmente, fatos engraçados acontecem; presenciei alguns.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Tais confidências são retratadas como uma válvula de escape. Compartilhar e viver a mesma realidade aproxima os pares. Por ser um núcleo considerado pequeno, a tendência é que as pessoas tenham uma relação mais estreita, que estabeleçam relações extralaborais. O fato de serem policiais — e como já foi dito, nem todos se

consideram policiais, mesmo que a legislação afirme isso — os levam a discutir sobre a responsabilidade de serem representantes do Estado para a sociedade.

O perito Lisianto possui formação acadêmica voltada para pesquisa científica. Entrou no IC com o desejo de desenvolver pesquisas científicas para aprimorar o serviço, porém, sentiu-se desmotivado ao perceber que não há esse interesse institucional. Sente-se pressionado em ser apto a atuar como um policial.

“Já falei várias vezes na viatura com o colega, eu não sei se teria coragem de apertar o gatilho para matar alguém, sabe? Não sei se teria essa coragem. Mas quando vejo um policial que matou alguém, não por execução, mas em legítima defesa, durante confronto, ‘pô’ eu dou os parabéns para o cara, sabe?! O responsável é o Estado, vamos matar o Estado?”

(Lisianto, perito criminal)

Estar na rua é estar realizando perícia de corpos sem vida, com possíveis sinais de violência. É ter certeza que poderá ver fatos marcantes. Apesar disso, tal relação não implica que o clima para trabalhar seja de velório; pelo contrário, há servidores que encaram o plantão como uma diversão, dizem ser uma *“cachaça para a alma”*.

“Era diversão, muitas vezes sim. Na minha época a gente chegava e dizia as peripécias, e acabava comentando os fatos sem atrelá-los tanto à violência que causou aquele óbito.”

(Acácia, perita criminal)

Percebe-se, portanto, que mesmo sendo vista como alvo para criminosos, a viatura é um espaço onde o servidor fica à vontade para exercer sua função, tendo sua subjetividade resguardada. Quando está na rua, sente-se valorizado pela sociedade. Mesmo quando há insatisfação pelo atendimento, tenta não atribuir ao serviço pericial por entender que esse envolve várias etapas até chegar a eles. Essa sensação de pertencimento à rua, de atuar em locais de crimes, evidentemente faz parte da identificação com o serviço. Para minimizar o *distress* decorrente da atuação criam um ambiente amistoso e divertido ao se deslocarem por São Paulo, sendo a viatura, portanto, um divã terapêutico após as barbáries vivenciadas.

3.3 VIOLÊNCIA “NATURALIZADA”

3.3.1 A Construção da Invisibilidade do Corpo: Sublimação e Estratégias Defensivas

Após o último dia de campo, refletindo sobre o corpo sem vida visto em uma cena de crime, em uma execução de um atendimento pericial, ficou evidente para mim que um corpo é um corpo em qualquer lugar, seja no hospital, seja em uma via pública. Mas a história que o corpo carrega e o entorno dele, isso sim, me trouxe reflexões para olhar o mundo de forma diferente.

Por ser enfermeira, a morte, para mim, significava uma perda em todo o processo de saúde e doença. O processo de morrer e a morte ceifam aos poucos a esperança da família e de todos que se envolvem no processo do cuidado. Aprendi a lidar com o insucesso. Não era possível absorver todas as histórias de vida e ainda seguir cuidando do infortunado sem me envolver. Ao perceber que estava ficando “dura” no trato com o usuário, optei por me afastar do cuidado e enfermagem por um tempo.

Ao iniciar o campo desta pesquisa, uma das hipóteses que tinha era que todos que lidavam na perícia de corpos de vítimas de morte violenta eram pessoas resilientes. Resiliência por conseguirem superar as adversidades e se recuperarem, beneficiando-se de seus atributos pessoal e coletivo. Essa hipótese foi descartada ao perceber que aqueles que julguei serem “super-heróis” ou “mulheres maravilhas” não resistem a tanta miséria em todos os sentidos e, às vezes, se vestem de anti-heróis.

Estratégias diversas são criadas pela equipe pericial para suportarem a realidade laboral e suas nuances. Algumas ações são mais efetivas; outras provisórias.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

O corpo sem vida; o corpo cadavérico; o corpo em putrefação (“podrão”); o corpo marcado por atos violentos; o corpo esquartejado; o corpo corroído por uma doença ou privação de algo; o corpo suspenso por uma corda; o corpo lançado de um edifício; o corpo que “envelheceu”; o corpo de uma criança; o corpo de um jovem; o corpo de um adulto; o corpo de um homem ou de uma mulher; o corpo da vítima de violência sexual; o corpo espancado; o corpo executado.

Para alguns servidores periciais, a densidade de perversidades explicitadas acima, somada à certeza de que a morte ocorre de maneiras inusitadas e até mesmo cômicas, instiga sua “expertise” para um olhar puramente técnico, não deixando pulsar e aflorar estímulos libidinosos. Esses servidores estabelecem um controle sobre possíveis emoções que poderão prejudicar o trabalho e até mesmo sua saúde mental.

“Aquilo ali não é meu mundo, não faz parte da minha vida. É assim que tenho que pensar, não posso me envolver. Aquela realidade não é minha, é só meu trabalho.”

(Gerânio, perito criminal)

“Me desculpe, mas não preciso sentar e chorar com a família para executar meu trabalho. Se fizer isso, não atendo a metade das ocorrências.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

São corpos que possuem uma “história” que poderá ser narrada pela equipe pericial a partir das observações feitas na cena do crime ou de morte natural. O corpo é o objeto de trabalho inserido na cena da morte. Esse local poderá conter mais vestígios apontando a dinâmica da morte. As “histórias” que envolvem o corpo sem vida se repetem, se renovam e, às vezes, os surpreendem. Elas poderão ser relatadas por meio do laudo e das fotos periciais. Vivenciar essa dramaticidade que é a morte violenta, em suas múltiplas causas, sabendo que a morte ainda é um tabu para a sociedade, engloba reflexões distintas e nem sempre com possibilidade de compartilhá-las com outros, a não ser com os colegas de trabalho que vivem a mesma realidade.

“Assim, só comentamos sobre o corpo na viatura quando ele está numa posição engraçada — e, por incrível que pareça, isso ocorre muito; ou quando vemos algo diferente, novo, inusitado. Não são comentários comuns entre nós. Falamos mais sobre o local como um todo, as impressões sobre como se deu o crime, a morte.”

(Roseira, perita criminal)

“Lá em casa, falei só uma vez sobre um local que fiz, minha esposa ficou curiosa e quis ver as fotos. Ah... depois disso nunca mais quis saber, exceto os que vão para a mídia. Pergunta só, mas bem pouco. Virou assunto proibido na hora do jantar. (risos)”

(Cacto, perito criminal)

“Converso com os colegas daqui. Mais pela parte técnica, para pedir opinião sobre o ângulo da foto, luminosidade, ou sobre querer compartilhar uma curiosidade que aconteceu.

E realmente, pensando agora, muitas das vezes só de falar sobre o caso já dá uma aliviada, quando é um caso que marca, sabe? Mas nem me lembro do corpo, de como estava, nunca sonhei. É mais a história de como foi, as motivações e os que ficaram para trás, sabe?”

(Azul Marinho, fotógrafo técnico pericial)

Algumas religiões geram reflexões sobre o processo de morrer e sobre a morte que suavizam a percepção sobre a morte de algumas vítimas periciadas. Essa suavidade relaciona-se ao fato de compreenderem, por meio da crença religiosa, que as mazelas fazem parte da história daquele indivíduo, que era necessário viver aquela tragédia.

“Eu acho que me ajudou sim (a religião). Lido com a violência com uma certa resignificação, que aquela pessoa precisaria passar por aquilo ali, por mais absurdo que seja. Penso que aquele espírito plantou aquilo, mesmo que seja em outra vida, sabe?

Não que uma criança mereceria ser estuprada. A pessoa que estuprou está errada em todos os níveis. Mas de alguma forma aquele espírito carrega aquilo, e vai além de mim. Tenho essa hombridade de lidar dessa forma.

Com criança foge da racionalidade, em relação a outros, não me apego muito.

Em relação à violência sempre é ruim, né? Em saber que a pessoa sofreu muito até ser morta. Igual uma mulher que é espancada até ser morta pelo parceiro. Fico pensando que tipo de pessoa faz aquilo? Como se relaciona com as parceiras, sabe? Como as pessoas são doentes. O sentimento de posse, né? Mulher é patrimônio.”

(Hortênsia, perita criminal)

O questionamento da religião também pode ocorrer na busca por dar sentido ao que vivenciam. Isso pode levar tanto a uma busca por outras doutrinas/crenças que estabeleçam um alívio para as tensões que a atividade pericial pode desencadear ou mesmo à descrença de que exista um plano espiritual que orchestre o destino das pessoas.

“Fui criado no catolicismo, mas nunca fui praticante. Ia por causa dos meus pais. Hoje não creio em nada, nenhuma religião tem muito sentido para mim. Todas as vezes que buscava sentido ao que via, tinha mais certeza que era impossível achar uma justificativa por meio da religião.”

(Marrom, fotógrafo técnico-pericial)

Durante as entrevistas individuais realizadas com a equipe pericial do NPCCPessoa, uma das questões abordadas foi relacionada à motivação para prestar o concurso público para perícia. Conforme a categoria “O significado de ser policial forense” revelou, as motivações incluíram: salário, estabilidade na carreira, oportunidade de fazer ciência, encantamento com a carreira policial e/ou forense. Porém, no decorrer do trabalho, a formação e atuação na carreira pericial, bem como os ideais motivadores foram ressignificados para alguns. O salário deixou de ser um atrativo, o planejamento da carreira apresentou percalços, com vivência de situações desmotivadoras, e, nem sempre há incentivo para promover a ciência como aspiravam.

E foi no campo do “fazer ciência” que o corpo cadavérico — que era o “carro chefe”, o incentivador para atuar no NPCCPessoa — perdeu o sentido para alguns servidores periciais. Com o tempo, perceberam que em algumas perícias o corpo é passível de alterações por terceiros, e que nem sempre é possível executar a atividade usando tecnologias que almejem a excelência pericial. *“Alguns locais são chutados para nós”* (Marrom, Fotógrafo técnico-pericial) — algumas vezes foi dito isso entre os participantes da pesquisa, em contextos em que a equipe não julgavam haver a necessidade de ocorrer perícia, ou por julgarem que a natureza pertencia à outros núcleos, como locais de crime que deveriam ser destinados ao GeaCrim. Essas desmotivações, somadas ao distanciamento necessário para que não se envolvam com a história que gerou aquele óbito, fazem com que o foco esteja apenas em executar o necessário para a composição do laudo pericial.

“Vou dar o meu plantão, sem me matar, vou fazer meu trabalho. Tenho uma relação bem mediana, alguns colegas têm paixão por estar aqui. Eu tenho consciência que não estou fazendo nada engrandecedor, de crescimento pessoal sabe? Às vezes me sinto enxugando gelo.”

(Hortênsia, perita criminal)

“Então, por conta do salário ser pouco, aqui vira segundo vínculo, e a perícia torna-se segundo vínculo, um bico. Com isso a qualidade também cai porque todos querem passar despercebidos, e ninguém luta por nada, sabe? Não existe uma classe para reivindicar. O sindicato daqui nunca esteve envolvido, então está dessa forma.”

(Violeta, perita criminal)

A idealização estabelecida com a profissão pericial, romanceada ou não, pode ser ressignificada para uma relação de sublimação. Essa reelaboração identificatória tem legitimidade quando incita o servidor a resgatar uma imagem que o identifique nessa nova concepção e que seja valorizada pelo “eu”. Haverá um momento de luto do próprio “eu”, mais precisamente sobre o luto do “eu-ideal”. As pulsões, que antes eram emanadas, passam a ser mais controladas, são atenuadas, obrigando o servidor pericial a reexaminar a imagem que ele tem de si próprio (MOREIRA, 2010).

Sophie de Mijolla-Mellor (Paris, 2009), no artigo “Os ideais e a sublimação”, traduzido por Moreira (2010), discute que o processo sublimatório se aproxima do trabalho de “desidealização”, forçando o “eu” a sublimar suas pulsões. *“As sublimações se oferecem como um meio particularmente eficaz para responder ao luto antecipado de si mesmo por uma atividade que necessita, para ser realizada, que o sujeito se conserve vivo.”* (MIJOLLA-MELLOR, 2009 apud MOREIRA, 2010, p. 507).

A sublimação está, na verdade, ligada ao investimento de um tempo futuro e ao trabalho para conseguir isso (Mijolla-Mellor, 2009). Essa é a razão pela qual se pode legitimamente aproximar a sublimação destes momentos de reelaboração identificatória que constituem o trabalho de luto, o do humor, o tempo do período de latência, bem como o da cura psicanalítica. De fato, se o ideal de ‘eu’ está conforme seu objetivo original (segundo Freud, tornar-se como o pai), é com qualquer espécie de atividade relacionada a esse fim que ele incita o eu, na medida em que essa atividade é suscetível de resgatar uma imagem identificatória valorizada para o eu (MIJOLLA-MELLOR, 2009 apud MOREIRA, 2010, p. 503)

Infere-se que o servidor pericial se coloca como um observador externo frente ao corpo sem vida e que ele cria estratégias de distanciamento e de racionalidade para lidar com o corpo e contexto pericial. Há uma mobilização da subjetividade do indivíduo e uma busca, por conta própria, por ferramentas que o mantenham apto a enfrentar uma realidade distinta da sua vida cotidiana, do seu modo de vida. Observou-se que o servidor pericial separa a realidade vivida no trabalho da realidade da vida particular.

Os servidores reconhecem a existência das mazelas que afetam uma parcela da população desprovida de recursos protetivos que o Estado deveria conceder a todos. Alguns participantes não se reconhecem naquela população vitimada, e este distanciamento é entendido também como uma ação de blindagem, uma estratégia defensiva. Contudo, sabem também que não é possível criar uma bolha em torno de

seus familiares contra os potenciais riscos de se viver um trabalho imerso na violência. Essa impotência em proteger a si e aos seus, somada a outras desmotivações que o trabalho oferta, podem torná-lo um servidor fadigado, ansioso e frustrado. As estratégias defensivas criadas não serão capazes de suprir essa nova demanda, e novas formas precisarão ser criadas para lidar com elas e ressignificá-las.

Segundo DEJOURS (1994), estratégias defensivas são promovidas a partir do sofrimento, tornando a realidade vivida mais leve para os servidores. As medidas coletivas são mais eficazes que as individuais, pois essas podem não se sustentar a longo prazo em comparação com as coletivas. Nem todo o sofrimento acarretará doenças, e nem todo prazer irá gerar saúde ao trabalhador. Há uma relação tênue entre essas vivências. São as estratégias defensivas que fortalecerão o equilíbrio entre sofrimento e prazer, ou seja, as ações de blindagem que o coletivo desenvolve para se manter apto para continuar (ALMEIDA e MERLO, 2008).

Para DEJOURS (2008b), é preciso que o coletivo inserido no processo de trabalho mobilize esferas afetivas, cognitivas e sensoriais na solução da problemática que gera o sofrimento. O sofrimento irá pulsionar o processo de inteligência prática, e, para que essa criatividade flua, é necessário que o trabalhador tenha autonomia para reorganizar o trabalho real, com a inclusão de formas novas e mais eficazes em executar as tarefas.

A inteligência prática, quando socializada, converte-se em sabedoria prática, ressaltando a importância do coletivo e da relação de confiança, que é fundamental também para os outros elementos que concorrem para a transformação do sofrimento, a saber: o reconhecimento, a cooperação e o espaço público da fala (MENDES e MORRONE, 2010 apud MORAES et al., 2012, p. 218).

Algumas estratégias defensivas percebidas em campo nos servidores periciais foram de ordem coletiva e individual e incluíram: o não envolvimento com os casos além do profissionalismo que a perícia requer (racionalização); a naturalização da violência para aquela população constantemente acometida e a ausência de autorreconhecimento naquelas histórias de vida (sublimação); a criação de estereótipos sociais que marginalizam ainda mais as vítimas da engrenagem da criminalidade e das políticas públicas desqualificadas a atender tais desigualdades; a ressignificação do sentido de ser policial em uma sociedade que não confia nas

corporações policiais; o uso do humor sarcástico ao se colocar como terceira pessoa diante do local periciado.

Ao acompanhar os deslocamentos por São Paulo, presenciei o dia de trabalho desses servidores e identifiquei o uso do humor para suavizar o desgaste gerado pela rotina de trabalho. As “piadas” sempre foram direcionadas ao companheiro de trabalho, sem envolvimento de familiares ou terceiros na cena da perícia. Muitas vezes, as reações humorísticas ocorriam na viatura após a saída do local. Outras vezes ocorriam antes de chegar ao local a ser periciado, após lerem o relato do escrivão da DP solicitando a requisição. Diversas narrativas dos participantes da pesquisa elucidam a importância do humor na realização de suas atribuições periciais:

“Sim, com certeza me tornei mais frio. O humor é mais sarcástico, lidamos com a realidade em nossa frente diariamente. Tem coisas que não mudam e não mudarão nunca, e acaba que paramos de acreditar em algumas mudanças de vida de seres humanos. Enfim, a pessoa se isola na realidade que acredita ser e ignora esse outro lado que é a pobreza e a miséria. Apesar de ser meu ambiente de trabalho, na maioria das vezes, não levo isso para casa.”

(Verde, fotógrafo técnico-pericial)

“Muitas vezes a gente usa o humor sim, os locais são engraçados, acontece muita coisa num local, e o humor é fundamental.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

“Quando era da linha, sempre buscava realizar plantão com um colega mais bem-humorado, ajuda muito a levar o plantão, a atenuar tudo o que vemos.”

(Lisianto, perito criminal)

“Então você vai ficando cada vez mais indiferente... O humor ácido, humor negro (risos), cada uma faz piada com o que tem, né?! Vou fazer o quê? Piada com caviar, não! Eu não tenho um caviar na minha frente para brincar. Eu sempre fui ácida, cínica, mas fiquei bem pior, muito pior. Dá uma aliviada, depois a gente para e diz: ‘Gente, pelo amor de Deus! Eu estou lidando com cadáver. Não posso fazer isso’. Mas acontece, é uma defesa natural que você vai desenvolvendo.”

(Margarida, perita criminal)

“Sempre fui muito brincalhona, na linha ficou um humor mais sarcástico. É algo que me relaxa.”

(Acácia, perita criminal)

O humor é uma das ações incorporadas por esses servidores periciais no ambiente de trabalho como forma de defesa frente a suas agonias. A possibilidade de rir do próprio infortúnio e de fazer piada de forma cítrica e jocosa de uma “miséria” constantemente vivida fazem do humor uma blindagem para que ações sublimatórias sejam criadas diante dessa realidade. *“Percebe-se, portanto, que o humorista se aproxima mais de um anti-herói que de um herói indestrutível”* (KUPPERMANN, 2010, p.201); é aquele que prevê as circunstâncias a serem “digeridas” no local de crime e se antecipa para suavizá-las utilizando-se do humor de maneira ilusória e criativa.

Há, de fato, importantes pontos de convergência entre sublimação e humor: ambos implicam processos que se situam na fronteira entre a defesa frente à angústia promovida pelos excessos pulsionais e o movimento criador; encontram suas fontes originárias no brincar infantil; indicam uma afirmação do sujeito e de suas experiências de prazer e de alegria apesar do reconhecimento dos limites impostos a qualquer triunfo onipotente; e, finalmente, produzem uma modalidade de laço social baseado não na repressão pulsional, mas no compartilhamento afetivo (KUPPERMANN, 2010, p. 200).

A fotógrafa Rosa menciona durante a entrevista que mesmo tendo uma atuação longa na rua, ainda se vê fazendo locais cômicos e inusitados. Para ela, o humor é um ingrediente fundamental para se manter firme na linha por tantos anos.

“Pra você ver, semana passada fiz um local muito engraçado. Os PMs não sabiam o que fazer. Eram duas irmãs idosas que moravam num cômodo pequeno, duas camas assim uma do lado da outra, e a senhora estava deitada na cama e a irmã de lado. Mas a idosa deitada na cama já estava morta há mais de um mês, e a irmã ‘não sabia’ ou não queria acreditar.

O corpo solta um chorume, né? E o quarto estava limpo, sabe? Ela limpava o quarto todo dia. Perguntamos quando havia falado a última vez com a irmã e ela disse: ‘Ontem’ (risos). E aí perguntei quando ela tinha levantado da cama ou comido, e ela disse: ‘Ah, isso tem bastante tempo.’ (risos).

E ela estava cheia de cobertores. Já era primavera, e a senhora provavelmente morreu na última noite fria, e ela foi colocando vários cobertores sobre ela. Por isso não exalava o cheiro para os vizinhos perceberem.

Assim saímos de lá dando risada, não pela perda, pela morte, mas sim por estas situações inusitadas. E rir alivia um pouco aquela questão de desamparo da sociedade mais carente, sabe?

Se fosse um rico, aquelas irmãs idosas teriam cuidadores. Não estariam ali esquecidas.

A única coisa que me fez refletir foi como aquela irmã agora iria morar sozinha. Vai virar um podrão.”

(Rosa, fotógrafa técnica-pericial)

A longo prazo, algumas ações de blindagem podem se tornar ineficazes para alguns servidores, desencadeando sentimentos que poderão gerar alterações comportamentais e mentais e contribuindo para o desenvolvimento de patologias psíquicas, como o *distress* e a depressão. Segundo VASCONCELLOS (2017), o stress não é o responsável por gerar doenças, e sim uma reação fisiológica e química de reatividade necessária como resposta aos estímulos recebidos. Pode se desdobrar em *distress* (estresse negativo) ao impulsionar o indivíduo a fugir da situação que o desencadeou. Já o estresse (estresse positivo) motiva e estimula a pessoa a lidar com a situação — é uma mola propulsora. No entanto, o excesso do positivo ou negativo pode causar um desgaste patológico. O desafio é alcançar um equilíbrio por meio de estratégias compatíveis denominadas “*coping*”. Tais estratégias se distinguem entre “*eu coping*” (quando as estratégias criadas resultam na resolução da fonte estressora) e o “*dis coping*” (quando as estratégias não conseguiram sanar o stress inicial de forma eficaz, prolongando a exposição à fonte geradora e tornando-se patológico).

Logo no início das visitas técnicas ao campo do IC, tive a oportunidade de conhecer outros núcleos periciais, um deles foi o Núcleo de Perícias de Informática. Nele, além de compreender a demanda de trabalho que eles possuíam com materiais audiovisuais, também obtive relato de um servidor perito, que não irei identificar por não fazer parte da amostra dos 28 participantes desta pesquisa. O objetivo é somente apresentar o relato desse servidor a fim de destacar a carga mental que é o trabalho pericial, seja ele por perícia direta (corpo), seja por perícia indireta (peças periciais).

O servidor relatou que, após alguns anos de casado, a parceira insistia em ter filhos. Era um desejo dele também, mas ao longo da profissão havia desenvolvido um grande medo da paternidade; não de se tornar pai, mas sim um pai que não conseguisse proteger seu filho das maldades da pedofilia. Como perito da informática, já havia periciado muito material de pedofilia, o qual emergia de locais improváveis, com pessoas que faziam parte do círculo familiar das vítimas. Em função disso, optava por ter animais de estimação.

Acabou cedendo e gerou um filho. Na construção dessa nova configuração familiar, se viu afundado numa relação de superproteção ao filho e numa relação de auto cobrança. Todas as atividades de lazer, extraescolares e de convívio eram monitoradas pelos pais. Não existia a possibilidade de deixar o filho sob cuidados de terceiros. Isso tem gerado sofrimento a esse trabalhador, bem como sentimento de impotência e medo.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

É inevitável encarar a realidade da mesma forma quando se tem o dissabor de viver as mazelas que o ato criminoso acarreta, seja pela materialização do corpo, seja pela criação da cena no imaginário ao executar a perícia das peças no laboratório. As perícias são realizadas com o intuito de identificar o responsável pelo crime. Ela engloba toda a história que desencadeou o fato e acaba repercutindo nos hábitos de vida daquele servidor e sua família na tentativa de protegê-los.

“Depois que eu entrei na polícia, eu fiquei muito medrosa da sociedade, muito mesmo. Eu não ando de vidro aberto de jeito nenhum, questões de segurança, com minha filha, sequestro, ou aquelas mortes acidentais, tipo asfixia mecânica por saco plástico. Fiquei muito cagona porque eu não acreditava que era possível tamanha maldade. Eu nunca tinha visto uma equipe de perícia trabalhar, eu não tinha policiais na família.”

(Orquídea, perita criminal)

“Eu ficava muito mais impressionada quando atuava na bioquímica. Lá fazia testagem seminal. Então chegava cuequinha e fraldinha para testagem, e isso me impressionava. E você pensar que naquela fralda poderia ter sêmen era muito mais forte que um corpo.”

(Violeta, perita criminal)

“Uma vez, fui solicitado na sala do médico perito para fotografar uma criança que havia sido estuprada. O médico perguntando como foi, e a criança de 4-5 anos dizendo que o adulto a mandou ficar de quatro apoios (e a criança fazendo a posição). Aquele relato me partiu o coração. Senti uma repulsa enorme, ela estava com uma lesão anal enorme. O agressor já havia mandado ela ficar naquela posição já algumas vezes. Para você ver que não é o corpo em si, mas a história que vem junto com aquele corpo ou com aquela vítima. A crueldade do homem é estarrecedora.”

(Verde, fotógrafo técnico-pericial)

Durante o campo ocorreram mudanças na distribuição da equipe do NPCCPessoa, alguns foram para outros núcleos periciais pertencentes ao IC, uns promovidos para assessoria da Superintendência e outros para outra atribuição dentro do próprio núcleo. Alguns relataram que após saírem da linha ainda escutavam o telefone tocar para atender local e quando iam ver não havia ligação perdida.

“Até um mês atrás ainda ouvia meu celular tocar e quando ia ver não havia ligação perdida. Já aconteceu ao lado da minha esposa e ela

dizer que não ouviu; eu dormindo acordar atender por achar que é local para atender. Você fica meio paranoico, mudei o som da chamada para ver se ajudava, depois comecei desligar para dormir, veja isso.”

(Lisianto, perito criminal)

Mudanças comportamentais são identificadas pelos participantes da pesquisa e envolvem a incorporação de ações de proteção e defesa aprendidas ao longo do exercício da profissão, como: onde ir armado e onde não ir; onde se posicionar em locais públicos e tumultuados; como se deslocar no carro próprio em áreas ou situações de risco; como orientar os familiares a agirem diante um assalto, como lidar com a vizinhança, entre outros.

“Antes eu morava em casa. Depois que comecei na ACADEPOL, me mudei para São Paulo e tomei pavor de morar em casa. Porque eles (bandidos) entram em lugares inacreditáveis. Tenho pavor de casa hoje em dia. Não estou armada, mas sempre me sento de frente para rua, nunca de costas. E ao dirigir também estou sempre atenta.”

(Açucena, perita criminal)

“Em questão de comportamento, eu fiquei mais atento com as coisas, mas por causa dos fatos. Não a cena, mas o fato daquilo ter acontecido. Isso muito em relação a acidente de trânsito. Que coisa besta, aí a pessoa morreu. Percebi que quando eu ia dirigir, me atentava mais àquilo. Latrocínio é o que mais incomoda, me deixou mais desconfiado e atento.”

(Jacinto, perito criminal)

A incorporação desse novo *modus operandi* também traz uma pitada de intolerância a algumas situações que eram mais aceitáveis quando não eram policiais. O fato de possuírem identificação policial e portarem armas, de saberem como se dá o processo de segurança pública e suas falhas, a noção de agir de forma defensiva diante de situações de estresse, tudo isso faz ecoar nas relações cotidianas uma irritabilidade quando pessoas de sua convivência agem de forma imprudente, expondo-se a riscos que para eles seriam cabíveis de prevenção. Essa intolerância surge até mesmo nas relações estabelecidas com as histórias das vítimas, quando percebem que foram vitimadas por um ato sabidamente conhecido como uma forma de agressão e que a devida precaução não foi tomada.

“Ah, eu fiquei mais agressivo, fiquei mais estourado. Aí tive esses problemas aí de depressão e o caralho. Eu sou bem-humorado, mas nessa fase aí de altos e baixos, eu já tive uns rompantes de estourar, agressividade. Não era eu, era o pateta dirigindo um carro, igual ao desenho. (risos)

De positivo, eu acho que sou um cara muito mais atento na rua, mas também não sei se isso é positivo ou se rola um estresse mais alto. Quando estou num metrô e sei que aquele cara é bandido. Sempre atento, sempre. É meio ‘noia’, né? Mas é uma proteção, né? Se eu fosse mais leigo, correria mais riscos.”

(Antúrio, perito criminal)

“Eu me acho muito mais intolerante do que eu era. Antes tinha atitudes mais pacíficas, tinha uma tranquilidade. Não sei se é por conta da idade ou por conta da atribuição, mas hoje sou mais explosivo.”

(Hibisco, perito criminal)

“Estou mais intolerante com muita coisa. Eu não desconto problemas da minha vida particular em ninguém, mas meu humor oscila às vezes.”

(Branco, fotógrafo técnico-pericial)

Percebe-se que as estratégias de defesa, definidas por VASCONCELLOS (2017) como “*coping*”, são incorporadas pelos participantes de forma a mantê-los menos suscetíveis a desencadearem o sofrimento diante do distresse. Quando o “*eu coping*” é eficaz, ele gera um equilíbrio entre o prazer e o sofrimento, tornando o ambiente mais amistoso e menos ríspido para a execução das atividades. Entretanto, quando há uma falha nesse processo criativo, ou seja, na inteligência prática (conforme DEJOURS, 2008b) diretamente relacionada à autonomia do trabalhador em recriar sua organização real de trabalho além da prescrita, o “*dis coping*” desencadeará sofrimento e, se permanente, resultará em patologias.

“Até que chegou um momento em que eu já estava muito endurecida. Eu já estava passando do limite da humanidade; realmente cheguei num ponto que ficou desumano, e aí foi quando eu engravidei e as coisas mudaram (risos). Hoje em dia eu tenho controle, eu consigo controlar minhas emoções. Não como antes, mas um pouco mais de humanidade. Eu me tornei mais objetiva pelo fato de que eu já sei que o que eu irei encontrar pode ser bem desagradável.”

(Orquídea, perita criminal)

3.3.2 “Virar uma Guia Rosa”³⁰: o Imaginário de se Tornar a Próxima Vítima da Violência

“Vivemos numa constante tensão: tensão ao olhar o desconhecido, tensão para preservar a segurança dos nossos, que acaba passando por uma certa paranoia, mas não é, pois sabemos da realidade. Antes achava que nunca estaria sujeito a certas coisas. Hoje tenho certeza de que posso me tornar a próxima guia rosa.

A violência não vai mudar, há muita impunidade no Brasil. As pessoas são pegadas, soltas e repetem de novo. As crianças crescem em um meio totalmente deturpado e repetem o que estão vendo. As tragédias que vimos em nosso ambiente de trabalho se tornaram normais. As drogas estão sendo inovadas cada vez mais, com o consumo por populações mais novas e de todas as classes sociais. Não vejo boas perspectivas para o futuro.”

(Roxo, fotógrafo técnico-pericial)

Não se trata de uma atividade laboral que termina no ambiente de trabalho; ela traz repercussões para a vida do indivíduo. Vivenciar a morte e suas variações no cenário pericial contribui para que o imaginário estabeleça uma normalidade de padrões de morrer que pode se configurar na antevisão da própria morte ou de seus familiares, não referente ao ato em si, mas sim pelas reflexões geradas sobre o próprio processo de morrer e morte. Tal inferência foi relatada principalmente quando os servidores identificavam uma similaridade com a história da vítima periciada, seja pela proximidade com sua realidade, seja pela trajetória de vida parecida. A reflexão sobre o luto da família somada ao questionamento sobre como será a continuidade dos que permanecem. Como seria lidar com essa memória trágica?

“Um caso de suicídio de um menino me marcou porque senti muita proximidade. Procurando por vestígios pelo quarto dele, achei a carteira da USP dele. Ele era classe média, estudava na USP, os pais bem parecidos com os meus, tinha quase a minha idade. Quando se distancia muito, não refletimos tanto, mas quando vai aproximando da tua realidade, no lugar de semelhança, teve o peso de se aproximar. Por isso acho que repercutiu mais em meu pensamento.”

³⁰ Guia rosa é uma designação dada pelos participantes da pesquisa referente à requisição pericial, que é impressa em uma folha rosa.

(Hortênsia, perita criminal)

“Porque quando atende locais, você vai a locais que não são sua realidade. Então você vai em favela, cortiço. Quando atende local que é mais próximo da sua realidade, pega mais, sabe? Porque fica mais próximo, né?”

Então eu me lembro que fiz um local onde o cara estava caído no chuveiro, morava sozinho, e nem conseguíamos abrir a porta do banheiro, pois ele estava fazendo um contrapeso. E ele parecia muito com meu namorado na época, e que também morava sozinho. E isso me deu um estalo porque remetia muito à minha realidade. Uma preocupação que poderia acontecer.”

(Violeta, perita criminal)

“Isso acaba fazendo te achar privilegiada. Eu indo dormir e tem gente que está indo enterrar o familiar dele. Dar valor à vida, à saúde. Não preciso de mais do que tenho. Vivem sem saneamento básico. Como conseguem viver daquele jeito? E às vezes perdem o provedor da família. Não é fácil lidar com essa realidade. Tudo é questão de escolha, eu escolhi estar aqui e sou feliz por isso.”

(Lilás, perita criminal)

Tais reflexões se estendem aos cuidados com seus familiares na tentativa de alertá-los ou até mesmo protegê-los de possíveis acometimentos que desencadeiam a morte. Há o medo da perda, principalmente as que são causadas por ação da violência. As naturezas dos crimes que geram mais reflexões são o infanticídio, a tortura seguida de morte, o abuso sexual e a privação. Para os servidores periciais que possuem filhos, há uma cobrança maior em protegê-los de possíveis mazelas, sentem-se responsáveis por defendê-los contra os infortúnios da violência urbana e por estarem atentos a qualquer situação suspeita em seu círculo de convivência.

“Sim, sempre muda, né? Voltamos mais reflexivos sobre nossa vida, nossas ações. Amadureci mais rápido, dou mais valor aos meus familiares e às pequenas coisas. Me tornei mais observador e zelo pela segurança dos meus filhos. Até hoje busco no ponto de ônibus quando retorna da faculdade. Não quero que ele ande quatro quadras até em casa à noite, pois sei do perigo que é transitar no horário noturno, e as coisas que podem vir a acontecer.”

(Verde, fotógrafo técnico pericial)

“Meu filho está com 14 anos e somente agora nós o liberamos para voltar para casa a pé. E minha casa para a escola são 2 a 3

quarteirões. A gente sabe da realidade. Antes voltava de peruca. Sempre dou orientações para meu filho sobre como se deslocar com cautela.”

(Cacto, perito criminal)

“Quando meu filho sai para a balada, sempre fico apreensiva. Ele é um gato, né! (risos) Faço muitas recomendações e digo: ‘Não vai me virar uma guia rosa, hein!’ (risos)”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

Na seção de Reconstituição, a perícia ocorre de forma retrospectiva aos fatos. Mediante solicitação de autoridade judicial, eles simulam os acontecimentos guiados pela equipe pericial, com a presença do indiciado, de testemunhas e de vítimas sobreviventes, se houver. A equipe do NPCCPessoa que atua nesta seção possui contato direto com todas as informações do inquérito criminal e com os envolvidos.

“Reconstituição é mais difícil. Além de estar naquela situação e ter que reviver tudo aquilo, você estará também ao lado do agressor. Tem gente que bate no cara, que não quer deixá-lo entrar na casa. É um outro enfoque. Às vezes, a vítima não morreu e tem que realizar a reconstituição com os dois juntos. Tem que ‘sacar’ se pode colocar os dois juntos, mas às vezes não pode.”

(Acácia, perita criminal)

O perito precisa ser imparcial, despir-se de seus preconceitos para ser justo na emissão do seu laudo pericial. O fotógrafo e o desenhista também precisam captar, por intermédio das imagens, a dinâmica do ocorrido de forma a não deixar escapar um ângulo ou uma informação visual importante para a elucidação do crime. Mesmo com a familiaridade com alguns atos criminosos recorrentes e com os padrões e mecanismos na atuação criminosa, os peritos e fotógrafos precisam ser neutros para “ouvirem” a versão do indiciado e se atentarem aos casos em que ocorrer uma empatia com a história da vítima ou aversão a alguns estereótipos de “bandido” presentes no indiciado.

“Eu não sei, mas acho que o destino me mandou uma lição. O primeiro caso que peguei na Reconstituição foi de um menino que foi preso acusado de matar uma outra pessoa numa festa. Ele foi preso e tinha 15 depoimentos contra ele, dizendo que tinha sido ele. Eu cheguei com a visão que ele era o assassino. E o seu ódio, entre aspas, está voltado para aquela pessoa. E aí quando eu fui fazer a reconstituição,

analisar as filmagens junto com outra perita (informática), a gente percebeu que ele não tinha matado a pessoa. E ele estava preso por ter matado a pessoa. Havia 15 depoimentos que ele tinha matado. Aquilo foi um tapa na minha cara porque eu parti de um pré-julgamento que ele era culpado.

Foi a minha primeira reconstituição, então eu comecei a ver que todas as pessoas, que todas as pessoas no fundo podem ser inocentes e também podem ser culpadas. Então eu tive que me despir dos preconceitos.

Às vezes a pessoa fala: 'Ah foi ele quem fez!'

Eu vou analisar pela ótica de que eu não sei quem fez!"

(Orquídea, perita criminal)

Todos os laudos periciais são essenciais no julgamento do ato criminoso, porém, o da Reconstituição possui um peso maior por conter uma visão mais densa, visto que ele confronta todas as informações que constam no inquérito investigativo, como o laudo do local de crime, laudo de análise de laboratório, apreciação do caso pelos investigadores da Polícia Civil. A partir dessa leitura e interpretação, a equipe pericial da Reconstituição irá confrontar, no local do ato criminoso, as versões do réu e da(s) testemunha(s) envolvida(s) no inquérito. Caso haja um erro de interpretação, o resultado poderá ser a liberdade de um criminoso ou a prisão de um inocente. No entanto, sabemos que nem sempre os julgamentos ocorrem, e alguns suspeitos são soltos e voltam a circular livremente até o julgamento ser retomado. Há ainda aqueles que ficam presos por um curto período.

"É um laudo que você precisa estar muito certa do que está escrevendo porque pode colocar um inocente na cadeia ou inocentar um bandido. Todas as vezes que fui depor no Fórum, foi meu laudo que definiu se o cara iria ser solto ou não. Então é algo que precisa ter muita certeza. Já na linha você faz dentro das condições que o local possibilita, meio no escuro. Mas depois vem outros laudos que confirmam ou não a primeira versão. Então, o meu é o fim da linha, por isso é preciso estar muito certo de tudo."

(Acácia, perita criminal)

Durante o processo de reconstituição até o julgamento, a equipe pericial poderá ser foco de ações de coação, visto que não é possível ficar anônima perante os envolvidos. Trata-se da autoridade responsável por conduzir a reconstituição. A motivação da coação por parte dos indiciados não precisa ser por vingança, pode ser por "defesa" ou por conhecimento da identidade do policial. No ir e vir pela cidade de

São Paulo, os servidores periciais poderão cruzar com pessoas com passagem na polícia e que já tiveram envolvimento em casos periciados. a figura do perito ou fotógrafo poderá ser uma ameaça para o indiciado.

“Durante a reconstituição, os indiciados tentam nos coagir, principalmente os menores, que não ficam presos, vão para a Fundação Casa. Eles nos enfrentam, mas não me intimida. Inclusive, eu encontrei com alguns na rua, e eles não me reconheceram. Creio que não, mas eu reconheço eles, e pode ser que algum dia eles venham a me reconhecer. Na reconstituição eu tento não ser a acusatória. Eu não tenho medo de encontrar com eles.”

(Orquídea, perita criminal)

“Já encontrei várias vezes (indiciados). Me sentia muito exposta. No caso da Isabela Nardoni, eles jogaram uma bomba na minha caixa de correios. Na verdade, era para acertar no meu carro, mas bateu e esquivou para a caixa de correios.

Quando vinha trabalhar, tampava a placa do meu carro. A mídia ficava toda aqui na porta. No Fórum foi muito constrangedor, (...) nos ameaçavam, diziam que era para esperarmos que algo iria acontecer com a gente. Então, a gente era muito ameaçado.

Na época, meu filho estava na escola. Avisava a escola. Tinha uma pessoa que buscava meu filho, e não podemos colocar nosso filho numa redoma, porque acho que eles buscam atacar quem você mais gosta. Então tinha uma preocupação com isso.”

(Acácia, perita criminal)

Inferimos que há um hiato no quesito segurança para os integrantes da engrenagem da Segurança Pública. Existe de fato uma proteção daqueles que devem proteger? Conviver com notícias de extermínio de policiais, mesmo não sendo da mesma corporação, poderá gerar repercussão nas práticas policiais. FERNANDES A (2016) realizou uma pesquisa sobre os casos de integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo vítimas de morte violenta no estado em 2013 e 2014. Um dos apontamentos é que:

A convivência com a morte de colegas repercute nas práticas dos policiais, imersas em um ambiente de medo e insegurança. E isso, vale dizer, é especialmente preocupante quando se fala de pessoas que, na ponta da linha, decidem *como* e *quando* aplicar a força que o Estado outorga (FERNANDES A, 2016, p. 193).

Algumas narrativas dos participantes desta pesquisa confirmam esse sentimento de vulnerabilidade e de abandono pelo Estado. Alguns deles utilizam dessa ausência para exercerem ações consideradas por eles como “ações sociais” ou “ações corretivas” contra os meliantes.

“Essa falácia — sensação de insegurança — não existe. O que existe é o temor do ser humano de viver numa sociedade brasileira em que há 70 mil mortes violentas por ano. A população está vivendo uma guerra civil, não há segurança.

(...)

O policial está tirando a vida de um malfeitor, não é um cidadão que honra com os deveres e direitos, as pessoas confundem. Vivemos um estado de barbárie, e o policial que entende isso não se expõe porque ele tem conta pra pagar, tem família.”

(Saramago, perito criminal)

“Uns fotógrafos mais antigos se sentiam os caras, se sentiam “o polícia”, queriam dar uns tapas nos moleques, ter essa autoridade de policial. Isso me incomodava.

Mas os de agora só falam, mas nada fazem.

Alguns abusavam da autoridade que possuíam.”

(Antúrio, perito criminal)

“Sim, se durante o deslocamento vemos algo suspeito paramos para reprimir ou até mesmo dar voz de prisão. Já parei a viatura para separar briga doméstica, briga de bar, briga de moleques e até briga de trânsito. Mas sempre no limite da minha segurança, não farei isso em meio a uma comunidade onde sou a minoria.”

(Gerânio, perito criminal)

“Já cheguei para fazer local com o mesmo suspeito sendo preso novamente. Principalmente quando vou para delegacia fazer residuográfico. Tento conversar com eles, falar para sair dessa vida, mas é muito complicado. Não vou ser mais um a chamá-lo de seu bosta, de seu bandidinho de merda”

(Açafrão, perito criminal)

Alguns participantes da pesquisa narraram o uso da arma fora do ambiente laboral. Alguns consideram que a arma gera mais “dor de cabeça” e “preocupação” do que solução. Os que optam por não portar arma em dias de folga alegam que, caso haja um enfrentamento, podem optar por não reagir e entregar os pertences ao

assaltante; ou, por não se sentirem aptos em reagirem por conta da ausência de treinamentos regulares e pela qualidade da arma fornecida pela corporação. Há também aqueles que preferem não expor pessoas do círculo pessoal caso sejam abordados, pois poderão estar diante de uma quadrilha. A experiência profissional dos participantes da pesquisa indica que, na maioria práticas criminosas, há mais de um meliante presente durante a ação.

“O meu marido que tem mais problema, mas quando me conheceu eu já estava aqui, né! Ele tem algumas questões, não gosta da arma, não gosta que eu leve a arma para casa, quando estou de plantão noturno fica preocupado.

(...)

Onde eu moro existem pessoas envolvidas com o tráfico. Então onde eu moro, minha profissão é algo bem velado. E também não me identifico com esse estereótipo, sabe? Se acontecesse algo, seria um equívoco, sabe?”

(Hortênsia, perita criminal)

“Moro numa viela que tem um muro de fácil acesso. Então eu penso que se alguém invadir, eu tenho que matar o cara ali. Se eu não o matar, saberá onde moro. Então prefiro não andar armada. Também não ando com minha funcional (identificação policial) porque é uma identificação.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

“No início da carreira é novidade, né? O porte da arma te coloca além, te destaca, e, ao final, você percebe que não é nada. Hoje fica guardada. Não levo pra casa. Só uso quando estou no plantão. No momento, pra mim, a arma é um estorvo porque tenho que estar atento.”

(Hibisco, perito criminal)

“Eu parei de andar armada por comodidade porque você sempre tinha que estar em estado de alerta. Às vezes queria vir ouvindo uma música e não queria ficar atenta ao redor. E também porque irei usar só se estiver aqui, atuando, e não nesse deslocamento. Eu não tenho treinamento constante. Faz tanto tempo que não atiro e sei que a minha agilidade não será a mesma.”

(Açucena, perita criminal)

No entanto, há aqueles que julgam ser fundamental o porte de arma nos deslocamentos por São Paulo, seja para ir trabalhar, seja para ir a algum lugar considerado arriscado. A consciência de ser um alvo, somente pelo fato de ser policial, é o principal motivador para andarem armados em dias de folga. Vai além da necessidade de defesa própria ou de terceiros, relaciona-se à sua identidade, mesmo havendo um risco permanente para sua segurança.

“Deixo minha arma no serviço. No início sempre andava armado, pois achava que iria dar conta de tudo que ocorresse no percurso. Quando venho de carro costumo andar armado. Se acessarem meu WhatsApp já saberão que sou policial e me matam. E estar de carro é mais arriscado. Quando venho de transporte público não venho armado porque envolve muitas pessoas. Igual tem perito aí que vem trabalhar e deixa a arma na bolsa. De que adianta? É seu material de trabalho.”

(Saramago, perito criminal)

“Talvez o fato de eu me resguardar mais, o fato de ser polícia, o fato de estar na rua armado. Eu sou uma pessoa que anda armada 24 horas. Fora daqui eu ando armado, em casa eu estou armado. Então eu acho que a gente tem que ter uma atenção maior, a gente tem que ter. A arma nos traz mais o ônus do que o bônus, e o ônus é a atenção, o local que você anda, as pessoas com quem você convive. Não adianta eu estar andando armado e estar num boteco tomando cachaça. Então eu não tenho esse hábito. ‘Ah... frequenta barzinho?’ — Não, eu não frequento barzinho.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

“Não ando sempre, depende para onde vou. Se vou viajar, vou pegar o carro, se vou sair tarde, ou se estou de plantão. Não sento numa mesa de bar armado, ou saio para lazer com minha família armado.”

(Lírio, perito criminal)

“Eu sabia que o trajeto que eu poderia fazer seria mais perigoso ou menos perigoso. O mais perigoso é o mais rápido, e muitas vezes eu optava pelo mais perigoso. Eu não andava armado, mas sim com a funcional — o que é um erro. Mas eu passava no meio da Cracolândia. Poderia ser assaltado, e se descobrissem que eu era polícia poderiam me matar. Eu sabia do risco, mas optava pelo trajeto pequeno. Eu tinha consciência, mas eu ia. Aí eu pergunto para você se o destino não era aquele, se eu deveria passar ou não pela Cracolândia. Ninguém morre na véspera, só peru mesmo! (risos).”

(Azul, fotógrafo técnico-pericial)

Infelizmente, logo no início da entrada no campo, dois casos de latrocínio haviam ocorrido, vitimando dois peritos criminais do IC. Num dos casos, ocorreu resistência, o perito estava armado e reagiu. No outro, o perito estava desarmado, sua arma estava na mochila. O portal “G1 Notícias” relatou assim o ocorrido com um dos peritos vitimados:

Um papiloscopista da Polícia Civil foi vítima de latrocínio (roubo seguido de morte) durante uma tentativa de assalto no Sacomã, na Zona Sul de São Paulo, nesta sexta-feira (19.08.2016). Segundo o SPTV, o crime ocorreu por volta das 14h.

Imagens de segurança mostram Sandro de Souza Nascimento acompanhado de outro homem caminhando pela rua. Os dois tinham acabado de sair de um banco, na região da Via Anchieta. Um dos bandidos está em uma moto. O outro vai a pé. As imagens não mostram a troca de tiros, só o medo de uma mulher que voltou correndo.

O perito e um dos assaltantes foram baleados e morreram no Hospital Heliópolis. Outro ladrão conseguiu fugir. A polícia não informou se ele conseguiu roubar as vítimas.

Um levantamento do SPTV mostra que, só neste ano, 35 integrantes de forças de segurança foram assassinados na região metropolitana, entre policiais militares, policiais civis e guardas-civis. A maioria estava na hora de folga durante os ataques (G1 Notícias, São Paulo, agosto, 2016³¹).

Notícias como essa geram grande impacto entre os pares. A rotina de trabalho continuará sendo alavancada pelos índices criminais. Há implicações diretas na saúde do trabalhador, pois os níveis tensionais estão relacionados ao desempenho das tarefas prescritas e das tarefas reais. As percepções e representações sobre si próprios, sobre suas práticas, suas vivências familiares e sobre como suas atividades laborais afetam sua visão de mundo modificam os trabalhadores. Alguns desenvolvem estratégias defensivas que suportam tais pressões, outros não elaboram mecanismos protetivos que os auxiliem a lidar com questões relacionadas às vivências diárias do processo de morrer e morte. Nem sempre as estratégias protetivas coletivas suprem a demanda individual. Em algumas narrativas dos participantes, percebe-se uma naturalidade em assumir uma profissão que confere risco. Estar ciente dos pontos que ofertam insegurança à execução do trabalho na linha ou na rua é, para alguns, um fator imutável. Precisam se adaptar para que sobrevivam fora do expediente, tendo em vista que não conseguem visualizar uma melhora no quadro de violência.

³¹ Link disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/perito-e-morto-apos-tentativa-de-assalto-na-zona-sul-de-sp.html> Acessado em: 10.03.2019

“A violência está bem pior do que era no início da minha carreira. A minha profissão não colabora para que eu não tenha uma morte violenta. Porque hoje em dia está tão banal a pessoa no farol te abordar, você nem reagir e ainda levar um tiro. Continuo saindo, saio para a noite, só tomo mais cuidado, olho a rua. Mas não vou deixar de fazer as minhas coisas por causa da violência.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

A sensação de exposição aos riscos de ser um policial, de estar mais próximo de uma realidade urbana violenta, de vivenciar histórias de morte com contextos trágicos, de ver a morte em situações inusitadas, contribui para que os participantes naturalizem a morte. Isso não significa que a morte não gere temor. Foi perceptível que há sim um temor, mas não o medo da morte, e sim da forma como morrerão. A repercussão no pensamento dos profissionais ocorre quando a possibilidade de morte ou de perda familiar pode ser percebida, gerando uma representatividade em suas vidas e tornando necessária uma dissociação para não lhes causar sofrimento e angústia. Ou até mesmo, por ser um fato tão corriqueiro em seu cotidiano de vida e trabalho que morrer seria uma solução para pendências ou problemas de difícil resolução.

“Teve uma época que fiquei deprimido. Eu pensei alguma vezes que seria tão melhor morrer do que fazer esses 600 laudos, sabe! Ou, não vou mais ter que fazer esse plantão. Pensava que: ‘a minha esposa se vira’. Eu lembro que tive esses pensamentos assim, sabe? Não que eu tenha elaborado como seria a minha morte.

É um pensamento comum para a gente que trabalha com essa realidade. Por exemplo, meus amigos de faculdade estão com problema no trabalho ou levaram um pé na bunda, sei lá... Alguma coisa assim. Eles elaboram mais a forma que poderiam se matar do que a gente que vê isso todo dia. É o cara que está com câncer, é o cara que levou um chifre, é o cara que perdeu o emprego, é o cara que não conseguia sair da depressão. Então para eles é mais simples elaborar e executar.

Não tenho vontade de me matar, mas se eu tiver um câncer terminal, eu não vou ficar agonizando no hospital. Com certeza vou me matar antes, eu sei disso. É uma realidade, eu imagino.”

(Antúrio, perito criminal)

Profissionais da perícia convivem com a violência real, materializada pelos índices de criminalidade, e com a violência invisível, relacionada às tensões geradas pelo trabalho e que se manifesta no plano psíquico. Nem todos possuem a percepção

da repercussão que o trabalho gera para eles. Alguns participantes percebem mudanças em seu comportamento, mas nem sempre as atrelam ao trabalho — atribuem-nas à maturidade adquirida no decorrer dos anos. Mas não podemos negar o contexto das práticas periciais e a repercussão que pode ter na relação familiar e nas práticas laborais. Aliadas às expectativas de segurança da sociedade, dos governos, agências e dos membros da categoria, tais projeções nem sempre são positivas, pois não há perspectiva de queda nos índices de criminalidade.

“Me diagnosticaram com distímia, como se fosse uma depressão leve, mas constante. Te acompanha sempre, sempre está abaixo do seu nível de humor. Então você se torna uma pessoa que está sempre cansada e negativa. Poderá evoluir para depressões maiores. Foi o que aconteceu. Em 2012 ela evoluiu, fiquei semanas de cama. Mas no horário que tinha que trabalhar eu estava aqui. Não atrelo esse diagnóstico como consequência do trabalho.”

(Hibisco, perito criminal)

“Fiz terapia por demanda pessoal. Não atribuo ao trabalho. Não faço uso de remédio regular. Sempre conversei sobre meu trabalho no ambiente familiar, sempre conversamos muito.”

(Acácia, perita criminal)

“São tantos locais que geram reflexões sobre o sentido da vida, em acreditar no ser humano e em um mundo melhor, que fica difícil te relatar algo em específico, pois sempre saímos mexidos dali. De mal-estar, que me afetou de fato, e que foi preciso buscar dialogar com os pares e amigos, foi um local em que um pai matou seu filho, que era bebê. Deu um tiro na boca do bebê e depois colocou a chupeta de volta. Logo em seguida, matou a mãe dessa criança e se suicidou. A cena da chupeta na boca da criança com um furo no meio me repercutiu muito. Até hoje lembro como ela estava vestida, como estava o corpo dela no berço, todo o cenário do quarto e do cheiro, enfim... Foi preciso me desapegar daquele sentimento de repulsa por um ser humano que simplesmente não teve compaixão nem do seu próprio filho. Conversei muito com meu namorado e alguns amigos aqui do IC para tentar diluir isso, e foi quando descobri o acompanhamento psicológico ofertado pelo serviço. Isso foi muito válido — tem sido — pois no início busquei por essa situação. Hoje já é por outras demandas extra IC, mais para aprender a lidar com a minha ansiedade.”

(Roseira, perita criminal)

3.3.3 Desconstrução do Herói: Personificação ou Autoproteção

“A situação da segurança no Brasil é uma brincadeira, é uma inversão de valores. É política que influencia isso, é voto, é mídia, é televisão, são as minisséries que não retratam de fato o que é, é um tremendo faz de conta. E a Superintendência é um prédio de piada pronta. Aqui a Superintendência como perícia é uma piada pronta. Existem grandes profissionais? Existem grandes profissionais, mas infelizmente é uma piada o que se tornou.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

As alavancas e engrenagens que movem o trabalho da equipe pericial sofrem com o sucateamento visto nas instituições públicas brasileiras. Uma corporação que tem como referência ser uma instituição que realiza ciência forense, traz à tona um sentimento de incredulidade por parte dos servidores que estão na linha de frente. Inferimos que os percalços vividos na execução do trabalho pericial ressignificam o sentimento de satisfação com o trabalho e de pertencimento à corporação.

Havíamos acabado de sair da base em direção à zona sul. Marginal Tietê travada na altura da Ponte do Morumbi, chefia da sala de meio ligando pedindo para priorizar o local, pois a mídia já estava lá. Vermelho, o fotógrafo, estava dirigindo e esbravejou: Agora querem que a gente voe? Já basta termos que respeitar os radares para não pagarmos uma multa. Porque agora é assim, né? Viatura virou carro de passeio. A mídia que filme. Abre sirene e inicia a saga de sair daquele congestionamento para chegar ao destino. Começam os zigue-zagues. Tratava-se de um corpo carbonizado de uma senhora vitimada pelo neto usuário de *crack*, e a mídia já noticiava o atraso da perícia. Mas a requisição havia sido passada há pouco para a equipe. O endereço na guia rosa não carregava no aplicativo de celular (*Waze*) de ninguém. O local aparecia como inexistente. O perito Lírio liga na DP solicitante para maiores informações sobre a localização. A referência era o Hospital M'boi Mirim. Ao chegarmos na região, o *Waze* continuava sem dar o itinerário. Vermelho resolveu parar para pedir ajuda a alguma viatura que passasse. Assim o fez quando viu uma viatura parada. Pediu ajuda e eles nos levaram até o local da perícia. Ao chegar, as crianças que estavam na rua brincando apontavam para a casa da vítima. Ao descermos do carro, como só havia vaga distante da casa, a rua estava tomada por observadores e alguns repórteres. As crianças vieram se agrupando ao nosso redor, oferecendo ajuda ao perito para carregar a maleta. Uma garota de uns 8 anos perguntou o que seria necessário para ela ser perita. Lírio respondeu com outra pergunta: 'Você gosta de estudar?' Ela fez que sim com a cabeça. E ele disse: 'Continue estudando que ao se formar poderá ser uma perita também.' Ela rebateu: 'Mas precisa ser polícia também?' E ele disse

que sim, e perguntou: ‘Seria tão ruim assim ser polícia?’ E ela responde que sim.

O repórter interrompe o diálogo perguntando se Lírio era o encarregado; ele confirma que sim, mas só iria se pronunciar após a realização da perícia. Passamos por baixo da faixa de preservação amarela, e o PM vem ao nosso encontro para passar os informes da ocorrência. Em seguida, entramos na casa.

(...)

Retornando para a base após a perícia do corpo carbonizado, Lírio e Vermelho, que finalizavam um plantão com dez locais, diziam que era inaceitável uma instituição forense não ter nem um GPS nas viaturas, que era preciso parar no meio da rua para pedir informações, que ali havia sido tranquilo, mas que já tiveram que pedir ajuda na “boca” do tráfico. Como também era inaceitável terem que utilizar seus telefones privados para se comunicar com delegacias ou afins e ainda terem que arcar com os custos.

(Nota do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Ao prestarem o concurso público, os participantes da pesquisa imaginavam o trabalho pericial como um ato heroico, em que iriam promover a justiça por meio da ciência. Algumas expressões usadas por eles indicam que as motivações para seguir a carreira pericial foram *“proteger a população”, “combater o crime”, “defender os fracos”, “vontade de consertar o mundo”* e *“agir em causas de minorias”*. Além disso, também se mostraram interessados pelo status que a titulação confere: *“um perito forense, que desvenda crimes”, “produzir ciência”,* conforme discutido na categoria “O significado de ser policial forense”.

A essa altura, o sentimento de heroísmo que os motivou a prestar o concurso é substituído pelo de “anti-herói”. Há uma desconstrução do herói ao se tornar um perito atuante na linha de atendimento. O encantamento é substituído pela realidade de trabalho incompatível com suas aspirações de novato e idealizações construídas a partir de programas de ficção como os “CSI”. Alguns participantes sentem-se um “herói envergonhado”, engolidos pelas engrenagens da Segurança Pública. O uso de piadas sobre o próprio infortúnio é comum entre eles. Contextualizam o fato como se estivessem fora daquela realidade. Julgam não possuir artefatos tecnológicos de ponta e há uma escassez de material essencial de trabalho, como lacres. Não se sentem respeitados pela sociedade por estarem vinculados a uma carreira considerada pela mídia como “corruptível”, em que apenas o *“só o joio é mostrado pela mídia, e se esquecem que quando vão pedir socorro é para polícia que ligam. Se todos policiais fossem corruptos, estaríamos todos enclausurados”*. (Lilás, fotógrafa técnica-pericial).

“Mas volto a dizer, essa construção nova de mundo, pensar na instituição, ela consegue sobreviver sem reconhecer o funcionário base. Se está funcionando assim, não sei até quando irá funcionar. A instituição não reconhece a base da própria instituição, que é a que faz ela existir.”

(Jacinto, perito criminal)

“Um colega me disse que perdeu uma audiência porque no laudo o perito disse que não lacrou porque não tinha lacre. Não tem cadeia de custódia e perdeu. Aí se você fala na diretoria que precisa de saco e lacres de vários tamanhos ou se a qualidade é ruim, eles não têm essa visão.

E a dificuldade é que quem gerencia lá em cima nunca trabalhou aqui. E nosso diretor, ele não sabe como funciona nosso núcleo. Então ele nos trata como se fôssemos uma seccional, que vai lá anota a placa do carro e pronto. Não é assim. Nosso trabalho é diferenciado, é bem desgastante. Dez plantões no sangue não podem ser comparados a dez plantões de acidente de trânsito. É isso que eles não entendem.”

(Acácia, perita criminal)

Inferimos que essas vivências mobilizam uma personificação das frustrações à mediada que se distanciam da motivação inicial e se deixam enveredar pela busca de um propósito que os traga de volta à realidade experimentada, de forma realista, sem romance, e que suporte as pressões externas e internas que sofrerão ao longo da carreira pericial.

(...) inclinação do poeta moderno de dissociar seu ego por meio da auto-observação em egos parciais e, em consequência, personificar correntes contraditórias de sua vida mental através de vários heróis (FREUD, 1908/1948 apud PINTO, 2015, p. 142).

No imaginário, cria-se um personagem que enfrentará as mazelas de forma cômica, vivenciando, em sua rotina de trabalho, barbáries que despertam a curiosidade de muitos. Os participantes mencionam que mesmo que haja exposição pela mídia e que não gostem de ser identificados, há uma “ vaidade ” em serem sabatinados por pessoas de seu convívio sobre locais que atenderam e tiveram repercussão na mídia. Sentem-se, desse modo, valorizados por terem um olhar diferente sobre os casos e por escutarem a percepção de pessoas externas sobre as apurações policiais e especulações.

“Eu não tenho orgulho. Pela minha relação com a polícia, tem o lugar de vaidade, de ser um assunto que todos se interessam. Na realidade, é um personagem, né? Porque não tem como você passar de fato como é no real. Porque quando você conta o enredo, uma história, terá um pouco do personagem inserido nela, né?”

Mas a gente vive muita coisa curiosa, engraçada, interessante. Eu gosto sim de falar. A história sempre será mais legal do que o que de fato aconteceu.”

(Hortênsia, perita criminal)

O encantamento em ter livre acesso aos locais de crime, por ser o responsável por levantar vestígios que guiem a investigação criminal e por promover a justiça por meio da ciência perde o sentido quando os profissionais não se sentem motivados institucionalmente ou quando são penalizados ao serem realocados para funções que nunca desempenharam e que não possuem perfil para tal.

“Simplesmente pelo fato de precisarem realocar alguém e beneficiar outro, te retiram de sua função — a qual você exerce de forma positiva — para lhe dar uma atividade que gera pouco resultado para a unidade, que poderia estar sendo exercida por uma pessoa menos experiente.” (pausou a narrativa para limpar as lágrimas)

Me sinto pouco valorizada nestas relações aqui estabelecidas, pois sempre me doeí para esse serviço, sempre me aperfeiçoando. E quando você dá conta, é descartada como uma qualquer. Afinal fiz uma trajetória aqui dentro, procurei agregar, para agora ser desvalorizada desta forma. Não acho justo, e não pretendo ficar nessa função. Isso sim tem me feito mal. Adoro estar na rua, atuando. Mas aqui é assim, os piores são beneficiados e os melhores massacrados. Até quando será assim não sei. Nossa chefia é submissa e não busca defender nossos interesses, sempre acata as ordens de quem nem sequer conhece o serviço.”

(Laranja, fotógrafa técnica-pericial)

A perícia criminal brasileira possui características regionais que variam de diferenças salariais e prestígio. Unidades federativas como Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal possuem um número efetivo de peritos superior a outros estados, que permanecem com déficit mesmo após a abertura de concursos públicos, como São Paulo. A demanda pericial de atendimentos por número de habitantes em São Paulo é superior à desses estados, os quais possuem índices de criminalidade inferiores. Tais discrepâncias são relatadas pelos peritos, fazendo com que se sintam desmotivados e desvalorizados, principalmente ao perceberem que seus representantes não pleiteiam melhorias para classe.

“Não tem muita motivação para o trabalho. Fazendo uma comparação... Tenho conhecidos que entraram no estado de Minas Gerais na mesma época que eu. Hoje eles tiram 12 mil reais líquidos; e eu, 6 mil reais. Em três anos eles (peritos de MG) atenderam uma média de 120 locais. Teve um perito que em 3 anos atendeu apenas um homicídio. Três anos deles dariam três meses de trabalho meu. Em três anos já estou com mais de 845 laudos.

O pessoal de área, de IC de clínica médica³², que atende tudo, desde máquina caça-níquel até pichação, por mais que os laudos sejam simples (exceto de acidente de trânsito), há uma demanda grande de trabalho. Sempre estão sobrecarregados e devendo laudos.”

(Lírio, perito criminal)

“Quando vou aos congressos fico revoltada. Lá em Brasília vão para local com dois ou três peritos; aqui sempre é um. Lá fazem 70 laudos por ano, a casuística deles é bem pequena diante da nossa. Só fica no sangue quem gosta muito ou quem vai fazer um trampolim para outro setor. Aqui você vai levar trabalho para casa para fazer o laudo. Tem que estar disponível para ir ao fórum defender seu trabalho, então eu acho que ocupa muito seu tempo.”

(Acácia, perita criminal)

Para ocupar o cargo de Superintendente é preciso ser um perito. As eleições não acontecem de forma transparente, conforme os participantes relataram, e os pares a comparam à “política do café com leite”³³ — ora assume um perito criminal, ora um médico legista. Nesse cenário, composto por alternância de superintendentes sem uma proposta real, a classe se sente sem representação institucional, já que os projetos anteriores não são prosseguidos. Isso prejudica a desvinculação real com a PC, pois não há um diálogo permanente para viabilizar reformulações nos procedimentos operacionais, assim como melhorias na performance da equipe na rua, que se vê sem retaguarda institucional para enfrentar as adequações necessárias nos processos de trabalho após o desmembramento da SPTC da PC.

“A questão da ascensão não é algo bem definido. É lógico que tem as carreiras que para conseguir precisam de tempo e cursos, tem que estar bem com o chefe, ter indicação. Eu acho que não consigo chegar

³² IC clínica médica abrange os núcleos não especializados que realizam todas as perícias, como crimes contra a pessoa, acidentes de trânsito e crimes contra o patrimônio. São identificados no organograma institucional como Núcleo de Perícias Criminalísticas da Capital e Grande São Paulo (EPC).

³³ A política do café com leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o Governo Federal durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais.

à Especial, pela morosidade, o quadro de servidores não se renova, não entra gente.”

(Hibisco, perito criminal)

“Evito estar no andar para não me relacionar com a equipe da administração ou esbarrar com os “Aspones”, pois algumas coisas aqui me irritam. Você ver que as pessoas boas, que se dedicam, nunca recebem oportunidades; já os encostados, que nada fizeram pela instituição, são promovidos para continuar sem fazer nada. Prefiro nem ver essas coisas, venho fazer meu trabalho e voltar para casa, logo estarei aposentado mesmo.”

(Verde, fotógrafo técnico-pericial)

“Em órgãos públicos o que acontece é assim: a pessoa que trabalha bastante carrega o piano, então o pessoal de cima não tem interesse de leva-la para a Diretoria. Ela faz o serviço girar. Então eles dão um cargo na Diretoria para quem não fará nada. E o que trabalha, o que faz girar, acaba se desmotivando e acaba virando aquele que não faz nada.

O pessoal que trabalha na rua está esquecido.”

(Lírio, perito criminal)

Os servidores periciais alegam que a instituição não oferece uma retaguarda que valide suas atuações na linha e que ao mesmo tempo forneça subsídios para que implementem e ajam conforme a legislação preconiza. É comum se verem sozinhos para enfrentar os desafios, caso questionem solicitações periciais ou se neguem a realizar procedimentos fora de sua atribuição ou que ofereçam riscos exacerbados, como “mexer em podrão”³⁴. Há casos de resistência com alteração das provas e até mesmo locais periciados em que há muito dinheiro envolvido.

“Não existe aquela coisa de que todo policial é corrupto. O que dá vergonha é que eu faço perícia com uma polícia diferente. Até porque quando chego lá para fotografar o que deveria sumir já sumiu. O que está lá será fotografado e descrito. Não pode generalizar, todo lugar tem gente boa e ruim. Não dá para generalizar, senão a polícia já teria acabado. A oportunidade faz o ladrão. Você tem que ter muita estrutura. Entrar numa casa onde tem dinheiro jogado, joias, e você falar: ‘Nossa, e eu cheia de boleto vencido.’

Quando a gente vai nessas casas, nessas mansões, sempre vou acompanhada em qualquer cômodo. E não é pelo PM não, é por alguém da casa, porque o coitado do PM ainda pode ser acusado de alguma coisa.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

³⁴ Corpo em estágio avançado de putrefação, em decomposição.

“Quando tem local que tem muito dinheiro envolvido, eu peço para fotografar. Teve local que achei muito dinheiro da vítima. Liguei para a família informando o valor e que havia deixado na delegacia. O que eu puder fazer para tentar evitar o desvio, eu faço.

Fazer um local que tenha envolvimento de policial na morte, irei fazer normalmente, e se houver vestígios que apoiem aquela versão, irei emitir de acordo com as provas. A gente sente que às vezes mexem no local. Mas sempre registro no laudo escrito.

Nós que conhecemos a rua, a realidade do policial, sabemos as reais condições de trabalho. E quando há uma “resistência”, sabemos o quão complicado é decidir, pois o cara tem segundos para efetuar um disparo, e o juiz terá um mês para analisar, ou seja, são tomadas de decisão distintas. Acabo tendo um pouco mais de compreensão, serei técnico. Mas sou realista.”

(Lírio, perito criminal)

O distanciamento institucional da chefia com a operação, somado ao fato de não deslumbrarem melhorias na corporação, ressignifica a relação com o trabalho — mecanismos protetivos são aplicados.

“Não me reconheço nesta instituição. Ela já foi muito boa, mas de uns anos para cá está sucateada, às moscas. Inventaram de se tornar autônoma da Polícia Civil, mas o que adianta? Não possui recursos financeiros para isso, não tem parcerias, e a Polícia Civil não reconhece essa autonomia. Ainda é a corregedoria que realiza as apurações e punições, ou seja, ainda estamos atrelados a eles. Aqui falta estrutura física para trabalhar interno. Há plantões que não tem água para tomar uma ducha depois de sair de um local de “podrão” ou quando chove molha tudo aqui dentro. As viaturas ficam sem revisão um bom tempo e sempre apresentam um defeito ou geram insegurança. Já parei em um lugar de alto risco com a viatura parada por duas horas e foi necessário que o pessoal da Polícia Militar nos rebocasse para a delegacia mais próxima. Depois que desvinculou, não temos essa logística de apoio, que antes era da Polícia Civil. Enfim, saímos para a rua sem suporte nenhum e temos que fazer nosso trabalho a qualquer custo. E se deixarmos um local sem fazer, somos penalizados.”

(Verde, fotógrafo técnico-pericial)

Entendemos que os mecanismos protetivos são mobilizadores para os servidores perseverarem na carreira pericial; as motivações são distintas e algumas até individuais.

A mídia amplifica esse sentimento de desvalorização e não reconhecimento da atividade pericial ao agir de forma tendenciosa, ao questionar a credibilidade das

ações policiais e ao optar por veicular versões com contextos que generalizam condutas ilícitas dos policiais como se essas fossem um padrão institucionalizado.

Vergonha, humilhação, vexame e outras emoções de natureza similar refletem que o trabalho policial adquire uma dimensão não contemplada pelos modelos teóricos do significado do trabalho, como as emoções tóxicas mencionadas por Frost (2003), as quais, segundo o autor, são inevitáveis no mundo do trabalho (SILVEIRA e MEDEIROS, 2016, p. 144).

Os participantes expressaram uma percepção de que as leis protegem mais aqueles que as infringem do que aqueles que as obedecem. Sentem-se expostos e desacreditados em mudanças nos processos burocráticos, investigativos e sentenciasais que compõem um inquérito criminal.

“(...) já fiz local de latrocínio em que o indiciado era conhecido por outros locais periciados. Aí você faz um laudo, manda para o delegado, e depois de meses tá solto novamente, fazendo miséria com pessoas inocentes. E se eu deixar de fotografar algo, ter um ato falho, sou penalizado no meu histórico, perdendo privilégios na corporação.”

(Branco, fotógrafo técnico-pericial)

Há também aqueles participantes que entendem que existem delitos em que os infratores podem ser resgatados pelo Estado, que sua recuperação depende de como eles são sentenciados e inseridos novamente na sociedade. Infelizmente, as ações são escusas e inoperantes, e *“um ladrãozinho recebe mais apoio do poder paralelo do que do Estado e acabam virando bandidos”*. (Saramago, perito criminal)

A primeira vez que entrei na parte interna de uma delegacia estava acompanhando a perita Hortênsia em uma coleta de resíduo gráfico referente a uma tentativa de roubo em que o infrator disparou contra um comerciante, e esse revidou, mas foi alvejado. Era uma delegacia na zona sul, na região do Jabaquara.

Questiono como deveria me comportar, pois estava bem nervosa. Ela me orientou a andar no meio do corredor e evitar encarar os que estivessem na cela.

Logo que chegamos na delegacia o delegado nos recebeu e pediu ao investigador que nos acompanhasse até a cela onde estava o infrator. No corredor de acesso havia um cheiro forte de mofo, e as paredes estavam bastante úmidas e descascadas. Havia duas celas, uma de frente para a outra, com roupas penduradas em varais, redes suspensas e alguns braços apoiados na cela. O investigador pede para que eles deem licença pois iriam passar. Os braços são

recolhidos. A voz de um homem ecoa: *“Aí novato, mal chegou e já está recebendo visita de duas princesas.”* O investigador pede por silêncio. Sigo atrás do investigador e a perita atrás de mim. Ao chegarmos na cela do suspeito, Hortênsia pede que ele seja isolado em uma cela que estava vazia. O investigador assim o faz, coloca as algemas nele e pede que continue a olhar para o chão.

Na cela, a perita começa a realizar o residuográfico. Como estava sem filme para a coleta, improvisou com um esparadrapo. Ela o questiona qual foi a motivação do assalto, e ele diz: *“Doutora, tenho família, não acho emprego, não podia voltar sem nada para casa.”* A perita pergunta como foi, e ele diz que só atirou porque o comerciante sacou a arma.

(...)

Ao entrarmos na viatura, Hortênsia diz: *“Mais uma vítima do submundo, realidade que o Alckmin não vê, pessoas negligenciadas.”*

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Os participantes da pesquisa também apontam o descaso que o Estado tem com as populações mais vulneráveis. O servidor pericial sente-se impactado nos locais onde o Estado tem baixa atuação, onde as ações de prevenção da criminalidade são falidas, restando a eles lidarem com uma duplicidade de sentimentos: amor e ódio pelo exercício profissional com as populações desprivilegiadas, e suas ressignificações com o mundo real que o cerca. O tão sonhado senso de oferecer justiça aos injustiçados vai se perdendo em meio às falácias de justiça para todos.

“É a questão do estômago, sabe? Poxa, você olha um moleque de 13 anos fazendo uma miséria. Tipo... eu sinto que não é uma responsabilidade dele, é uma responsabilidade do Estado. O Estado furou completamente com aquele jovem de 13 anos. Antes eu pensava isso, hoje eu continuo pensando. Acho que a culpa ainda é do Estado, mas eu prefiro ver ele preso ou morto, do que ver ele fazendo o que costumava fazer. Isso é muito chato.

É uma dualidade para mim. É muito fácil você só ficar culpando um moleque de 13 anos, mas não dá para deixá-lo continuar fazendo a miséria. E essa reconstrução doeu um pouco, e dói ainda, né?! É superdoído, sabe? É um confronto interno. Você vê aquela miséria e deseja que aquele “filho da puta” morra, sabe? Você alimenta aquele ódio, pois já vivencia muitas mazelas por aí, e pelas razões mais rasteiras, não por estar faltando dinheiro para sustentar a família. É para ir para um baile funk. Você desenvolve um ódio, mas sei também que aquilo é um subproduto, né? Pela falta de estrutura do Estado que não oferece para as pessoas carentes, né? E quando venho para o ambiente acadêmico, as pessoas só veem esse lado e defendem. E eu já conheço os dois lados, né? Realmente é muito difícil, vivo essa dualidade.”

(Lisianto, perito criminal)

O sentimento de estar “*enxugando gelo*” ao executar as perícias solicitadas também esteve presente nas narrativas dos servidores periciais. De nada valerá fazerem um trabalho bem feito, com laudos bem redigidos, se o inquérito for arquivado pelas autoridades requerentes (juízes). Sentem-se explorados e desvalorizados ao atuarem na linha, local que identificam ser a fonte dos resultados de desempenho da SPTC. Criticam a falta de investimento em um *software* que viabilize a emissão dos laudos de forma padronizada e digitalizada, os quais posteriormente poderiam ser utilizados em estudos institucionais, uma vez que, atualmente, os laudos não possuem um procedimento padrão de preenchimento e redação. Como dito nas categorias anteriores, o laudo nem sempre é elaborado próximo ao evento periciado, o que pode levar alguns dados a caírem no esquecimento. Conforme DEJOURS (2004), a desvalorização institucional leva o trabalhador a uma sensação de impotência e incapacidade, e de que seu esforço e dedicação são inúteis e descartáveis.

“Tem a questão negativa de ser público, de ter feito mais de mil laudos e não voltar nada. Então eu poderia estar num estágio de excelência na elaboração de laudos se o ambiente fosse diferente. Eu tenho um laudo acomodado. Se faz daquele jeito e funciona, você não fica querendo fazer uma coisa cada vez melhor, sabe? E eu também não tenho nenhum amor pela instituição. Não vou fazer um laudo medíocre, sabe? Mas se for usado espero que ajude. Mas na maioria das vezes nem é usado sabe?”

(Hortênsia, perita criminal)

Algumas tarefas prescritas levam à morosidade na execução de condutas periciais que poderiam ser alinhadas com a participação dos superiores da SPTC e dos delegados requerentes das perícias. Os participantes da pesquisa alegam que não há um diálogo entre esses representantes, visto que a PC se julga superior à SPTC. em que o desmembramento ainda não está efetivamente realizado, já que ainda se veem dependentes tanto para executarem o trabalho na rua, ao realizarem atendimentos de locais de crime desnecessários sobrecarregando os atendimentos que de fato são periciáveis. O sistema de comunicação (CEPOL) pertence à PC, e os servidores periciais não possuem uma linha de comunicação própria da SPTC. O treinamento na Acadepol também é da PC, assim como as armas e munições recebidas. A corregedoria é da PC, portanto, a responsável por solicitar as requisições é a mesma que pune os servidores.

“A corregedoria é deles. Eu já arrumei briga com delegada. Fiquei dois anos na corregedoria, perdi duas promoções, já poderia ter sido classe especial antes. Quando há promoções, você não pode concorrer se estiver na corregedoria. Então foi assim, demorou esses anos e tive que pagar advogado do meu bolso. A instituição não está nem aí, ninguém é sua testemunha, ninguém fala por você. Mandam seu prontuário sem os elogios que obtive ao longo da trajetória, somente com as observações da época da ACADEPOL. No final eu fui absolvida, e a delegada respondeu processo por abuso de autoridade. Foi um caso atípico porque delegado nunca vai contra delegado, e a corregedoria é deles, né?”

Então é uma coisa assim, se eles quiseram a nossa independência, deveriam pensar numa academia de treinamento própria e numa corregedoria própria, pois faz muita diferença.

Nós nem temos uma central de comunicação própria; usamos a CEPOL que é da Polícia Civil. A ACADEPOL é da Polícia Civil, a Corregedoria é da Polícia Civil.

Olha, eu já trabalhei na época que era delegado, e trabalhar com delegado tem poder e prestígio, né? Você não iria ver elevador quebrado, as viaturas nas condições que estão. Mas eles também influenciavam no seu trabalho. Então talvez seja melhor como está.”

(Acácia, perita criminal)

CANO e DUARTE (2014) realizaram um diagnóstico geral sobre o modo de funcionamento das corregedorias dos órgãos de segurança pública no Brasil, entre eles: Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Os dados coletados procedem fundamentalmente de um questionário eletrônico que foi enviado em 2012. Os autores concluíram que:

(...)o foco das corregedorias é a atividade de apuração e repressão dos delitos, sendo dada pouca ou nenhuma atenção às ações preventivas e de melhora da qualidade do serviço. No entanto, muitos órgãos correccionais mal conseguem desempenhar sua função disciplinar em consequência dos seus recursos limitados e de diversos outros obstáculos, como a falta de investimento em inteligência. O trabalho disciplinar segue o padrão do sistema de justiça criminal, sob um modelo inquisitorial, cartorário e burocrático, no qual a prevenção é posta em segundo plano. Em suma, o investimento na função correccional nas instituições de segurança pública no Brasil é ainda muito modesto em termos quantitativos e qualitativos e os órgãos correccionais precisam ainda se constituir como dinamizadores efetivos na prevenção dos desvios e na melhora da qualidade do serviço (CANO e DUARTE, 2014, p. 106).

De acordo com os participantes, não há um *feedback* sobre os laudos periciais emitidos. A ausência de verificação da qualidade do laudo repercute nas práticas diárias. Conforme já mencionado, o tempo de treinamento na Acadepol e de estágio

não foram considerados satisfatórios pelos participantes. A desenvoltura pericial vai florescendo na prática diária e com a ajuda de veteranos. O mesmo ocorre na emissão dos laudos, pois não há um modelo institucional a ser seguido e nem uma avaliação por pares. Portanto, eles se sentem desprovidos de uma retaguarda que ofereça um desenvolvimento técnico que possa resguardá-los e aprimorá-los profissionalmente caso recebam alguma notificação da corregedoria ou dos tribunais de justiça.

“A falta do feedback é muito ruim porque não consigo avaliar meu trabalho, principalmente os casos de informática. E não sabia se seria elegante ir atrás para saber se teve conclusão. A gente aprende quando há repetição dos casos.”

(Jacinto, perito criminal)

“Teve um local que fiz, uma vistoria no carro de um homicídio. Descobri que quem havia atirado era o motorista e não o passageiro, como os indiciados haviam relatado. Solicitei a presença do delegado — e olha que a DP era do lado — mostrei para ele e pedi que fizesse outro interrogatório com os meninos. No fim, realmente era a minha versão dos fatos.

Passou no jornal (FIGURA 20), o caso era daquele menino que organizava rolezinhos nos shoppings. Eu só tive feedback porque encontrei com o PM em outro local e aí me contaram. Também vi porque estava na mídia, né? Senão nem teria ficado sabendo. Acho muito importante estarmos em constante aprendizado.”

(Lírio, perito criminal)

Figura 20 – Notícia do homicídio do organizador de “rolezinhos” Leonardo Alvarenga – G1 Notícias.

30/10/2014 07h08 - Atualizado em 30/10/2014 07h11

Organizador de ‘rolezinho’ é morto por amigo na Zona Leste de SP

Garoto de 16 anos foi atingido por tiro na cabeça na segunda (26).
Leonardo Alvarenga era famoso pelos encontros que ajudava a promover.

Livia Machado
Do G1 São Paulo

Leonardo era famoso por organizar 'rolezinhos' na Zona Leste da cidade (Foto: Reprodução Facebook)

Conhecido por ajudar a promover 'rolezinhos', encontros organizados pelas redes sociais, principalmente, em shoppings da capital paulista e da Grande São Paulo, Leonardo Henrique Soares Alvarenga, de 16 anos, foi morto na madrugada desta segunda-feira (27), no Parque Guarani, na Zona Leste da cidade.

Segundo a polícia, o garoto foi atingido por um tiro na cabeça, disparado pelo funileiro Leonardo Pereira de Almeida, de 18 anos, amigo de Alvarenga. Os dois voltavam de uma festa acompanhados de outras quatro pessoas, todas de 17 anos, no carro de Almeida.

saiba mais

Conheça a história dos 'rolezinhos' em São Paulo

'Rolezinho' nas palavras de quem vai

Garotas explicam os 'rolezinhos'

'Rolezinhos' em shoppings são grito por lazer e consumo, dizem funkeiros

À polícia, o grupo disse inicialmente que foi abordado por dois motoqueiros que anunciaram o assalto e atiraram no menino. Após perícia no veículo, porém, foi constatado que o disparo tinha partido de dentro do automóvel.

Os cinco adolescentes foram novamente ouvidos e revelaram que Almeida tinha atirado no amigo ao "brincar" com uma arma emprestada.

O revólver calibre 38 pertencia a Robson dos Santos Lopes, de 30 anos, que foi preso em flagrante por porte ilegal de arma. De acordo com testemunhas, Lopes é traficante na região e amigo apenas de Almeida. O caso foi registrado no 32º Distrito Policial, em Itaquera, e os dois suspeitos de envolvimento estão detidos.

Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/organizador-de-rolezinho-e-morto-por-amigo-na-zona-leste-de-sp.html>. Acesso em: 22.03.2019

Há um impasse institucional no processo de desvinculação da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil. Os participantes não definem se essa ruptura de fato ocorreu, pois o andamento dos processos forenses ainda depende grandemente dos da Polícia Civil, indo de encontro com a Lei 12030/2009 que após o seu advento determina a autonomia da perícia oficial que garantirá a sua necessária independência dos órgãos policiais, o que é de fundamental importância para que os exames periciais e demais laudos técnicos sejam feitos com a mais absoluta imparcialidade e rigor científico. Porém, os cargos de chefia não enumeram as ações que necessitam ser planejadas para que haja, de fato, uma cisão na qual a Polícia Técnico-Científica possa obter subsídios para manter todo o processo de trabalho. Os participantes se veem em meio a um fogo cruzado e sujeitos a retaliações.

“Não me considero uma policial. Eu tenho uma reconceitualização em que me enquadro. Então quando alguém me pergunta, eu digo que não sou, pois o seu conceito de policial é diferente do meu. Então se elas (Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica) se separassem amanhã, eu não iria perder nada. Tem gente que iria ficar enlouquecido, em tirar viatura, em tirar a arma.

Mas aqui você entra de viatura dentro de uma favela, você acha que vou querer ir sem arma? Se eu pudesse entrar de jaleco, acharia mais pertinente.”

(Hortênsia, perita criminal)

“Que ninguém me escute, mas preferiria quando era Polícia Civil. Porque antes tinham mais pulso firme, e o pessoal aqui precisa ser mandado, sabe? Tinha mais verba, havia respaldo. Hoje a perícia é a segunda opção. Muita gente faz mestrado, atua na profissão em consultório, vende plantões, enfim, aqui virou um bico. Então, por conta de o salário ser pouco, aqui vira segundo vínculo, e a perícia se torna segundo vínculo. Com isso a qualidade também cai porque todos querem passar despercebido, e ninguém luta por nada, sabe?”

(Violeta, perita criminal)

3.4 A AMPLIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA PELA MÍDIA

3.4.1 “Datena” em Ação: a Morte como Espetáculo na Periferia *versus* a Morte Velada nos Bairros Nobres

“A mídia vende isso tudo como um show; e não é um show de horror. Tem família, tem gente envolvida, tem sentimentos envolvidos. Então eu acho que a gente não deve tratar isso como um show business, por mais que a mídia queira vender para nós que é uma violência generalizada, onde eu trabalho eu sei que ela é pontual. Esse tipo é exceção, não é regra.”

(Vermelho, fotógrafo técnico-pericial)

Tragédias envolvendo a morte de inocentes e grupos de pessoas por ações brutais, ao serem noticiadas, geram comoção nacional — principalmente na ocorrência de massacres e chacinas. A repercussão desses crimes toma conta de todos os meios de comunicação do país (televisivo, impresso, rádio e digital). Quando há o envolvimento de pessoas públicas, percebe-se que os meios de comunicação resgatam a história daquela vítima aumentando a repercussão. Dentre os crimes que foram amplamente divulgados nas mídias podemos citar: as chacinas do Carandiru e da Candelária; o caso Isabela Nardoni; o caso Suzane von Richthofen; o sequestro do ônibus 174, no Rio de Janeiro; o caso de homicídio envolvendo o goleiro Bruno e o recente massacre de Suzano.

A morte tem o poder de deflagrar narrativas que emergem na mídia de forma híbrida, pois articulam informações sobre um real imediato a testemunhos gravados do morto, recuperação de registros nos arquivos de jornais ou da televisão, coleta de testemunhos de seus contemporâneos que permaneceram, narrativas que, muitas vezes, adotam um tom emocionado e trágico (RONDELLI e HERSCHMANN, 2000, p. 204).

As perseguições policiais com resistência, tentativas de assalto e casos de latrocínio têm sido frequentemente transmitidas ao vivo nos programas policiais, como se fossem um *“reality show”*. O apresentador narra os acontecimentos simultaneamente, transmitindo imagens exclusivas sem a menor preocupação com a possibilidade de anunciar uma morte ao vivo. Tragédias cotidianas são frequentes no repertório desses programas e possuem consumidores fiéis, ou como dizem: *“mostra o corpo, que o povo gosta”*. E, de fato, o corpo em via pública prende a atenção dos transeuntes, o tráfego é prejudicado ao desacelerarem para visualizar o evento. Ao pensarmos em uma transmissão televisiva, essa aguça ainda mais esse olhar em torno do corpo desfalecido, em uma mídia de alta resolução e com direito a angulações e focos de imagem invasivos.

Nem todos os veículos de informação buscam checar a veracidade dos fatos antes de divulgá-los aos espectadores; as ações são por vezes impulsivas e ambiciosas. A imprudência ocorre a fim de noticiarem em primeira mão para ganhar audiência. Por exercerem um papel de formadores de opinião, não deveriam agir de forma parcial, emitindo juízo de valor e instigando os espectadores, mas sim levando a informação para promover reflexão, com imparcialidade, sem criação de estereótipos, sem segregação social e econômica e sem desrespeitar os direitos humanos.

Mesmo considerada a liberdade de imprensa e de expressão, a programação deve sempre observar os valores e princípios constitucionais, dentre eles a inviolabilidade do direito à vida, a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a promoção do bem de todos, a prevalência dos direitos humanos e, enfim, o repúdio à violência, por ilegalidade ou abuso de poder (Carta Capital, 12.01.2016)³⁵

A amplificação da violência pela mídia faz com que os réus já entrem no tribunal condenados por ela e, conseqüentemente, pela sociedade. Dessa forma, inferimos que, ao lançarem mão da linguagem da violência urbana, tais meios de divulgação fazem reverberar pulsões negativas no espectador, estimulando violações de direitos humanos, incitação ao ódio, justicamento e um sentimento de insegurança constante na sociedade. Durante as reportagens, os apresentadores dos programas

³⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/mpf-quer-retratacao-da-record-por-incitacao-a-violencia/> Acessado em: 20.03.19

policialescos cobram ações governamentais contra a criminalidade, expõem as falhas das corporações que compõem a Segurança Pública do país e avaliam o desempenho dos policiais na linha de frente sem nenhum compromisso em retratar a realidade do trabalho dessa categoria. “Os policiais civis alegam que há uma divulgação da imagem negativa da classe por parte da sociedade e da mídia, e falta de apoio legal e governamental ao trabalho da polícia.” (COLETA e COLETA, 2008, p. 62).

O público que consome esse tipo de programa sente-se representado pelos apresentadores “justiceiros” por eles darem voz ao povo. Ao apresentarem soluções simplistas para políticas públicas que envolvem grandes discussões entre pesquisadores e intelectuais, eles vão ganhando audiência e representatividade.

O objetivo principal do jornalismo sensacionalista é aumentar, ou manter para aumentar a venda de jornais (jornalismo impresso), a audiência dos ouvintes (rádio) ou telespectadores (televisão). Obviamente, essa atitude pode diminuir o foco jornalístico aos assuntos mais objetivos e que atendam aos critérios de noticiabilidade para assuntos mais populares, apelativos e que rendam bastante audiência. A mídia sensacionalista expõe programas de rádio/televisão e jornais em que se divulgam livremente: a violência nas favelas, crimes passionais, escândalos envolvendo anônimos ou famosos, “curiosidades”, prisões de bandidos perigosos, assassinatos e afins devido a todo o apelo que estes temas têm sobre a população (RIBEIRO, 2016, p. 184).

Na televisão aberta brasileira há emissoras que contêm jornais policialescos em sua programação, com transmissões ao vivo das novidades do “mundo cão”. Esses jornais ofertam imagens que são captadas desde helicópteros a “motoboys”, possibilitando visualizar a ação policial e criminosa em tempo real e por ângulos distintos. As emissoras com transmissão nacional possuem a mesma grade de programação, porém veiculam notícias regionais sobre a “bandidagem” — um dos chavões utilizados pelos apresentadores ao se referirem à ação dos criminosos. O horário de veiculação é estratégico para apreender a atenção do público consumidor. Esses noticiários policiais são transmitidos predominantemente no horário vespertino e seu público é formado principalmente:

(...) por telespectadores de classe baixa, com uma renda média familiar de 2 a 3 salários. São mulheres do lar, camelôs, funcionários de lojas (...) têm entre 26 e 35 anos; quanto à escolaridade, têm o fundamental completo, alguns possuem o médio, mas ainda não

podemos mensurar se são, em sua maioria, homens ou mulheres (ARAÚJO e LIMA, 2008, p. 11).

Por serem programas classificados como jornalísticos, não são submetidos à classificação indicativa, o que os torna acessíveis a crianças e adolescentes, mesmo transmitindo imagens consideradas fortes, com narrativas pejorativas e infundadas, conforme denúncias feitas ao Ministério Público Federal (MPF). Portanto, percebe-se que esses noticiários abrangem uma camada vulnerável da sociedade, de fácil persuasão para veiculação de notícias midiáticas e sensacionalistas e de fácil replicação por outras mídias, principalmente redes sociais, em que opiniões são construídas em cima de notícias instantâneas e sem averiguação dos fatos.

Os principais programas com essa vertente atualmente no ar na televisão aberta são: “Cidade Alerta”, veiculado pela TV Record e “Brasil Urgente”, transmitido pela TV Bandeirantes.

O primeiro programa de televisão a ficar conhecido no Brasil deste gênero foi o “Aqui Agora”, do SBT nos anos 90 e no ano de 2008, posteriormente o “Cidade Alerta”, da TV Record em 1995, apresentado por Marcelo Rezende e o “Brasil Urgente”, da TV Bandeirantes em 2001, sendo comandado por José Luiz Datena, exibidos até a atualidade, com elementos do programa “Aqui Agora” e de programas relacionados como: duração exagerada das reportagens, uso de drama e apelação, cobertura de casos polêmicos (RIBEIRO, 2016, p. 194).

De certa forma, tais programas não acabam no horário estipulado, pois além de serem transmitidos em tempo real por outras mídias, os noticiários são disponibilizados nos sites oficiais das emissoras e, portanto, podem ser vistos e revistos na íntegra em qualquer horário. Há também a participação dos espectadores, que interagem com os apresentadores por meio das redes sociais, emitindo opinião sobre as reportagens e sugerindo temas a serem abordados. A interação ocorre pelo “Twitter”, “Facebook” e pelo próprio site do programa. Alguns telespectadores também utilizam as redes sociais para replicarem as notícias provenientes dessas fontes.

Alguns chavões são utilizados pelos apresentadores, como “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos para humanos direitos”. Algumas violações de direitos humanos são reverenciadas por eles, principalmente quando envolvem a construção estereotipada do “bandido”. Esses são julgados culpados sem nem haver o posicionamento emitido pelas autoridades em boletim policial sobre o caso após a

investigação. Há uma falta de proteção ao menor infrator, que é severamente criticado nas narrativas de apologia à redução da maioridade penal.

Ao longo de suas carreiras, os apresentadores de noticiários policiaiscos construíram a imagem de uma autoridade popular; possuem representatividade popular por tentarem ocupar o papel do Estado na mediação dos conflitos. Utilizam-se de argumentos extremistas e rasos perante a magnitude que é solucionar as questões que cercam a criminalidade. Diante disso, a audiência se sente vingada sem realmente ter havido uma ação judiciária, somente pelo fato de ouvir na narrativa dos apresentadores aquilo que gostariam de dizer ou fazer naquele episódio transmitido. Nem sempre as medidas cabíveis por parte do Judiciário ocorrem na velocidade que os espectadores esperam, e a frustração leva o público a se ludibriar com as soluções rápidas explicitadas pelas cobranças severas feitas às autoridades pelos mentores dos programas policiaiscos.

Percebe-se que há uma tentativa de aproximação dos apresentadores com o “povão”, ao se utilizarem de discursos populistas tematizados por uma questão que gera grande temor à sociedade, que é a insegurança pública. Vivenciou-se nas eleições presidenciais de 2018, a eleição de um presidente que possuía ações na área da Segurança Pública como principal proposta de governo. Quando era candidato, o Sr. Jair Bolsonaro também se utilizava das redes sociais para emitir discursos inflamados sobre seus projetos de intervenção na segurança pública.

Alçados à posição de representantes da sociedade, esses apresentadores muitas das vezes passam a integrar a chamada “bancada da bala” e a adotar agendas conservadoras, em especial em relação à segurança pública e aos direitos humanos, contra os quais também rotineiramente são proferidos discursos inflamados no rádio e TV (MARTINS, 2016).³⁶

Conteúdos que violam os direitos humanos e com apologia à violência são vetados pela Constituição Federal. Porém, as violações de direitos humanos presentes na programação dos canais de noticiários sensacionalistas persistem. Existem várias denúncias dessas programações por continuarem veiculando imagens inapropriadas e discursos de exclusão que desrespeitam os Direitos Humanos. Uma dessas denúncias foi feita ao MPF pelo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação

³⁶ Disponível em: <https://ponte.org/policialescos-intervozes/> Acessado em: 18/03/2019

Social, parceiro de CartaCapital, contra os programas dos apresentadores Marcelo Rezende (Cidade Alerta) e José Luiz Datena (Brasil Urgente). Ambos transmitiram e narraram em tempo real a perseguição em alta velocidade de policiais a dois motociclistas que, ao se desequilibrarem da moto, caíram e foram alvejados à queima-roupa. O Intervozes alegou que “as imagens mostradas eram inapropriadas para o horário e não respeitavam a finalidade educativa e cultural a que estão subordinadas as emissoras de televisão.” (CartaCapital, janeiro.2016)³⁷ Esse fato ocorreu em 2015 e gerou grande repercussão (Figura 21). O MPF acatou a denúncia e aplicou as penalidades cabíveis, sendo elas:

O MPF pede à Record para veicular uma retratação, por dois dias úteis, no mesmo horário do programa *Cidade Alerta*, em que deixe claro que a emissora não compactua com o posicionamento de hostilidade e incitação à violência adotado pelo apresentador Marcelo Rezende durante a transmissão da perseguição policial aos suspeitos. Em caso de descumprimento, a emissora deverá pagar multa de 97 mil reais por dia. A retratação deve durar o mesmo tempo da reportagem exibida em 23 de junho (CartaCapital, janeiro.2016).

³⁷ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/mpf-quer-retratacao-da-record-por-incitacao-a-violencia/>

Figura 21: Notícia veiculada pelo Portal Vermelho, em 24 de junho de 2015, São Paulo, SP.

Incitação à violência policial protagonizada pela televisão brasileira

Nesta terça-feira (23), a TV Record e a Bandeirantes, com os apresentadores Marcelo Rezende e José Luiz Datena, narraram em tom de euforia uma perseguição policial que terminou com tiros à queima-roupa disparados por um PM de São Paulo contra um motociclista e seu garupa, já caídos na calçada, após o primeiro disparo do policial. Indignada, Laura Capriglione, do Jornalistas Livres escreveu um texto questionando até quando a incitação à violência será tolerada pela sociedade brasileira.

Marcelo Rezende, apresentador do Cidade Alerta, programa

A indignação de Laura exprime a importância de se discutir o papel da televisão brasileira como influência social. Os meios de comunicação apresentam programas policiais de forma sensacionalista e descontextualizada, com discursos autoritários e chavões, muitos deles jogam no ar opiniões sem valores e sem estabelecer julgamento acerca do mundo social e de sua autoridade como formador de opinião. Aproveitam a audiência obtida a partir de um conteúdo relacionado à violência sem avaliar o quanto essa influência pode causar impacto em seus telespectadores e na sociedade como um todo.

Leia abaixo o texto de Laura, publicado nas redes sociais:

Fonte: Portal Vermelho (24.06.2015). Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/266226-6>

Os programas de noticiários policiais buscam noticiar o fato no momento da ocorrência, com imagens não só do contexto em que a vítima se encontra, mas também da ação policial e tecendo avaliações sobre a desenvoltura da Segurança Pública. Comentários são feitos tanto pelos apresentadores, como por convidados, os quais são considerados especialistas no assunto pelos mentores do programa. Os comentários emitidos pelos apresentadores nem sempre enaltecem o desempenho policial. As críticas visam mudanças nas intervenções policiais e exigem: medidas corretivas em algumas intervenções; rapidez no atendimento; implantação de ações táticas mais precisas e maior número de policiais nas ruas para atuarem de forma ostensiva.

As críticas ocorrem no cenário da Segurança Pública e envolvem a Polícia Militar, Polícia Técnico-Científica, Polícia Civil e Judiciário. Algumas corporações se defendem, justificando as falhas. Os sindicatos aproveitam para denunciar as irregularidades no exercício da função das carreiras policiais.

A SPTC/SP, em particular, é criticada pelo atendimento pericial e por sua morosidade na realização dos atendimentos das requisições emitidas, pela demora na liberação não só de veículos envolvidos em acidentes de trânsito (para regularizar o fluxo nas vias públicas) mas também de corpos em vias públicas. Ela também é denunciada por casos em que a perícia não ocorreu por falta de solicitação pericial.

Na reportagem abaixo (Figura 22), o Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP) emitiu uma nota sobre o posicionamento do apresentador José Luiz Datena, da TV Bandeirantes, ao noticiar o atraso da perícia criminal para identificar um corpo desaparecido. A notícia foi ao ar em dezembro de 2018. O presidente do SINPCRESP, Eduardo Becker, informou que, no caso noticiado, o atendimento foi bastante rápido. A equipe da perícia criminal foi acionada às 17h02 e chegou ao local de atendimento às 17h45. Porém, ressaltou que atrasos ocorrem devido ao déficit de peritos que atuam na escala de plantão e à morosidade das autoridades responsáveis pela investigação requererem a perícia à central do IC.

Figura 22: Nota do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo – SINPCRESP, 16 de janeiro de 2019, São Paulo, SP.

NOTA DO SINPCRESP SOBRE SUPOSTO ATRASO NO ATENDIMENTO DA PERÍCIA CRIMINAL

quarta, 16 de janeiro de 2019, Por: Presidência

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP), vem a público se posicionar sobre as críticas realizadas pelo apresentador José Luiz Datena à Polícia Técnico-Científica, no caso em que um corpo foi encontrado e acredita-se que pode ser de Raquel, desaparecida desde 31/12/2018.

A equipe de perícia só foi acionada pela Polícia Civil às 17h02 e chegou ao local às 17h45, ou seja, o tempo de chegada até o local não foi dito pelo apresentador. O que se constata é que a Perícia Criminal agiu com muita brevidade.

Informações adicionais importantes são as de que a referida equipe de perícia já havia atendido outras dez ocorrências antes de ter sido acionada. Enquanto os profissionais aguardavam no local a chegada do Corpo de Bombeiros, outras duas ocorrências já haviam aparecido no sistema para serem atendidas.

Atrasos no atendimento podem ocorrer devido a duas circunstâncias enfrentadas rotineiramente pela Polícia Científica: (1) a demora no acionamento e (2) a falta de profissionais da perícia, especialmente na carreira de Peritos Criminais.

Fonte: SINPCRESP, 16 de janeiro de 2019, São Paulo, SP. Disponível em: <http://sinpcresp.org.br/posts/nota-do-sinpcresp-sobre-suposto-atraso-no-atendimento-da-pericia-criminal>

Nos programas policiaiscos, “prende-se a audiência” com notícias e reportagens que aguçam a curiosidade do telespectador. Enquanto permanecem no ar veiculam reportagens longas (até 20 minutos), com repetição de imagens e narrativas especulativas.

Como é possível que a imprensa tenha acesso rápido a informações institucionais sobre casos de crimes na capital paulista, com transmissão simultânea da ação policial? Como as notícias são veiculadas se, em alguns casos, a intervenção dos órgãos competentes (Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica) nem ocorreu ainda? Sabe-se que “*freelancers*” circulam atrás de notícias e estão diretamente conectados com a direção dos programas televisivos. Inferimos que os “*freelancers*” têm informantes para obtenção de imagens e informações inéditas do local do crime, da vítima e do suspeito da execução criminal. E quando isso ocorre, há suspeitas de que a informação institucional foi “vazada” por alguém interno das polícias. Em paralelo, há também imagens aéreas feitas por repórteres deslocando-se em helicópteros. Essas imagens são compartilhadas com repórteres em terra, e ambos narram o acontecimento em tempo real.

Percebe-se que há uma sustentação midiática retroalimentada, provavelmente, pelo próprio sistema policial que fornece informações à mídia de forma ilícita, ao mesmo tempo que continuam atuando no atendimento ostensivo e investigativo. Essas inferências resultam de observações e vivências durante a coleta de dados em campo. Alguns dos casos periciados já haviam sido divulgados por essas mídias antes que a requisição chegasse à equipe de plantão. Quando chegávamos no local o “*circo já estava armado*”, conforme a fala do perito criminal Cacto.

Essa fluidez de informações inéditas para a mídia também foi questionada durante as entrevistas semiestruturadas, e obteve-se as seguintes narrativas:

“(...) são igual urubu, sentem o cheiro da carniça de longe, mas há os que tem ajuda neste faro. Infelizmente há colegas informantes que passam para freelancers locais que podem gerar repercussão.”

(Lilás, fotógrafa técnica-pericial)

“A mídia sempre estará lá, seja para registrar ou atrapalhar. E quando o caso vem como prioridade de atendimento, sem nem termos a guia rosa na mão, podemos saber que será midiático, que já vazou.”

(Branco, fotógrafo técnico-pericial)

“Igual casos de resistência, já sabia que quando chegasse, o circo estaria armado. Quanto tem imprensa, já sei que tenho que tomar cuidado com os procedimentos, com as atitudes, que você vai desenvolver lá. Não que eu não faça igual para os outros, irei fazer o mesmo, mas preciso tomar cuidado, porque as informações são editadas.”

(Cacto, perito criminal)

Sem dúvida, os noticiários vespertinos que enfocam a criminalidade mobilizam os telespectadores e podem mobilizar também os responsáveis pelas corporações. Algumas autoridades da Segurança Pública se pronunciam sobre o evento em tempo real para amenizar o informe sensacionalista e possíveis repercussões que poderão acelerar ou retardar os processos investigativos do caso. Porém, como já foi dito nos capítulos anteriores, os crimes que se relacionam com uma realidade mais próxima à do público causam maior sensibilização.

Portanto, inferimos que o viés da desigualdade econômica e social (em detrimento dos direitos humanos) ocorre até para estampar as manchetes dos noticiários policiaiscos. Quando a notícia envolve a classe econômica baixa, as vítimas são mais expostas e negligenciadas, ocorrendo diversas infrações contra os Direitos Humanos como: exposição indevida da pessoa, desrespeito à presunção de inocência, violação de direito ao silêncio e identificação de adolescentes em conflito com a lei (ARAÚJO e LIMA, 2008; RIBEIRO, 2016).

A população da periferia é vista como produtora dessas vitimizações e, quando ela é a vítima, há todo um espetáculo de imagens e informações que não se vê em casos envolvendo a população de maior poder aquisitivo. Para essa população, as autoridades fornecem o mínimo de informações possível até que se defina a linha investigatória a ser seguida. Além disso, os atendimentos são acelerados e nem sempre é possível obter imagens ou informações sobre os casos de vítimas de alto padrão econômico.

Logo que chegamos na sala do meio (sala de triagem das requisições periciais), lá estava o fotógrafo Azul-Marinho sentado conversando com o perito chefe do plantão. O perito Lírio pergunta se ele já almoçou, pois havia um local, que não era urgente, mas que precisava atender logo, pois a chefia estava cobrando. Durante o percurso paramos para abastecer, e eles conversavam entre eles: *“Só porque é um delegado do DEIC, a requisição chegou rápido, e nem corpo tem, nem sequer terá uma mancha de sangue.”* (Lírio, perito criminal)
Chegamos ao local do crime. Era uma churrascaria na zona oeste. Havia uma viatura descaracterizada parada na calçada dessa

churrascaria, e em seu para-lama dianteiro, encaixada, estava a moto do meliante que havia tentado assaltar o carro do delegado do DEIC. Estacionamos a uns dois metros de distância. A mídia já estava no local (Band e Record). Brincaram entre eles (o perito e o fotógrafo): "*Datena tem contato forte no DEIC*". (risos).

Descemos e fomos saudando as pessoas que ali estavam na área de preservação. Havia muitos investigadores do DEIC à paisana. Só me cumprimentaram porque estava seguindo os passos do perito, do contrário passaria despercebida.

Os próprios investigadores relataram o ocorrido. O delegado do DEIC vinha de viatura pela Avenida dos Bandeirantes quando um motoqueiro o abordou na tentativa de roubá-lo. O delegado reagiu e efetuou um disparo. O motoqueiro revidou e acelerou na tentativa de fugir, porém o delegado o perseguiu e, ao acelerar, encaixou o carro na traseira da moto e a arrastou até a porta da churrascaria. O motoqueiro tentou fugir a pé, mas o delegado acabou prendendo-o. Ao chegarmos, só havia o carro e a moto; o delegado solicitou uma viatura para deslocar o meliante e foi para a delegacia também.

Após o relato dos investigadores, Azul-Marinho foi até o carro do delegado para iniciar a procura por provas. Achou o estojo da bala e nenhum vestígio de sangue.

Nesse momento a mídia o filmava, e o repórter parecia estar "ao vivo". Me esquivo para não aparecer na filmagem. Era preciso desencaixar a moto do carro para iniciarem a perícia da moto. Foi preciso que quatro homens fizessem força para conseguir retirar a moto do para-lama dianteiro da viatura. Foi feita uma busca na moto e acharam produtos de roubos em seu baú. Segundo o perito, a moto também era roubada. Ao término da inspeção pericial ele liberou o carro, e os investigadores do DEIC levaram o carro e a moto para a delegacia. Ao liberarem a calçada da churrascaria para a saída de veículos, o gerente da churrascaria agradeceu a liberação rápida, pois estavam no horário de almoço e a demora iria prejudicar o serviço deles.

O perito Lírio iniciou uma conversa com o repórter da Band; fiquei de longe para evitar constrangimento ou inibição. Após o diálogo, ele me disse que estava pegando o contato do repórter, pois era preciso que eles parassem de "bater nos peritos" e comesçassem a informar a realidade do trabalho da perícia. Disse-me que nunca havia tido essa conduta, mas já estava muito insatisfeito com as notícias veiculadas sem embasamento, visto que a quantidade de peritos em São Paulo é mínima e não possuem tempo hábil para deslocar-se no trânsito da capital.

Nesse momento, Azul-Marinho já estava nos esperando no carro. Disse-me que um dos fotógrafos que lá estavam era conhecido dele e que faz *freelance*. Desloca-se de moto para chegar mais rápido aos locais e tem informações privilegiadas desses locais. Vende as imagens para os programas.

(Notas do diário de campo da pesquisadora, 2016)

Dois casos criminais emblemáticos ocorridos na capital paulista exemplificam a diferença de tratamento dado a classes sociais abastadas durante a investigação policial. Nesses casos, informações sigilosas não foram amplamente divulgadas pela

mídia, mesmo após tamanha repercussão, e posteriormente os casos foram arquivados.

O primeiro deles, o chamado “Crime da Rua Cuba”, é um dos casos de homicídios mais famosos da crônica policial paulista. Na véspera do Natal de 1988, o advogado Jorge Toufic Bouchabki e sua esposa, Maria Cecília, foram assassinados na casa onde moravam, na Rua Cuba, número 109, no Jardim América. O filho do casal, Jorge Delmanto Bouchabki, com 18 anos na época, foi acusado pelo Ministério Público de São Paulo de ser o autor dos disparos fatais. Os pais, que estavam no quarto trancados por dentro, foram alvejados na cama, supostamente quando dormiam. Em 1999, Jorge Bouchabki foi absolvido em segunda instância por falta de provas. Ainda há um mistério em torno do caso (FIGURA 23).

Figura 23 – Manchete da revista digital Fórum sobre o “Crime da Rua Cuba”, fevereiro de 2018

Fonte: Fórum (revista digital, 2018)³⁸

O outro exemplo é o caso da morte de Andrea Carta no apartamento do empresário Rogério Fasano, no bairro do Jardins. Carta, que era diretor da Carta

³⁸ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/inocentado-no-crime-da-rua-cuba-e-hoje-advogado-na-laja-jato-eu-fui-condenado-pela-imprensa-diz-jorge-bouchabki/> Acessado em: 21.03.2019

Editorial que publicava a revista "Vogue", morreu após cair do 5º andar do apartamento. Na época, o empresário Fasano disse que ambos haviam se desentendido, Carta ameaçou se jogar pela janela, acabou se desequilibrando e caindo. O caso também não foi solucionado e gerou grande especulação, visto que Fasano tinha grande status social por ser um grande empresário do ramo alimentício e hoteleiro (Figura 24).

Figura 24 – Manchete da “Folha de S. Paulo” sobre a morte de Andrea Carta.

São Paulo, quarta-feira, 17 de setembro de 2003 **FOLHA DE S. PAULO** **cotidiano**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MORTE NOS JARDINS

Rogério Fasano, dono do apartamento onde Andrea Carta estava, diz que ele ameaçou se jogar e perdeu o equilíbrio

Editor da "Vogue" morre ao cair do 5º andar

DA REPORTAGEM LOCAL

Andrea Carta, diretor da Carta Editorial, que publica a revista "Vogue", morreu na madrugada de ontem após queda do 5º andar de um prédio nos Jardins, na zona oeste de São Paulo. Ele tinha 44 anos. Carta estava no apartamento de seu amigo de infância Rogério Fasano, 41, dono de um hotel recém-inaugurado e de dois restaurantes, o Gero e o Fasano - um dos mais famosos do país.

A delegada Ana Lúcia Junqueira, plantonista do 78º DP (Distrito Policial), disse que Fasano contou informalmente que Carta chegou embriagado ao seu apartamento, na rua Sarandi, e que começaram a discutir. Fasano disse que iria embora, e Carta ameaçou pular da janela. Desequilíbrio-se, caiu, mas conseguiu se agarrar no aparelho de ar-condicionado. Fasano relatou à delegada que tentou resgatá-lo usando uma manta como corda, mas não conseguiu.

As discussões entre Carta e Fasano haviam começado horas antes, no bar do restaurante Fasano, um dos mais sofisticados de São Paulo. Continuaram no restaurante. Eles participavam de uma reunião de trabalho com o jornalista Nirlando Beirão e o diretor de arte Ehr Ray.

Fasano contou à delegada que Carta, já alcoolizado, reclamava que ele não lhe dava mais atenção depois da abertura do hotel, ocorrida há uma semana.

O empresário disse à delegada que decidiu ir para casa. Queria evitar que a discussão gerasse constrangimento no restaurante. Depois disso, Carta apareceu no apartamento do amigo.

Fonte: Folha de S. Paulo (Cotidiano, 09.2013, São Paulo)³⁹

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1709200310.htm> Acessado em: 21.03.19

Um levantamento denominado “Fluxo da Impunidade”, realizado pelo Instituto Sou da Paz, mostrou que 62% de um total de 149 inquéritos de homicídios instaurados no estado de São Paulo entre 2009 e 2016 foram arquivados. De acordo com a Promotoria, o arquivamento ocorreu devido à falta de provas robustas e de um laudo pericial bem realizado. Apenas 5% dos 149 inquéritos foram julgados (Figura 25).

Figura 25 - Reportagem veiculada no canal de televisão GloboNews mostrando dados do estudo “Fluxo da Impunidade”, realizado pelo Instituto Sou da Paz, abordando o arquivamento de inquéritos de homicídios em São Paulo, SP, 2017.

Fonte: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/pesquisa-mostra-que-62-dos-inqueritos-de-homicidio-sao-arquivados-em-sp.ghtml>

Os promotores atribuem o alto número de arquivamentos de inquéritos à escassez de provas robustas que poderiam ter sido recolhidas no local do crime durante a perícia.

Se tratando de crimes de homicídio, a maior parte das provas precisam ser colhidas logo após a prática do crime. É na cena do crime que estão os vestígios que irão desaparecer em poucos dias”, declarou o promotor Felipe Zilberman. “A condenação de um assassino no Tribunal do Júri é fruto de um trabalho que não começa no plenário no dia do julgamento, ele começa lá atrás, logo após a prática do crime, um inquérito policial com uma boa investigação. Passados aqueles

primeiros momentos, as provas se perdem na natureza e não é mais possível refazer (LEITE e ARCOVERDE, GloboNews, 16.10.2017).⁴⁰

Há uma proteção real daqueles que têm mais bens e uma exposição dos mais pobres. O arquivamento de inquéritos gera um sentimento de impunidade. Além disso, a falta de identificação dos autores e suas motivações para a execução dos crimes também prejudicam o estudo dos fatores criminógenos para que medidas preventivas sejam estudadas e praticadas no âmbito da Segurança Pública.

A perícia nem sempre é acionada no tempo necessário, e quando ela chega ao local do crime nem sempre há preservação dos vestígios pelos policiais militares. Além disso, também há possíveis alterações das peças criminais.

“Teve uma vez que me cobraram um local que nem havia sido solicitado ainda. Na realidade, o local saiu antes na televisão e o quarto andar (andar dos assessores da Superintendência da Polícia Técnico-Científica) começou a cobrar, começaram a ligar sem parar, e nem havia chegado a requisição de perícia pela sala do MEIO. Estava chegando na zona norte, com o corpo no local, e aí eles ligaram e me pediram para ir para a zona leste atender esse local que estava na mídia. Era um suicídio em um shopping. Só que eu já estava chegando no local e a família já estava lá. Eu não deixei pra trás; disse que faria depois a ‘prioridade deles’ porque acho um desrespeito com a família.”

(Lírio, perito criminal)

“O caso do “serial killer” do Jabaquara, da favela Alba. Fui a primeira a chegar ao local para iniciar a perícia. Já sabia que aquele caso iria ter repercussão. Então avisei ao chefe, mas não deram muito valor, somente quando a mídia começou a divulgar, começaram a me azucrinar querendo que eu fizesse milagre sozinha.”

(Roseira, perita criminal)

A SPTC aconselha os peritos a não fornecerem informações preliminares no local de atendimento à mídia; ela recomenda dizer que os informes serão concedidos em um momento posterior à apuração da ocorrência. A equipe pericial até prefere que seja assim. Eles não buscam ter sua imagem veiculada na mídia, pois julgam que, mesmo se falarem o que de fato está sendo periciado, pode haver desdobramentos no local, causando alterações no diagnóstico preliminar. Também não estabelecem

⁴⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/pesquisa-mostra-que-62-dos-inqueritos-de-homicidio-sao-arquivados-em-sp.ghtml> Acessado em: 20.03.2019

uma relação de confiança com a mídia; acreditam que as informações concedidas sofrem alterações ao serem divulgadas, com possível alteração da narrativa do perito em prol de deixar o caso midiático.

*“A mídia costuma distorcer as coisas, né!
Não podemos chegar na mídia e falar o que está acontecendo. E quando falamos, eles não publicam.
A impressão que dá é que a imprensa está comprada. Então é complicado. A forma de veiculação das informações na mídia é extremamente duvidosa. E qualquer coisa que aconteça você se torna o vilão da história.”*

(Margarida, perita criminal)

“Eu evito contato. Não sou muito fã, até porque eu não sei qual é o objetivo deles ali. Até mesmo porque não é o mesmo que o meu. Então alguns estão ali para noticiar ou ‘sensacionalizar’. Então eu dou umas informações básicas ou peço para perguntarem pro delegado. Se eu puder não entrar em contato, melhor.”

(Jacinto, perito criminal)

“Com a mídia eu nunca gostei de conversar. Sempre dizia que iria me manifestar através de laudos, porque depois você conversa com algum colega e analisa de fato as informações e pode ser que mude de opinião. E depois que fala na mídia, não pode voltar atrás.”

(Acácia, perita criminal)

Os casos periciados pelo NPCCPessoa ocorrem em maior número na periferia, com vítimas das camadas populacionais mais pobres. A percepção do corpo violentado na cena do crime pode ser entendida como um grande espetáculo a ser assistido por adultos e crianças. Durante o campo, ficou evidente que havia uma menor precaução em expor o cenário do crime e a vítima da periferia em comparação aos bairros nobres. Nos atendimentos a locais nobres, havia a necessidade de desfazer logo aquele local do crime; a população residente não queria que se tornasse uma manchete ou que crianças fossem expostas àquelas cenas. Já na periferia, os locais se tornam um espetáculo, sem área de preservação por policiais militares, celulares em punho registrando o acontecido, famílias já velando o corpo e crianças atentas a cada detalhe.

“Fiz um local que o pai estava morto com vários tiros e os filhos em volta dele. Tive que brigar no local para a mãe tirar as crianças dali. Mas depois eu fui entender que para eles era um programa ver aquilo,

eles veem sempre, que não era igual para os meus filhos, era outra realidade. Mas fiquei muito brava com a mãe.”

(Violeta, perita criminal)

As mídias se aproveitam da naturalização da morte violenta vivida pela população de baixa renda e veiculam as informações do crime com mais detalhes, por vezes, divulgando imagens bem impactantes. Já nos locais de alto padrão percebeu-se uma “blindagem” por parte dos policiais militares para evitar que haja divulgação de imagens ou abordagem aos familiares. Os familiares, por sua vez, preferem aguardar as investigações antes de se posicionarem; na periferia, os familiares clamam por justiça, e a mídia, ainda que de forma sensacionalista, dará voz à essa população desfavorecida, mesmo que seja expondo a vítima e seus familiares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi conduzida com o objetivo de compreender as práticas cotidianas do trabalho pericial, identificando a partir da percepção dos servidores os fatores de risco aos quais estão expostos e as estratégias de trabalho imbuídos no atendimento pericial da morte violenta.

Os resultados foram obtidos por meio da imersão no campo e utilizando a etnografia como meio de construção das relações e observações da prática forense. Durante a realização da pesquisa, pude: estar no cotidiano dessa atividade, vivenciar a rotina de trabalho em sua plenitude, me inserir na equipe e me deslocar em viaturas vestindo colete à prova de balas, utilizar o alojamento para descanso, ser recebida nos locais de perícia pelas autoridades, familiares e vítimas do crime, conhecer a realidade do tratamento dos indiciados e suas nuances, ser observada e abordada pela sociedade e pela mídia. Todos esses eventos foram fundamentais para compor a análise e escrita dessa realidade de trabalho, a qual é velada pelos pares, pelo Estado e, até certo ponto, desacreditada pela sociedade por essa alimentar um sentimento latente de impunidade presente no Brasil.

As informações sobre o cotidiano e as práticas de trabalho contribuíram para compreender a percepção dos servidores periciais, peritos criminais e fotógrafos técnicos-periciais do NPCCPessoa do IC/SP. Os dados foram obtidos entre abril de 2016 e abril de 2017 por meio de observações de 61 locais de crimes de diversas naturezas, com predominância de morte suspeita, suicídio e homicídio. As 28 entrevistas semiestruturadas foram fundamentais para ratificar impressões vividas em campo e foram reelaboradas com os protagonistas da execução pericial ao relembramos os casos acompanhados. Foram utilizados dados secundários obtidos de informações referendadas e veiculadas nas mídias (digitais e impressas), mapeando assim, as impressões e a visibilidade que cercam a atividade pericial e suas implicações para o trabalho forense.

Para a análise dos dados empíricos, apurados pelo método qualitativo, foi utilizado o *software* MAXQDA (versão 18) que auxiliou a codificação temática. Para tal, identificamos quatro categorias temáticas — 1) A atividade pericial; 2) Crimes periciados; 3) Violência “naturalizada”; 4) A amplificação da violência pela mídia) —

compostas por uma série de elementos (subcategorias) que nos permitiram chegar aos resultados e conclusões principais deste trabalho.

A primeira categoria, “A atividade pericial”, foi construída pelas observações do trabalho real e do trabalho prescrito dos servidores do NPCCPessoa do IC/SP. Ela retrata a vivência da realidade urbana acometida pelos desdobramentos da violência. A violência é composta por fatores intrínsecos e extrínsecos que refletem na conduta dos servidores periciais causando vitimizações indiretas e diretas.

Observou-se uma recorrência de atendimentos periciais com vítimas provenientes de camadas econômica e socialmente desfavorecidas, em locais de crime em áreas da periferia da Capital paulista e de atos criminosos executados por uma população negligenciada pelo Estado. Fatores climatológicos e datas festivas alteram práticas cotidianas da população e influenciam na sazonalidade dos crimes executados. Assim, há maior predominância de crimes no verão e em datas como festas de fim de ano, em que pessoas deprimidas ficam mais propícias a tentar o suicídio ou os ânimos ficam exacerbados desencadeando brigas banais com lesões seguidas de morte.

A análise do cotidiano do trabalho pericial dos servidores do NPCCPessoa revelou que essa é uma atividade que traz ressignificações ao longo de sua trajetória. A motivação para prestar o concurso e tornar-se um servidor pericial se deu por idealizações e trajetórias de vida diversas, incluindo: a estabilidade que o funcionalismo público garante; oportunidade de seguir uma carreira policial pelo desejo ou por incentivo familiar; crença na possibilidade de fazer ciência forense como nas séries policiais investigativas; e idealização de virar “herói” ao proporcionar justiça diante das impunidades retratadas. Porém, à medida que os servidores são alocados em suas atribuições, o encantamento inicial com a profissão dá lugar a questionamentos sobre a *expertise* da atribuição forense e sobre as ferramentas institucionais disponibilizadas à equipe para promover as investigações. Além disso, ao longo dos anos de trabalho, salários que inicialmente foram alvo de desejo para recém-formados, tornaram-se insatisfatórios, pois julgam que os riscos são significativos e a remuneração incompatível com o exercício profissional.

Alguns servidores periciais não se reconhecem como policiais, pois vinculam a carreira policial a ações ostensivas, além de não se sentirem treinados e atualizados o suficiente para exercerem a função de proteção, mesmo que o Estado preconize tal atribuição. Há uma dualidade experimentada nos dias de folga sobre portar a arma e

agir caso haja uma situação emergencial. A maioria prefere andar desarmada para não expor a família e outras pessoas do seu círculo social. Entretanto, há os que andam sempre armados, pois acreditam que devem agir em defesa do cidadão e a si próprio, caso sejam identificados como policial por um criminoso.

A convivência com a morte por causas violentas gera uma antevisão da própria morte, não pelo temor da finitude, mas pelo temor de como ela poderá ocorrer — naturalmente ou causada por um ato violento. Portanto, o pressuposto inicial que motivou o estudo — acreditar que esses servidores não temiam a morte — não foi sustentado pelas observações realizadas em campo e pelas narrativas dos participantes. Os servidores periciais mostraram-se coagidos pela criminalidade presente nas relações humanas e societárias, sem qualquer perspectiva de melhoria nas condições da Segurança Pública, especialmente na organização de seu trabalho institucionalizado.

Nesse sentido, a primeira categoria permitiu a discussão dos dois primeiros objetivos da pesquisa: caracterizar as práticas cotidianas no trabalho dos servidores criminais diante da morte violenta e descrever os significados atribuídos pelos peritos criminais às experiências de seu cotidiano laboral na prestação de atendimento pericial no local de crime.

Nossa segunda categoria temática, nomeada “Crimes periciados”, discute a percepção dos participantes sobre a desigualdade vivenciada na atividade pericial devido à imposição institucionalizada de privilegiar o atendimento à população social e economicamente mais abastada em detrimento da população desfavorecida, surtindo efeitos na moralidade e na conduta de trabalho dos indivíduos. A vivência dessa realidade “esbarra” nas trajetórias de vida dos servidores periciais, sensibilizando-os quando se identificam com a história das vítimas. Nessas situações, eles estabelecem condutas assistenciais fora do trabalho prescrito e aprendem a valorizar a simplicidade que permeia sua vida e a de seus familiares.

Questões como o papel do militarismo na hierarquia da instituição, com instrumentos de controle e disciplina sobre a subjetividade do trabalhador e ausência de isonomia de condições de trabalho entre os pares e chefias, remetem-nos a uma análise dessa relação na perspectiva da psicodinâmica do trabalho. Entendemos que a desmotivação, o sentimento de desvalorização profissional, o não reconhecimento e não pertencimento institucional são fatores que desencadeiam estratégias defensivas diante das agressões sofridas no trabalho. Tais sentimentos negativos

foram recorrentemente narrados pelos servidores periciais e identificados como fatores de risco inseridos na instituição e na organização do trabalho. Soma-se a isso o descrédito dado pela população à atuação policial em virtude da influência de mídias sensacionalistas que tecem comentários depreciativos que repercutem na receptividade e construção da imagem do policial pela sociedade, especialmente sobre o desempenho do servidor pericial.

A falta de compreensão pelos pares da desvinculação da “Polícia Técnico-Científica” da “Polícia Civil” e seus efeitos foram considerados negativos para a operação pericial, pois os servidores se veem sem respaldo para atender solicitações periciais sem justificativas legais realizadas por delegados. Ainda há uma dependência estrutural e organizacional com a Polícia Civil que vai desde o treinamento realizado na Acadepol até o fornecimento de armas e canal de comunicação (CEPOL). A Corregedoria é composta apenas por delegados, os quais tem a função de fiscalizar o exercício pericial e atribuir punições. Isso cria uma situação em que o delegado é ao mesmo tempo o requerente e o sujeito que pune, o que leva os servidores periciais a se sentirem sem representação institucional. A SPTC encontra-se em reestruturação institucional, porém as legislações vigentes, como a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo, impedem que haja uma desvinculação efetiva. Mesmo com o advento da Lei 12030/2009 que estabelece autonomia funcional, técnica e científica dos peritos oficiais de natureza criminal. Em atendimento à autonomia funcional, caberá apenas à Diretoria Técnico-Científica gerir seu funcionamento, nas atividades de natureza pericial, não sendo possível ingerência nem mesmo de órgãos superiores hierárquicos a este órgão.

A Lei 12030/2009 não contempla a autonomia administrativa, a qual representa a possibilidade de o órgão ter disponível crédito para a realização de suas atividades, como o repassa-se ao órgão um determinado valor das receitas e este tem o poder de gerir este montante, guiado apenas pelos preceitos legais. Com a autonomia administrativa é possível ao órgão adquirir bens e contratar serviços, editar atos de aposentadoria, organizar um quadro próprio para os servidores de carreira e para os serviços auxiliares e realizar atos de provimento inicial, promoção, remoção e outras formas de provimento derivados. O quadro de servidores periciais está aquém do ideal; há um déficit na escala de trabalho que repercute em arranjos laborais que trazem prejuízos aos trabalhadores.

Os participantes da pesquisa alegam não haver transparência no plano de carreira e que há uma penalização para os servidores que se mantêm na linha da operação atendendo ao local de crime. Criticam ainda a ausência de um controle de qualidade dos laudos emitidos, visto que não há um padrão institucional a ser seguido e tampouco uma plataforma digital que possibilite a construção de um laudo digital contendo padrões de preenchimento. Além disso, queixam-se de que não recebem *feedback* sobre os casos atendidos, pois alguns inquéritos criminais são arquivados pelas autoridades e, portanto, não são levados ao Tribunal de Justiça. Dessa forma, os servidores não sabem se as apurações que realizaram em locais de crimes resultaram em ações investigativas para efetivação da penalidade ao indiciado. Nos chamados “casos midiáticos”, intensamente explorados pelas empresas de comunicação, o *feedback* é dado pela própria mídia.

A terceira categoria, “Violência naturalizada”, foi construída com o objetivo de identificar as estratégias defensivas criadas no exercício profissional individual ou coletivo. As principais estratégias identificadas foram: a personificação; o uso do humor cítrico; a construção da invisibilidade do corpo por meio da sublimação; a desconstrução do herói; o distanciamento da população vitimada, amparado pela racionalização; a ressignificação do sentido de ser policial forense; e a desresponsabilização.

Alguns mecanismos defensivos tornam-se ineficientes em longo prazo, visto que se trata de um trabalho que possui constante renovação dos fatores criminógenos, modificando a percepção do trabalhador sobre os riscos de sua atuação. Os mecanismos defensivos reproduzem diversos sentimentos e episódios negativos, como: proteção exagerada aos familiares — beirando a pensamentos paranoicos; casos de suicídios de integrantes de outros núcleos no IC/SP que geraram reflexão nos pares diante da possibilidade de se tornarem a próxima “guia rosa”; pessimismo com as mudanças na Segurança Pública; casos de presenteísmo; e uso de remédios controlados sem o devido afastamento das atividades.

A última categoria, “A amplificação da violência pela mídia”, corrobora as demais categorias citadas ao descrever a sensação de insegurança iminente divulgada por programas policiais que usam as tragédias para promover estereótipos de “bandidagem” e emitir críticas árdias contra a atuação das polícias em geral. Há também uma maior exposição midiática de vítimas com menor poder aquisitivo e a “blindagem” da população com maior poder econômico. Alguns

apresentadores criam uma imagem de justiceiros do povo e se aproveitam disso para obter vagas parlamentares e compor grupos políticos como a “bancada da bala”.

Os dois últimos objetivos traçados nessa pesquisa foram alcançados, os quais visavam identificar a percepção dos fatores de risco e de proteção presentes no cotidiano dos servidores peritos que vivenciam a morte violenta e analisar as estratégias de enfrentamento.

4.1 RECOMENDAÇÕES

Consideramos que os achados deste trabalho contribuem para inovar as reflexões e os diálogos interdisciplinares entre três áreas de estudos: saúde mental e trabalho; saúde coletiva (relativo aos processos de saúde-adoecimento pertinentes ao trabalho policial); e políticas de Segurança Pública que possam contribuir para um melhor desempenho da Polícia Técnico-Científica.

Embora a SPTC possua um atendimento psicológico institucional, suas ações se mostraram limitadas pela falta de investimento e pela reduzida equipe de profissionais, formada por servidores realocados para essa função por possuírem formação em psicologia. Talvez por esse motivo, não estabelecem uma relação de confiabilidade com os pares. Consideramos imprescindível que a corporação estabeleça parcerias com outras instituições buscando um atendimento psicológico preventivo. Julgamos importante fomentar encontros dos servidores periciais com especialistas em saúde mental para que possam dialogar sobre as mazelas vivenciadas na atuação pericial e sobre as relações institucionalizadas que afetam a saúde do trabalhador. Tais encontros poderão atenuar as possíveis implicações geradas pela atividade forense. Sugerimos que essas atividades sejam realizadas em grupos e em espaço físico fora da instituição para que não haja constrangimento ao servidor para explicitar suas angústias e anseios. Esse atendimento deve estar incluído dentro da jornada de trabalho.

A realidade brasileira pericial não possui o investimento tecnológico de ponta como se vê nas investigações periciais de países desenvolvidos. O último grande investimento foi a aquisição do *software* para criação do banco de amostras de DNA para cadastro do material genético dos sentenciados por crimes hediondos e dolosos praticados com violência grave. Porém, segundo relatório emitido pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015), o banco de DNA está sendo subutilizado por não haver tanto um protocolo de coleta sistemática — apenas 1% dos condenados está cadastrado — como uma coleta rotineira nos locais de crimes. Adequadamente executadas, tais condutas possibilitariam confrontar o DNA de um condenado com inquéritos parados por falta de provas robustas. Essa inoperância nos leva a questionar (em pleno século XXI) a efetividade do serviço forense no Brasil em assessorar o judiciário nas penalizações cabíveis. Esses procedimentos poderiam reduzir o sentimento de impunidade existente na população.

A estruturação e modernização da perícia no município de São Paulo são necessárias para subsidiar a validação de dados que possam compor estudos de análise dos fatores crimínógenos e para conduzir intervenções públicas para planejar ações já identificadas pelos estudos forenses. Um outro exemplo seria a criação de um *software* que comporte o preenchimento de laudos digitais visando consolidar informações sobre locais de crimes que possam estar ausentes em uma redação livre, tal como ocorre atualmente. Esse procedimento otimizaria o trabalho do perito no atendimento ao local de crime e proporcionaria uma linearidade no registro de dados essenciais para análises futuras.

A Superintendência da Polícia Técnico-Científica deveria pleitear com seus representantes, uma legislação que ampare a prática operacional da perícia, com maior efetividade na atuação dos servidores periciais e sem a intermediação da Polícia Civil, que por vezes cria determinações sem sentido no processo de trabalho pericial. Seria importante apresentar um planejamento da carreira pericial transparente que motive os servidores a serem promovidos a outros cargos e transferidos para outros núcleos almejados.

O treinamento realizado na Acadepol poderia ter um enfoque mais abrangente e com maior duração, incluindo aspectos teóricos e práticos da realidade de trabalho dos núcleos a serem preenchidos. Deveria haver oferta permanente de treinamentos de autodefesa, ação ostensiva e capacitação técnica para atuação em locais de crime,

assim como incentivo à participação em congressos científicos da área para apresentação de resultados da prática diária.

Consideramos importante a oferta de uma estrutura física que atenda à demanda de trabalho dos servidores e de alojamentos que permitam que eles descansem e atendam suas necessidades fisiológicas durante o plantão. Também consideramos importante a oferta de equipamentos de proteção individual (EPI) para a realização do trabalho pericial. Os EPIs mostraram-se particularmente importantes durante o verão — principalmente na realização de perícias em locais onde os corpos já estão em putrefação — ou em contextos de grande insalubridade.

Uma outra questão refere-se às armas fornecidas pelo Estado, as quais diversas vezes foram relatadas como sendo de baixa qualidade, vitimando policiais pela ocorrência de disparos acidentais. Há discussões em andamento sobre o monopólio da compra de armas fabricadas por uma empresa brasileira e sobre a abertura do mercado nacional com a retirada de obstáculos à importação de armamento e munições. Nesse contexto, um agravante envolve a flexibilização do acesso às armas no Brasil, ocorrido recentemente após decreto assinado pelo atual presidente Jair Bolsonaro. Esse é um assunto controverso, pois teme-se que, com maior facilidade para obtenção de posse de arma, essa medida leve a um aumento dos índices de criminalidade e, conseqüentemente, a um aumento das investigações periciais.

A violência retratada nesta pesquisa é um espelhamento da violência presente nas relações sociais, institucionalizadas e cotidianas. A intolerância ao diferente se faz presente nas relações societárias, exacerba atos violentos executados por “justiceiros”. Naturaliza condutas morais e éticas que incitam o ódio e a segregação de camadas marginalizadas, as ações são intensificadas também pela polarização política. É preciso que se estabeleça uma agenda de ações efetivas, evitando o populismo e o punitivismo inócuo, mas sim um pacto social, em que o governo seja o elo em promover as transformações estruturais da economia e da sociedade brasileira, para que os destituídos de quase todos os direitos, os invisíveis de sempre, sejam inseridos. A inspiração poderá partir das evidências internacionais que obtiveram êxito somado a uma reflexão sobre as políticas adotadas ao longo dos anos no Brasil, principalmente as que deram certo, mas foram interrompidas. Um ciclo sustentável de redução da criminalidade violenta no país só será possível se a sociedade também estiver envolvida em um pacto federativo entre União, estados e

municípios, visando uma política nacional de segurança pública, definindo deveres e direitos, limites e possibilidades.

4.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O IC não nos permitiu mapear todas as informações dos crimes periciados durante a permanência em campo, como bairro, número da requisição, DP solicitante e os envolvidos (vítima, indiciado e testemunha). Essas informações possibilitariam analisar o processo investigativo desde o local de crime até a fase da sentença emitida pelo judiciário e, dessa forma, permitiriam uma discussão mais ampla sobre a origem e o destino das requisições periciais realizadas e sobre o acompanhamento do fluxo investigativo. O estudo restringiu-se à avaliação do trabalho de peritos criminais e fotógrafos técnicos-periciais que atuam no NPCCPessoa. Existem outros núcleos indiretamente relacionados à composição dos vestígios anexados aos inquéritos de crimes contra a pessoa, como os laboratórios de balística, química e papiloscopia. Dentre os participantes deste estudo, havia servidores que já atuaram em outros núcleos e externaram comparações com os setores citados.

5 REFERÊNCIAS

Adorno S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*. 2002; 132:7-8.

Adorno S. Densidade de ocorrências de mortes violentas: Temporalidade e espaços dos homicídios dolosos na capital paulista. In: *Olhar São Paulo - Violência e Criminalidade*. São Paulo: SEMPLA; 2008. p. 27-34.

Almeida LL, Merlo ARC. Manda quem pode, obedece quem tem juízo: Prazer e sofrimento psíquico em cargos de gerência. *Cad Psicol Soc Trab*. 2008;11(2):139-57.

Amador FS, Santorum K, Cunha CS, Braum SM. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. *Psicol Ciênc Prof*. 2002;22(3):54-61.

Arendt H. *Da Violência*. Brasília: UnB; 1985.

Balandier GA. *Desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1997.

Bauman Z. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2008.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília (DF): Senado Federal; 1988.

Brasil. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 23 dez 2003b; Seção 1:1.

Brasil. Lei nº 11.690, de 09 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 10 de junho 2008. Seção 1.

Brasil. Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009. Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 18 set 2009. Seção

Brasil. *Código de processo penal*. 45. ed. São Paulo: Saraiva; 2005.

Cano I. Uma polícia para o século XXI: comentário sobre o artigo de Minayo e Adorno. *Ciênc Saúde Colet*. 2013;18(3):596-8.

Cano I, Lemos TL. As corregedorias dos órgãos de segurança pública no Brasil. *Rev Bras Segur Pública*. 2014;8(2):84-108.

Caprara A, Landim LP. Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ*. 2008;12(25):363-76.

Cardia N. Os impactos da exposição à violência: aceitação da violência ou horror continuado? O caso de São Paulo. In: *Culture, Citizenship and Urban Violence Seminary*; 1999; Cuernavaca; 1999. p. 1-32.

Cardia N, Loche A, Ruotti C, Neme C, Brito E, Ferreira H, Souza JL, Alves R, Cubas V. O policiamento que a sociedade deseja. São Paulo; 2013. (Relatório final)

Caulliraux HM, Proença A, Cameira RF, Cardoso VC. Eixo: Modelo de gestão organizacional. Produto 05: Relatório de análise preliminar dos trabalhos. Rio de Janeiro; 2004.

Cavalcante VC, Galinkin AL, Mendes, AMB, Neiva, ER. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. *Psicol Teor Pesqui*. 2011;27(2):199-208.

Cavedon NR. Modos de enfrentamento da morte violenta: a atuação dos servidores do Departamento de Criminalística do Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. *Rev. Adm. Mackenzie*. 2011;12(4):75-104

Cerqueira DRC, Mello JMP. Menos armas, menos crimes. Brasília: Ipea; 2012.

Clifford J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ; 2002.

Coleta ADSMD, Coleta MF. Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. *Psico-USF*. 2008;13(1):59-68.

Constantino P, Assis SG, Njaine K. Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2013.

Croce D, Croce Júnior D. Manual de Medicina Legal. São Paulo: Saraiva; 2009.

DaMatta R. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: DaMatta R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco; 1997. p. 179-248.

Dejours C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez; 1987.

Dejours C. Trabalho e saúde mental: Da pesquisa à ação. In: Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C, organizadores. Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas; 1994. p. 45-65.

Dejours C. Sofrimento e prazer no trabalho: a abordagem pela psicopatologia do trabalho. In: Lancman S, Sznclwar IL, organizadores. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Brasília: Paralelo 15; 2008a. p. 167-83.

Dejours C. Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In: Lancman S, Sznclwar IL, organizadores. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Brasília: Paralelo 15; 2008a. p. 197-241.

Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas; 1994.

Dias CCN. PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva; 2013.

Dias RP, Pereira A, Langaro F, Correa RN, Souza N, Lacerda LLV. Riscos psicossociais e estresse ocupacional, parceiros numa relação presumida com Burnout: um estudo de estressores que envolvem as atividades dos Peritos Criminais. Rev Bras Crimin. 2013;2(1):42-50.

Durão S. Silenciamentos subtis. Atendimento policial, cidadania e justiça em casos de vítimas de violência doméstica. *Análise Social*. 2013;209:878-99.

Fajardo AR, Barreto LN, Figueiredo SO. Programa Estado presente: em defesa da vida. Brasília: CONSAD; 2014.

Feltran GS. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*. 2010;23(58):59-74.

Feltran GS. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo [tese]. Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas; 2008.

Fernandes A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Rev Bras Segur Pública*. 2016;10(2):192-219.

Fernandes N, Fernandes V. *Criminologia Integrada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; 2002.

Ferreira VS. Marcas que demarcam: tatuagens, body piercing e culturas juvenis. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2008.

Fischer FM, Moreno CRC, Rotenberg L. Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas. São Paulo: Atheneu, 2004.

Flick U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública. São Paulo; 2014.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública. São Paulo; 2017.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública: 2014 a 2017. São Paulo; 2018.

Franco L. Decreto de Bolsonaro facilita posse de arma; entenda como funciona a lei e o que muda agora. BBC News Brasil. 15 jan 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46832821>.

Fundação Getúlio Vargas. Análise aponta a relação entre números de crimes de letalidade e de vitimização policial no país. FGV DAPP. 2019. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/analise-aponta-relacao-entre-numeros-de-letalidade-e-de-vitimizacao-policial-no-pais/>

Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora; 1989.

Gomes NF. A conduta moral na administração pública: um estudo com ocupantes de cargos comissionados. [tese]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; 2010.

Gonçalves REM, Ponce JC, Leyton V. Uso de álcool e suicídio. Saúde, Ética & Justiça. 2015;20(1):9-14.

Hsiang SM, Burke M, Miguel E. Quantifying the influence of climate on human conflict. Science. 2013;341(6151):1235367.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro; 2018.

Kruse T. Estrutura ruim e déficit de pessoal fazem perícia demorar mais de 5 horas no interior de SP. O Estado de S. Paulo. 7 ago 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,estrutura-ruim-e-deficit-de-pessoal-fazem-pericia-demorar-mais-de-5-horas-no-interior,1735830>

Kupermann D. Humor, desidealização e sublimação na Psicanálise. Psic. Clin. 2010;22(1):193-207.

Lima RS. A produção da opacidade: Estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. 2008;80:65-69.

Lima RS, Sinhoretto J, Bueno S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. Sociedade e Estado. 2015;30(1):123-44.

Ludke M, André M. Pesquisa em educação. São Paulo: EPU; 1986.

Malinowski B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: Zaluar A, organizador. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1980. p. 39-61.

Martins H. Programas policiaiscos não podem ter carta branca para violar direitos. Ponte Jornalismo. 21 jan 2016. Disponível em: <https://ponte.org/policialescos-intervozes/>

Mendes AM, Ferreira MC, Cruz RM. O diálogo psicodinâmico, ergonomia, psicometria. In: Mendes AM, organizador. Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2007. p. 89-110.

Mendes AM, Morrone CF. Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. In: Mendes AM, Merlo ARC, Morrone CF, Facas EP, organizadores. Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá; 2010. p. 29-52.

Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes; 1998.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; 2000.

Minayo MCS. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: Njaine K, Assis SG, Constantino P, organizadoras. Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2007. p. 21-42.

Minayo MCS, Souza ER, Constantino P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. Cadernos de Saúde Pública. 2007;23(11):2767-79.

Minayo MCS, Assis SG, Oliveira RVC. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva. 2011;16(4):2199-209.

Ministério da Justiça (BR), Secretaria Nacional de Segurança Pública. Apresentação dos planos estaduais de segurança pública. Brasília (DF); 2003a.

Ministério da Justiça (BR), Secretaria Nacional de Segurança Pública. Documento de apresentação. Brasília (DF); 2003b

Ministério da Justiça (BR), Secretaria Nacional de Segurança Pública. Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil. Brasília (DF): 2013.

Ministério da Justiça (BR), Secretaria de Reforma do Judiciário. Mensurando o tempo do processo de homicídio doloso em cinco capitais. Brasília (DF); 2014.

Ministério da Saúde (BR). Portaria MS/GM nº 737, de 16 de maio de 2001. Aprova a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Diário Oficial da União. 18 mai 2001;Seção 1e.

Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. 13 jun 2013;Seção 1:59.

Modena MR. Conceitos e formas de violência [internet]. Caxias do Sul: EducS; 2016 [acesso em 2 abril 2019]. Disponível em:
https://www.uces.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf

Nucci GS. Código de processo penal comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2006.

Oliveira RC. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia. 1996;39(1):13-37.

Oliveira RC. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; 2000.

Oliveira RP. Violência relacionada ao trabalho: signos, significados e práticas entre trabalhadores da construção civil [tese]. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; 2008.

Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre a violência e saúde. Genebra; 2002.

Peres MFT, Vicentin D, Nery MB, Lima RS, Souza ER, Cerda M, et al. Queda dos homicídios em São Paulo: uma análise descritiva. Rev Panam Salud Publica. 2011a;29(1):17-26.

Peres MFT, Almeida JFD, Vicentin D, Cerda M, Cardia N, Adorno S. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 2011b;14(4):709-21.

Peres MFT, Ruotti C, Regina FL, Almeida JFM, Nasser MMS. A ocorrência de homicídios no município de São Paulo: mutações e tensões a partir das narrativas de moradores e profissionais. *Saúde Soc. São Paulo*. 2017;26(4):999-1014.

Peres MFT, Almeida JF, Vicentin D, Ruotti, Nery MB, Cerda M et al. Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2012;17(11):3689-97.

Pinto ER. Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. *Ágora*. 2014;17(1):135-53.

Ratton JL, Galvão C, Fernandez M. O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco [internet]. Rio de Janeiro: Instituto de Igarapé; 2014 [acesso em 2 abril 2019]. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>

Resk F, Ribeiro B, Hisayasu A. A epidemia continua. O Estado de S. Paulo. 2015;Caderno Cidades: Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/cidades/morte-suspeita-assassinatos-que-a-policia-nao-counta-a-epidemia-continua>

Ribeiro EF. Os principais programas policiaiscos da televisão brasileira e a relação com os anunciantes na atualidade. *Temática*. 2016;12(4):183-96.

Rios CA. Manual teórico e prático de Polícia Judiciária. São Paulo: Edipro; 2001.

Rodrigues A, Hernandez R, Mariani D, Bergamo M. Mapa da Morte. Folha de S. Paulo. 12 out 2017; Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/introducao/mapa-da-morte-em-sp-vai-da-suecia-ate-o-mexico-locais-dos-crimes-se-repetem.shtml>

Rodrigues CV, Silva MTD, Truzzi OMS. Perícia criminal: uma abordagem de serviços. *Gest. Prod*. 2010;17(4):843-57.

Rondelli E, Herschmann M. A mídia e a construção do biográfico - o sensacionalismo da morte em cena. *Tempo Social*. 2000;12(1):201-18.

Rosaldo R. *Culture & truth: the remaking of social analysis*. Boston: Beacon Press; 1993.

Sá e Silva F. Nem isto, nem aquilo: trajetória e características da Artigos política nacional de segurança pública (2000-2012). *Rev Bras Segur Pública*. 2012;6(2):412-33.

Santos JL, Bueno SMV. Educação para a morte a docentes e discentes de enfermagem: revisão documental da literatura científica. *Rev. Esc. Enferm USP*. 2011;45(1):272-6.

Santos Júnior EA, Dias EC. Violência no trabalho: uma revisão da literatura. *Rev Bras Med Trab*. 2004;2(1):36-54.

Sapori LF. Como implantar um ciclo completo de polícia no Brasil? *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 2016;10(Supl Especial):50-8.

Secretaria-Geral da Presidência da República (BR), Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Mapa da violência: Mortes matadas por arma de fogo*. Brasília (DF); 2015.

Silva LAM. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*. 2011;15(1):67-82.

Silva Júnior FJG, Santos LCS, Moura PVS, Melo BMS, Monteiro CFS. Processo de morte e morrer: evidências da literatura científica de Enfermagem. *Rev Bras Enferm*. 2011;64(6):1122-6.

Silveira RA, Medeiros CRO. O herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. *Rev. bras. Segur. Pública*. 2016;10(2):134-53.

Soares LE. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*. 2007;21(61):77-97.

Souza ER, Minayo MC. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2005;10(4):207-26.

Souza PHGF, Medeiros M. The concentration of income at the top in Brazil, 2006-2014. IPC-IG. 2017;163:3-18.

Telles VS, Hirata DV. Illegalismos e jogos de poder em São Paulo. Tempo Social. 2010;22(2):39-59.

Turte-Cavadinha SL. Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2016.

Vasconcellos EG. Stress, coping, burnout, resiliência: troncos da mesma raiz. In: Silva Júnior NS, Zangari W, organizadores. A psicologia social e a questão do hífen. São Paulo: Blucher; 2017. p. 285-95.

ANEXOS

ANEXO 1 – Autorização Visitas Técnicas ao NPCC Pessoa IC/SP

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
NÚCLEO DE PERÍCIAS EM CRIMES CONTRA A PESSOA

Referência: Ofício s/n de 04/05/2015 – da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo,

Interessado: Professora Titular do Dpto de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública/USP - Dra Frida Marina Fisher e sua aluna de doutorado Ms Greice Petronilho Prata carvalho, aluna de Doutorado.

Assunto: Requisita visita técnica junto aos peritos criminais que atuam em locais de crimes contra a pessoa.

Despacho NCCPessoa: 020/2015 mpv

À Diretoria do I.C

Informo a V.Sa. que esta diretoria não se opõe a solicitação feita por meio do ofício anexo, uma vez que não irá causar ônus ao andamento dos trabalhos deste Núcleo. Vale ressaltar que a pesquisa mostra-se importante para a avaliação das condições ergonômicas do trabalho dos peritos que atuam em locais de crimes contra a pessoa.

A presente solicitação deve ser encaminhada para ciência e autorização da Superintendência da Polícia Técnico Científica.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de consideração e apreço.

São Paulo, 05 de maio de 2015.

Drª Márcia I. B. Casagrande
Perita Criminal - Diretora
NPCCPESSOA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
 "Perito Criminal Dr. Octávio Eduardo de Brito Alvarenga"
DIRETORIA DO CENTRO DE PERÍCIAS

ENF

Referências: Ofício s/nº, de 04/04/15 – Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo – Despacho NPCCPessoa 020/15.

Interessado: Dra. Frida Marina Fisher – Professora Titular do Departamento de Saúde Pública/USP e a Discente de pós-graduação, doutoranda Greice Petronilho Prata de Carvalho.

Assunto: *Encaminha solicitação: Visita Técnica para observação das atividades dos Peritos Criminais do Instituto de Criminalística, que atuam em locais de crimes contra a pessoa.*

DESPACHO C.P. nº 0664/2015.

H. comigo.

Diante da matéria versada no presente expediente, ~~eleva-se~~ o mesmo à Diretoria Departamental do Instituto de Criminalística para conhecimento e ulteriores deliberações junto à SPTC.

São Paulo, 08 de maio de 2015.

Álvaro Queiroz Marchezan

Perito Criminal
 Diretor Divisionário do Centro de Perícias

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL OCTÁVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
GABINETE DO DIRETOR

arb

REFERÊNCIA: Ofício s/ nº de 04/05/15 da Faculdade de Saúde Pública – DIC 0464/15.

INTERESSADO: Dra. Frida Marina Fisher, Professora Titular do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública/USP e Ms. Greice Petronilho Prata Carvalho, aluna de Doutorado.

ASSUNTO: Requisita visita técnica junto aos peritos criminais que atuam em locais de crimes contra a pessoa.

DESPACHO: 0623/15.

1 – Face ao pedido apresentado, ao qual a própria Diretora do Núcleo de Perícias em Crimes Contra a Pessoa não tem nada a opor, e salientando que a doutoranda não pretende se deslocar em viaturas oficiais, bem como tem ciência dos riscos a que estará exposta e se responsabiliza por qualquer eventualidade, esta Diretoria Departamental também nada tem a opor.

2 – Entretanto, considera-se que a palavra final deve vir das instâncias superiores.

3 – Assim, **eleve-se o presente à Ínclita Superintendência da Polícia Técnico Científica**, para conhecimento e providências que se considerar necessárias.

São Paulo, 19 de maio de 2015.

Maurício Rodrigues Costa
Perito Criminal – Diretor Departamental
Instituto de Criminalística

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
Gabinete da Superintendência**

Rua Moncorvo Filho, 410 - 4º andar - Ala I - Capital - SP - CEP: 05507-060
☎ (011) 3811-7000 R. 7009 - FAX: (011) 3031-1311 - www.policiacientifica.sp.gov.br

Despacho nº 1229/2015/ATS/SPTC-SSP

São Paulo, 13 de julho de 2015.

Assunto: Visita técnica para observação das atividades dos Peritos Criminais que atuam em campo

Referência: Requerimento s/nº, datado de 4/5/2015; SPTC 2770/2015

Interessada: Doutoranda Ms. Greice Petronilho Prata Carvalho
Departamento de Saúde Ambiental – Faculdade de Saúde
Pública – Universidade de São Paulo (USP)

1. Versa o expediente sobre solicitação de visita técnica para observações das atividades dos Peritos Criminais que atuam no campo de perícias contra a pessoa, não havendo quaisquer necessidades de entrevistas ou o fornecimento de materiais provenientes do Instituto de Criminalística.
2. Conforme apregoa a Portaria SPTC nº 149, de 7 de novembro de 2014, parcialmente alterada pela Portaria SPTC nº 46, de 1º de abril de 2015, compete às comissões científicas dos Institutos de Criminalística e Médico-Legal a análise de solicitações de estágio e visitas nas respectivas áreas de atuação.
3. Considerando, assim, as manifestações já exaradas pela Diretoria do Núcleo de Crimes Contra a Pessoa e da própria Diretoria do Instituto de Criminalística, nada tem a opor esta Superintendência quanto às visitas ora pretendidas.
4. Ressaltamos, todavia, a necessidade, por parte da discente e da Instituição por ela representada, de inclusão e correspondente divulgação do nome da Superintendência da Polícia Técnico-Científica em publicações, apresentações em congresso e quaisquer outras divulgações (científicas ou não), além do compartilhamento do trabalho, após sua conclusão.
5. Instruído, restitua-se ao Instituto de Criminalística, para conhecimento.

IVAN DIEB MIZIARA
Superintendente da Polícia Técnico-Científica

ATS/2015

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
"PERITO CRIMINAL OCTAVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"
GABINETE DO DIRETOR

02

REFERÊNCIA:

Ofício s/ nº de 04/05/15 da Faculdade de Saúde Pública – DIC 0464/15.

INTERESSADO:

Dra. Frida Marina Fisher, Professora Titular do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública/USP e Ms. Greice Petronilho Prata Carvalho, aluna de Doutorado.

ASSUNTO:

Requisita visita técnica junto aos peritos criminais que atuam em locais de crimes contra a pessoa.

DESPACHO:

887/15.

Em conformidade com o despacho nº 1229/15, às fls. 06, da Superintendência da Polícia Técnico Científica, restitua-se pelas vias hierárquicas para o Núcleo de Perícias em Crimes Contra a Pessoa, para as seguintes providências:

1ª) Contatar a requerente, via ofício desta Diretoria de Serviço, para científica-la do conteúdo deste expediente (sugerimos via e-mail com ofício assinado e enviado scaneado);

2ª) Reforçar e orientar a requerente quanto ao conteúdo do item 4 de fls. 06;

3ª) Ao término do trabalho de observação, restituir este expediente devidamente instruído com as considerações da Diretoria do Núcleo quanto as atividades desenvolvidas pela requerente, inclusive indicando os dados dos locais e profissionais envolvidos, estes dados permanecerão somente neste expediente, s.m.j.

São Paulo, 15 de julho de 2015.

Adilson Pereira

Perito Criminal

Assistente Técnico Departamental
Instituto de Criminalística

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

"Perito Criminal Dr. Octávio Eduardo de Brito Alvarenga"
DIRETORIA DO CENTRO DE PERÍCIAS

ENF

Referente: Ofício s/nº, de 04/04/15 – Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo – Despacho NPCCPessoa 020/15.

Interessados: Dra. Frida Marina Fisher – Professora Titular do Departamento de Saúde Pública/USP e a Discente de pós-graduação, doutoranda Greice Petronilho Prata de Carvalho.

Assunto: *Encaminha solicitação: Visita Técnica para observação das atividades dos Peritos Criminais do Instituto de Criminalística, que atuam em locais de crimes contra a pessoa.*

DESPACHO C.P. nº 1084/2015.

Comigo hoje.

Instruído nos termos do Despacho IC nº 887/15, **encaminhe-se** o expediente ao NPCCCPessoa, para conhecimento e cumprimento às recomendações nele contidas.

Ao depois, restituir instruído com as considerações acerca das atividades desenvolvidas pela requerente, relacionando, inclusive, os dados de registro referentes aos locais objetos da visita, bem como o dos profissionais envolvidos, dados esses que permanecerão somente neste expediente, s.m.j.

São Paulo, 17 de julho de 2015.

Álvaro Queiroz Marchezan

Perito Criminal - Diretor Divisionário
Centro de Perícias

ANEXO 2 – Parecer de autorização do Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
--	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ¿Nada teme, quem não teme a morte.¿ É como se diz no ditado? : A resiliência dos peritos criminais frente à morte violenta.

Pesquisador: Greice Petronilho Prata Carvalho

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51663815.4.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública USP/SP

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.420.482

Apresentação do Projeto:

Estudo exploratório descritivo com base em coleta de dados qualitativos de base etnográfica junto a peritos criminais do município de São Paulo.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é buscar compreender o processo de construção da resiliência dos peritos do Instituto de Criminalística, tendo em vista que vivenciam situações de contato com morte violenta no cotidiano de trabalho no município de São Paulo, pertencentes ao Núcleo de Perícias de Crimes Contra Pessoas (NPCCPessoa).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os participantes da pesquisa devem ter risco mínimo, tendo em vista o uso de codinomes para identificação. Em termos de benefícios, a pesquisa propõe compreender as formas de superação e enfrentamento da morte violenta, que pode constituir uma estratégia a ser incorporada na assistência laboral dos profissionais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta coleta de dados qualitativos junto a trabalhadores do Núcleo de Perícias de Crimes Contra Pessoas (NPCCPessoa) do município de São Paulo, a serem analisados sob perspectiva etnográfica, a saber: caracterização de práticas cotidianas e modos de vida dos peritos

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715		
Bairro: Cerqueira Cesar		CEP: 01.246-904
UF: SP	Município: SAO PAULO	
Telefone: (11)3061-7779	Fax: (11)3061-7779	E-mail: coep@fsp.usp.br

**FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO**

Continuação do Parecer: 1.420.482

frente à morte violenta; descrição dos significados atribuídos pelos peritos criminais às experiências do cotidiano laboral ao prestar atendimento à morte violenta; identificação de fatores de risco e de proteção no cotidiano dos peritos que têm contato com morte violenta; análise das formas de resiliência entre peritos do Instituto de Criminalística.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresenta-se apropriado, tendo sido alterado para inclusão de risco mínimo aos participantes a partir de parecer emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Recomendações:

Aprovação do projeto de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nada a declarar.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_631407.pdf	28/12/2015 11:57:45		Aceito
Outros	Resposta_Parecer_380265.pdf	28/12/2015 11:56:44	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_GreiceCarvalho.pdf	30/11/2015 12:08:02	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
Outros	ApendiceB_SOCIODEMOGRAFICO_GreiceCarvalho_USP_FSP.pdf	24/11/2015 16:38:18	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
Outros	ApendiceC_QuestoesNorteadoras_GreiceCarvalho_USP_FSP.pdf	24/11/2015 16:37:40	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
Outros	Anexo3_EscalaResiliencia_GreiceCarvalho_USP_FSP.pdf	24/11/2015 16:37:01	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
Outros	Anexo2_Capacidadeparaotrabalho_GreiceCarvalho_USP_FSP.pdf	24/11/2015 16:36:16	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo1_CartaAnuencia_PoliciaCientifica.pdf	24/11/2015 16:35:11	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	ApendiceA_TCLE_GreiceCarvalho_USP_FSP.pdf	24/11/2015 16:28:47	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715

Bairro: Cerqueira Cesar

CEP: 01.245-904

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3061-7779

Fax: (11)3061-7779

E-mail: coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 1.420.482

Ausência	ApendiceA_TCLE_GreiceCarvalho_USP_FSP.pdf	24/11/2015 16:28:47	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
Cronograma	ApendiceD_Cronogramadeatividade_GreiceCarvalho_USP_FSP.pdf	24/11/2015 16:28:12	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoGreiceCarvalho_Doutorado_USP_FSP_2015.pdf	24/11/2015 16:28:00	Greice Petronilho Prata Carvalho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 23 de Fevereiro de 2016

Assinado por:
Maria Regina Alves Cardoso
(Coordenador)

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar CEP: 01.246-904
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 Fax: (11)3061-7779 E-mail: coep@fsp.usp.br

ANEXO 3 – Parecer de autorização da Comissão Científica DE Ética EM Trabalhos Periciais da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC)

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

Comissão Científica e de Ética em Trabalhos Periciais
Rua Moncorvo Filho, 410 - 4º andar - Alia I - Capital - SP - CEP: 05507-060
☎ (011) 3811-7000 R 7009 - FAX: (011) 3031-1311 - www.policiacientifica.sp.gov.br

PARECER DO RELATOR (PROVISÓRIO)

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa:

"Nada teme, quem não teme a morte." É como se diz o ditado?: A resiliência dos Peritos Criminais do Instituto de Criminalística frente à morte violenta.

Pesquisador:

Greice Petronilho Prata

Área Temática:

Saúde do Trabalhador

Instituição Proponente:

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Patrocinador Principal:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)

DADOS DO PARECER

Número do Parecer:

Data da Relatoria: 18/03/16

Apresentação do Projeto:

Endereço: Rua Moncorvo Filho, 410 - 4º andar - Gabinete SPTC
Bairro: Butantã CEP: 05.507-060 UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3811-7000 Fax: (11)3031-1311 E-mail: ccetpsptc@policiacientifica.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

Comissão Científica e de Ética em Trabalhos Periciais
Rua Moncorvo Filho, 410 - 4º andar - Alia I - Capital - SP - CEP: 05507-060
☎ (011) 3811-7000 R 7009 - FAX: (011) 3031-1311 - www.policiacientifica.sp.gov.br

Trata-se de projeto relacionado à saúde laboral de profissionais que lidam diariamente e diretamente com os casos de morte violenta na realização das perícias criminais.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto pretende:

- caracterizar as práticas cotidianas e modos de vida dos servidores peritos do Instituto de Criminalística frente à morte violenta;
- descrever os significados atribuídos pelos peritos criminais às experiências relacionadas a seu cotidiano laboral ao prestar atendimento à morte violenta;
- identificar os fatores de risco e de proteção presentes no cotidiano dos servidores peritos do Instituto de Criminalística que vivenciam a morte violenta;
- analisar como se expressa a resiliência entre servidores peritos do Instituto de Criminalística que vivenciam a morte violenta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa será realizada através de estudo qualitativo na perspectiva etnográfica e será realizado no Núcleo de Perícias de Crimes Contra a Pessoa pertencente ao Instituto de Criminalística do município de São Paulo com os 27 peritos criminais que exercem suas funções no Núcleo de Perícias Criminalísticas de Crimes Contra a Pessoa. A coleta de dados se dará por anotações em diário de campo, entrevistas construídas para compreender a dinâmica e vivências do exercício profissional, e ainda, através do uso de notícias vinculadas na mídia impressa e digital, da escala de resiliência Wagnild e Young e do Índice de Capacidade para o Trabalho. Desta forma, uma vez que o foco seria a coleta de impressões e vivências do Perito Criminal, não haverá a exposição do local de crime e de vítimas, não haverá prejuízo dos trabalhos realizados pela perícia oficial. Em contrapartida, é de grande interesse o conhecimento do impacto na saúde do profissional que realiza este tipo de atividade.

Endereço: Rua Moncorvo Filho, 410 - 4º andar - Gabinete SPTC
Bairro: Butantã CEP: 05.507-060 UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3811-7009 Fax: (11)3031-1311 E-mail: coetpsptc@policiacientifica.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Comissão Científica e de Ética em Trabalhos Periciais
Rua Moncorvo Filho, 410 - 4º andar - Ala I - Capital - SP - CEP: 05507-060
☎ (011) 3811-7000 R 7009 - FAX: (011) 3031-1311 - www.policiacientifica.sp.gov.br

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tal estudo pode colaborar para aumentar o conhecimento da instituição acerca das condições de trabalho de seus profissionais. Os resultados apresentados poderão orientar medidas para a melhoria destas condições, visando a possível diminuição ou limitação de exposição à fatores negativos impactantes na saúde do profissional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Nada a considerar.

Recomendações:

Recomendamos que a coleta de informações junto aos Peritos Criminais seja realizada nos dias em que estes estiverem cumprindo plantão, entretanto, sem o comprometimento dos atendimentos ao local de crime.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Situação do Parecer: APROVADO

SÃO PAULO, 28 de março de 2016

Assinado por

(Membro do CCETEP)

Endereço: Rua Moncorvo Filho, 410 - 4º andar - Gabinete SPTC
Bairro: Butantã CEP: 05.507-060 UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3811-7009 Fax: (11)3031-1311 E-mail: coetpsptc@policiacientifica.sp.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO****Faculdade de Saúde Pública****Departamento de Saúde Ambiental****Programa de Pós-graduação em Saúde Pública**

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP: 01246-904 – São Paulo – SP

Fone: 55 - 11. 3061-7755

Prezado (a) perito (a) criminal e/ou fotógrafo técnico-pericial

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar de uma pesquisa que tem por título: “Violências e mortes: um olhar etnográfico das práticas e estratégias cotidianas das equipes periciais do Instituto de Criminalística do município de São Paulo”. Tendo como autora a doutoranda Greice Petronilho Prata Carvalho, juntamente com as docentes do programa de doutorado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Prof. Dra. Frida Marina Fischer (orientadora) e a Prof. Dra. Maria da Penha Vasconcellos (co-orientadora). Abaixo estaremos dando informações sobre a pesquisa, esclarecendo todas as dúvidas e, caso você queira participar como voluntária, pedimos que, ao final da leitura, assine este documento que se encontra em duas vias (uma ficará com você e a outra ficará com a gente).

O objetivo central deste estudo é compreender as práticas cotidianas do trabalho pericial, identificando pela percepção dos servidores os fatores de risco e as estratégias de trabalho imbuídos no atendimento pericial da morte violenta.

Com esta pesquisa esperamos compreender as formas de superação e enfrentamento da violência vivida em seu cotidiano de trabalho, possibilitando com isso um aperfeiçoamento na assistência e enfrentamento dos profissionais que vivenciam adversidades em seu núcleo de trabalho, principalmente a violência que

retira a vida de outrem. Além disso, a pesquisa pretende fornecer informações aos profissionais que os auxilie na formação de mais profissionais resilientes que atuam em atividades laborais com grandes pressões psicológicas e contribua para uma assistência mais eficiente para estes trabalhadores e outros relacionados a este âmbito.

Solicitamos sua autorização para realização do acompanhamento de sua rotina laboral, assim com a execução de entrevistas que serão gravadas e posteriormente transcrita e publicada no trabalho. Solicitamos, também, sua permissão para que os dados coletados possam ser utilizados nesse e em outros estudos por nós realizados. Garantimos o sigilo assegurando sua privacidade- sua identidade não será revelada em nenhum momento - pois utilizaremos pseudônimos na divulgação dos resultados.

Esta pesquisa poderá acarretar riscos mínimos a você em realizar uma reflexão aprofundada sobre seu exercício laboral, ressaltamos que pode recusar-se em participar ou solicitar seu desligamento em qualquer fase da pesquisa livre de qualquer penalidade. Agradecemos a sua colaboração e estaremos sempre à disposição para esclarecimentos quanto ao andamento da pesquisa na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo localizada na Av. Dr. Arnaldo, 715, 3º andar, Departamento Saúde Ambiental - CEP: 01246-904 – São Paulo – SP Fone: 55 - 11. 3061-7755 e também no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – CEP 01246-904, São Paulo, SP – Telefone: (11) 3061-7779 – e-mail: coep@fsp.usp.br. Deixo também disponível meu contato por telefone e por e-mail para qualquer esclarecimento: Tel: (11) 977116044; e-mail: greiceprata@msn.com ou greicepratacarvalho@usp.br

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. A pesquisadora _____ certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei contatar a pesquisadora no telefone (_ _) _ _ _ _ _ _ _ _ ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – CEP 01246-904, São Paulo, SP –

Telefone: (11) 3061-7779 – e-mail: coep@fsp.usp.br. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

São Paulo, _____ de _____ de _____

Assinatura do colaborador

RG:

Greice Petronilho Prata Carvalho
Pesquisadora responsável (RG 11015992)

APÊNDICE B - Dados sociodemográficos

- ✓ Primeiro nome: _____
- ✓ Sugestão de codinome: _____
- ✓ Idade: ____ anos Sexo: () Feminino () Masculino
- ✓ Estado civil: _____
- ✓ Possui filho(s)?
- ✓ () Não e () Sim Se sim, Idade dos filhos _____
- ✓ Qual é a sua graduação? _____
- ✓ Possui alguma especialização? () Não () Sim. Se sim, qual? _____
- ✓ Ano da aprovação no concurso da Polícia Científica: _____
- ✓ Tempo da ACADEPOL: _____
- ✓ Foi possível escolher a equipe a ser alocado na Polícia Científica?
- ✓ () Não () Sim Se sim, qual escolheu? _____
- ✓ Já trabalhou em outro núcleo? () Não () Sim. Se sim, qual? _____
- ✓ O atual é: () pior () melhor
- ✓ Você se considera uma pessoa religiosa? () Sim () Não Se sim, qual? _____
- ✓ Tempo de deslocamento (ida + volta) para o trabalho: _____
- ✓ Sua moradia é: () Própria () Alugada () Empréstada
- ✓ Quantas pessoas moram com você? _____
- ✓ Quantas pessoas dormem no seu quarto? _____
- ✓ Duração e qualidade do sono após um turno de trabalho diurno e noturno: _____ horas/ noite.
- ✓ Qualidade do sono? _____
- ✓ Segunda atividade além do trabalho como perito. _____
- ✓ Como você considera a qualidade de sua escala de trabalho? _____
- ✓ Consegue articular com atividades extras e de lazer? _____

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada

- ✓ Comente como se deu o interesse em ingressar na Polícia Científica?
 - Traçar trajetória individual (sucessão de empregos);
 - A escolha da profissão foi uma livre escolha (motivo) ou falta de opção?
- ✓ O que significa ser um perito criminal?
 - Identificar a percepção sobre seu trabalho.
- ✓ Como você se vê nessa condição?
 - Identificar a percepção sobre si.
- ✓ Trabalha com que ideais?
 - Motivação para o trabalho.
- ✓ Como é seu cotidiano de trabalho? Seu ciclo de trabalho?
- ✓ Houve treinamento para o trabalho?
 - Quais os tipos de preparação (comportamental, treinamento físico, preparação psicológica para realizar o trabalho, estratégias para lidar com pessoas)?
- ✓ Na sua percepção que tipo de atendimentos te afeta mais?
- ✓ A idade dos envolvidos traz alguma diferenciação? Ou outro aspecto?
- ✓ Você se recorda de um local de crime que lhe gerou sentimentos de mal-estar (depressão, choro, pesadelos, etc.)? Poderia relatar?
- ✓ Como você se sente ao se deparar com situações (cenas) que são difíceis de serem enfrentadas? E após o término do trabalho, como lida?
- ✓ Mudou alguma coisa em sua vida? O quê? O que tem feito ante a essas mudanças?
- ✓ Como você consegue manter a objetividade no trabalho em situações que lhe causam perturbações emocionais?

- ✓ Sobre o salário (importante para a questão da valorização e do reconhecimento):
 - Está contente com o salário?
 - O salário é suficiente ou não?
- ✓ Já se afastou do trabalho?
 - Motivos
- ✓ Você acredita que ao longo de seu tempo como perito criminal criou estratégias para evitar mal-estar, sofrimento após as perícias?
- ✓ Você conversa com outras pessoas sobre sua realidade de trabalho?
- ✓ É possível conversar com familiares ou amigos sobre os casos mais trágicos?
- ✓ Você tem pesadelos relacionados com o trabalho? Pensamentos recorrentes? Repercussão de imagens ou fatos em seu pensamento?
- ✓ Como você considera a qualidade de sua escala de trabalho? Consegue articular com atividades extras, de lazer e com a família?
 - O que faz no tempo livre?
 - O que faz no dia de folga?
 - Como os familiares lidam com a profissão?
 - Acha que o trabalho interfere com outras esferas da vida?
- ✓ Como você considera a relação interpessoal no NPCCPessoa?
- ✓ Você tem interesse em mudar de núcleo ou município?
- ✓ Tem orgulho de contar que é perito criminal?
 - Se fosse escolher hoje, manteria ou não a mesma escolha profissional? Pensa em mudar de profissão?
- ✓ Há alguma questão/problema que afeta o seu bem-estar que não foi mencionado?

CURRÍCULO LATTES

Greice Petronilho Prata Carvalho

Bolsista de Doutorado do CNPq

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7211815881884938>

Última atualização do currículo em 01/04/2019

Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO - 2007). Residência Enfermagem em Nefrologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - 2010). Mestrado acadêmico (stricto sensu) em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO - 2011) (Bolsista CNPq - 2011). Especialização lato sensu em Captação, Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos pelo Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein (IIEPAE - 2012). Atualmente é pós-graduanda do curso de doutorado em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) (Bolsista CNPq). Pesquisa realizadas nas áreas de atuação: Saúde do Trabalhador, Resiliência, Processo Saúde Doença, Sociologia do Cotidiano, Nefrologia, Doação, Captação e Transplante de órgãos e tecidos humano e Tecnologias do cuidado. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Greice Petronilho Prata Carvalho
Nome em citações bibliográficas PRATA, G. P.; CARVALHO, G. P.

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2015 Doutorado em andamento em Pós-graduação Saúde Pública.
 Faculdade de Saúde Pública Universidade de São Paulo, FSP/USP, Brasil.
 Título: Violências e mortes: um olhar etnográfico das práticas e estratégias cotidianas das equipes periciais do Instituto de Criminalística do município de São Paulo.,
 Orientador: 🇧🇷 Frida Marina Fischer.
 Coorientador: Maria da Penha Costa Vasconcellos.
 Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.
 Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Morte Violenta; Estratégias de defesa.

2009 - 2011 Mestrado em Enfermagem (Conceito CAPES 4).
 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil.
 Título: A tecnologia no cuidado hemodialítico: Prazer e Sofrimento no trabalho do Enfermeiro. Ano de Obtenção: 2011.
 Orientador: 🇧🇷 Profª Drª Joanir Pereira Passos.
 Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
 Palavras-chave: Enfermagem; Tecnologia no Cuidado; Prazer e Sofrimento no trabalho; Hemodiálise.
 Grande área: Ciências da Saúde
 Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Enfermagem / Subárea: Enfermagem em Saúde Coletiva / Especialidade: Saúde do Trabalhador.
 Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Clínica Médica / Especialidade: Nefrologia.

2011 - 2012 Especialização em Captação, Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos. (Carga Horária: 420h).
 Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, IIEPAE, Brasil.
 Título: Custo das terapias dialíticas: uma revisão integrativa.
 Orientador: Profº. Dr. Ben-Hur Ferraz Neto.
 Bolsista do(a): Instituto de Pesquisa e Ensino Albert Einstein, IIEPAE, Brasil.

2008 - 2010 Especialização em Residência de Enfermagem em Nefrologia. (Carga Horária: 5770h).
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.
 Título: Auditoria dos registros de enfermagem frente aos casos de peritonite: um estudo retrospectivo.
 Orientador: Profª Drª. Luciana Magalhães Assad.
 Bolsista do(a): Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ,

Frida Marina Fischer

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0894690311392249>
Última atualização do currículo em 22/03/2019

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (USP), (1971), mestrado em Saúde Pública pela USP(1980) e doutorado em Saúde Pública pela USP (1984). Realizou pós-doutorado no Institute of Occupational Health (Dortmund, Alemanha, 1984), Especialização em Ergonomia (Instituto de Psicologia da USP). Desde agosto de 1998 é professora titular da Universidade de São Paulo. Faz parte do Conselho Científico da Associação Brasileira de Ergonomia. É membro da Associação Nacional de Medicina do Trabalho. Foi presidente da Working Time Society e chair do SubComitê da ICOH Shiftwork and Working Time, de 2010 a abril de 2018. Foi eleita membro do Board da International Commission on Occupational Health em abril de 2018 por um período de três anos. É editora associada da Revista de Saúde Pública desde 2005; Editora Associada da Revista Brasileira de Epidemiologia; Editora científica da Revista Brasileira de Medicina do Trabalho (juntamente com a Prof. Elizabeth Dias). Membro do Board do Journal of Occupational Health Psychology e Contributing Editor da American Journal Industrial Medicine. Tem experiência em pesquisa e ensino na área de Saúde Coletiva, Saúde Pública, com ênfase em Saúde do Trabalhador, atuando principalmente nos seguintes temas: ergonomia, doenças relacionadas ao trabalho, organização do trabalho, trabalho em turnos e noturno, envelhecimento funcional precoce (early aging), trabalho de jovens adultos e de adolescentes. Parecerista ad hoc de agências de fomento nacionais (CNPq, CAPES, FAPESP, entre outras). Parecerista ad hoc de vários periódicos nacionais e internacionais. Em 2012 recebeu o título de "Fellow" da International Ergonomics Association. Bolsista de Produtividade do CNPq, IB. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Frida Marina Fischer
Nome em citações bibliográficas	FISCHER, F. M.; Fischer, Frida Marina; Fischer, Frida; Fischer, Frida M.; Fischer, Frida M.; Fischer, F M; Fischer, F. Marina; Fischer, F.; Fischer; FISCHER, FM; FISCHER FRIDA, M; FM, FISCHER

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental. Avenida Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira Cesar 01246-904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617116 Fax: (11) 30617755 URL da Homepage: www.fsp.usp.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1981 - 1984	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Absentismo e acidentes de trabalho entre trabalhadores em turnos de indústrias automobilísticas, Ano de obtenção: 1984. Orientador: Prof titular Jorge da Rocha Gomes. Palavras-chave: Trabalho em turnos; Absentismo no trabalho; Acidentes do trabalho; Indústria automobilística; Saúde Ocupacional. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública / Especialidade: Ergonomia. Setores de atividade: Saúde Humana; Produtos e Serviços Voltados Para A Defesa e Proteção do Meio Ambiente, Incluindo O Desenvolvimento Sustentado; Indústria Metal-Mecânica.
1972 - 1980	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Maria da Penha Vasconcellos

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3628660302048530>
Última atualização do currículo em 13/02/2019

Professora Associada 5 da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Graduada em Psicologia, mestrado em Psicologia Social, ambas pela PUC-SP e doutorado e livre docência pela Universidade de São Paulo. Orientadora dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Pública, Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade e Mestrado em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, na Faculdade de Saúde Pública - USP. Pesquisadora e co-coordenadora do Núcleo interdisciplinar de estudos em Ciências Sociais e sustentabilidade - NIECSs. Membro da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa- AILPCSH. Áreas de interesse em pesquisa: desigualdade social, deslocamentos contemporâneos e modos de vida; dimensão subjetiva e sociabilidades; contextos sócio-culturais e vida cotidiana; pesquisa social. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Maria da Penha Vasconcellos
Nome em citações bibliográficas	VASCONCELLOS, M. P.; Vasconcellos, Maria da Penha Costa; VASCONCELLOS, MARIA DA PENHA

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. Avenida Dr. Arnaldo 715 Cerqueira César 01246904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30667703 Fax: (11) 30850240 URL da Homepage: http://www.usp.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1995 - 2000	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Os (des)caminhos da formação sanitária e os direitos sociais: uma reflexão a partir da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, Ano de obtenção: 2000. Orientador: 😊 Jair Lício Ferreira Santos. Palavras-chave: Formação Sanitária; políticas públicas; políticas sociais.
1986 - 1992	Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) (Conceito CAPES 4). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: A doença mental acima de qualquer suspeita: Franco da Rocha e a prática psiquiátrica na cidade de São Paulo - 1885 à 1923, Ano de Obtenção: 1992. Orientador: 😊 Mary Jane Paris Spink. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, Brasil. Palavras-chave: políticas públicas; psiquiatria; psicologia social.
1990 - 1991	Especialização em Saúde Pública. (Carga Horária: 1092h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: não se aplica.
1974 - 1979	Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Pós-doutorado e Livre-docência

2008	Livre-docência. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Ensaio sobre a Fenomenologia Interpretativa na perspectiva de Alfred Schütz: uma contribuição à pesquisa qualitativa na investigação em Saúde Pública. Nota de aprovação
-------------	--